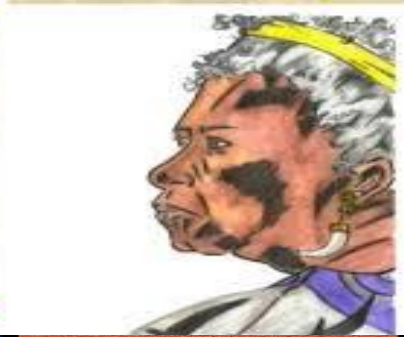


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGEL

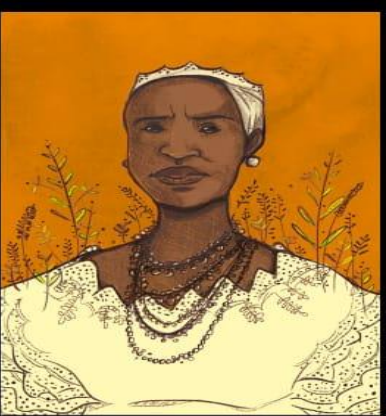
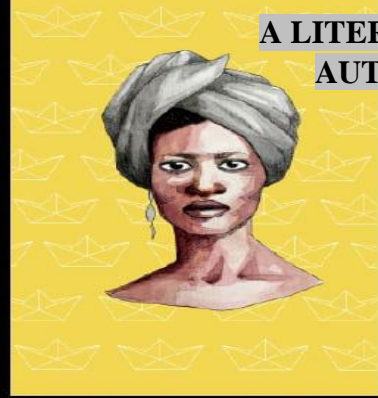


DOUTORADO ACADÊMICO

RAYRON LENNON COSTA SOUSA

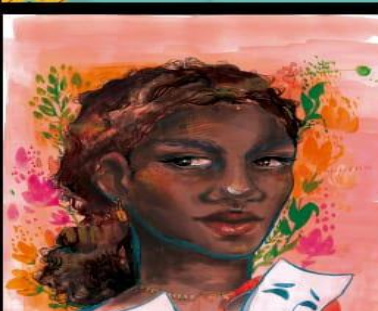


A LITERATURA INFANTIL NEGRO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DE
 AUTORIA FEMININA NEGRA: TEORIAS DECOLONIAIS, PROJETOS
 LITERÁRIOS E POÉTICAS INSUBMISSAS



Teresina

Janeiro de 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGE
DOUTORADO ACADÊMICO

RAYRON LENNON COSTA SOUSA

**A LITERATURA INFANTIL NEGRO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DE
AUTORIA FEMININA NEGRA: TEORIAS DECOLONIAIS, PROJETOS
LITERÁRIOS E POÉTICAS INSUBMISSAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL da Universidade Federal do Piauí - UFPI, para a obtenção do título de Doutor em Letras

Área de Concentração: Literatura.

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho.

Teresina

Janeiro de 2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

S7251 Sousa, Rayron Lennon Costa.

A literatura infantil negro-brasileira contemporânea de autoria feminina negra : teorias decoloniais, projetos literários e poéticas insubmissas / Rayron Lennon Costa Sousa. -- 2023.

275 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Teresina, 2023.

“Orientador: Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho”.

1. Literatura Infantil Contemporânea. 2. Literatura Negro-brasileira. 3. Autoria Feminina Negra. 4. Interseccionalidade. I. Carvalho, Diógenes Buenos Aires de. II. Título.

CDD 808.068

RAYRON LENNON COSTA SOUSA

**A LITERATURA INFANTIL NEGRO-BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA DE
AUTORIA FEMININA NEGRA: TEORIAS DECOLONIAIS, PROJETOS
LITERÁRIOS E POÉTICAS INSUBMISSAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Literatura, do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL da Universidade Federal do Piauí - UFPI, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho
(Presidente)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof^ª. Dr^ª. Vera Teixeira de Aguiar –
Titular (membro externo)
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul – PUC-RS

Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Penha Cardoso –
Titular (membro externo)
Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo – PUC-SP

Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves –
Titular (membro interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira
Lopes – Titular (membro interno)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof^ª. Dr^ª. Henrique José de Paula
Borrvalho – (membro externo)
Suplente
Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA

Teresina

Janeiro de 2023

À Ana Livia, minha filha, que enche meus dias de amor e esperança, e a todas as crianças que se humanizarão através da literatura infantil negro-brasileira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela saúde física e mental e por sempre me guiar pelo caminho do bem.

À minha mãe, Carmencita (Carminha), sinônimo de força e alegria em cada gesto, por toda a vida.

À minha filha, Ana Livia, por ser a luz dos meus olhos e ser a personificação do amor mais bonito - “*ao infinito e além!*”.

Aos meus irmãos, Rayrani, Rodrigo, Felipe e Lucineide, pela rede de carinhos mantida pelo desejo de estar sempre juntos.

Às minhas sobrinhas, Giovana e Isadora, por deixarem o mundo mais bonito e as nossas vidas mais alegres.

À minha avó, Petronila (*in memorian*), por todas as nossas memórias e vivências que se estenderam pelas margens do Rio Buriti.

Ao meu pai, Raimundinho (*in memorian*), por ter me ensinado da maneira mais bonita a simplicidade e por ter assumido uma forma sublime de estar entre nós.

À minha amiga, mãe da Isis, Professora Mestra Keliane Pimentel, filha da Jaci e do João Deca, a nossa Cruvina (*in memorian*), uma das histórias interrompidas pelo Covid-19, dona de uma alegria ímpar e de uma coragem que poucos teriam.

À minha família materna e paterna que ilustram tantas vivências em mim.

Ao meu avô, Assis da Sanfona, pela alegria de sempre e por tantas prosas cantadas enquanto bebíamos caldo de cana do moedor enferrujado.

A todos(as) os(as) amigos(as) que tecem suas vidas junto da minha: Conceição (Neném do Bitoin), Jonh Thaysson, Layna, Luanna, Bernardo, Rafaela, Iolanda, Zeza, Cidá, Dona Eriomar, Flávia, Glauber, Fernanda, Alexandre, Karliane e Flávia.

Ao meu amigo e irmão do coração, Júnior Pacheco, afetivamente Júnior Capi, pela companhia durante parte da escrita da tese, pelas conversas que se atravessavam dias a fio, por ser alegria e carinho nessa nossa amizade bonita.

Aos professores(as) do Mestrado em Teoria Literária da UEMA, pelo despertar para as questões contemporâneas e críticas: Prof. Henrique Borrvalho, Prof^ª. Andrea Lobato, Prof^ª. Joseane Maia, Prof^ª. Silvana Pantoja, Prof^ª. Katia Carvalhos e Prof. Gilberto Freire.

Aos companheiros(as) de Mestrado da UEMA, turma 2016, e do Doutorado da UFPI, turma 2019: Jéssica, Josivan e Risoleta. Aos meninos(as) que compartilharam momentos e disciplinas ainda durante a estadia na UFPI: Gil Derlan, Paulo Narley, Alysson, Camila, Alice, Simone, Isac, Denise, Ademar, Adalmir e Antônio.

À mãe da Maitê, minha amiga e excelente colega de trabalho, Prof^a. Claudia Moraes, por todos os caminhos conquistados e pelos momentos que se desdobram entre a vida pessoal e profissional/acadêmica.

À Prof^a. Aldenora Márcia, pelo carinho, pela atenção e pelas sessões de caféterapia.

Ao Prof. Bruno Moretti Falcão Mendes, filósofo que exerceu o ofício de leitor crítico das escritas que formam a tese.

À Prof^a e amiga Maria do Socorro, por ter sido presente em muitos momentos do doutorado, desde as discussões sobre o projeto de pesquisa aos percursos que escrevemos coletivamente.

À Prof^a. Heridan Guterres, pela trajetória que escrevemos nos muitos projetos de vida.

À Professora Lourdinha Carvalho, por me apresentar ao universo das letras e por todas as vezes que desceu o morro da delegacia com sua sombrinha amarela, alimentando boas memórias da minha vida escolar.

À Prof^a Abilene Sousa, pelo carinho e por não ter deixado eu desistir do Curso de Letras.

À Prof^a. Algemira Mendes, minha sempre orientadora, do mestrado para a vida.

À mãe da Luna Maria, minha companheira de doutoramento e amiga, Risoleta Freitas, por compartilhar as angústias, as escritas, as chaves de leitura, as escutas e ser sempre um abraço de força e uma palavra de luz, desde a seleção, em 2018.

Ao amigo Edinaldo César Júnior, pela amizade que se entrecruza nas conversas e nas leituras decoloniais.

À Prof^a. Doris Sommer, da Universidade de Harvard, pela leitura atenciosa do ensaio da tese, em 2020.

Aos colegas e professores que fazem/fizeram o Curso de Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa acontecer: Kátia França, Claudia Moraes, Maria Francisca, Eliane Pereira, Edimilson Rodrigues, Rachel Tavares, Ana Stela e Maira Rocha.

Aos professores que acompanharam o percurso de escrita da tese e contribuíram com indicações: Prof^a. Eliane Debus (UFSC); Prof^a. Vera Teixeira de Aguiar (PUC-RS);

Prof^a. Maria Angélica Freire de Carvalho (UFPI); Prof^a. Algemira Mendes (UESPI/UEMA), Prof. Luizir de Oliveira (UFPI) e Prof. Alcione Corrêa (UFPI).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Literatura: Prof. Luizir de Oliveira, Prof. Alcione Corrêa, Prof. André Pinheiro e Prof. Sebastião Lopes, por alimentação meu imaginário com discussões tão necessárias e profícuas.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho, pela companhia nas muitas empreitadas durante esses anos, desde a acolhida da pesquisa, aos projetos, escritas compartilhadas e vivências no percurso de doutoramento.

À Universidade Federal do Piauí – UFPI, via Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGEL, por permitir que essa trajetória se realizasse, na pessoa do Prof. Luizir de Oliveira.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, por acolher e financiar essa pesquisa.

Ao Centro de Estudos Afro-Latino-Americanos da Universidade de Harvard, pela oportunidade e acolhida nos Encontros Continentais do ALARI (2019-2022).

À Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Centro de Ciências de São Bernardo, por conceder o afastamento e apoiar durante todo o período, na pessoa da Prof^a. Maria Francisca da Silva.

À todas as intelectuais negras que alimentaram essa pesquisa com suas teorias e produções literárias e a todos/as/es que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção e vivência desse percurso de extrema importância na minha formação pessoal, profissional e acadêmica.

As tecelãs em um contínuo movimento de vai e vem produzidos por seus pés que sobem e descem sobre os pedais do tear, possuem o poder de (des)fazer, fiar e construir os mais diversos tipos de tecidos. Invoco essa imagem no intuito de convidá-la(lo) a ler esse texto com outros ouvidos e a (des)rolar e (inter)ligar os fios [...]

(OYÈRÓNKÉ OYĚWÚMÍ, 2020)

É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade.

(CARLA AKOTIRENE, 2019)

Eu vi um menino correndo / Eu vi o tempo brincando ao redor
Do caminho daquele menino / Eu pus os meus pés no riacho

E acho que nunca os tirei [...]

(CAETANO VELOSO, 1978)

SOUSA, Rayron Lennon Costa. **A literatura Infantil Negro-brasileira Contemporânea de Autoria Feminina Negra: teorias decoloniais, projetos literários e poéticas insubmissas.** 2022. 275f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina, PI, 2022.

RESUMO

A especificidade de ser a literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina uma poética insubmissa, potencializou nossas perspectivas investigativas, pois, além de literatas, as mulheres negras contribuem com suas percepções e leitura da realidade, cunhando categorias e dispositivos que servem de subsídios para que compreendamos suas poéticas. A partir desse cenário, a problemática central e as primeiras motivações se deram em virtude da necessidade de compreender e demonstrar nessa literatura, a emergência da tematização positivada dos universos étnico-raciais e femininos, do ponto de vista do gênero, bem como da autoria feminina negra e seus projetos literários. Nessa direção, propõe-se com esta pesquisa investigar, via perspectiva teórica decolonial, a autoria feminina negra e como essa representa suas personagens interseccionalizando raça, classe e gênero. Como aporte teórico, recorreremos às discussões de Candido (1962; 1989; 1999; 2006; 2011), Bosi (2002; 2005; 2015), Santiago (2000; 2018), Dalcastagnè (2012; 2015; 2018), Coelho (1991; 1993; 2000; 2006), Zilberman (2003; 2010; 2014), Collins (2019), Evaristo (2006b; 2010; 2011c), Cuti (2010), Debus (2017), Miranda (2019), Aníbal Quijano (2000; 2005), Maldonado-Torres (2019), Spivak (2010), González (2020) entre outras(os). Enquanto metodologia, a pesquisa é básica, de natureza qualitativa, caracterizada como análise-crítica, precedida de revisão bibliográfica, estruturando-se a partir da abordagem interseccional. O *corpus* literário selecionado confronta diversas perspectivas e vozes, a saber: *Os tesouros de Monifa* (2009), de Sonia Rosa; *Histórias da Preta* (2005 [1998]), de Heloisa Pires Lima; *Entremeio sem babado* (2007), de Patrícia Santana; *Betina* (2009), de Nilma Lino Gomes; *Kuami* (2011), de Cidinha da Silva; *O mundo no black power de Tayó* (2013), de Kiusam de Oliveira e *As férias fantásticas de Lili* (2018), de Lívia Natália. Concluiu-se, que a análise proposta contrastada com as categorias e aportes teóricos, explicitou a forma como as protagonistas são representadas e os recursos mais presentes nas obras, como a memória, a positivação dos estigmas e estereótipos, bem como as características físicas e simbólicas do corpo negro. Ademais, a literatura enquanto espaço de embates, de reconstruir possibilidades e de representações, agora, positivadas, desmantela as lógicas que objetivam apagar suas existências, pois tanto as teorias decoloniais quanto os projetos literários desse coletivo de escritoras negras, encabeçam diversas frentes e pautas identitárias, tornando-se poéticas capazes de mobilizar o leitor para a compreensão e significação de suas estéticas, o que impacta na constituição sociocultural, permitindo a leitura literária prazerosa, engajada e com compromisso de conhecimento, e são essas vozes infantis que questionam, problematizam, propõem soluções e, nesses encaminhamentos, possibilitam a alteração dos cenários, tornando-se porta-vozes de toda uma coletividade feminina negra.

Palavras-chave: Literatura Infantil Contemporânea. Literatura Negro-brasileira. Autoria Feminina Negra. Interseccionalidade.

SOUSA, Rayron Lennon Costa. **Contemporary Afro-Brazilian Children's Literature by Black Female Authors: decolonial theories, unsubmitive literature and poetic projects.** 2022. 275f. Thesis (Doctorate in Letters) – Programa de Pós-graduação em Letras from Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina, PI, 2022

ABSTRACT

The specificity of belonging to the afro-Brazilian children's literature by female authorship, an unsubmitive poetics, maximized our investigative perspectives and readings of reality. In the light that, in addition to being literati, black women contribute with their intellectualities, coining categories and devices that serve as subsidies for us to understand their poetics. Picturing this, the main problem and the first motivations were due to the need of understanding and demonstrating in this literature, the emergence of a positive thematization of ethnic-racial and feminine universes, from the point of view of this gender, as well as of female authorship. black woman and her literary projects. Accordingly to this, it is proposed with this research to investigate, via a decolonial theoretical perspective, the black female authorship and how it represents its characters intersecting race, class and gender. As a theoretical background, we resort to the discussions of Candido (1962; 1989; 1999; 2006; 2011), Bosi (2002; 2005; 2015), Santiago (2000; 2018), Dalcastagnè (2012; 2015; 2018), Coelho (1991; 1993; 2000; 2006), Zilberman (2003; 2010; 2014), Collins (2019), Evaristo (2006b; 2010; 2011c), Cuti (2010), Debus (2017), Miranda (2019), Aníbal Quijano (2000; 2005), Maldonado-Torres (2019), Spivak (2010), González (2020) among others. As methodology, it is a basic research, qualitative in nature, characterized as a critical analysis, preceded by a literature review, structuring itself from the intersectional approach. The selected literary corpus confronts different perspectives and voices, namely: *Os tesouros de Monifa* (2009), by Sonia Rosa; *Histórias da Preta* (2005 [1998]), by Heloisa Pires Lima; *Entremeio sem babado* (2007), by Patrícia Santana; *Betina* (2009), by Nilma Lino Gomes; *Kuami* (2011), by Cidinha da Silva; *O mundo no black power de Tayó* (2013), by Kiusam de Oliveira and *As férias fantásticas de Lili* (2018), by Lívia Natália. It was concluded that the proposed analysis, contrasted with the categories and theoretical contributions, explained the way in which the protagonists are represented and the resources most present in the works, such as memory, the positivization of stigmas and stereotypes, as well as the physical and symbolic characteristics of the black body. In addition, literature as a space for clashes, for rebuilding possibilities and representations, now positive, dismantles the logic that aims to erase its existences, since both the decolonial theories and the literary projects of this collective of black female writers, head several fronts and identity agendas, becoming poetics capable of mobilizing the reader for the understanding and meaning of their aesthetics, which impacts on the sociocultural constitution, allowing a pleasant, engaged literary reading with a commitment to knowledge, and it is these children's voices that question, problematize, propose solutions and, in these referrals, make it possible to change scenarios, becoming spokespersons for an entire black female collective

Keywords: Contemporary Children's Literature. Black-Brazilian Literature. Afro-Brazilian Literature Black Female Author. Intersectionality

SOUSA, Rayron Lennon Costa. **Literatura Infantil Negra-Brasileña Contemporánea de Autoría Femenina Negra: teorías decoloniales, proyectos literarios y poéticas insumisas.** 2022. 275f. Tesis (Doctorado en Letras) – Programa de Posgrado en Letras de la Universidad Federal de Piauí – UFPI. Teresina, PI, 2022.

RESUMEN

La especificidad de ser la literatura infantil negra-brasileña de autoría femenina una poética insumisa, potenció nuestras perspectivas investigativas, porque además de literatas, las mujeres negras contribuyen con sus percepciones y lecturas de la realidad, acuñando categorías y dispositivos de análisis que nos sirven de subsidios para comprender sus poéticas. A partir de este escenario, el problema central y las primeras motivaciones se debieron a la necesidad de comprender y demostrar en esta literatura, el surgimiento de una tematización positiva de los universos étnico-raciales y femeninos, desde el punto de vista del género, así como de la Autoría femenina y sus proyectos literarios. En esta dirección, se propone con esta investigación indagar, a través de una perspectiva teórica decolonial, la autoría femenina negra y cómo esta representa a sus personajes, entrecruzando raza, clase y género. Como aporte teórico, utilizamos las discusiones de Candido (1962; 1989; 1999; 2006; 2011), Bosi (2002; 2005; 2015), Santiago (2000; 2018), Dalcastagnè (2012; 2015; 2018), Coelho (1991; 1993; 2000; 2006), Zilberman (2003; 2010; 2014), Collins (2019), Evaristo (2006b; 2010; 2011c), Cuti (2010), Debus (2017), Miranda (2019), Aníbal Quijano (2000; 2005), Maldonado-Torres (2019), Spivak (2010), González (2020) entre otros(as). Como metodología, la investigación es básica, de carácter cualitativo, caracterizada como un análisis crítico, precedida de una revisión bibliográfica, estructurándose a partir del enfoque interseccional. El corpus literario seleccionado confronta diferentes miradas y voces, a saber: *Os tesouros de Monifa* (2009), de Sonia Rosa; *Histórias da Preta* (2005 [1998]), de Heloisa Pires Lima; *Entremeio sem babado* (2007), de Patrícia Santana; *Betina* (2009), de Nilma Lino Gomes; *Kuami* (2011), de Cidinha da Silva; *O mundo no black power de Tayó* (2013), de Kiusam de Oliveira e *As férias fantásticas de Lili* (2018), de Livia Natália. Se concluyó que el análisis propuesto, contrastado con las categorías y aportes teóricos, explicó la forma con que las protagonistas son representadas y los recursos más presentes en las obras, como la memoria, la positivización de estigmas y estereotipos, así como las características físicas y simbólicas del cuerpo negro. Además, la literatura como espacio de enfrentamientos, de reconstrucción de posibilidades y representaciones, ahora positivas, desmonta la lógica que pretende borrar sus existencias, pues tanto las teorías decoloniales como los proyectos literarios de este colectivo de escritoras negras, encabezan varias frentes y agendas identitarias, convirtiéndose en poéticas capaces de movilizar al lector para la comprensión y el sentido de su estética, lo que impacta en la constitución sociocultural, permitiendo una lectura literaria amena, comprometida y con compromiso con el conocimiento, y son estas voces infantiles las que cuestionan, problematizan, proponer soluciones y, en estas referencias, posibilitar el cambio de escenarios, convirtiéndonos en portavoces de todo un colectivo de mujeres negras.

Palabras clave: Literatura Infantil Contemporánea. Literatura Negro-brasileña. Autoría Femenina Negra. Interseccionalidad.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Escritora Sônia Rosa.....	85
Imagem 2 – Escritora Heloisa Pires Lima.....	88
Imagem 3 – Escritora Patrícia Santana.....	92
Imagem 4 – Escritora Nilma Lino Gomes.....	93
Imagem 5 – Escritora Cidinha da Silva.....	96
Imagem 6 – Escritora Kiusam de Oliveira.....	100
Imagem 7 – Escritora Livia Natália.....	102
Imagem 8 – Capa do livro <i>Histórias da Preta</i>	194
Imagem 9 – <i>Lili</i>	232

SUMÁRIO

PARA COMEÇAR	16
2 (RE)PENSANDO O CÂNONE: entre o passado e o presente nasce o contradiscurso..	32
2.1 O sistema literário nacional e suas margens	34
2.2 As temáticas e os protagonismos: (des)caminhos da representação	44
2.2.1 A função da arte e o lugar do leitor.....	54
2.2.2 A leitura e suas provocações.....	58
2.2.3 O literário e a experiência da leitura.....	63
2.3 A autoria feminina negra: uma poética insubmissa	68
2.4 Escritoras Negras e suas poéticas	81
2.5 O Contradiscurso como resultado das conjugações entre Representação, Não-Lugar e Autoria	105
3 DESCOLONIZANDO OS SISTEMAS LITERÁRIOS: a literatura infantil negro-brasileira contemporânea e suas incursões autorais.....	118
3.1 O giro decolonial e os movimentos sociais	122
3.2 A desobediência epistêmica na literatura infantil	134
3.3 O pensamento feminista negro e suas intersecções	146
3.4 O percurso contemporâneo de conceituação da literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina	162
4 PROSA INFANTIL NEGRO-BRASILEIRA DE AUTORIA FEMININA	175
4.1 Os protagonismos negro-brasileiros e femininos na produção literária contemporânea	182
4.1.1 <i>Os tesouros de Monifa</i>	185
4.1.2 <i>Histórias da Preta</i>	190
4.1.3 <i>Entremeio sem babado</i>	199
4.1.4 <i>Betina</i>	202
4.1.5 <i>Kuami</i>	209
4.1.6 <i>O mundo no black power de Tayó</i>	219

4.1.7 <i>As férias fantásticas de Lili</i>	229
4.2 Intersecções entre autoria, temáticas, enredos e protagonismos	238
4.3 O contradiscurso produzido a partir da abordagem interseccional na literatura infantil	245
4.4 Duas décadas e o que mudou?	253
5 PARA NÃO FINALIZAR	260
REFERÊNCIAS	267

PARA COMEÇAR...

Quando estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem à memória a função que as mulheres africanas - dentro das casas-grandes, escravizadas - tinham de contar histórias para adormecer a casa-grande. Eram histórias para adormecer. Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonhos injustos.

Conceição Evaristo (2017)¹

Dona Maria da Luz foi a primeira mulher negra que lembro de ter visto na vida. Era vizinha e amiga de minha avó, além de cliente de suas costuras; era reconhecida de longe pelos passos rápidos, ia e vinha depressa, no corre-corre de seus afazeres. No dia a dia, recordo que vivia doente e peregrinava para levar as roupas das casas de quem tinha mais condição para lavar no rio, em troca de alguma comida ou pouco dinheiro. Assim como dona Maria da Luz, muitas outras lavadeiras aceitavam alimentos ou pouco dinheiro em troca de sua mão-de-obra, que se dava num rito sinuoso às margens do velho monge, o Rio Buriti. Lavavam cedinho e entregavam ao entardecer as roupas secas e dobradas, junto do resto da barra de sabão que sobrou daquele dia.

Além das lavagens, ela costurava as vivências sendo a “Da Luz” na vida dos(as) que se avizinham. Seu semblante muito triste, doentio, sofrido e fadigado, às vezes tímido ou envergonhado, me deixava igualmente triste e reflexivo, questionando-me o porquê de sua tristeza e de sua vida como mais uma condenada da terra, o que faz com que a enxergue nos discursos do martiniquense Frantz Fanon, em *Os condenados da Terra* (2005). Uma vez ou outra perguntava à minha avó o porquê e os motivos daquela vida e sempre ouvia que ela tinha muitos filhos, sempre muito doente, além de não ter recebido nenhum tipo de auxílio do governo, que se somava ao fato de ser viúva.

Às vezes via seu cansaço pesar mais do que em outros dias. Enquanto esperava suas costuras, ela contava, poucas vezes rindo, os acontecimentos e causos no rio, as prosas das outras lavadeiras e as barras de sabão que escorregavam e se perdiam na água barrenta do Buriti. Eu, sempre muito atento às conversas, ouvia que também se reclamava do peso da

¹ EVARISTO, Conceição. *Não Escrevemos*. Estação Plural. Entrevista concedida a TV Brasil em 09/06/2017. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicaoovaristo>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

vida e da falta de perspectivas. Para mim, dona Maria da Luz era a corporificação de Nossa Senhora de Nazaré, não só se tornando uma referência como mulher negra, mas gerando uma semente que alguns anos depois se tornaria uma pesquisa, ampliando e tomando corpo em espaços circunscritos por outras mulheres negras, que se entrecruzam desde as instâncias da vida cotidiana à representação ficcional, ou seja, do plano social ao literário, cujas narrativas apresentam o *ser* e o *estar* negra, ontem e hoje, contrastivamente.

Dona Maria da Luz, com sua simplicidade, sua voz baixa e com o semblante marcado pelo descaso, impulsionou esta pesquisa como referência de mulher negra aguerrida e sábia, que com seus chás de cascas de laranja e cravinhos e seus lambedores, além de curar nossas almas, alimentava nosso imaginário. Ela fez parte da população maranhense autodeclarada preta ou parda, que segundo as estimativas populacionais trazidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE², realizado em 2018, foi de 76,2%, ou seja, um contingente de 5.010.129 habitantes, que colocou o Maranhão na posição de terceiro maior no país, ficando atrás dos estados do Pará e da Bahia.

Esses dados, desde a minha infância, meados da década de 1990, permearam os espaços e as memórias, atravessaram as experiências escolares e compuseram os rostos que habitavam os desvios citadinos, os becos, as ruas sem nomes, assim como demarcaram quem podia e quem era discriminado ao ocupar, raramente, os postos de trabalho destinados aos brancos, pois negros e negras estavam destinados aos *não-lugares*³, conforme problematiza Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (2008). Nesse contexto, via de regra, a população negra ocupava os espaços marginais, onde habitavam os excluídos e onde se depositava o que não se queria ali, situação corriqueira e magistralmente descrita na poética de Carolina Maria de Jesus, que narrou o cotidiano de dentro desses espaços subalternos e esquecidos, fazendo com que sua escrita fosse também a de milhões de outros(as) no Brasil, como a da vida de dona Maria da Luz.

A necessidade de uma revisão da historiografia literária, bem como de um processo de resgate de uma produção que ficou à margem, tem acontecido de maneira tímida, no tocante ao lugar epistêmico de onde partimos, se apresenta epistemologicamente necessária

² Cf. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12 jul. 19.

³ Optamos, nessa discussão, pela noção de *não-lugar* a partir de Frantz Fanon, cujo sentido está na dimensão subjetiva para onde foram destinados os(as) negros(as) e demais minorias, considerando, para tanto, a produção de conhecimentos, o corpo e suas dinâmicas identitárias, perspectiva distinta da construída por Marc Augé, em *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (1994), na qual esse *não-lugar* repousa na aceção de sujeito-espaço adjetivada pela ideia de trânsito.

e produtiva. Entretanto, esse olhar nem sempre é coletivo e, muitas vezes, é restrito aos(as) pesquisadores(as) que se debruçam sobre essa ótica, o que não é o objetivo considerando as dimensões da própria epistemologia decolonial, por exemplo, no âmbito do ensino de literatura na educação básica, assim como nos debates sobre obras literárias tanto nos espaços formais quando nos informais de educação, nos quais se visualiza como propícios para se descolonizar. Nesse intento, a sensibilização é de extrema importância na desconstrução de um universo hegemônico constituído e validado pelos mecanismos de poder e opressão, daí a necessidade de um lugar contrahegemônico para ler tais literaturas, bem como de sua relação com o *ser* e o *estar-no-mundo* em oposição ao universo ocidentocêntrico⁴.

Na esteira da criação de um para-campo literário protagonizado por negros(as) e suas poéticas, especificamente as escritas pelas mulheres, desde o início de minha caminhada como professor da educação básica (ensino fundamental II e ensino médio) ao ensino superior, no ofício de aprender e contribuir com a formação de outros(as) professores(as), sempre empreendi questionamentos sobre o lugar do(a) negro(a) e seus espaços de re-existências, refletindo acerca da importância dos movimentos coletivos na (re)escrita de uma outra narrativa, para além da oficial que nos foi imposta, objetivando um contradiscurso a partir de seus lugares, de suas próprias dinâmicas, utilizando-se de suas línguas e rompendo com a hegemonia que recaiu sobre seus corpos desde que foram traficados(os) nos navios negreiros, interditados em suas histórias e em suas manifestações artísticas e culturais, que passaram a ser subalternizadas e demonizadas pelo sistema colonial.

A partir dessas questões nucleares, outras foram surgindo ao passo que se mergulhou no universo da literatura infantil negro-brasileira, destacando-se os lugares de enunciação, momento em que intentamos investigar se pode a subalterna falar, segundo as discussões de Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010), considerando o contexto contemporâneo, entre avanços e supressões. Diante dessa problemática no campo literário, a diversidade de vozes e as percepções de mulheres negras convoca-nos e guiamos nos rastros de suas escritas, em suas poéticas quilombolas revestidas de dororidades e sororidades, retomando a invisibilidade histórica à qual foram submetidas desde a literatura

⁴ Optamos pelo termo Ocidentocêntrico para incluir os Estados Unidos ao termo Eurocêntrico, conforme orienta Caroline Marim, em *Outras Epistemologias - Múltiplas narrativas sobre sexo, gênero e papéis sociais* (2019). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/33205>. Acesso em: 20 jul. 2021

oitocentista, quando se demarca o início da escrita feminina negra com a maranhense Maria Firmina dos Reis, principalmente se consideradas as especificidades de seus contextos de produção e os incômodos que causava junto ao cânone literário e a elite cisheteropatriarcal responsável pela manutenção desse. Escritas essas entendidas, contemporaneamente, como insubmissas, acatando, para tanto, as conquistas dos movimentos sociais, principalmente oriundas do Movimento Negro e do Pensamento Feminista Negro, na publicização de obras e na ocupação de outros espaços políticos e acadêmicos, como as Universidades, por exemplo.

A especificidade de ser a literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina negra uma poética insubmissa que questiona o que foi historicamente posto, potencializa nossas perspectivas investigativas, pois além de literatas, essas mulheres negras contribuem com um escopo teórico e analítico, cunhando categorias e dispositivos que servem de subsídios para se refletir as diversas nuances e se compreenda suas poéticas, bem como os engajamentos sociais e acadêmicos nas lutas por transformação social das populações negras, femininas e não-heterossexuais. Ademais, a problemática central e as primeiras motivações se deram em virtude da necessidade de um levantamento das produções literárias infantis dessa autoria nas últimas décadas, principalmente após a promulgação da Lei Federal nº 10.639, em 2003, que tornou obrigatório o trabalho com a História e Cultura Africana e Afro-brasileira no âmbito da educação básica; e, posteriormente, de uma crítica que privilegie essa autoria conjugada com suas próprias experiências vivenciais, inscritas como mulheres e negras cujas narrativas de vida são transpostas para o texto infantil como mecanismo de empoderamento, de auto-conscientização e de auto-pertencimento, pois tal especificidade – a escrita feminina negra – traz para o texto literário atitudes e práticas que colocam a experiência de ser negro(a) no Brasil e todos os seus amálgamas como motivo e projeto da produção literária, resultando em uma desobediência epistêmica na ruptura com o sistema colonial.

A partir da tradição literária brasileira que representou, quase sempre, a negra como fábula plena do exótico, com elementos carnavais de pulsão sexual e sensualidade, segundo o filósofo camaronês Achille Mbembe, em *Crítica da Razão Negra* (2014), nossa perspectiva partiu de uma análise dessa condição de subjugada, subalterna e oprimida, recorrente nas narrativas que compuseram o cânone literário brasileiro, por entender que para se proceder uma análise e crítica literária é necessária sua revisitação. Para tanto, objetivando suscitar respostas utilizamos como pontapé inicial a crítica contemporânea,

que é enviesada por uma perspectiva teórica decolonial, para investigar a autoria feminina negra e como esta representa suas personagens interseccionalizando raça, classe e gênero, contribuindo, assim, para a (re)construção do processo de pertencimento étnico-racial e de gênero a partir da leitura das narrativas infantis produzidas nas últimas décadas como resultado, também, da legislação vigente, no tocante à lei 10.639/03, e seus impactos no mercado editorial, a abertura deste para as escritoras negras, movimentos esses que sinalizam a ampliação e evolução das discussões interseccionais, seguindo a orientação teórica de Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe* (2016), bem como os avanços tanto no campo teórico quanto no de crítica e análise literária.

Diante desse universo, consideramos a seguinte problemática geral: como se constitui a autoria feminina negra e como esta representa suas personagens na literatura infantil negro-brasileira, do ponto de vista da raça, de classe social e de gênero? Como as representações negras e de gênero são (re)construídas e positivadas nas narrativas infantis produzidas por mulheres negras e como contribuem para a (re)construção do autopertencimento identitário? No tocante às problemáticas secundárias: como as escrevivências dessas escritoras negras são levadas para o texto literário? Quais lugares essas mulheres e suas respectivas poéticas ocupam no universo da crítica e da análise literária nacional? Como essas narrativas fomentam e potencializam os pertencimentos étnico-raciais e de gênero junto aos leitores?

Partindo dessa rede de questionamentos, a discussão foi analisada e ampliada em direção às categorias, métodos e procedimentos da análise e crítica da Literatura e Cultura Negro-brasileira, da Literatura Infantil Contemporânea, dos estudos críticos da Literatura de Autoria Feminina, das Relações Étnico-raciais, dos Estudos de Gênero e Feminismo Negro, da Escrevivência como categoria teórica e da Decolonialidade como projeto epistêmico de teoria, crítica e escritas pensadas para e a partir do contexto da América Latina, especificamente o brasileiro, conforme discorrem Aníbal Quijano (2000; 2005), Maldonado-Torres et al (2019), Mignolo (2000; 2008), entre outros(as).

Considerando essas problemáticas, portanto, esta pesquisa pretendeu, inicialmente, revisitar o cânone literário brasileiro paralelamente à revisão bibliográfica, para investigar o(s) lugar(es) e as representações da mulher negra na historiografia, seguido da

catalogação das produções literárias infantis escritas por essa autoria nas últimas décadas⁵, para então discutir criticamente o processo autoral e a (re)construção das identidades negras e femininas a partir das perspectivas do Feminismo Negro ancoradas em Lélia Gonzalez (2020). Para tanto, consideramos o entrelaçamento entre texto literário e autoria, esta última corporificada em mulheres negras que deixam de ser corpos abjetos para serem sujeitas de suas próprias trajetórias (BUTLER, 2002), seja através da autoria, seja pelos protagonismos, ambos incluídos em suas poéticas por meio das categorias estruturantes como resultados de uma literatura empreendida com o projeto decolonial.

Partimos da hipótese de essa produção não ser um projeto consolidado, mas que se fortalece em virtude das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como da necessidade de compreender e demonstrar, nesse *corpus* literário, a emergência da própria temática no deslocamento desse pretagonismo do *não-lugar* para o centro da narrativa, ou seja, da periferia para a periferia/das margens para as magens, na possibilidade de fazer com que esse pretagonismo consiga, de alguma forma, mobilizar o leitor infantil para uma compreensão das realidades, da existências das pluralidade e, conseqüentemente, contribuindo para uma formação mais humanizadora através da leitura literária.

No que diz respeito à justificativa, ao considerarmos os estudos da crítica e da análise literária na contemporaneidade, percebemos que o texto literário está intrinsecamente ligado aos contextos social, histórico e ideológico, cuja essência transcende as noções da crítica que desconsiderava e/ou retalhava essas relações. Assim, chega-se ao entendimento de que estudar literatura é também mergulhar nas diversas áreas, como a História, a Sociologia, a Filosofia etc., observando os mais variados elementos presentes no texto literário a partir de uma ótica que privilegie uma crítica do que o compõe: contexto histórico, composição literária, leitura, circulação, recepção estética e, conseqüentemente, a inter-relação entre autor, obra e leitor, conforme entendemos como tríade inseparável (ECO, 1993a⁶; 1993b⁷; COMPAGNON, 2003).

⁵ Ana Fatima Cruz dos Santos; Aparecida de Jesus Ferreira; Bianca Santana; Cássia Valle; Carmen Lúcia Campos; Cidinha da Silva; Cinthya Rachel; Cristiane Sobral e Ayana Sobral; Dayse Cabral de Moura; Eliana Marcelina; Eliane Alves Cruz; Eliane Debus; Elisa Lucinda; Evelyn Sacramento; Gercilga de Almeida; Gisele Gama Andrade; Gisele Marques; Heloisa Pires Lima; Ione Duarte; Iris Amâncio; Jaciana Melquíades; Kaliana Oliveira da Hora; Kalypsa Brito; Kiusam de Oliveira; Lívia Natália; Lucimar Rosa Dias; Luciana Palmeira; Madu Costa; Maira Brochado Ranzeiro; Maria Gal; Martha Rodrigues; Nena de Castro; Neusa Baptista Pinto; Nilma Lino Gomes; Noélia Miranda; Patricia Matos; Patrícia Santana; Simone Botelho; Solange Adão; Sonia Rosa; Tamires Ferreira; Verônica Bonfim; Veralindá Menezes.

⁶ ECO, Umberto. *Interpretação e Sobreinterpretação*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

⁷ ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

Nesse limiar discursivo e contemporâneo do campo dos estudos literários, a literatura, a partir de sua função humanizadora, segundo Antonio Candido (2011), (re)escreve-se resgatando vozes, narrativas e sujeitas(os) que ficaram às margens do que entendemos como tradição literária brasileira, neste caso, classificada em sexista, racista, homofóbica, branca, patriarcal e elitista, sob a ótica dos estudos culturais e da crítica contemporânea, segundo Regina Dalcastagnè (2018); além de considerar, agora, as discussões advindas das desobediências epistêmicas. Dessa forma, tais especificidades alinham-se às potencialidades das pesquisas no campo da Literatura por serem epistemologicamente produtivas (DURÃO, 2020)⁸.

A presente pesquisa se torna potencializadora para a desconstrução de estereótipos e estigmas que recaíram e continuam recaindo sobre essa produção, principalmente na validação de sua estética através da experiência de análise e crítica literária eurocentrada, que luta para que seus critérios permaneçam como os únicos validados pelos estudos literários, a partir de uma ótica colonialista que define os que podem e os que não podem falar, conforme discute Eurídice Figueiredo, em *Por uma Crítica Feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras* (2020). Assim, no atual contexto que considera o lugar de fala dessa autoria, que por séculos esteve habitando os desvios, excluída da cidadania (negras/os, mulheres, não-heterossexuais, etc.), bem como os contextos que as circunscrevem como aporte teórico, adotamos a percepção de que o texto literário é uma construção histórica, cultural e socialmente situada que considera tanto o mergulho contextual em que se encontra quanto a própria estética que o compõe, num movimento de entrelaçamento entre realidade e ficção, nas mais diversas (im)possibilidades.

A partir das subjetividades que integram a natureza do texto literário contemporâneo, uma das principais motivações desta pesquisa é a situação atual dos estudos literários no que diz respeito à literatura infantil negro-brasileira, no sentido de indicar a necessidade de adensamento a partir da autoria feminina negra, no tocante às suas inscrições como escritoras e as representações étnico-raciais e de gênero incutidas em suas produções, considerando, para tanto, o avanço das últimas décadas como marco cronológico estabelecido nesta discussão. A necessidade é ratificada nas plataformas de disponibilização de pesquisas, especificamente o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, onde

⁸ DURÃO, Fábio A. *Metodologia da pesquisa em literatura*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

visualizamos as lacunas que objetivamos contribuir e sua viabilidade, para além da questão do ineditismo que se espera de uma tese, mas focado no que ela pode contribuir, seja no campo de uma proposta teórica, seja no campo metodológico.

Concebendo a literatura infantil como fruto das vivências sociais e culturais, submerso em uma composição contextual, segundo a ótica de Nelly Novaes Coelho (2000; 2006) e Regina Zilberman (2003; 2014), compreendemos que os livros destinados às crianças, revestidos de temas, tramas, personagens e situações que falam e denunciam nossa condição afrodescendente, além de descreverem outras questões emergentes, como as de gênero, por exemplo, potencializam-se ao apresentarem e discutirem as diversas marcas afrodiáspóricas inscritas em nossa identidade negro-brasileira. Ressalta-se, ainda, a importância desses protagonismos/pretagonismos⁹ no contexto nacional, assim como as discussões sobre as pautas raciais, as políticas de cotas e outras questões atinentes que atuam diretamente no combate ao racismo institucional, estrutural e estruturante que assola negras(os) no Brasil e, conseqüentemente, interfere de forma direta em suas representações e nos lugares que cada um(a) ocupa na pirâmide social.

Neste preâmbulo, essa literatura assume um lugar inédito no cenário nacional, por ser um acervo substancialmente positivado aos leitores no processo de (re)construção de suas identidades e de auto-conscientização, possibilitando, a partir de suas diversas faces, o subsídio para o fortalecimento de suas identidades, processo que se dá ao passo em que vão se auto-pertencendo e assumindo o protagonismo da narrativa, via empoderamento. Cabe destacar que isso ocorre a partir do movimento de colocar-se no lugar do outro (diegeses construídas e dirigidas ao público infantil), como prática de *escrevivências* (enquanto experiências de mulheres negras na infância), assim como na percepção e/ou problematização de situações racistas e sexistas corriqueiras. A partir dessas questões, tais contextos exigem do indivíduo um posicionamento crítico e reflexivo, retomando experiências e re-leituras das realidades sob uma perspectiva decolonial, pois essa produção literária se inscreve a partir da revisitação do tempo e dos espaços históricos como constituidores que são de nossa identidade enquanto povo. Ela não só existe, como é diversa, conforme menciona Duarte (2014).

⁹ Utilizamos o termo pretagonismos, neologismo criado para se referir aos espaços de representação negados aos negros, ancorando nas discussões de Rodrigo França, em *Pretagonismos* (2022).

Paralelamente às questões atinentes à formação identitária, foi importante retomar a perspectiva alicerçada na ótica dialógica bakhtiniana (1997)¹⁰, de que todo texto se forja a partir de um confronto de vozes, contra ou em função de uma intencionalidade. Contudo, não discutiremos os elementos composicionais referentes à ilustração e/ou à materialidade do livro infantil. Assim, considerando as funções simbólicas e práticas da literatura infantil e reconhecendo-a como prática social de emancipação de seus leitores através da experiência de fruição, as obras que integraram esse *corpus* confrontam diversas perspectivas, a saber: *Os tesouros de Monifa* (2009), de Sonia Rosa; *Histórias da Preta* (2005 [1998]), de Heloisa Pires Lima; *Entremeio sem babado* (2007), de Patrícia Santana; *Betina* (2009), de Nilma Lino Gomes; *Kuami* (2011), de Cidinha da Silva; *O mundo no black power de Tayó* (2013), de Kiusam de Oliveira e *As férias fantásticas de Lili* (2018), de Lívia Natália.

Enquanto metodologia de mapeamento do *corpus* literário, recorreremos à estruturação proposta pela pesquisadora Fernanda Costa e Souza, em dissertação *A Literatura Afro-Brasileira para a Infância: de mulheres para meninas* (2022)¹¹, na qual traça uma organização importante para a justificativa das obras. A primeira característica se debruça sobre a autoria: mulheres negras; a segunda, protagonismos negros (pretagonistas), preferencialmente o feminino. Após a catalogação das obras pelo autor, dos títulos produzidos pelas 42 autoras, selecionamos 7 obras e 7 autoras com base em três categorias: i) Fenótipos, ii) Racismo e iii) Protagonismo feminino negro. Nesse contexto, além das categorias para escolha dos livros, utilizamos três fios condutores que norteiam a pesquisa: i) Títulos que não tenham sido recorrentes em trabalhos acadêmicos; ii) Temáticas que dialogam, porém com narrativas diferentes e iii) Títulos que abordam mais de uma categoria selecionada, a saber: raça, classe e gênero, via interseccionalidade.

A partir dessa composição, tanto o levantamento do *corpus* literário quanto a seleção das narrativas encontram fôlego nas potencialidades dessas obras serem epistemologicamente pensadas e situadas em um projeto político-acadêmico decolonial em processo de consolidação. Nesse bojo, além de subsidiar aos leitores questões que afligem as personagens, que se confundem com a vida das escritoras e, muitas vezes, até com as

¹⁰ BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 279-326.

¹¹ SOUZA, Fernanda Costa e. *A Literatura Afro-Brasileira para a Infância: de mulheres para meninas*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2022

narrativas de suas próprias vidas, entrelaçamos as temáticas, os protagonismos, os enredos e seus sentidos sob a ótica interseccional, para refletirmos como esse diálogo possibilita uma significação da obra a partir de um posicionamento crítico e reflexivo.

Diante dessa singularidade, as escritoras que foram selecionadas para compor nossa epistemologia investigativa partem do processo de (re)construção de suas identidades negras e femininas, empreendendo em suas escritas, usualmente, os diversos conflitos existentes nas subjetividades de crianças negras que não se veem representadas nos livros e nos mecanismos e meios de disseminação de informações, ou seja, essas escritoras trazem à tona, através da composição narrativa e de uma estética peculiar, as agruras que permeiam o processo de (re)construção do ser negro(a) em contextos que desconsideram suas singularidades constitutivas, suas formas e suas presenças, em uma tentativa de apagamento de suas existências, o que fortalece o projeto de naturalização do racismo, do sexismo, do encarceramento das populações negras e periféricas e do epistemicídio, entre outras formas de apagamento e extermínio.

As compreensões do mundo através do texto literário infantil desconstroem valores cristalizados, e neste contexto, visões que serviram por tanto tempo como justificativa para o racismo e para o sexismo. Essas materialidades sugerem, em contrapartida, a ressignificação de contextos, bem como o estabelecimento de referenciais que alinhamos com a epistemologia decolonial e a filosofia da libertação, sobre os quais discorre Enrique Dussel (2016), considerando a voz dos próprios subalternos a partir do pertencimento étnico-racial e da perspectiva autoral, para que os leitores possam, a partir desse giro de perspectivas, ter a possibilidade de se (re)construírem a cada leitura, em um processo de ressignificação de suas percepções, especificidade que dialoga diretamente com o nosso delineamento investigativo e com as questões singulares interpostas, tais como os lugares de fala e escuta e as formas de manifestação e registro, partindo de suas próprias dinâmicas de significação.

Identificar e discutir as metáforas, as alegorias, os diálogos e distanciamentos que o texto literário infantil propõe são subsídios para problematizar os contextos e contribuir para a (re)construção das identidades, agora positivadas, como resultado das relações entre leitor, texto e autoria, posicionando a mulher negra como sujeita e, muitas vezes, protagonista de sua própria escrita. Destarte, ratificamos nossa preferência na seleção de escritoras negras contemporâneas, pois o mergulho em suas histórias de vida agrega um valor específico às obras, tornando-as integrantes das categorias suscitadas nesta pesquisa,

que, para nós, é resultado das relações entre vivências, experiências e escritas (literárias e teóricas), do eu e de outros(as), encaminhamentos que vêm produzindo uma crítica às estruturas e ao que se estabeleceu como literatura no decorrer da tradição literária hegemônica cisheteropatriarcal, assim como o que foi destinado às margens, o que nos permite ler, sob essas novas perspectivas, o campo literário e suas disputas, bem como seus contradiscursos e para-campos.

Considerando tais avanços e a dimensão autor-obra-leitor, segundo o que discorre Antoine Compagnon (2003), esta última, ao ser confrontada com a autoria, com as temáticas e suas incursões, procederá a uma leitura com base na interpretação e vai significá-la considerando a realidade na qual está submersa, em detrimento de uma exclusividade estética. Tal afirmativa, de uma maior significação do texto literário em virtude de sua relação com os contextos de vivência dos leitores, é ratificada ao enfatizar que a significação da obra pelo esquema de sentidos é construída na relação entre leitor e narrativa, ou seja, no jogo simbólico de interação que ambos estabelecem.

O aporte teórico crítico das últimas décadas tem reunido e apresentado um cenário de desconstruções, partindo de um projeto, em desenvolvimento, tanto de autoria quanto de crítica literária negra, na especificidade de essas produções seguirem o movimento da periferia para a periferia e não mais do centro para a periferia, tal como proposto pela filosofia da libertação, objetivando a ruptura com as diversas faces do colonialismo, segundo o que discorre Dussel (2016), giro decolonial necessário por empreender e aprofundar as nuances das vozes que compõem os discursos do pensamento social negro-brasileiro contemporâneo. Neste périplo, surgem poéticas oriundas das margens que habitam as periferias físicas e simbólicas e que ecoam na literatura como movimento de ruptura e enaltecimento de suas matrizes culturais, especificamente porque elas (as vozes) se confundem ao passo que consideramos a tríade leitor-obra-autor, já que as escritas estão cada vez mais mergulhadas em suas circuncrições, ou seja, representando e tematizando suas histórias de vida.

No que concerne aos objetivos, intentamos investigar a autoria feminina negra e como essa representa suas personagens na literatura infantil contemporânea negro-brasileira, interseccionalizando raça, classe e gênero. Para tanto, fez-se necessário os seguintes objetivos específicos: i) catalogar as narrativas literárias contemporâneas infantis de autoria feminina negra, a partir do que consideramos ser uma desobediência epistêmica na escrita literária negro-brasileira, à luz das categorias teóricas selecionadas; ii) discutir os

processos de inscrição autoral das mulheres negras e de suas personagens, bem como a desconstrução de estereótipos e estigmas associados e conjugados com as violências sistêmicas que recaem sobre essas identidades no texto literário infantil; iii) evidenciar os mecanismos que possibilitam a (re)construção do pertencimento étnico-racial e de gênero no *corpus* selecionado a partir das representações das personagens, considerando as relações entre obra e autoria, e iv) contribuir para a visibilidade da autoria feminina negra na literatura infantil negro-brasileira, no tocante à sua divulgação e recepção crítica, assim como para a (re)construção e atualização da historiografia literária brasileira à luz das epistemologias decoloniais.

A tecitura teórica desta pesquisa constituiu-se das discussões de Antonio Candido (1962; 1989; 1999; 2006; 2011), Alfredo Bosi (2005; 2015), Roberto Reis (1992), Silviano Santiago (2000), Regina Dalcastagnè (2012; 2015; 2018) etc., sobre a tradição literária enquanto cânone, bem como seus sistemas literários, suas margens e desvios. No que diz respeito à gênese da literatura infantil, recorreremos às discussões de Nelly Novaes Coelho (1991; 1993; 2000; 2006), Regina Zilberman (2003; 2010; 2014), Teresa Colomer (2003; 2017), Lígia Cademartori (2010), José Nicolau Gregorin Filho (2010), Joseane Maia (2012), dentre outros(as). As tematizações sobre Autoria Feminina e Feminismo Negro, considerando a interseccionalidade entre raça, classe e gênero, assim como o(s) lugar(es) de fala e escuta, partiram de Carla Akotirene (2019), Joice Beth (2019), Simone de Beauvoir (1989), Patrícia Hill Collins (2019), em diálogo com as discussões étnico-raciais e literárias de Conceição Evaristo (2006b; 2010; 2011c) e Domício Proença Filho (2004), paralelamente às de Djamila Ribeiro (2019).

No campo das teorias sobre a Literatura Negro-brasileira, Mirian Alves (2010), Cuti (2010), Zilá Bernrd (1988; 2010), Eliane Debus (2017), Fernanda Miranda (2019), Mirian Santos (2018), Amauri Pereira (2012), Eduardo de Assis Duarte (2014). As discussões decoloniais foram ancoradas nas assertivas de Aníbal Quijano (2005; 2000), Nelson Maldonado-Torres et al. (2019), Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), Joaze Bernardino-Costa (2016), Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2015 [1975]), Enrique Dussel (2016), Frantz Fanon (2005; 2008), Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009), Lélia Gonzalez (1979; 1984; 2020), Edoard Glissant (2005 [1979]; 1981), Ana Mafalda Leite (2012; 2016), Gayatri Spivak (2010) etc. Outras discussões são sustentadas pelas perspectivas teóricas da literatura em diálogo com outros campos de saber, como a filosofia, a sociologia, a história e os estudos culturais, principalmente nas

questões interpeladas por Terry Eagleton (2006), Antoine Compagnon (2003), Michel Foucault (2002), Achille Mbembe (2014; 2018), Stuart Hall (2006) e Sueli Carneiro (2005).

Como metodologia, trata-se de uma pesquisa básica, com revisão bibliográfica analítica e qualitativa, de cunho interpretativo, utilizando-se como ferramenta a análise-crítica a partir de uma abordagem interseccional, buscando a superação das possíveis contradições epistemológicas nos paradigmas qualitativos, para a compreensão mais aprofundada; atinente a essa acepção, os métodos teóricos serão essenciais para o seu desenvolvimento. Para viabilizá-la, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica (revisão da área e reportagem de pesquisa prévia/ levantamento do estado do conhecimento) sobre autores que fundamentam os estudos sobre Literatura e Cultura Negro-brasileira, Literatura Infantil Contemporânea, Literatura de Autoria Feminina, Relações Étnico-raciais e Feminismo Negro, entrelaçando literatura e sociedade sob a perspectiva sociológica, historiográfica e interseccional. Neste preâmbulo, o estudo bibliográfico é essencial para o respaldo crítico, literário e científico da pesquisa.

No tocante aos seus vieses metodológicos e suas implicações, considera-se que o diálogo é resultado entre o que existe, enquanto revisão do aporte teórico, e o que se pretende, enquanto objetivo geral, que se concentra em torno de como se constitui a autoria feminina negra e como essa representa suas personagens do ponto de vista étnico-racial, de classe e gênero, e de que maneira contribuem para a re-construção do auto-pertencimento do público leitor, tendo como materialidade o universo da literatura infantil negro-brasileira contemporânea, pensada e idealizada por mulheres negras.

Para alcançar os objetivos pretendidos, procedemos em três etapas: a primeira, de revisão histórico-literária e crítico-conceitual da presença e das representações do(a) negro(a) na literatura negro-brasileira, bem como da autoria feminina negra a partir de uma revisitação ao cânone literário, contrastando as ausências e as representações estigmatizadas, pois neste tipo de pesquisa faz-se necessário revisitá-lo para se compreender o processo de exclusão; a segunda diz respeito à catalogação do *corpus* de análise, a saber: narrativas infantis produzidas nas últimas décadas por mulheres negras; por último, a análise-crítica das obras literárias à luz das categorias teóricas, ambas focalizadas nas principais reivindicações, questionamentos e propostas de desconstrução apresentadas nas narrativas que ressignificam e colocam em evidência a interseccionalidade, segundo o que discorre Mirian Santos (2018, p. 13).

Utilizamos, para tanto, os percursos e direcionamentos metodológicos da Literatura Comparada, pois entendemos que é necessário estabelecer relações com outras áreas para pensar o *corpus* elencado e suas implicações. Assim, a partir dos empreendimentos dessa área da literatura, percebemos as várias possibilidades de diálogo que se pode tecer sobre o texto literário infantil enquanto veículo de comunicabilidade entre as instâncias do discurso; ou seja, entre o *eu*, o *outro* e o *nós*, pois no campo da Literatura Comparada, o ponto de partida deve ser necessariamente a cultura local, seguindo a lógica de um movimento de dentro para fora, quando for o caso, rompendo com a tradição de se projetar sempre do modelo europeu para depois voltar-se para o local, segundo o que considera a autora Sandra Nitrini (1997).

Nesse bojo, é importante destacar que a construção e a realização das pesquisas em literatura têm característica de permitir a compreensão do outro e de aproximar, gerando conhecimentos e trazendo para o centro realidades e culturas silenciadas. Essa discussão ratifica o caráter de análise-crítica utilizado, uma vez que é através da corporificação do texto literário que os leitores permitir-se-ão (re)conhecer as diversas inscrições autorais e representações negras e de gênero, cujas histórias de vida podem corresponder e/ou se confundir com suas próprias vidas e cenários socioculturais.

Cabe destacar que o suporte teórico-metodológico utilizado está fincado nas discussões de Antonio Candido (2000)¹², que considera os resultados do trabalho com a literatura integrantes da função total, social e ideológica, dialogicamente posta em interação com as áreas da literatura, alinhavada com as discussões sobre identidade, cultura, gênero, classe e feminismo negro, diretamente relacionadas com a sociologia, o que direciona para um processo de afunilação das discussões nas demais categorias específicas. Ademais, essa tese nasce e se engendra dentro do Grupo de Pesquisa LLER/UESPI - *Literatura, Leitura e Ensino*, vinculado à Universidade Estadual do Piauí – UESPI e coordenado pelo Prof. Dr. Diógenes Buenos Aires de Carvalho, no qual temos contato com um universo teórico e vivencial que circunscreve a teoria e as práticas que envolvem a Literatura Infantil e suas nuances.

Os desdobramentos teóricos e literários foram divididos em quatro capítulos, sendo o primeiro a introdução, que apresenta um percurso breve sobre toda estrutura, especificamente apresentando os objetivos, a metodologia utilizada, o referencial teórico

¹² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 2000.

que sustentou as discussões, assim como as justificativas, o problema e as questões nucleares. No capítulo dois, mergulha-se nas discussões acerca da revisitação ao cânone para refletir sobre o lugar dos(as) negros(as) como subsídio para a criação do contradiscurso e de um para-campo, corporificado na escrita de mulheres negras.

O terceiro capítulo, de cunho teórico, discorremos acerca da descolonização dos sistemas literários e a ruptura com todas as formas de colonialismo, incutindo a importância dos movimentos sociais, especificamente do feminismo negro, à conceituação da literatura negro-brasileira escrita por mulheres negras, conjugando texto literário e autoria. As análises das obras que compõem o *corpus* acontecem no quarto capítulo, momento em que se empreende discussões a partir da tomada de posições das protagonistas na ruptura com os amálgamas sociais que as acometem. Nesse bojo, o diálogo entre as categorias toma corpo nas identificações das representações do eu, do outro e do nós, em um espiral de escrevivências e desobediências epistêmicas, o que incluirá o enaltecimento do protagonismo negro-brasileiro e feminino, subsidiando, assim, a (re)construção e o fortalecimento das identidades das crianças.

Por último, as intersecções entre autoria, temáticas, enredos e protagonismos para se compreender a relação entre essas especificidades e a possibilidade e potencialidade da literatura infantil, seguida de uma breve discussão sobre o contradiscurso produzido a partir da abordagem interseccional, finalizando com uma costura entre a literatura e o que mudou nas últimas décadas, já que essa produção literária é uma realidade que se inscreve na história do Brasil como um novo campo literário (para-campo) em construção e consolidação, tanto pelas tematizações, enredos e personagens, quanto pela criatividade que envolve todos esses elementos, paralelamente à insurgência das vozes autorais que pensam e projetam essa produção literária a partir de referenciais excêntricos e decoloniais.

As considerações finais compilam os contrastes e diálogos entre os capítulos teóricos e o de análise das narrativas, empreendendo a essência das discussões trilhadas, bem como seus desdobramentos e contribuições para o campo literário infantil, tanto no escopo de análise quanto no de crítica. Intentou-se, como resultado da tese, contribuir para os estudos sobre a literatura infantil contemporânea, principalmente no que diz respeito à negro-brasileira e feminina, considerando a especificidade autoral de serem todas mulheres negras inscritas em um projeto político-acadêmico de poéticas decoloniais, analisadas sob a ótica da interseccionalidade, objetivando, através do texto literário infantil, a superação

dos amálgamas sociais que acometem milhões de negros(as) em situação de vulnerabilidade social, psíquica e interditados em suas identidades.

2 (RE)PENSANDO O CÂNONE: entre o passado e o presente nasce o contradiscurso

Nas últimas décadas do século XX houve um avanço nas discussões que problematizam os lugares, as representações, os discursos, e, de forma bem tímida, as relações entre as diversas áreas de conhecimento e a realidade, contrastando-as a partir dos direcionamentos advindos dos Estudos Culturais, por exemplo, colocando como centro dos vieses interdisciplinar as posições que cada um ocupou e ocupa na criação de significados, como ações que fortalecem as epistemologias decoloniais na reescrita dos cenários. A partir dessas mudanças de perspectivas que se fortaleceram com as demandas sociais, seja pelo aumento do contingente de excluídos, que passou a lutar, ocupar espaços e ser ouvido, seja pela necessidade de romper com o colonialismo moderno, inclusive podemos citar a criminalização do racismo como resultado dessa ruptura, a literatura como uma das áreas mais empreendidas no processo denunciativo, conforme percebemos desde a colonização, possibilita que seus espaços sejam ocupados, entre tensões e rupturas, por quem quer falar e ser ouvido(a), irrompendo com o ocidentocentrismo cisheteropatriarcal.

Considerando esse preâmbulo, as questões que emergem na contemporaneidade trazem, em sua essência, uma crítica ao que se considerou por tanto tempo como acervo literário, entendido aqui como cânone, substancialmente necessário para que determinada camada social se apropriasse dele como fator cultural, experiência artística e desenvolvimento linguístico, assim como possibilidade de humanização através da experiência estética que o texto literário subsidia aos seus leitores. Entretanto, esse mesmo cânone serviu para reforçar a supremacia étnica, racial e de gênero, fornecendo-nos, agora, materialidades que são analisadas por meio do expediente das categorias teóricas contemporâneas, neste caso, sob a ótica das epistemologias decoloniais.

A partir desse movimento iniciou-se um processo de investigação com o objetivo de discutir o apagamento das autorias, que ficaram às margens por pertencerem às classes economicamente inferiores cujas identidades étnicas, raciais, sexuais e de gênero não correspondiam aos pré-requisitos das instituições mantenedoras da tradição literária, pois a literatura atuou, desde a Literatura de Informação/Jesuíta ao Romantismo, no reforço das fronteiras culturais e nas barreiras sociais, bem como para estabelecimento de privilégios que resultaram nos silenciamentos e apagamentos. Destarte, para além da questão da articulação entre a forma e o processo social presente na estrutura das obras, é indispensável pensar como as categorias estéticas possuem um fundamento histórico-

concreto, ou seja, não são atemporais e a-históricas, e é nesse tensionamento que se situa criticamente o pensamento decolonial enquanto epistemologia contra-hegemônica e fronteiriça.

Nesta perspectiva, atentando para a assertiva de que todo saber é uma forma de domesticar a realidade, através do conhecimento e mediado pela linguagem, segundo Roberto Reis, em *Canôn* (1992), as relações que se estabelecem ou não através do contato com o texto literário empreendem uma violência, quando pensamos, por exemplo, em signo e significante como entes que estabelecem entre si uma relação dialógica e semântica junto aos leitores, ou seja, os significados que circulam no imaginário coletivo adquiridos no processo de fruição literária, que se dá no processo de interação entre leitor, texto literário e mediações socioculturais, segundo o que discute Eliana Yunes, em *Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados* (2009). Assim, para essa autora, os leitores, na posição que ocupam no espiral da experiência de leitura, são orientados e têm acesso ao que lhes é determinado pela elite hegemônica. Este é o ponto aqui problematizado: um projeto político-ideológico, discursivo, temático e autoral cunhado e cravado no Brasil até meados do século 20.

No esforço por entender a conjugação entre passado e presente, sinalizando o que possa surgir num futuro próximo, ou o que já estamos vivenciando em termos de publicações, temáticas e sentidos, intentamos enveredar nas discussões que têm como pano de fundo o cânone literário, adentrando em suas especificidades no tocante às suas fronteiras e margens, para repensá-lo à luz das novas tendências críticas que resgatam e consideram os(as) que habitavam às margens e que foram deixados(as) para depois (DALCASTAGNÈ, 2015), num movimento de apagamento de suas existências e, conseqüentemente, de suas escritas. Nessa assertiva, tal empreendimento corroborará para o surgimento de um contradiscurso que (re)funda o cânone literário a partir das diversas vozes que o compuseram, do ponto de vista artístico, cultural e literário de uma nação em formação cujas identidades multiétnicas e pluriculturais foram, durante a tradição literária, subalternizadas.

A estrutura discursiva e epistemológica que se propõe neste capítulo inicia com questões introdutórias sobre a literatura infantil, constrandando com suas temáticas e protagonismos no que diz respeito às representações. Continuamente, as discussões sobre a autoria feminina negra subsidiarão o entendimento dos lugares ou não-lugares de suas representações, e como, contemporaneamente, o resgate das escritas e o surgimento de

outras produções servem de materialidade para o contradiscurso, enfatizando os lugares, os posicionamentos, os estigmas associados e os preconceitos resultantes destes processos na historiografia literária brasileira.

As perspectivas discursivas e teóricas adotadas nessa tecitura partem do contraste entre as produções da/na tradição literária entendida enquanto cânone e as produções teóricas e analíticas cunhadas a partir do processo de descolonização do conhecimento, sob os encaminhamentos das epistemologias decoloniais, sobretudo no que diz respeito às questões que envolvem as representações, as autorias e a crítica literária produzida por esses grupos minoritários de representação política, destacando as posições adotadas pelas mulheres negras racializadas que encabeçam um projeto literário decolonial capaz de alterar os sentidos historicamente inculcados aos universos africanos e afro-diaspóricos.

Portanto, ao passo que essas mulheres se utilizam da interseccionalidade entre raça, classe e gênero e seus amálgamas, a partir dos movimentos epistêmicos oriundos da decolonialidade e pertencentes a feminismo negro enquanto coletivo intelectual, atuam na problematização, propondo reflexões e, conseqüentemente, intervêm nos lugares sociais previamente definidos, bem como atuam no sentido de positivar as representações africanas e negro-brasileiras, contribuindo, assim, para a diminuição do preconceito e da discriminação racial e de gênero, especificamente no universo da literatura infantil contemporânea.

2.1 O Sistema Literário Nacional e suas Margens

O campo de investigação e análise da crítica literária contemporânea tem se alargado consideravelmente em virtude dos movimentos de revisitação do cânone, num processo de (re)fundamento desse a partir do resgate histórico e literário de escritores e escritoras que habitaram suas margens. Esse movimento, potencialmente, alarga as noções da natureza da literatura e o que ela pode, em especial, no âmbito da literariedade e, conseqüentemente, serve de materialidade para inúmeras pesquisas, teorias e áreas sob a ótica de análise das epistemologias decoloniais. Assim, considera-se imprescindível essa revisitação aos acervos e arquivos objetivando o resgate dessas vozes e textos inaudíveis produzidos ao longo do processo histórico e que se constituíram através de um atrevimento e enfrentamentos políticos e sociais.

Nessa direção, os movimentos travados pelos(as) literatos(as) em prol da nacionalização são sinalizações de um projeto que se fortaleceria desde o Romantismo, perpassando pelo Realismo e, com maior notoriedade, travado no Modernismo, principalmente com o advento da Semana de Arte Moderna, em 1922, como esforço coletivo por um projeto político unificado, não contemplando somente a literatura, mas incluindo as artes, a arquitetura, a música etc. Sobre esse desmembramento, no tocante à área da literatura, no início da segunda metade do século XX, especificamente em 1959, Antonio Candido publica *A formação da literatura brasileira*¹³, onde, entre outras questões, destaca a formação da literatura e seu processo de constituição como sistema literário.

As inquietações desse teórico pressupõem alguns movimentos de natureza crítica no Romantismo, quando os literatos almejaram a criação de um projeto político de nacionalização, abdicando da influência temática e estilística europeia, como José de Alencar e Machado de Assis, especificamente na ruptura dos elos com Portugal, que tentava exercer poder sobre a ex-colônia, tanto na esfera literária e política, quanto na cultural e social, e, paralelamente, na tentativa de sua permanência como modelo hegemônico e válido de prestígio. Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1988, p. 02), questiona a ideia de uma narrativa oficial homogênea, propondo que se assuma a hibridez dos discursos que fazem parte desses textos literários, acrescentando que:

A representação da diferença não deve ser lida de forma apressada como o reflexo de um conjunto de características étnicas ou culturais preestabelecidas dentro de uma tradição. A articulação social da diferença, desde uma perspectiva minoritária, é uma negociação complexa e contínua que tenta autorizar hibridezes culturais que surgem no momento de transformações históricas.

As negociações de que trata Bhabha não podem servir de motivos para a diminuição dos(as) sujeitos(as) em suas especificidades identitárias e culturais, mas para questionar e desafiar a constituição da narrativa oficial. Dessa forma, a tematização do Brasil e uma poética intimamente indianista marcaram as proezas de uma nação que não queria mais reproduzir os efeitos das diversas dominações, seguindo a crítica de Machado

¹³ CANDIDO, Antonio. *A formação da literatura brasileira*. 2 v. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1959.

de Assis (1873)¹⁴, questão que se fortalece nas discussões de Candido (1959, p. 25) ao enfatizar que:

O leitor perceberá que me coloquei deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros que, antes deles, localizaram na fase arcádica o início da nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas, notadamente o Indianismo, que dominarão a produção oitocentista. Esses críticos conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local, e ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional.

Neste limiar discursivo, o projeto de uma literatura nacional está intrinsecamente relacionado com a edificação social, ou seja, embora tenhamos vestígios desde o arcadismo dos primeiros sinais de uma nacionalização, é no romantismo que este fenômeno intensifica-se, demarca-se e materializa-se. Considerando essa acepção, para os românticos, cabe salientar que o projeto de independência e nacionalização se daria, também, através das artes. Destarte, a assertiva de o Brasil não ter um poema épico ou um romance nacional o designa para o grupo de nações que não precisa de uma obra que a identifique, haja vista serem consideradas suas pluralidades e especificidades, vislumbradas por um projeto nacional que reverberava diversas temáticas ou diferentes gêneros literários que a identificasse.

Não podemos esquecer que nessas mesmas culturas os(as) condenados(as) da terra, conforme definiu Frantz Fanon, em *Os Condenados da Terra* (2005), não tiveram vez e nem voz, pois existiu e se perpetuou por séculos apenas uma narrativa oficial dessas culturas, aquela narrada por homens brancos, burgueses, heterossexuais e pertencentes às elites. Assim, seguindo a lógica foucaultiana, tendo como base a obra *As palavras e as coisas* (2002 [1966]), especificamente na episteme da Modernidade, todo discurso é uma forma de violência às coisas e ao mundo. Nesse encaminhamento, a literatura ocidental canônica serviu como parâmetro e mecanismo de poder, através de seus sistemas literários, num movimento de destinar às margens quem não preenchia os requisitos de pertencimento do grupo dominante, como mulheres, negros, não-heterossexuais, imigrantes, etc., grupos minoritários que habitaram e continuam a sobreviver em diversos desníveis, ocupando as identidades sociais marginais das zonas do não-ser (FANON,

14 Publica o ensaio crítica intitulado *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*”.

2008), validando a assertiva de Foucault (2002) de que todo discurso é uma violência, nesse caso, além de sistêmica, é física e simbólica.

No tocante ao viés dialógico entre literatura e sociedade, pensando os sistemas literários como recursos para se compreender essa relação, cabe destacar, sob a ótica de Candido (1959), a existência de três dimensões que as envolvem, a saber: i) a literatura como fonte de cultura individual; ii) a literatura como materialidade da cultura nacional; e iii) uma atualização da cultura ocidental. Para esse autor, o Arcadismo e o Romantismo foram as escolas literárias que mais se aproximaram do objetivo de nacionalização da literatura brasileira, embora apresentassem suas temáticas e estilos, pois “[...] a vocação histórica os aproxima [...]” (CANDIDO, 1962, p.16). Segundo sua ótica, essas escolas literárias se assumiram como decisivas na formação da literatura brasileira.

O Romantismo comportou a maior diversidade das escolas literárias, dividido em três fases, integrando na primeira, no tocante à poesia, as temáticas indianistas, enaltecendo o heroísmo indígena; a segunda, ultrarromântica, as temáticas se centravam no amor e na morte; e a terceira, condoreira, se definiu como de cunho social. Já na prosa, dividiu-se em quatro: urbana, espacialmente situada no Rio de Janeiro; regionalista, enaltecendo e trazendo à tona o interior do Brasil; histórica, relacionando fatos e narrativas e, por último, indianista, em que o indígena é representado como herói nacional, conforme observamos nas críticas de Alfredo Bosi, em *História concisa da Literatura Brasileira* (2015 [1982]).

No tocante ao Ultrarromantismo, habitou e se consolidou em suas margens Maria Firmina dos Reis¹⁵, que foi e continua sendo uma grande representante deste inédito

¹⁵ Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense, nasceu em 11 de outubro de 1825, no bairro de São Pantaleão, na Ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão. Filha bastarda descendente de escravos, viveu com a avó, a mãe e as suas primas em Guimarães, para onde se mudaram quando ela tinha cinco anos. Autodidata, sua instrução fez-se através de muitas leituras – lia e escrevia francês fluentemente. Exerceu a profissão de professora primária, tendo sido aprovada em primeiro lugar para a vaga do concurso público estadual em 1847 para mestra régia. Aposentou-se em 1881. Um ano antes da aposentadoria, fundou a primeira escola mista no Maranhão, tendo esta funcionado até 1890. Faleceu em 11 de novembro de 1917 aos 92 anos, cega e pobre. Colaborou com o jornal *A Imprensa*, publicando, em 1860, poesias, assinando com as iniciais M. F. R. Em 1861, começa a publicar *Gupeva*, no jornal *Jardim das Maranhenses*. Em 1863 e 1865, republica *Gupeva*, respectivamente, nos jornais *Porto Livre* e *Eco da Juventude*. Em 1871, *Cantos à beira mar*, pela Tipografia do Paiz; em 1976, em *fac-símile*, a 2ª edição. Participou da antologia poética *Parnaso Maranhense* (1861) e colaborou ainda com os seguintes jornais: *Publicador maranhense* (1861), *A Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense* (1867), *O Domingo* (1872), *O País* (1885), *Revista Maranhense* (1887), *Diário do Maranhão* (1889), *Pacotilha* (1900), *Federalista* (1903). Escreveu, no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1863, 1868), um artigo de título “Minhas impressões de viagem” (1872), um diário intitulado *Álbum* (1865), várias charadas e enigmas. Compôs músicas clássicas e populares (*Autos de bumba meu boi*), música dos *Versos da garrafa*, atribuído a Gonçalves Dias. (MENDES, 2006, p. 19-20).

movimento, ocupando o lugar de primeira mulher negra a escrever um romance abolicionista, *Úrsula*, em 1859, rompendo com os ideais de sua época ao se tornar grande intérprete de um país fortemente envolvido com a escravidão, constituindo-se como pioneira no movimento literário com um romance que tinha entre suas funções estéticas, a denúncia. Maria Firmina revolucionou o cenário literário de sua época ao se lançar como escritora e ao discutir o lugar dos afrodescendentes na literatura. Seu percurso, hoje, possibilita-nos compreender as mazelas do país sob a lente de quem habitou as margens do lugar narrado, ou como cunha a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, em *Lugar de fala* (2018), de um lugar de fala que lhe era próprio, enquanto mulher negra.

Algumas questões vão surgindo ao passo que se reflete sobre a composição dos sistemas literários, tais como “[...] de que posição social falava, que interesses representava, qual seria seu público-alvo e qual a sua agenda política, qual o seu estatuto de classe, de gênero ou étnico, por quais critérios norteou a sua eleição e rejeição de obras e autores [...]” (REIS, 1992, p. 05). A partir desses questionamentos, cabe-nos a tarefa de problematizar e perceber, sob as fendas da contemporaneidade, a exclusão ocorrida na composição do cânone literário, inclusive considerando o processo de resgate histórico e literário, cunhado como historiografia literária, como possibilidade de se ampliar a busca dos(as) que ficaram às margens.

As revisitações, propostas pelos(as) próprios(as) negros, na mesma linha de exclusão e denúncia, usualmente, são consequências dos vários processos de apagamentos das existências subalternas e buscam tirar das exclusões óbvias e violentas as narrativas situadas nas zonas de fora, a partir da lógica do que não era aceito, do que não era belo, segundo os critérios do grupo dominante, perspectiva ancorada nas discussões de Reis (1992). Dado esse cenário, tais críticas materializam-se e disseminam-se no contradiscurso contemporâneo como mecanismo efetivo situado nos territórios simbólicos centrais. Sobre esses espaços periféricos, Leila Lehen, em *Narrativas fora do lugar* (2015, p. 01), acrescenta que suas fronteiras costumam ser mais obscuras.

Se em geral as narrativas de minorias étnicas, de setores sociais espoliados, de mulheres e de sujeitos não heterossexuais localizam-se nos espaços marginais/marginalizados do mapa simbólico nacional, também os discursos de outros grupos, como imigrantes ou minorias religiosas, podem ser relegados aos espaços simbólicos ex-cêntricos [...].

A autora discorre sobre as localizações e a anulação dos discursos como resultados das opressões, sinalizando a fácil identificação de quem está do lado de dentro e de quem está do lado de fora a partir de uma crítica que considera, sobretudo, as dinâmicas sociais dentro de uma cartografia imaginária de nação. Nessa lógica, esse processo de apagamento(s) se dá também na dimensão artística, cuja dicotomia centro e periferia interroga, contemporaneamente, o conceito de uma narrativa nacional unidimensional. Assim, as zonas periféricas e centrais, seguindo a lógica de Enrique Dussel, em *Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação* (2016), ocupam lugares distintos, porém não sobrepostos, segundo a epistemologia decolonial apresentada pelo autor. Para ele, essas localizações reconhecidas partem de uma visão não monolítica e não substancialista de cultura, o que dialoga diretamente com a descentralização geopolítica de projeto literário nacional, que segundo Dalcastagnè (2018), seguia e mantinha uma lógica:

O perfil do romancista brasileiro publicado por grandes editoras se manteve o mesmo por pelo menos 43 anos. Ele é homem, branco, de classe média, nascido no eixo Rio-São Paulo. Seus narradores, protagonistas e coadjuvantes são em sua maioria homens, também brancos, de classe média, heterossexuais e moradores de grandes cidades.

A partir das pesquisas trilhadas por Regina Dalcastagnè (2018)¹⁶, observamos que, contemporaneamente, esse perfil permanece quase que ininterrupto¹⁷. Os dados mostram como as produções se concentram em determinadas regiões, especificamente nos grandes centros urbanos, e como o perfil autoral se prorroga pela história. Entretanto, a escrita feminina, negra e não-heterossexual vem tomando corpo e se materializando em números, apesar da lentidão e da pouca visibilidade dada às produções. Em *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado* (2012), Dalcastagnè discorre sobre os perfis e enfatiza tal desequilíbrio, atribuindo ao próprio campo literário a responsabilidade de homogeneização.

Assim, tomando como base a perspectiva do contradiscurso, no tensionamento de seu movimento de crítica à homogeneização estético-normativa imposta historicamente pelos cânones literários, é interessante discorrer acerca de sua abertura dialética a partir das

¹⁶ Pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília - UnB, coordenado pela Prof^a. Dr^a Regina Dalcastagnè.

¹⁷ A pesquisa, coordenada por Dalcastagnè (2018), analisou um total de 692 romances escritos por 383 autores em três períodos distintos: de 1965 a 1979, de 1990 a 2004 e de 2005 a 2014.

epistemologias decoloniais, das quais se originam novos contracampos e sistemas/gêneros literários, como a literatura periférica, por exemplo, capazes que são de abarcar as produções dessa diversidade de escritores (negros/as, indígenas, não-heterossexuais etc.), fundando-se, de forma paralela, novas categorias capazes de analisar e propor mecanismos de impulso dessas produções literárias para o mercado editorial, questão a ser observada quando mencionado o contexto de visibilidade da literatura negro-brasileira, contextualizando-a num panorama centrado no interstício das últimas décadas do século XX aos dias atuais.

O encaminhamento da crítica não aponta somente para a existência de uma literatura marginal, produzida sobretudo por negros, mulheres, não-heterossexuais etc., mas para trazê-la ao conhecimento da população como forma de re(fundar) as noções de cânone literário, repensando suas margens, problematizando seus centros e suas periferias e todos as variedades resultantes de seus sistemas literários. Nesse bojo, a tarefa de enunciação é por si só um jogo simbólico carregado de significações (FOUCAULT, 2002), pois, para a Literatura Negro-brasileira, a essência é o falar negro, ou seja, a existência de um eu-enunciador que se quer negro, dotado de referências culturais, simbólicas, partindo de um chão social e de um lugar de fala que lhe são próprios, através de um processo plural de pertencimento e empoderamento.

No que se refere às referências materiais e simbólicas, as binomias centro e periferia habitaram/habitam e dividiram/dividem espaços tão distintos, mesmo integrando um mesmo território de inscrições e contestações. Entretanto, aproximando ou distanciando-se, dependendo do contexto e da ideologia dominante, a tradição encarregou-se de excluir uma série de narrativas escritas por sujeitos, considerados habitantes das periferias territoriais e simbólicas, da intância intelectual às manifestações artístico-culturais, isso porque desafiavam a lógica eurocêntrica. No tocante às especificidades das zonas marginais, Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência* (2002), especificamente no capítulo *A escrita e os excluídos*, discute a ideia de margem e nos traz algumas questões interessantes sobre esse lugar de habitação e enunciação. Para ele, os(as) que habitam esses lugares produzem uma literatura/cultura de fronteira, e o fato de estarem nesses locais desprestigiados pela lógica dominante não significa que suas produções têm valor inferior.

Em diálogo com Bosi, para situar os adjetivos atrelados às produções não canonizadas, retomamos Deleuze e Guatarri, em *Kafka: por uma literatura menor* (1977), no qual traçam uma discussão sobre literatura menor, necessária e muito coerente com o

que propomos. Para esses autores, a literatura menor vai se construindo em situações revolucionárias de posicionamentos ideológicos, culturais e sociais e nada têm de relação direta com o adjetivo “menor”; ao contrário, a produção é de excelência e parte de um local de fala, de um lugar cultural próprio e necessário no empreendimento das poéticas. Percebemos, a partir dessas elucidações, que essas narrativas literárias fazem parte de um nível de discurso elevado e não se definem pela forma na qual se inscreveram, ou seja, “[...] Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior [...]” (DELEUZE e GUATARRI, 1977, p. 25).

Para Kafka, a especificidade da literatura menor reside em sua estética e na força política que representa para o meio social. Candido, em *Literatura e Sociedade* (2006), especificamente no capítulo *A literatura e a vida social*, traz uma discussão dialética sobre essa relação e nos mostra o que Deleuze e Guattari discorrem como força política, o que é evidenciado também, sob a ótica contemporânea, nas relações entre o pensamento decolonial e o marxismo. Para Candido, essa relação parte do confronto do que é arte, como ela é expressão da sociedade e em que medida se torna social.

Para o sociólogo moderno, ambas as tendências tiveram a virtude de mostrar que a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte. (CANDIDO, 2006, p. 29).

A partir do enxerto, considera-se a proposição da literatura trazer como uma de suas faces fundamentais a fundição entre texto e contexto, buscando por meio deste expediente alcançar uma síntese estética que proporcione a apreciação da obra em toda sua complexidade, e, paralelamente, suscite questões fundamentais circundantes no contexto sociopolítico de sua inserção e/ou projeção. Destarte, é interessante investigá-la, também, como espaço de (re)criação histórica, emergindo de determinada realidade e apresentando ao leitor, neste caso específico as crianças e os jovens, os resultados fruto da (re)construção da linguagem, do valor estético, das questões que afetam direta e indiretamente o ser humano, bem como da reescrita da própria História conjugada com o discurso oficial, nascendo desse dialogismo o contradiscurso, ou seja, através de uma análise que se

materializa no contradiscurso rompemos com o caráter perpetuador de uma única história oficial. (CANDIDO, 2006).

A partir do que discute Candido (2006), acrescentamos a essa assertiva nossa discussão sobre sujeitos de enunciação, ou seja, a partir de histórias narradas do lado de fora do cânone, inspiradas e desenhadas em suas margens, por sujeitos (as) silenciados/as pela hegemonia ocidental em virtude de suas identidades, desconsiderados em todas as suas dinâmicas e pluralidades, por não terem seus lugares de enunciação validados – localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero. “[...] Nesse gingar [...] todas essas personagens, aproximadas, configuram um espaço de encontros, perfazendo e sugerindo circuitos de leitura e interpretações da história do Brasil, da literatura brasileira e da literatura afro-brasileira”, segundo Fernanda Miranda, em *Silêncios prEscritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras – 1859-2006* (2019, p. 23).

Assim, concebendo a literatura como uma prática social que “[...] trafega na contracorrente [...]” (BERND, 1998, p. 43), Ana Mafalda Leite, em artigo intitulado *Perspectivas teóricas e críticas nas literaturas africanas & a perspectiva pós-colonial* (2016, p. 143) enfatiza que:

[...] essa atitude fundamenta-se num discurso que aponta para o nativismo, para o dentro, para a diferença, para uma dimensão fundamentalmente social e comunitária, para um julgamento de autoridade interno, por vezes adquirindo mesmo um cariz policial e purgatório, enquanto a primeira posição alerta para a dimensão universal, a subjetividade, o esteticismo, a paridade de julgamento crítico sobre o literário, independentemente, da origem geográfica e continental.

A pesquisadora Ana Mafalda Leite sinaliza a dimensão social e comunitária como resultado de um movimento de voltar para si mesmo, para o contexto, definido por ela como uma ação de nativismo, para mostrar que há outra forma de pensar a literatura. Paralelamente a esse *devoir*, existe o olhar singular para o texto literário, onde se desconsiderou o que o submerge, como é observado nas correntes teóricas do *New Criticism* e do *Formalismo Russo*, especificamente, por serem ambas anti-biográficas e anti-históricas. Desse modo, evidenciamos as considerações dos autores(as) ao problematizarem a noção de sistema literário e, conseqüentemente, as vias dicotômicas que pensam centro/periferia, dentro/fora, ser/não-ser, ocidente e oriente, como formas díspares que engendraram a exclusão interseccional desde os primórdios da colonização.

No que diz respeito à crítica que considera a tríade leitor-obra-autor, refletindo a estrutura do sistema literário, Costa Lima, em *Pensando nos Trópicos* (1991, p. 160), In *A concepção da história literária*, acrescenta que “[...] a ideia de sistema literário implica que só se pode falar em literatura nacional quando as obras aí produzidas são também aí recebidas e fecundadas”, assertiva que não corrobora com os contextos de produção das poéticas negras, como bem assevera Eduardo de Assis Duarte, em *Literatura Afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX* (2014). Destarte, para pensar a lógica desse delineamento epistemológico, cabe destacar que ele é fruto de inquietações tanto sobre as lacunas ainda existentes no tocante à representação dos(as) negro-brasileiros(as) na posição de protagonistas e/ou coadjuvantes, especificamente na literatura infantil, quanto ao modo como a literatura instaura a reivindicação do *ser* e *estar* negro em direção a si e à própria história como aversão à morte do pensamento negro (epistemicídio), sistematicamente apagado através de uma política do esquecimento (FIGUEIREDO & GROSGOUEL, 2007; DUARTE, 2014; MIRANDA, 2019).

Nesse tensionamento, pensando o cânone, os sistemas literários e os movimentos travados na contemporaneidade pelas minorias, o objetivo é a reescrita das narrativas oficiais e o processo de (re)fundação do que se entendeu/entende por tradição literária. Terry Eagleton, em *Teoria da Literatura: uma introdução* (2006), corrobora essa assertiva, pois segundo ele, a natureza incerta dos cânones literários dependia de uma estrutura de valor culturalmente aceita e reconhecida, ao mesmo tempo que com esses pré-requisitos certos grupos sociais foram excluídos deles.

Intentou-se discutir acerca das margens e suas singularidades, no processo de contraposição ao cânone literário, considerando, neste interstício, os movimentos contemporâneos de (re)fundamento através de pesquisadores(as) que se debruçam sobre os acervos em busca dos motivos pelos quais os apagamentos se justificaram, dos silenciamentos como uma das faces do exercício da opressão, trazendo à tona as matizes entre quem integrou e quem ficou de fora da tradição literária, subsidiando, contemporaneamente, um contradiscurso como forma de insubmissão acadêmica, política e literária. Portanto, as discussões relacionadas à ideia de sistema literário como nacionalização da literatura brasileira se estendem à noção de literariedade, que no contexto investigado, deixaram de considerar, um acervo inquantificável de obras e nomes que ainda hoje são desconhecidos e inaudíveis pela crítica.

2.2 As Temáticas e os Protagonismos: (des)caminhos da representação

Num movimento de revisitação ao cânone literário brasileiro, estruturado desde o período colonial (CANDIDO, 1962), percebe-se a existência de espaços que se destacaram pela força política e cultural, assim como por suas localizações geográficas, considerando o traslado das navegações, especificamente no tocante à formação dos estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Cada uma dessas capitais, cabe enfatizar, teve sua importância em determinado marco temporal, desde meados do século XVI até a independência do Brasil, quando houve uma expansão por outras dinâmicas geográficas.

A partir desse encaminhamento, Bosi (2015, p. 12) acrescenta:

[...] de um lado houve a dispersão do país em subsistemas regionais, até hoje relevantes para a história literária; de outro, a sequência de influxos da Europa, responsável pelo paralelo que se estabeleceu entre os momentos de além-Atlântico e as esparsas manifestações literárias e artísticas do Brasil-Colônia: Barroco, Arcádia, Ilustração, Pré-Romantismo...

O processo colonial que fundou os centros culturais do país, segundo o autor, em grande parte de sua força instituiu as preferências e reproduzia, pelo menos nos três primeiros séculos seguintes, os referenciais estilísticos e temáticos das literaturas europeias, não só a portuguesa, porque essa perdia cada vez mais sua força política e tornava-se, também, colônia dos demais membros daquele continente, e, nessa condição de rebaixamento, o Brasil, estando Colônia de Portugal, era duplamente colonizado.

Essa reprodução literária e cultural, entretanto, vai perdendo força ao passo que os brasileiros começam a problematizar o país e seu ambiente cultural, ideológico e artístico a partir de sua própria dinâmica, sinalizando a necessidade de independência em todos os âmbitos. No campo dos estudos literários, esses movimentos tomaram forma desde o pré-romantismo, mas só se efetivaram no Modernismo, conforme mencionado anteriormente. Contudo, no Romantismo, iniciou-se uma espécie de preocupação com os nativos indígenas e africanos(as), um “incômodo” pelas situações nas quais eram submetidos. Cabe inferir que esses últimos foram traficados durante três séculos, ou seja, até meados de

1850, quando do reconhecimento da Lei Eusébio de Queirós¹⁸, resultado das pressões, especificamente britânicas, para a repressão do tráfico de africanos.

Entrelaçando História e Literatura, (re)conhecemos as diversas versões que compõem a identidade de um lugar ou de um *não-lugar*, pois a composição dessa tradição literária, nomeada cânone, no tocante às suas narrativas, tramas, sentidos e autores, desde o século XVI às primeiras décadas do século XVIII, esteve centralizada, exclusivamente, nas obras de brancos, homens e burgueses, oriundos dos mais altos cargos e lugares de prestígio, em detrimento dos que não podiam falar. Rompendo essa lógica, Caldas de Cobre, pseudônimo de Domingos Caldas Barbosa, inaugura a autoria negra, considerado por muitos críticos, entre eles, David Brookshaw (1983)¹⁹ e Duarte (2011)²⁰. Manuel Bandeira chegou a afirmar, inclusive, ser Caldas Barbosa “o primeiro brasileiro onde encontramos uma poesia de sabor inteiramente nosso”, segundo Duarte (2014). Dessa forma, no âmbito da literatura nacional, quando pensamos nas primeiras vozes negras insurgentes que se fizeram ouvidas, devemos lembrar de Caldas Barbosa, especificamente de seu livro de poesias mais conhecido, *Viola de Lereño* (1944 [1798]), que satirizava as situações da Colônia, criando uma animosidade com a Coroa Portuguesa.

Seguindo o percurso evolutivo, Francisco de Paula Brito, autor de *A mãe-irmã* (1839), foi um jovem intelectual negro que desempenhou um grande papel no processo de produção e circulação negra, no século XIX, inclusive, porque acolheu as produções de Machado de Assis e lhe dedicou um emprego em sua gráfica. Em suas produções, *A mãe-irmã* é um conto no qual o casal Alzira e Narciso contrariam os costumes e acabam gerando um filho na condição de solteiros. Na obra, Paula Brito reconstrói a personagem feminina a partir de uma lógica contrária ao que se preconizava como ideal estético na época, assertiva que mostra como o autor considerava outros padrões e antevia uma discussão que se fortaleceria com seus sucessores.

O filho do pescador, publicado em 1843 por Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, é considerando o primeiro romance da literatura brasileira, segundo Silva (2014, p. 51), numa época que se buscava o fortalecimento do espírito nacionalista. Teixeira e Sousa

¹⁸ Lei de nº 581, sancionada em 04 de setembro de 1850, proibiu a entrada de africanos na condição de escravos no Brasil, criminalizando essas práticas e ameaçando sanções.

¹⁹ BROOKSHAW, David. Raça e cor na literatura brasileira. Trad. Martha Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

²⁰ DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. V. 1: Precursores.

apresenta à cena literária, um negro dotado de consciência crítica e justo, pregando a igualdade entre os homens. Destarte, com o rosto ainda desconhecido, Maria Firmina dos Reis inaugurou a Literatura Negro-brasileira de autoria feminina e abolicionista, com o romance *Úrsula* (1859). A ultrarromancista fez de sua escrita um manifesto, pois viu na literatura a válvula de escape para denunciar as diversas agruras que circunscreveram os africanos e afrodescendentes no Brasil oitocentista. Nesse expediente, Maria Firmina não só inaugura a literatura abolicionista, como também a escrita feminina negra.

De Domingos Caldas Barbosa a Maria Firmina dos Reis, temos uma amostra que se faz necessária retomar para que possamos compreender que no âmbito da literatura brasileira, escritores(as) negros(as) empreenderam, desde o século XVIII, um movimento de escrita questionador e problematizador, desde seus lugares, seja na posição de autores(as), seja na inscrição de suas poéticas e suas peculiaridades, panorama e discussões que serão afinadas no âmbito do universo do gênero infantil, no intento de se compreender e se discutir as representações, os lugares, bem como os avanços e supressões desde a gênese dessa produção literária destinada às crianças ao seu percurso, considerando as últimas décadas do século XX.

Diante do cenário e do que se propõe, faz-se necessário retomar a produção de Monteiro Lobato e suas representações étnicas, pois é importante demarcar que no âmbito da literatura infantil ele foi precursor ao inserir o negro como tema ou como coadjuvante, por exemplo, em sua primeira obra publicada para crianças, *O Saci-Pererê*, em 1918. Como coadjuvante, Tia Nastácia corporifica bem esse papel, pois na condição de cozinheira do *Sítio*, ratifica o lugar ocupado e a função desempenhada pelas mulheres negras durante toda a trajetória de escravização e após a abolição²¹, quando foram destinadas às cozinhas das casas grandes, centralizando as distinções entre essa personagem e Dona Benta, a proprietária do Sítio e a representante da civilização e dos bons costumes.

²¹ A abolição da escravatura no Brasil foi noticiada em 13 de maio de 1888, em decorrência da Lei Áurea, com a assinatura da regente do Brasil, Princesa Isabel, data essa que foi comemorada com fervor por muitas décadas, mas que veio a ser questionada pelos movimentos sociais a partir da reivindicação dos espaços ocupados ou não pelos então “libertos”. Segundo Petrônio José Domingues, em *A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil* (2011, p. 21): “Desde a década de 1970, o movimento negro organizado passou a mover uma campanha implacável contra o Treze de Maio. Suas lideranças argumentavam que a Abolição foi uma ‘mentira’ e uma ‘farsa’ – duas palavras usadas repetidas vezes –, pois não garantiu a inclusão do negro na sociedade brasileira, sobretudo no mercado de trabalho [...]”.

É importante registrar, historicamente, que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e só a fez em virtude de ameaças das grandes potências internacionais, conforme já mencionado, e recebeu 47% dos 120 milhões de africanos e africanas traficados, conforme Marisa Lajolo e Lília Schwarcz, em *Reinações de Monteiro Lobato: uma biografia* (2019). Nesse contingente, cabe salientar, os(as) escravos(as) foram a base da economia colonial e imperial, por isso era vantajoso mantê-los no regime escravagista. A partir da dinâmica territorial, da cana-de-açúcar e da mão de obra escrava, o país se erguia e se constituía como nação instituída de capital e visibilidade do mercado externo, considerando esse percurso como paralelo à discussão da nacionalização literária. Destarte, retomando o contexto literário, Monteiro Lobato situa suas narrativas no campo, especificamente numa fazenda, produtora de várias matérias primas para a subsistência de seus moradores e para a manutenção do patrimônio de Dona Benta, que compartilha com seu criador o nome, além de ser liberal e democrática, segundo Zilberman, em *Monteiro Lobato e suas faces* (2010, p. 143) e Coelho (2006).

Lília Schwarcz e Marisa Lajolo (2019) apresentam o autor, as obras, assim como os protagonismos sob uma ótica histórica e literária, no que diz respeito às hierarquias vividas pelas personagens, como Dona Benta e Tia Nastácia. A partir das relações executadas pelas e entre as personagens, é perceptível que a presença do(a) negro(a) sempre fora vigiada, subalternizada e estigmatizada, o que ratifica o lugar marginal para o qual foram destinados. Acerca dessa presença, Domício Proença Filho, em *A trajetória do negro na literatura brasileira* (2004, p. 61), acrescenta que ela

[...] não escapa ao tratamento marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade. Evidenciam-se, na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada.

Seguindo a linha de raciocínio do autor, Monteiro Lobato, ao passo que insere e tematiza o negro, incute uma postura racista inegável, mesmo considerando a data de publicação das obras, conforme ampliamos nas assertivas discutidas por Feres Júnior et al (2013). Ademais, enquanto tematização do negro, há recorrências de representações que datam do século XVII, especificamente nos Ecos do Barroco, na literatura de Gregório de Matos, especificamente em *Poemas Escolhidos*, organizados por José Miguel Wisnik.

Nesse bojo, fosse como tema ou personagem estigmatizado, o negro é identificado desde a colonização e seu lugar é sempre o mesmo - o de subserviência. Já sobre o contexto oitocentista, Luiz Silva, popularmente conhecido como Cuti, em *Literatura Negro-brasileira* (2010, p. 27), antecipa uma análise fundamental sobre tal período: “[...] Os abolicionistas, pelo viés da comiserção, tentavam sensibilizar a sociedade como um todo para a injustiça da escravização [...]”. A assertiva de Cuti é corporificada na escrita de *Úrsula*, principalmente se analisarmos os papéis de suas personagens, especialmente da escrava Preta Susana. Enredando essa discussão, a escritora e teórica Conceição Evaristo (2006 c; 2010; 2011 b) contextualiza a representação desse ser periférico e sua vida social, se é que podemos nomeá-la assim, considerando os contextos; e nos chama a atenção para o fato de que os africanos, durante séculos, em todos os lugares para os quais foram traficados, foram violados em sua integridade física, psíquica, emocional, interditados em seu espaço individual e social pelo sistema colonial e escravocrata do passado.

Em diálogo com Evaristo, Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (2008) e *Os Condenados da Terra* (2005), ratifica a questão de uma das principais características de uma sociedade pós-colonial - o racismo. A partir das leituras de Fanon, Bernardino-Costa, em *A prece de Frantz Fanon: oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona* (2016), acrescenta que o racismo é

[...] entendido como um sistema hierárquico que divide a humanidade em superiores e inferiores mediante um sistema de marcas, de acordo com a histórica específica de cada país ou região. Esta linha divisória entre superiores e inferiores tem uma profunda repercussão sobre o que entendemos como humano e, conseqüentemente, sobre o discurso político sobre o humano: o humanismo.

Tomando a assertiva de ser o racismo um dos grandes problemas da humanidade, Fanon afirma que é através da linguagem que o homem negro chegará ao *status* de homem, sem ter que enunciar sua identidade racial. Para que isso aconteça, terá que se utilizar de máscaras brancas, questão problematizada no enxerto: “[...] o negro quer ser branco [...]” (2008, p. 27). Para o martiniquense, o complexo de inferioridade existe devido à condição econômica e a imagem que sua pele reflete, colocando-o numa posição abaixo a todas aquelas disponibilizadas. Considerando essa problematização, retomamos o episódio da identidade racial de Machado de Assis e Lima Barreto, por exemplo, pois ambos foram

lidos e representados como brancos, ratificando o branqueamento²² pelo qual eram submetidos para que pudessem ter seus textos aceitos e lidos, pois somente a escrita dos “brancos” era de valor e tematizava o que a classe dominante buscava ler, questão a ser analisada segundo a ótica do colorismo, segundo as discussões de Alessandra Devulsky (2021)²³.

A questão da autoria é complexa e não se produz uma resposta pronta, mas sabemos que ela se dá através das relações com o discurso, concebendo-a a partir do papel que o(a) sujeito(a) tem no meio social e sob os mecanismos de poder que circunscrevem a apropriação da palavra, o que ilustra a questão do branqueamento dos escritores. Para iluminar a questão, retomamos Michel Foucault em dois textos que referenciam a questão da autoria: *A Arqueologia do Saber* (1969) e *A ordem do discurso* (1970), nos quais faz alusão à uma questão básica nessa discussão, que é a relação entre discurso, sujeito e poder.

A discussão filosófica proposta por Foucault tem grande impacto nos estudos literários, pois para se considerar escritor(a), não basta escrever, é necessário penetrar no universo do discurso histórico e socialmente constituído. Nessa direção, o universo autoral é uma construção contínua, ao mesmo tempo que o(a) próprio(a) escritor(a) é resultado de uma complexidade, ocupando uma posição de sujeito(a) que desenha a maneira como sua autoria funcionará, ou seja, só funcionará como sujeito do discurso quando ocupar um determinado lugar no âmbito social, contrastando seu lugar, o literário e o poder que o circunscreve ou que se quer romper, conforme observamos no movimento contra-hegemônico das poéticas insubmissas.

Compreendendo o discurso como resultado de ação-reflexão na formação das subjetividades, segundo Foucault (1969; 1970), a função do escritor, historicamente, foi de silenciar-se diante da discriminação e do racismo, conforme percebemos em Machado de Assis e Lima Barreto e nas imposições de suas épocas, um dispositivo para

²² O processo de branqueamento pelo qual diversos escritores(as) foram submetidos(as), desde o século XVIII, para serem incluídos e lidos, ratifica o mito da democracia racial, pois segundo Ana Célia da Silva, em *A discriminação do negro no livro didático* (2004, p. 31) “A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial parecem ter como causa fundamental o medo que a minoria branca brasileira tem da maioria negra e mestiça, e do possível antagonismo a ser gerado a partir da exigência de direitos de cidadania e de respeito às suas diferenças étnico-culturais. [...] O respeito às diferenças implica numa reciprocidade na igualdade de relações. Como não é possível estabelecer relações recíprocas de direitos e respeito em um sistema baseado na exploração do outro, desenvolve-se toda uma ideologia justificadora da opressão e inferiorização, objetivando a destruição da identidade, da auto-estima e do reconhecimento dos valores e potencialidades do oprimido, com fins de subordinação. [...]”.

²³ DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

esconder/apagar a negritude, tal como consta na ficha de internação de Lima Barreto, datada de 1914. Destarte a questão, retomando a linha foucaultiana, no tocante às instâncias do(s) discurso(s) e suas representações, "[...] Representar deve-se entender no sentido estrito: a linguagem representa o pensamento como o pensamento se representa a si mesmo [...]. (FOUCAULT, 2000, p. 106). Para esse filósofo, tanto o pensamento quanto a linguagem realizam-se sozinhos, assertiva que nos direciona para a reflexão sobre os diversos lugares pelos quais o sujeito interpela sua presença e deixa suas marcas discursivas, culturais, etc.

Acerca da formação social e cultural do Brasil e suas marcas discursivas, Lélia Gonzalez, em artigo intitulado *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1994), problematiza o mito da democracia racial e afirma que o dispositivo racial anula as vivências sociais do povo negro. Nessa relação de dominação através do discurso, segundo Ana Caroline Amorim Oliveira, em artigo intitulado *Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil* (2020, p. 96):

As duas categorias centrais para um entendimento dessa lógica de dominador – dominado, são as noções de consciência e de memória articuladas às concepções marxistas, entendendo a consciência e a memória numa relação dialética. Consciência seria o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. Memória entendida enquanto um não-saber que conhece, um lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. A dialética ocorre à medida que a consciência exclui o que a memória inclui [...].

Amorim, leitora de Gonzalez, traz acréscimos à acepção de Fanon sobre o poder da linguagem, e não se refere somente à língua em si, mas a linguagem como produto e resultado de todo um aglomerado pertencente à instituição mediada pelos valores culturais, na qual o negro só tem voz quando abdica de sua identidade étnica e passa a falar a partir da lógica do branco, como nos orienta a indiana Spivak (2010), quando discorre sobre o intelectual benevolente, ou seja, o branco, que concede o direito de falar ao subalterno, mas que somente ele tem o direito de enunciar. Essa proposição toma forma no episódio mencionado por Lélia Gonzalez (1994), no lançamento de um livro sobre os negros, no qual estavam negros e brancos, mas somente os brancos falavam do “ser negro”, das mazelas e problemas, sem oportunizar a fala a quem de fato tinha o que falar, seguindo o delineamento proposto pela lógica de lugar de fala.

A filósofa brasileira Sueli Carneiro, em *A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser* (2005), enfatiza acerca da epistemologia decolonial a partir da categoria teórica epistemicídio, proposta inicialmente por Boaventura de Sousa Santos, afunilando essa discussão no dispositivo de racialidade. Para Carneiro, esse dispositivo, em seu bojo, atua nas formas de saber e poder, tal como aconteceu com os literatos brasileiros, Machado de Assis e Lima Barreto, no processo de apagamento da afrodescendência, na efetivação do epistemicídio. Cabe salientar que é um processo de invisibilização e ocultação das produções excêntricas não aceitas pela matriz de poder ocidentocêntrica.

Denota-se, a partir dessa inferência, que o epistemicídio como *modus operandi* se retroalimenta na destruição de formas de saberes locais das minorias, criando uma espécie de *apartheid*²⁴ epistêmico que coloca o branco no centro do saber e do poder em detrimento da posição e da representação do negro, que fica relegado à condição de objeto do processo. Ramón Grosfoguel, em *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI* (2016), discorre que isso é resultado dos mais diversos genocídios para a consolidação dessa matriz de opressão, pois essas questões são implicadas desde o plano simbólico ao físico, como discorreram Fanon (2008) e Spivak (2010).

Spivak retoma Antonio Gramsci para pensar o lugar desse subalterno, especificamente em *Alguns aspectos da questão do sul* (Some Aspects of the Southern Question, 1978), no qual o italiano discorre sobre o proletário/subalterno como aquele cuja voz não pode ser ouvida. A partir desse recorte, podemos denotar a perceptível falta de compreensão e desconhecimento acerca das sociedades africanas e das diásporas, incluindo todas as suas dinâmicas socioculturais, desconhecimento esse que fortalece, em pleno século XXI, a perpetuação do colonialismo em diversas realidades e nas subjetividades dos que habitam esses locais, principalmente quando a Europa define a América Latina tão somente como um aglomerado de países terceiro-mundistas (LOVE, 1998)²⁵, entendidos aqui como ex-colônias que evoluíram e só são passíveis de evolução através do investimento de capital estrangeiro, ou seja, da relação e influência direta das grandes potências.

²⁴ Termo derivado da política racial implantada na África do Sul em 1948, na qual não se permitia o acesso dos negros ao voto e proibia-os de adquirir terras na maior parte do país, obrigando-os a viverem em zonas marginais e segregadas, derivando várias manifestações, entre elas a prisão de Nelson Mandela, que coordenava as ações do Congresso Nacional Africano - CNA, em 1962.

²⁵ LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Trad. Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Ainda no que concerne aos movimentos pós-coloniais e decoloniais, a análise parte de um olhar sobre as lutas e aquisição lenta de direitos básicos, tais como o acesso às instituições escolares, o reconhecimento de suas identidades culturais, religiosas, etc., assim como de suas representações no imaginário coletivo e, conseqüentemente, na literatura, movimentos estes que rompem com a visão do colonialismo como modelo de desenvolvimento que deu certo, recaindo sobre os colonizados nas mais diversas instâncias sociais, o olhar desconfiado e a coisa negada, ratificando as discussões de Fanon (2008) quando discorre que esses sujeitos habitam a *zona do não-ser*²⁶. Em razão dessa discussão sobre as ex-colônias e a dependência dos colonizadores, é importante mencionar que para se romper com essa visão “[...] o projeto decolonial parte da necessidade de afirmação geopolítica como estratégia para desarmar [...]” (BERNADINO-COSTA et al, 2019, p. 13).

A partir de uma das preocupações mais recorrentes dos pesquisadores decoloniais, que é a questão do conhecimento, se parte da premissa do colonialismo como força de manutenção das diversas opressões, e isso repercute em todos os âmbitos. No que diz respeito ao literário, as temáticas e os protagonismos foram, quase sempre, eurocentrados, cuja estética reforçou, através da ideologia dominante, a soma das percepções e apreensões de uma literatura racista, sexista, homofóbica e, sobretudo, desvinculada da(s) realidade(s) dos que habitam o lado de fora, que segundo Dalcastagnè, em *Espaço e gênero na Literatura Brasileira Contemporânea* (2015, p. 41), os excluídos são significados como “[...] aquilo que não se quer ali – aqueles que habitam seus desvios, que ameaçam seus muros, os que foram jogados, desde sempre, para o lado de fora [...]”.

Enveredando na discussão sobre a tematização e os protagonismos, no recorte do século XIX, Cuti (2010, p. 27) antecipa uma análise fundamental sobre esse período: “[...] Os abolicionistas, pelo viés da comisseração, tentavam sensibilizar a sociedade como um todo para a injustiça da escravização [...]”. Para o autor, quando problematizamos a noção de cânone literário e, como resultado, os critérios utilizados para formá-lo, devemos considerar o *ser* e o *estar* negro como acepções fenotípicas e estigmatizadas, pois a necessidade urgente de uma literatura negro-brasileira objetiva fortalecer as perspectivas do conhecimento da cultura negra, nos planos históricos, territoriais e de ressonâncias em suas dinâmicas, assim como pelo viés combativo e de resistência ao racismo em suas múltiplas manifestações, tomando os corpos negros a partir das relações entre tempo,

²⁶ Para Fanon (2008, p. 26), essa zona é “[...] uma região extraordinariamente estéril e árida [...]”.

espaço, conhecimentos e subjetividades, num exercício de dominação constante e interseccional.

O conhecimento e o resgate da produção literária que tematiza e protagoniza a escrita pelo(a) negro(a) demarca, além de um posicionamento político-acadêmico, a ampliação de seu *corpus* alinhavado com o entrelaçamento interdisciplinar entre diversas áreas do conhecimento, especificamente os universos das ciências humanas. Nesse bojo, partindo de tal resgate, as produções empreendem um percurso que “[...] explica os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas conceituais para avançar a descolonização [...]”. (MALDONADO-TORRES, et al. 2019, p. 29).

Cuti (2010, p. 11), tensionando as perspectivas anteriores alinhavadas com as especificidades da literatura negra, menciona que:

O surgimento da personagem, do autor e do leitor negros trouxe para a literatura brasileira questões atinentes à sua própria formação, com a incorporação dos elementos culturais de origem africana no que diz respeito a temas e formas, traços de uma subjetividade coletiva fundamentados no sujeito étnico do discurso, mudanças de paradigmas crítico-literário, noções classificatórias e conceituação das obras de poesia e ficção [...].

A presença e a representação do negro como coadjuvante e subalterno ou na posição de autor, segundo Cuti, reforçou seu lugar e colocou em questão a própria formação social do Brasil, pois a literatura negro-brasileira é interpretada, antes do texto e de sua literariedade, pela ótica racial, ou seja, antes da própria narrativa o que chancelava era o lugar racial do autor(a). Nessa direção, quem escreve e o porquê são questões interpeladas aos textos literários desde a gênese da produção nacional, em que mulheres, negros(as), indígenas, não-heterossexuais, etc. foram questionados(as) em suas identidades, em seus costumes, em suas línguas e em sua escrita como crivos basilares para que se tornassem ouvidos(as) na e através da literatura, o que forçou, tardiamente, suas entradas nesses espaços já ocupados e mantidos em estado de dominação pelos colonizadores.

No movimento de questionamento das identidades e dos lugares de pertencimento e enunciação, o diálogo entre história e memória é uma das características centrais das narrativas negro-brasileiras, que são enraizadas nas experiências da colonização e nos amálgamas sociais oriundos das ausências do estado para com essas populações. Destarte,

essa tensão se amplia nos apagamentos das produções em razão do mercado editorial e pelo discurso homogêneo que, contemporaneamente, é problematizado e refutado pelos subalternos. Entretanto, essas produções são circunscritas em poéticas que subvertem as noções e as formas literárias canônicas, pois, através de sua força, singularidades e diversidades, trazem para o plano poético a experiência de si e de seus antepassados que foram traficados e deixados às margens, tanto no plano territorial quanto no simbólico, do individual para o coletivo.

2.2.1 A Função da Arte e o Lugar do Leitor

A Arte, dentre suas funções, pode refletir dialeticamente a realidade, produzindo posicionamentos diante de fatos cotidianos e em face dos problemas sociais, tal como o racismo e o sexismo, delineados nessa discussão. Entretanto, sua áurea não está condicionada a esses movimentos, pois ao se debruçar sobre outros aspectos da vida humana, a arte contribui para a formação do indivíduo, principalmente no que concerne à criação e ao desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva, ou seja, num engajamento ético e político. Nessa direção, a arte, seguindo as discussões de Georg Lukács, em *Introdução à uma estética marxista* (1970)²⁷, teria a finalidade de operar sobre os sujeitos a fim de transformá-los.

A arte opera diretamente sobre o sujeito humano; o reflexo da realidade objetiva, o reflexo dos homens sociais em suas relações recíprocas, no seu intercâmbio social com a natureza, é um elemento de mediação, ainda que indispensável; é simplesmente um meio para provocar este crescimento do sujeito. (LUKÁCS, 1970, p. 274).

A partir do exposto pelo autor e considerando esse sujeito como a criança que lê, o texto literário infantil exerce um poder de provocação incrível através de suas temáticas e protagonismos, seja pelo cotejamento de questões sociais seja pelo tensionamento entre ficção e realidade, pois o literário é uma forma de objetivação da subjetividade humana e, dialeticamente, evoca sentimentos e questões das mais sensíveis, tais como a identidade, o autopertencimento étnico-raciais, bem como a sexualidade, o gênero etc. Assim, a arte e a literatura, em nosso contexto, através de suas nuances, têm a função de mobilizar esse

²⁷ LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

leitor para além da imediatez da narrativa, provocando uma sucessão de questões para se analisar a realidade objetiva.

Nessa direção, o lugar da memória, atravessada pela experiência da diáspora como temática e protagonismo, corporifica-se, por exemplo, na personagem mencionada anteriormente, Preta Susana, em *Úrsula*, ao evocar seus antepassados num canto de saudade da mãe África. A partir dessa menção, para Bosi (2015, p. 11), considerando a memória enquanto resultado da atividade pelo/do texto literário, a experiência dos artistas e o seu testemunho dizem, em geral, que a arte não é uma atividade que nasce da força de vontade. Esta vem depois. A arte teria a ver primariamente com as potências do conhecimento: a intuição, a imaginação, a percepção e a memória. Todos estes universos refletem horizontes e possibilitam que o sujeito leitor se perceba no mundo e passe a interagir com este de forma mais autônoma e crítica ao passo que vai lendo e se percebendo dialeticamente.

Lukács acrescenta que

[...] a obra de arte é algo particular, mas de um duplo ponto de vista. Por um lado, cria um “mundo próprio”, em si concluído. Por outro, naturalmente, age num sentido análogo: assim como o caráter particular da obra age sobre o processo criador, sobre a personalidade do criador, transformando-a, assim também, quando de sua eficácia, ela deve influenciar do mesmo modo aquele que a recebe. Dado que – objetivamente – as individualidades das obras em si concluídas, auto-suficientes, não são mundos entre si separados definitiva e solipsisticamente, mas que remetem, ao contrário, precisamente por esta sua autonomia, à realidade que refletem em comum, a mais intensa eficácia por um destes “mundos próprios” e particulares não deve – subjetivamente – consolidar quem o recebe em sua mera particularidade, mas ampliar seus horizontes, colocá-lo em relações mais estreitas e ricas com a realidade. (LUKÁCS, 1970, p. 240-241).

O lugar do leitor no processo de fruição da obra literária é de criar mundos em que o ponto de vista individual entra em diálogo com o do outro, agindo dialogicamente e propondo novas formas de perceber o mundo e as relações nele estabelecidas ou não. Ainda, segundo o autor, as obras se constituem singulares e ao mesmo tempo plurais, pois apresentam especificidades próprias, integrando realidades que refletem características comuns. Cabe destacar que embora a obra de arte possibilite ao leitor essas compreensões, reflexões e questionamentos, sua finalidade não reside exclusivamente nessas dimensões, pois ela se torna autônoma e pode retratar outros temas que não se relacionem diretamente sobre a vida da humanidade.

No que concerne à função da arte, seguindo a linha de raciocínio de Bosi (2015), ela tem essa função criadora e crítica. Isso decorre de a capacidade da forma configurar um todo coeso e autônomo, ou seja, a materialização da autorreflexão crítica sobre a atividade humana, em geral na experiência de interação social. Nessa acepção, a arte, pois, tem o seu lastro crítico como índice de ausência da realidade (da desumanização das relações humanas em suas várias faces). Em outras palavras, ela mostra o que a realidade não é, a ausência e negatividade na experiência humana, do passado, bem como seus ecos no presente. Portanto, a arte é uma potência do conhecimento ao registrar poeticamente a relação entre a forma e os processos sociais. A forma é autônoma, sim, mas jamais apartada no reino puro e descolado do real, se materializando na ambivalência desses universos, embora Lukács (1996a)²⁸ tenha discorrido que as especificidades da vida cotidiana representadas na literatura levam seus leitores a uma reflexão mais próxima de seus contextos, colocando-os numa posição mais alta de criticidade.

Acerca do lugar do leitor, recorreremos à especificidade da leitura sob uma perspectiva decolonial, pois não podemos separar a temática negro-brasileira, suas representações e ausências, da experiência de fruição literária, quando a discussão é no âmbito da literatura infantil, pois a perspectiva da leitura literária sob essa epistemologia parte da revisitação ao cânone para identificar as ausências, motivando e servindo de materialidade para o surgimento de contranarrativas que vão de encontro à ideologia do apagamento das existências subalternas, especificamente nesse contexto, dos afrodescendentes.

Recorremos a Bernardino-Costa *et al.* (2019, p. 9-10) para pensar a decolonialidade como uma relação com “[...] os processos de resistência e luta pela reexistência das populações afrodiáspóricas, especialmente a população negra brasileira [...]”. Assim, o pensamento decolonial sobre a experiência de fruição literária das crianças atua no sentido de transformar a realidades dos(as) negro-brasileiros(as), pois “Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade [...]”.

²⁸ LUKÁCS, Georg. *Estética I: La peculiaridad de lo estetico*. v. 1. Cuestiones previas y de principio. Trad. Manil Sacristan. Barcelona: Grijalbo, 1966a.

Na direção da assertiva defendida por Grosfoguel (2009), recorreremos à Michèle Petit, em *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público* (2013)²⁹, ao discorrer que a leitura literária atua na criação de um espaço próprio para a elaboração das subjetividades que pairam sobre os leitores no processo de fruição. Essa experiência:

[...] É um espaço psíquico que pode ser o próprio lugar da elaboração ou da reconquista de uma posição de sujeito. Porque os leitores não são páginas em branco onde o texto é impresso. Os leitores são ativos, desenvolvem toda uma atividade psíquica, se apropriam do que leem, interpretam o texto, e deslizam entre as linhas seus desejos, suas fantasias, suas angústias. [...]” (PETIT, 2013, p. 44).

A partir do que discorre a autora, o resultado da leitura funciona como catalisador para problematizar os contextos, as vivências e o próprio eu-leitor constituído que é da cultura compartilhada, dos espaços, do que faz parte e do que compartilha do imaginário coletivo. Destarte, as relações que se estabelecem entre as memórias, coletiva e individual, bem como a construção da psique, colocam os leitores em situação de problematização e de várias (re)descobertas, como os fatores identitários que são questionados, apresentados e representados nos textos literários como possibilidades de fortalecimento e humanização. Para Petit, em *Arte de ler ou como resistir à adversidade* (2010, p. 176)³⁰, os leitores não medem esforços para dialogar com a obra literária, pois a leitura, em sua condição paradoxal, permite situar melhor as implicações de seus leitores ao passo que leem, que se constituem como sujeitos(as). (PETIT, 2010, p. 84)

Se a memória, para esses autores, é coletiva e penetra o vivido, sobretudo como movimento de (re)construção de uma consciência crítica, é importante destacar que essas populações minoritárias constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral, a equidade racial e de gênero, bem como o respeito às demais pluralidades, uma vez que expressam e defendem uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais comuns, pertencimento às mesmas classes sociais, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros (ACEVEDO MARIN & CASTRO, 1998).

²⁹ A obra da antropóloga francesa Michèle Petit reúne experiências desenvolvidas por mediadores de leitura em espaços em crise, especificamente na América Latina.

³⁰ PETIT, Michèle. *A arte de ler ou como resistir à adversidade*. 2ª. ed. Trad. Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2010.

Da origem ao compartilhamento das ancestralidades, as temáticas e suas nuances refletem o posicionamento político e de onde escrevem os(as) escritores(as) negros(as). A leitura literária possibilita ao leitor a capacidade de transformar o mundo e a si mesmo ao passo que contextualiza historicamente e significa a narrativa. A capacidade de transformar o mundo e os pensamentos não é dissociada do período histórico, tampouco do lugar de escuta desse leitor, ratificando que a função da literatura é para além de si mesma, ou seja, ela só existe quando da relação que se estabelece com o outro, segundo Lukács (1970). Nessa direção, a literatura provoca uma reflexão, junto aos seus leitores, capaz de fomentar respostas aos problemas sociais ou mecanismos capazes de amenizá-los e, ao mesmo tempo, subsidia um aporte capaz de alimentar o imaginário desse leitor, resguardo suas especificidades, como a faixa etária, por exemplo.

Portanto, no envolvimento entre leitor e as representações das/nas narrativas literárias, via função da obra literária, esse acaba por perceber, mesmo que superficialmente, seu lugar enquanto sujeito cultural propiciado pela arte enquanto universo que circunscreve as relações entre sujeito e objeto, uma vez que o texto é constituído de assimetrias e simetrias cujas identidades e pertencimentos são evidenciados quando se considera as especificidades e as transgressões possibilitada pela literatura de temática e autoria negro-brasileira e feminina, bem como sua incursão como projeto político-acadêmico decolonial, dialogando, assim, com a estrutura linguístico-textual, potencializando em suas entrelinhas o que contribui com a essência da literatura infantil ser uma literatura vivida pelo leitor sob inúmeras dimensões de experiência estética e realista. Essa afirmativa ratifica a importância do texto literário e suas possibilidades para se abordar os universos negros e de gênero e, conseqüentemente, as discussões de classe, interseccionalizadas, a partir de suas significações e entrelaçamentos.

2.2.2 A Leitura e suas provocações

A partir das perspectivas advindas da perspectiva pedagógica histórico-crítica que considera a prática educativa como elemento norteador das ações sociais, segundo Demerval Saviani (2015)³¹, o que implica dizer que o movimento de desobediência à matriz hegemônica, que norteou a produção e a consumação do conhecimento por

³¹SAVIANI, D. O conceito dialético de Mediação na Pedagogia Histórico-Crítica em Intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. *Germinal: Marxismo E educação em Debate*, 7(1), 26–43. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i1.12463>. Acesso em: 22 jan. 2022.

determinado grupo social, possibilita além do empoderamento dos(as) subalternos(as), uma visão crítica da sociedade e como esse deve se movimentar para contribuir com as mudanças, via giro epistêmico. Para esse autor, no que concerne à leitura e suas provocações como também parte de uma pedagogia histórico-crítica,

[...] assumir essa orientação pedagógica na atividade educativa significa ter presente o modo como está estruturada a sociedade atual no interior da qual os educandos nasceram. Cabe, portanto, educá-los para viver nessa sociedade, o que implica conhecê-la o mais profundamente possível. E conhecer significa não apenas deter informações, mas compreender as relações, compreender as determinações que se ocultam sob as aparências dos fenômenos que se manifestam empiricamente à nossa percepção. Conhecer implica, então, captar o movimento que nos permite entender como nasceu essa sociedade; de onde ela surgiu; como se encontra estruturada; quais as contradições que a movem definindo as tendências de seu desenvolvimento e apontando para as possibilidades de sua transformação numa nova forma de ordem superior, que somente poderá ser instaurada pela ação efetiva, intencional e organizada das forças sociais que hoje se encontram subjugadas e, por isso, têm todo o interesse e buscam lutar para mudar as condições vigentes e instaurar outro tipo de sociedade em que as relações entre os homens encaminhem coletivamente o pleno desenvolvimento das forças produtivas humanas em benefício de toda a humanidade. (SAVIANI, 2015, p. 36)

Na direção das assertivas do autor, cabe destacar que a leitura como parte do processo formativo do(a) leitor(a) enquanto sujeito sócio e historicamente situado, abre os horizontes para que esse(a) perceba as diversas versões oficiais e ocultadas da história, bem como a percepção de mudança a partir do contato com essas informações, para o bem comum coletivo e para o desenvolvimento e benefício de toda a humanidade, conforme aponta Saviani (2015). Assim, a mediação entre o fato ocorrido e a percepção desse, proporcionada pela leitura literária, ratifica a necessidade que se tem de perceber as transformações que acontecem diariamente ou que foram responsáveis pelo que se vive nos dias atuais. Petit (2010, p. 20) acrescenta que “[...] o mundo inteiro é um “espaço em crise”, e se configura como propício para a leitura de si e desse espaço coletivo. Ainda, a autora discorre que a leitura é uma arte que se transmite mais do que se ensina (p. 22), por isso a necessidade de sua iniciação no espaço familiar e sua importância no desenvolvimento dos(as) leitores(as).

Petit (2010, p. 23) no que concerne à leitura e suas provocações, discute a leitura como parte integrante do mundo e da constituição do eu-sujeito histórico, ou seja, sua importância “[...] na construção ou reconstrução de si mesmo [...]”. Durante o processo de

reconstrução de si e do outro, a produção literária de temática afro-brasileira que é lida, especificamente, no século XXI, se amplia, tanto na prosa quanto na poesia, “[...] paralelamente ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico de produção literária - distinto, porém em permanente diálogo com a literatura brasileira *tout court* [...]” (DUARTE, 2014, p. 19).

Nessa acepção, a produção literária, seja ela infantil, juvenil ou destinada aos adultos, atua junto aos movimentos sociais, tanto no movimento de (re)construção e disseminação das memórias, quanto na tematização de suas histórias via discursos literários, reivindicando, por meio desses expedientes, direitos básicos. Sobre esse cenário, o martiniquense Edouard Glissant, em *Introdução a uma poética da diversidade* (2005), em diálogo com a discussão posta por Spivak (2010), discorre sobre as várias interdições que os afrodescendentes sofrem no decorrer de suas vidas. Entretanto, para esse autor, embora esse ser seja desapropriado de si e de tudo que o cerca, principalmente sua língua, ele se recompõe a partir das memórias, dos vestígios e de sua cultura.

Para Glissant (2005), a população afrodescendente, a partir da experiência afrodiaspórica para construir sua modernidade, precisa se utilizar das e nas artes, especificamente na literatura, empreendendo a escrita e reivindicando sua autoria, protagonismo(s) e suas representações como mecanismo de resistência(s). Ainda, segundo esse autor, “[...] o objeto maior de toda e qualquer literatura que se possa propor é o que chamo de *caos-mundo* [...]” (2005, p. 41). Nessa acepção, *Caos-mundo* é entendido pelo autor como enfrentamento, conciliação, bem como a ruptura com o mundo cristalizado das culturas, afunilando essa acepção no plano literário como formas de refletir sobre a diversidade que constitui o *ser*, especificamente o *ser negro*.

Praticar uma poética da totalidade-mundo, é unir de maneira remissível o lugar, de onde uma poética ou uma literatura é emitida, à totalidade-mundo, e inversamente. Ou seja, a literatura não é produzida em suspensão, não se trata de algo em suspensão no ar. Ela provém de um lugar, há um lugar incontornável de emissão da obra literária. Mas, em nossos dias, a obra literária convirá tanto mais ao lugar quanto mais estabelecer uma relação entre esse lugar e a totalidade-mundo. (GLISSANT, 2005, p. 42).

O autor chama-nos a atenção para pensar que todas as culturas têm relação com outras culturas, ou seja, integram a totalidade-mundo³² como heterogêneas e formam-se a partir do contato necessário com o outro. Nesse encaminhamento, é a partir do diálogo heterogêneo que a literatura negro-brasileira se funda, evocando os(as) *griots/griote* à experiência da diáspora, perpassando pelas margens e percebendo como essas influenciam o olhar desses sujeitos que habitam as chamadas zonas subalternas. Essa comunhão de vozes é que vai fortalecendo o movimento de inscrição e representações, provocando um deslocamento ao leitor de seu lugar para o lugar do outro, num movimento de, segundo Petit (2010, p. 51) “[...] discernir melhor o que existe ao redor de nós, e mais ainda o que acontece dentro de nós e não conseguimos exprimir [...]”.

No tocante às vozes que compõem as narrativas e que movimentam os leitores através de vários deslocamentos, possibilitando, assim, suas (re)construções, provando-os em inúmeras direções de significação, Evaristo, em *Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira* (2004, p. 139), acrescenta que essa literatura é resultado de um ponto de vista adotado, ou seja, um posicionamento contra-hegemônico:

[...] O Movimento de Negritude, no Brasil, tardiamente chegado, vem misturado aos discursos de Lumumba, Black Panther, Luther King, Malcon X, Angela Davis e das Guerras de Independência das colônias portuguesas. Esse discurso é orientado por uma postura ideológica que levará a uma produção literária marcada por uma fala enfática, denunciadora da condição do negro no Brasil, mas igualmente valorativa, afirmativa do mundo e das coisas negras, fugindo do discurso produzido nas décadas anteriores carregado de lamentos, mágoa e impotência. (2010, p. 139).

A autora enfatiza o lamento, a mágoa e a impotência dos negros; marca o lugar da postura ideológica e da fala enfática e denunciativa, incutindo ainda sobre as influências dos militantes no processo de reivindicação de seus direitos. Porém, não é regra e nem obrigação que essas características estejam presentes em todas as situações, tampouco transpostas para as narrativas, principalmente se considerado o gênero infantil, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas quanto à experiência/experimentação dos universos diaspóricos, negro-brasileiros e femininos, em suas materialidades físicas e ficcionais.

³² Para Glissant (2005, p. 156) “[...] totalidade-mundo é um rizoma no qual todos têm necessidade de todos e [...]todas as culturas têm necessidade de todas as culturas [...]”.

A experiência vivida pelos corpos negros transposta para as narrativas infantis, adequada ao gênero, através de provocações que vão desde a autoidentificação à crítica aos contextos sociais, possibilita que através da representação a criança comece a se perceber e a fortalecer sua identidade étnica, racial e feminina negra. Nesse interim, no tocante às discussões sobre o corpo feminino e o que ele representa físico e simbolicamente, Judith Butler, em *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*, pontua que “[...] há corpos que importam mais que outros (BUTLER, 2002, p. 49). A partir da afirmativa de que existem corpos que importam e valem mais do que outros, a literatura atua no sentido de desconstruir esses parâmetros, reestruturando as noções que foram secularmente pensadas e colocadas em prática a partir de uma via crítica, que, historicamente, implicou em violência, assassinatos, cujas justificativas residiam/em na supremacia de uns sobre os outros.

Em oposição a esses cenários, o discurso literário infantil contribui para a diminuição dos impactos através das representações das *escritas de si*, do eu que se coloca no lugar do outro ou de si mesmo, que é impotente (EVARISTO, 2007), em um movimento de empatia através da leitura dessas narrativas e, conseqüentemente, de suas significações; representa, ainda, através das poéticas negro-brasileiras, um mundo de possibilidades às crianças negras, que já nascem com seus destinos sociais traçados pela negação de suas identidades, de seus espaços e pelo ocultamento de suas pluralidades culturais, quando não interrompidas.

No tocante à assertiva das identidades abrirem espaços que lhes são próprios a partir das representações literárias para a infância, para Foucault (2000, p. 106), “[...] As representações não se enraízam num mundo do qual tomariam emprestado seu sentido; abrem-se por si mesmas para um espaço que lhes é próprio e cuja nervura interna dá lugar ao sentido”. Sob essa perspectiva, Yunes (2009, p. 30) acrescenta que “Nossos gestos, palavras e silêncios ‘falam’ de nós e por nós, além do que verbalizamos. E falam à nossa revelia, porque não podemos enganar todos por muito tempo. Nem a nós mesmos a todo tempo”. A partir do entrelaçar discursivo de Foucault e Yunes, recorreremos ao nosso contexto histórico no qual atravessamos as experiências da colonização, de contextos traumáticos, entre dores e odores, cicatrizes essas que não cessam mesmo naqueles que são contemporâneos e que não vivenciaram esse tempo, mas que sofrem na/pela pele os amálgamas sociais da discriminação racial, do racismo institucionalizado e da falta de efetivação das políticas públicas (CUTI, 2010; DUARTE, 2014; ALMEIDA, 2019).

As experiências, portanto, provocadas tanto pelo contexto no qual os(as) leitores(as) se encontram quanto pela ficcionalização desses espaços, mobilizam informações e sentimentos, movimentam e alimentam identificações, além de proporem reflexões e uma criticidade que possibilita o desenvolvimento das consciências dos leitores, recriando seus próprios meios e estratégias para interagir e interpretar o mundo à sua volta, em diálogo com o que busca definir os objetivos da leitura e suas finalidades, para além da percepção estética, ou seja, residindo entre os interesses individuais e coletivos.

2.2.3 O Literário e a experiência da leitura

A literatura enquanto parte integrante e essencial da arte de habitar, possibilita aos seus leitores a experiência mimética, abrindo um espaço no mundo real para a vivência e exercício das subjetividades, tanto de como esse(a) venha a se relacionar com o mundo quanto pela própria significação desse e de suas relações com os(as) outros(as), pois “[...] Ao longo da vida, procuramos as bolas que nos são lançadas e que nos permitirão discernir melhor o que existe ao redor de nós, e mais ainda o que acontece dentro de nós e não conseguimos exprimir. [...]” (PETIT, 2010, p. 51). A busca por contextualizações e experiências que contribuam com a ampliação dos horizontes dos leitores é frequente, e a cada vez mais exige-se mais das leituras, o que coloca o mercado editorial em efervescência e ascensão, considerando, para tanto, que nas últimas décadas, no âmbito do literário, as possibilidades se abriram para a incursão de perspectivas e temáticas oriundas de dentro dos grupos minoritários via movimentos sociais, a partir de seus discursos e de suas próprias lógicas cujos cenários sociopolíticos se retorcem para compreendê-los, buscando, por meio dessas acepções, a participação e a inclusão nos fatos sociais compartilhados, tendo como premissa básica o empoderamento³³.

No tocante às particularidades do literário através da experiência da leitura, considerando as potencialidades das representações na literatura infantil contemporânea,

³³ Citamos empoderamento a partir da ótica de Joice Berth, em *Empoderamento* (2019), que discorre sobre a existência de “[...] uma tecnologia de articulação de opressões estruturais de raça e gênero, [...]”, que necessita de uma postura pragmática no entendimento e aplicabilidade do conceito. Para ela, todas as “[...] possibilidades devem transpassar áreas também estruturais da formação das subjetividades ou na reconstrução dessas. [...] o empoderamento já era utilizado como importante estratégia de sobrevivência e resistência de mulheres negras, marcadamente as feministas negras, pensam de uma maneira mais abrangente ao ter a interseccionalidade como ferramenta essencial e de luta política” (BERTH, 2019, p. 108).

para Yunes "[...] Algo novo nos atravessa quando lemos/ouvimos novas e velhas histórias, capazes de nos co-mover em diferentes planos, do afetivo ao intelectual. [...]" (2009, p. 19). Nessa mesma direção, Zilberman acrescenta que “[...] livros lidos na infância permanecem na memória [...] responsáveis que foram por bons momentos aos quais as pessoas não cansam de regressar”. É interessante perceber, a partir dos marcadores teóricos e das memórias de leitura, que a experiência da fruição literária produz e nos comove em direção a diferentes planos; suas especificidades potencializam as representações ali contidas, além de fortalecer o jogo discursivo que se propõe e possibilitar que esses (os leitores de diferentes classes sociais) enfrentam as grandes questões humanas. Por meio dessas inquietações, Stuart Hall (2016, p. 100) acrescenta que:

[...] O discurso também produz um lugar para o sujeito (ou seja, o leitor ou espectador, que também está "sujeito ao "discurso"), onde seus significados e entendimentos específicos fazem sentido. Não é inevitável, nesse sentido, que todos os indivíduos em um dado período se tornem sujeitos de um discurso especial, portadores de seu poder/conhecimento. Mas para que eles - nós - assim façam/façamos, é preciso se/nos colocar na posição da qual o discurso faz mais sentido, virando então seus "sujeitos" ao "sujeitar" nós mesmos aos seus significados, poder e regulação. Todos os discursos, assim, constroem posições de sujeito, das quais, sozinhos, eles fazem sentido.

A partir do exposto pelo autor, relacionando a leitura e suas provocações, conforme suscitado por Yunes e Zilberman, em diálogo com Petit (2010; 2013), os universos da literatura infantil e da experiência literária incutem diretamente na (re)construção do psicológico dos leitores a partir das experiências de memória, principalmente quando esses leitores se veem representados nas narrativas, seja enquanto protagonistas, seja como coadjuvantes representados positivamente. Assim,

[...] a riqueza extraordinária de ir povoando a memória, insistindo em sentimentos, emoções, afetos e também ideias, comparações, traços que se vão criando para novas associações, à medida que cresce a capacidade discursiva. Não há ainda qualquer consciência da linguagem, mas ela já funciona como suporte da memória, das situações e dos contextos que marcam a vida psíquica e dão lastro à subjetividade que se elabora lentamente, no trato e na troca com os outros. O que lembramos, seletivamente, lembra quem somos, quem "estamos sendo", ao nos constituir como seres de histórias. (YUNES, 2010, p. 30).

Considerando a discussão da autora, que corrobora com o que discutiu Zilberman (2014) de que as memórias literárias da infância perpetuam-se na vida adulta, embora

aconteça paralelamente ao desenvolvimento da linguagem, percebemos a existência de elementos extremamente viáveis para se trabalhar vários temas de ordem social, principalmente pelo viés questionador peculiar do público leitor infantil, quando se questiona e problematiza acerca do mundo e das coisas, características essas pertencentes a essa faixa etária e que fazem todo um diferencial desde a seleção das narrativas ao trabalho de mediação literária. A mediação tem um papel de suma importância no processo, considerando o público alvo, pois em trabalho direto com os leitores que se apropriam da língua, têm acesso ao conhecimento compartilhado, elaboram “[...] um mundo próprio, de uma reflexão própria, propiciados pela leitura, pré-requisito, a via de acesso ao exercício de um verdadeiro direito de cidadania [...]” (PETIT, 2009, 148).³⁴

No que concerne ao trabalho com a temática, Debus (2017, p. 19) discorre que “[...] a literatura pode problematizar reflexões sobre práticas antirracistas para o universo da infância, seja no espaço escolar, seja em outros espaços socioeducativos”. Nessa assertiva, identifica-se, principalmente nas últimas décadas, um crescente aumento nas produções literárias de temática africana e negro-brasileira destinadas às crianças, além de outras tematizações, como, por exemplo, a imigração e as discussões sobre gênero. Destaca-se que esse aumento se deu, também, pela implementação da Lei 10.639, em 2003, que ampliou as possibilidades do trabalho com a temática no âmbito escolar, incutindo, inclusive, num aumento substancial de títulos e de novos(as) escritores(as). Para Debus,

Se ler o outro e sobre o outro tem importância fundamental na formação leitora do indivíduo, o contato com textos literários, que apresentam personagens em diferentes contextos, ou a existência de escritores oriundos de diferentes contextos permite uma visão ampliada de mundo [...]. (DEBUS, 2017, p. 22-23).

A autora discorre sobre a literatura ter a possibilidade, via subjetividade, de desconstruir valores cristalizados, o que relativiza ideias e sugere ressignificações quando tematiza e insere o negro, agora positivado, em que a inscrição é um diálogo entre o eu e o outro, que ao mesmo tempo sou eu mesmo, num exercício de *escrevivências* (EVARISTO, 2007). As representações e o que pode a literatura, em diálogo com os direcionamentos nas novas perspectivas de seu ensino, propiciam um universo capaz de fazer do espaço íntimo (re)elaborado na narrativa como próprio de quem o lê. Essa dimensão, sob o ponto de vista

³⁴ PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Trad. Celina Olga de Souza. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

da descolonização do pensamento, alimenta uma face importante no processo de significação da narrativa infantil, que é o deslocamento de si e as releituras do mundo, dos contextos e das situações-problema que se apresentam diariamente e que, muitas vezes, passam despercebidas, tais como o sexismo, o racismo recreativo, a divisão de classes etc.

Acerca do(s) lugar(es) do leitor infantil e a dimensão da significação do texto literário, a partir de uma análise de definição da leitura literária de Barthes e Compagnon para a *Enciclopédia Einaudi* (1984), compreendemos que os momentos tanto de reconhecimento quanto de compreensão que reordenam e reelaboram os sentidos produzidos a partir da leitura literária são imprescindíveis para que os leitores infantis percebam a temática, suas ligações e nuances com outros conhecimentos, conjugados com o efeito do perceber a si mesmo ali, alinhando seus conhecimentos de mundo e (re)significando as leituras, assertiva que é enfatizada por Magda Soares, em *Alfabetização e Letramento* (2005).

No universo do literária e da experiência de leitura, percebemos as especificidades desse *corpus* literário como aporte necessário para o movimento de se romper com as tentativas de silenciamento(s) e apagamento(s), no processo de refazer os caminhos, (re)construindo, assim, suas trajetórias através das representações no texto literário infantil que se afirma e se configura, segundo Duarte (2019, p. 11), “[...] como expressão de um lugar discursivo construído pela visão de mundo historicamente identificada à trajetória vivida entre nós por africanos escravizados e seus descendentes”. Desse modo, esse empreendimento social, histórico e literário permite pensar a trajetória, a história e a escrita negra a partir de modos distintos dos que foram predominantemente enraizados no imaginário coletivo, a partir da indisposição do cânone. Esse movimento reconfigura os descaminhos em caminhos, agora, projetados pelo *ser* e *estar* negro, refundando esse acervo, seus crivos a partir das experiências leitoras.

Em desobediência à tradição literária do gênero infantil de reproduzir tão somente narrativas europeias clássicas e esquecer de olhar para o próprio país em suas singularidades, bem como para o que o constitui e o dinamiza, é perceptível que a literatura destinada às crianças, no que diz respeito à temática negro-brasileira, avançou nas tematizações e na inserção de protagonistas positivados(as). É evidente, contextualmente, que de Monteiro Lobato às produções contemporâneas muitas águas já rolaram, inclusive, surgindo e sugerindo movimentos de reedição/revisão de obras, exclusão de termo/fragmentos racistas, bem como categorias teóricas que questionam e criticam a

validade de determinadas obras e como elas podem ratificar a hegemonia, o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação e opressão, fortalecendo assim o processo de análise e crítica decoloniais.

Na esteira desses tensionamentos e tendo como base a produção literária de Monteiro Lobato, cabe mencionar a leitura crítica que a pesquisadora Maria Cristina Soares de Gouveia³⁵ faz, sob uma perspectiva historiográfica, da representação/imagem do negro nas obras destinadas às crianças nas primeiras décadas do século XX. Para essa autora:

Excluído do projeto de modernização do país, e afirmado estereotipicamente em sua identidade cultural constituidora da brasilidade, o negro assumia um espaço mítico ao longo da narrativa, negado em sua concretude, mas reificado e folclorizado no imaginário literário. (GOUVEIRA, 2005, p. 84)

As representações, a abordagem e as inúmeras exclusões destinadas ao negro, no tocante ao corpus analisado pela autora, demonstram o racismo impresso e escancarado nas narrativas das primeiras décadas do século passado, principalmente as de Monteiro Lobato, cuja repercursão ratificou estereótipos e estigmas associados aos negros e às suas culturas, notadamente a partir das personagens Tia Nastácia, Tio Barnabé e Saci-Pererê, além de deixar nítida a necessidade do branco e do branqueamento para que, de fato, as coisas possam existir seguindo os critérios estabelecidos sob a ótica do escritor.

Portanto, os caminhos trilhados pelas poéticas insubmissas que rompem com a lógica colonial que tenta se manter e tomar corpo em todos os campos, se realiza e se fortalece quando negros/as assumem a autoria e se inscrevem em suas poéticas, a partir de seus lugares de fala, imprimindo-as de um mundo cultural, simbólico, fenomenológico. Aspirado nas tradições negro-brasileiras e afrodiáspóricas, esse movimento de (re)fazer a trajetória do/a negro/a no Brasil a partir da revisitação histórica e do expediente decolonial fortalece as lutas individuais e coletivas em prol da diversidade étnica, racial e de gênero, interseccionalizadas, num movimento de reconstrução das trajetórias que foram historicamente apagadas e negadas a esses grupos, o que fortalece a escrita como arma política e acadêmica, como bem definiu Jean Foucambert, em *A leitura em questão* (1994, p. 25): “[...] a desigualdade na utilização da escrita constitui o ponto de estrangulamento de

³⁵ Cf. Gouvêa, M. C. S. de. (2005). *Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica*. *Educação E Pesquisa*, 31(1), 79-91. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000100006>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27963>. Acesso em: 01 jul. 2022.

toda a vida democrática [...]”, contexto esse que se pretende alterar a partir de vozes marginais que encabeçam as produções contemporâneas e buscam mecanismos próprios de subverter a lógica de dominação.

2.3 A Autoria Feminina Negra: uma poética insubmissa

Retomando Foucault (1994) sobre a desigualdade na utilização da escrita construir um tipo de estrangulamento, Patrícia Hill Collins, em *Epistemologia feminista negra* (2019), entre outras questões concernentes à posição da mulher negra no mundo, considerando o contexto dos Estados Unidos, infere que o pensamento dessas “[...] reflete temas característicos das experiências de mulheres afro-americanas, e seus temas centrais – trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político [...]”. Para essa autora, as temáticas que são encontradas na escrita feminina negra perpassam as vivências do lar e se estendem à necessidade de posicionamento político, pois os referentes mantidos pelo colonialismo moderno atuam no sentido de amortilhar e assassiná-las em suas identidades, principalmente como inferiores.

O termo resistência é sinônimo da escrita negra, a partir do qual atuam na contracorrente do que foi, historicamente, idealizado como justificativa de opressão e contra o porquê de serem colocadas para segundo plano, como frágeis e destinadas ao lar. Nesse avanço, a escrita feminina, e principalmente a negra, rompe com essa lógica cisheteropatriarcal que objetiva, através de vários mecanismos, mantê-las em cativeiros sociais em nome dos “bons costumes” e em prol da “família”, discursos esses arraigados e que tomam proporções em tempos tão difíceis, como os contemporâneos, de ameaças democráticas e possíveis movimentos distópicos, em virtude da ascensão da extrema direita em vários países da América Latina como, por exemplo, o Brasil³⁶.

Fernanda Miranda (2019, p. 15), refletindo a escrita de mulheres negras e analisando um *corpus* de romances assinados por elas, afirma que o silenciamento de sua voz é um processo sistêmico no Brasil, pois “[...] o sistema de hierarquização racial estruturado desde os primórdios da nossa história tem instituído profundas fronteiras à circulação das vozes na ordem do discurso, do pensamento social [...]” (2019, p. 17). Dado

³⁶ Cabe destacar as propostas do Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema direita, eleito em 2018, cujos discursos misóginos, racistas e homofóbicos foram seus slogans de campanha e ganharam milhões de adeptos nas redes sociais, especificamente no *Twitter*.

esse contexto, compreende-se a afirmativa de ser a mulher negra duplamente marcada, pela sua cor, porque antes da leitura textual é feita uma leitura racial da autoria, e pelo seu gênero, o que ocasiona diversas opressões e cortes, inclusive, de natureza teórica e analítica por parte dos que integram o cenário e as instituições de crítica.

A ferida, o lamento, o silêncio e a conjugação do *eu* e do *nós*, são especificidades da produção literária feminina negra, ainda que incutidas de forma a argumentar e demonstrar esses traços na produção literária em análise, objetivando a identificação de uma relação possível entre *escrevivência* e o conceito de autoria em jogo. Nessa direção, além da identificação das dificuldades e dos processos de separação entre personagens, narradores(as) e escritores(as), esses(as) últimos se utilizam do expediente de novas categorias teóricas, como a autobiografia e a autoficção, por exemplo, cujas vozes se confundem, potencializando o teor das narrativas e, conseqüentemente, a possibilidade de auto-identificação. Ilustrando a utilização dessas categorias na composição do texto literário de autoria feminina negra, partimos de Eurídice Figueiredo, em *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção e autoficção* (2013, p. 24), ao discorrer que “[...] a escrita autobiográfica tem seu correspondente na pintura através do autorretrato. [...]”.

A partir da relação entre autoria e narrativa, tendo como base as escritas autobiográficas e autoficcionais, retomamos o conceito de *escrevivência*, cunhado por Evaristo, para refletir acerca das histórias de vida de mulheres negras que gestam uma maternidade coletiva, conforme Collins (2019) sobre os temas incutidos nas suas vivências, geralmente, nas escritas, ao mesmo tempo em que funda uma epistemologia para produzir conhecimento sobre as populações afrodescendentes, principalmente os movimentos encabeçados pela mulher negra. No que concerne à assertiva da *escrevivência*, essa nasce, enquanto categoria, da experiência de mulheres negras na sociedade brasileira cuja matéria narrada está ligada à experiências individuais e/ou coletivas de negros(as), o que rompe com uma lógica estruturalista de que a experiência de *ser* e *estar* negro não pode ser matéria de ficção.

Embora a ficção não tenha compromisso com a realidade, tampouco com a verdade, é importante enfatizar que o discurso ficcional da literatura negro-brasileira cobre uma lacuna historicamente deixada pela crítica, principalmente quando essa desconsiderou a autoria negra, pois esse lugar de enunciação, de fala, desde Maria Firmina dos Reis, sempre foi como um lugar de exercício consciente de escolhas na elaboração do enredo e de suas personagens, ou seja, um movimento de construção de personagens positivadas a

partir da ótica do próprio negro que experiencia a matéria narrada, ou seja, estar ali, presentificado, no adensamento de embates, no centro da cena, no protagonismo e apresentando atributos antes relacionados somente às personagens brancas como, por exemplo, o sentimento, giro de perspectiva que burla uma lógica estigmatizadora que representou negros e negras sempre como fábulas plenas do exotismo, do sexual, de fraqueza etc. Ainda sobre autoria, Mirian Alves (2010) discorre que a produção literária negro-brasileira vem e representa uma descendência de quem vivenciou essas posições de subalternidade, por isso se escreve a partir de dentro como resultado de uma experiência particular ou histórica, na qual se utilizam de uma gramática do cotidiano de uma dureza impiedosa e realista.

A motivação da questão nos leva a refletir acerca da construção da subjetividade no texto literário infantil negro-brasileiro como uma possibilidade para a desconstrução de estigmas e estereótipos associados aos negros e fortalecidos pela colonialidade, embora não se possa generalizar todo e qualquer ato como resistência. Em entrevista³⁷, ao ser questionada sobre a autoria, bem como a importância dessa no campo literário brasileira, Mirian Alves pontua que:

Sim, considero importante me dizer escritora negra brasileira. E não é rótulo. É uma atitude política. Na verdade, se dizer escritora negra e reconhecer o movimento literário que surgiu em 1978, com a publicação do primeiro Cadernos negros em São Paulo, que foi um marco para questionar a literatura brasileira como um lugar da hegemonia branca do saber e de ideias que privilegia a produção do escritor branco, de classe média alta, heteronormativo e com grande influência do pensamento eurocêntrico, se autorreferenciando como universal. A literatura negra, numa manifestação coletiva, surge da necessidade de escritores negros e escritoras negras serem autores e sujeitos da história. História nos dois sentidos, no sentido do ficcional, poético, literário, e no sentido de fazer história mesmo. Então, não é um rótulo e não aprisiona: liberta. Liberta não só eu que escrevo, mas também os leitores negros e brancos. (2017, p. 290)

Denota-se do fragmento da entrevista, que Mirian Alves se posiciona, num universo em consolidação, como escritora que é e vê nesse ofício um lugar para se projetar enquanto mulher negra sujeita de sua própria história. Acrescenta, ainda, que ser autora lhe possibilita traçar mundos subjetivos e reais nos quais o corpo negro se desdobra e vira

³⁷ Cf. FREDERICO, G; MOLLO, L; DUTRA, P. *Escrevo porque não dá para não escrever: entrevista com Mirian Alves*. Revista de estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 51, p. 289-294, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40185121>. Acesso em: 12 jul. 2022.

matéria narrada, agora positivado. Por fim, segundo a escritora, essa literatura liberta não somente negros, mas todos aqueles que se veem numa situação de vulnerabilidade. Em diálogo com Mirian Alves e sob o mesmo questionamento, a poeta e ensaísta Livia Natália³⁸ definiu sua autoria como resultado de um lugar de fala:

Eu acho que ser uma autora negra demarca de onde eu falo, porque eu posso ser uma escritora simplesmente, sem me comprometer de maneira nenhuma com todas as questões raciais, mas essa não sou eu. Não seria o que Livia Natália é. O que eu sou é uma mulher negra escrevendo. Então, toda vez que eu escrevo, mesmo que eu não esteja falando diretamente, frontalmente, sobre as questões relativas ao racismo, de alguma maneira, meu texto é um texto racialmente marcado pelo lugar de fala. É uma mulher negra falando, antes de tudo. É uma filha negra falando. É uma amante negra falando. O tempo inteiro o “negra” está colado a tudo que faço, a meu gesto, ao modo como me visto, ao modo como penso, ao ser intelectual negra. Eu sou uma professora, então todo meu trabalho intelectual também circula muito pela questão da negritude. (2017, p. 281-282)

Contrastados os depoimentos das autoras, tanto Mirian Alves quanto Livia Natália consideram a escrita como uma forma de se colocar no mundo e trazer consigo questões atinentes ao racismo, à identidade e à própria natureza da exclusão, não podendo, segundo elas, se desvincularem das mulheres negras que são e de outras que as antecederam. A autoria negro-brasileira feminina reside na dimensão do *ser* e *estar* negro, assim como na tematização e protagonismo de suas matérias vivências e narradas, sejam elas ficcionais sejam autobiográficas.

Ribeiro (2019, p. 89) direciona-nos a pensar esse lugar de enunciação, como a possibilidade efetiva de romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado(a): “[...] um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta”. Assim sendo, as invisibilidades que tomam os discursos das intelectuais negras contemporâneas partem, em grande força, da literatura negro-brasileira como literatura e conceituação em construção, conforme percebemos na proposta organizada por Duarte (2014) em relação à catalogação de 100 autores do século XVIII ao século XXI. Entretanto, paralelamente a essa assertiva, é importante mencionar o lugar e a instância psíquica ocupados por esse(a) sujeito(a), ontem e hoje, considerando o percurso histórico e a trajetória dos embates contemporâneos.

³⁸ Cf. FREDERICO, G; MOLLO, L; DUTRA, P. *Eu sou uma mulher negra escrevendo*: entrevista com Livia Natália. Revista de estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 51, p. 281-285, maio/ago.2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40185119>. Acesso em: 12 jul. 2022.

As poéticas femininas negras, por assim nomear, reconstroem esses/as sujeitos/as, ao mesmo tempo em que refutam a afirmativa de uma totalidade, possibilitando a entrada e permanência num universo antes negado e, no caso da literatura brasileira, a iniciativa crítica atua como movimento de reescrita do cânone a partir do resgate de escritores/as e de suas poéticas insubmissas. Neste interim discursivo, a mulher negra traz para a sua composição as ancestralidades, através de um discurso comprometido com sua história, com suas escrevivências diárias e com um futuro em que os leitores, crianças negras, especificamente, sintam-se pertencidas. Para tanto, no que diz respeito às instâncias do(s) discurso(s) e suas representações na escrita de autoria feminina negra, bem como as críticas sociais:

[...] Os valores da liberdade, tolerância ou defesa de uma vida individual prazerosa fazem com que a literatura infantil [...] se dirija a enfrentar qualquer forma de poder autoritário; a denunciar as formas de alienação e exploração da sociedade industrial moderna; a reivindicar a vida [...]. (COLOMER, 2017, p. 203).

Segundo Colomer, tanto o pensamento quanto a linguagem literária possibilitam a ruptura com um mundo hegemônico, seja através da denúncia, seja através de uma introspecção individual, na medida em que a literatura, retomando *Candido*, humaniza aqueles que dela se aproximam, empreendendo esse que nos direciona para uma reflexão acerca dos diversos lugares pelos quais o sujeito negro interpela sua presença e deixa suas marcas discursivas e culturais. Assim, a partir dessas premissas, a escrita e a vida das(os) escritoras(es) negras(os) assumem uma dimensão própria, específica, denunciativa e de representação através do texto literário. Figueiredo, em *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras* (2020, p. 12), pontua que:

[...] Na literatura não há enunciados conclusivos, definitivos. Ainda que o real não possa ser “representado” porque o real e a linguagem pertencem a ordens diferentes, a literatura aceita o desafio de realizar o impossível e ser, ao mesmo tempo, realista e irrealista.

As vidas real e ficcional são possibilidades da literatura, principalmente se consideradas as categorias autobiografia e autoficção, cujas identidades e localizações das protagonistas perpassam o espaço sociossimbólico. Nessa esteira, Spivak (2010) discorre sobre esse sujeito poder falar por si só, neste caso, a mulher negra que escreve, submersa em suas experiências, num processo de autogerenciamento de suas representações. Falar

desse lugar imaginado e/ou vivido é refletir e penetrar nas diversas visões que servem de materialidade para os textos literários, principalmente no advento das últimas décadas, em que as pautas sociais e identitárias estão cada vez mais presentes e criam diversas tendências literárias e teóricas. Figueiredo (2020, p. 12) enfatiza, ainda, que a produção feminina na literatura brasileira está

[...] cada vez mais presentes na criação, na edição de pequenas e grandes editoras e na crítica literária. Nos últimos cinquenta anos, nota-se um aumento na produção de autoria feminina em que se destacam várias tendências, que vão do romance histórico [...] às narrativas de filiação [...] da prosa intimista, às vezes poética [...] aos romances de um realismo bruto [...].

No tocante às especificidades dessa escrita, Lívia Natália de Souza, em artigo intitulado *Uma reflexão sobre os discursos menores ou A escrevivência como narrativa subalterna* (2018, p. 29), circunscreve-a como marcador teórico “[...] que identifica como se constituem as formas de expressão da escrita negra contemporânea, partindo do pressuposto de que, quando escrevem, os autores negros estão não sublimando a vida pela escrita, mas expressando [...]”. Paralelamente à discussão da autora, Zilá Bernd (1988, p. 77) já refletia, na década de 1980, a escrita negra como um movimento de reversão de valores, no estabelecimento de uma nova ordem simbólica.

A partir das discussões das autoras sobre o estabelecimento de novas ordens simbólica e incursões autorais, no universo da literatura infantil, a marcação étnica é de suma importância para a construção das identidades dos leitores. É possível dizer que após a Lei 10.639/03, muita coisa mudou no que diz respeito a possibilidade de autoidentificação, de autopertencimento, via empoderamento étnico-racial, bem como na relação interdisciplinar com outras áreas de conhecimento, como a História, por exemplo, na tentativa de se ampliar os horizontes identitários e na busca de referenciais para a (re)construção do eu, o que se afirma na assertiva de Debus (2017, p. 29), de que “O texto literário partilha com os leitores, independentemente da idade, valores de natureza social, cultural, histórica e/ou ideológica por ser uma realização da cultura e estar integrado num processo comunicativo [...]”.

De forma paralela à discussão de Eliane Debus, Yunes (2009, p. 30) discorre sobre a subjetividade como um processo de tomar consciência “[...] da imagem que temos de nós mesmos, da que enviamos aos que estão em contato conosco, depende muito de uma visão

dos nossos valores, interesses, compromissos, angústias, incertezas, fragilidades que assalta a nossa pessoa [...]”. No que compete à discussão da autora em diálogo com a assertiva da localização da mulher escritora residir no espaço sociossimbólico, o que Souza (2018) enfatiza como o entrecruzamento entre gênero, raça e classe, adentra numa discussão interseccional como resultado dos muitos contatos e das opressões que recaem sobre seus corpos e intelectualidades.

A escrita de mulheres negras, a partir dessas óticas e movimentos, empreende atitudes e ações que impactam diretamente na formação do imaginário coletivo, alinhada com as políticas públicas desenvolvidas pelo estado para a garantia dos direitos básicos, como dignidade à vida das populações negras. Contudo, mesmo com a garantia legal, esta é burlada, como percebemos na literatura denunciativa de Evaristo, por exemplo, em *Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos*³⁹, quando o estado rompe com o ciclo vital de crianças negras que habitam as grandes favelas do país, deixando as mães, mulheres negras, que geram uma maternagem coletiva, órfãs de seus filhos.

Evaristo, tanto literata quanto teórica, pensa a escrita como manifesto e posicionamento crítico, é uma forma de sensibilização e registro das memórias traumáticas que já fazem parte da identidade negra. Assim como Evaristo, outras vozes aguerridas instrumentalizam-se desse passado traumático e de um presente apagado pelas Necropolítica, para questionar o porquê de suas presenças ainda serem vigiadas, seja no plano simbólico e discursivo, seja na prática cotidiana, quando, na verdade, o movimento deveria ser o contrário. Assim, considerando o episódio dessas denúncias e tendo como base a instância do discurso ou de quem pode falar, Gonzalez, em *A cidadania e a questão étnica* (1986, p. 165), menciona que “Até hoje os brancos falaram por nós. Temos que assumir nossa própria voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeitos de nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas”.

Partindo do ponto decisivo dessa escrita insubmissa, que enuncia a partir de um lugar de fala étnico, sexual, racial, de classe e de gênero (MIRANDA, 2019; RIBEIRO, 2019), a compreensão dos fenômenos, como bem fez Lélia Gonzalez, é uma direção que as mulheres negras devem tomar para ocupar seus espaços como movimento necessário às suas existências, para que sobrevivam às tentativas de genocídio exercidas pela

³⁹ Conto pertencente à coletânea *Olhos d'água*, publicada em 2014.

Colonialidade e para que não tomem para si o *complexo de vira-latas*, como sentimento de inferioridade, termo cunhado por Gonzalez.

Nesse limiar discursivo, Coelho, em *A Literatura Feminina no Brasil Contemporâneo* (1993, p. 11), inicia sua discussão sinalizando a ampliação do universo literário às mulheres, tendo em vista que:

[...] o crescente interesse que desde os anos 70 vem despertando não só a produção literária das mulheres, mas também a da literatura infantil juvenil e a da 'negritude'. Muito mais que simples moda, esse triplo interesse arraiga um fenômeno cultural mais amplo: a inegável emergência do *diferente*; das vozes divergentes; a descoberta da alteridade ou do Outro, via de regra, sufocadas ou oprimidas pelo sistema de valores dominantes.

A autora enfatiza a abertura das editoras para a escrita feminina em virtude das mudanças dos conceitos, que definiam o social a partir de suas lógicas opressoras. Para Coelho, é necessário analisar as produções literárias concomitantes com o contexto histórico-cultural no qual foram escritas e publicadas, assertiva que foi ratificada por autoras que antecederam essa discussão. Neste périplo discursivo, relacionando obra literária e seus contextos históricos, é importante mencionar a série *Cadernos Negros*, que desde a década de 1970 vem exercendo força no que diz respeito ao acolhimento e vazão das produções negras que se utilizam da literatura para registrar e divulgar suas experiências e projetos enquanto coletividade, como integrantes de um conjunto de ações epistêmicas decoloniais, oportunizando, também, lugar às mulheres negras.

Para Mirian Alves (2010, p. 34), “[...] Essa imprensa negra ativa e combativa, além de divulgar as atividades e eventos, abria espaço para a produção literária do negro”. Segundo essa autora, a produção literária de negras(os) se caracteriza em virtude do lugar de fala, do pertencimento étnico-racial e do empoderamento feminino quando se trata da escrita feminina, bem como da militância travada por essas minorias conscientes de seus papéis no social. Cuti (2010, p. 13) acrescenta a essa discussão, que “[...] os autores nacionais, principalmente os negro-brasileiros, lançaram-se a esse empenho, não por ouvir dizer, mas por sentir, por terem experimentado a discriminação em seu aprendizado”.

Atinentes às especificidades da escrita feminina negra, tanto em sua essência quanto em suas temáticas, trazendo para o núcleo seus protagonismos, a valorização de suas culturas, de suas pluralidades constitutivas, situando-as como produtos da diáspora, o que fomenta o processo de auto-pertencimento de seus leitores, bem como o fortalecimento

da genealogia feminina negra que liga as gerações passadas às futuras. Na costura dessas especificidades, Maia (2012, p. 10), a despeito da relação entre obras literárias e seus contextos, enfatiza que:

[...] nenhuma obra constitui-se desvinculada do contexto, portanto, se a realidade vivida influencia no processo de criação/recriação das manifestações artísticas, se estas são expressões das relações históricas, sociais e culturais, por sua vez são determinantes de temáticas e de matizes.

As obras literárias, segundo a autora, não podem se desvincular de seus contextos, logo porque os horizontes que penetram a leitura literária vêm de vários lugares e, neste caso específico, dos quilombos, das favelas, ou como bem enfatiza Dalcastagnè (2015), analisando a obra de Carolina Maria de Jesus, “*do alpendre*” ou do quintal das casas. Seguindo esse percurso discursivo, as memórias que se constroem nesses espaços e/ou que são narradas a partir desses, cuja autoria é assinada por mulheres negras, agregam ao texto literário o caráter de literatura verdade ou histórias de vida⁴⁰, cujo discurso é reificado pela sociedade branca, hétero e patriarcal quando naturaliza o racismo, as injúrias raciais, incluindo o que vem sendo publicizado, e o sexismo, como práticas cotidianas na tentativa de assujeitá-los(as) novamente às suas revelias.

No que diz respeito à neutralização histórica e banalização da mulher na cultura Ocidental, especificamente no que concerne ao regime patriarcal, Figueiredo (2020) tece uma crítica em torno do caráter neutralizador da dominação, enfatizando que o grave problema foi que os homens conseguiram neutralizar a sua dominação histórica, a ponto de muitas mulheres aceitarem esta situação como normal. Dado o contexto de dominação masculina, o movimento responde pelo surgimento tardio, na literatura, do (re)conhecimento da escrita feminina branca e de seu protagonismo, tirando-a da posição de passividade monumental que ocupava; no tocante à mulher negra, o lugar é muito inferior ao da mulher branca, sendo necessárias outras categorias teóricas e movimentos,

⁴⁰ Histórias de vida é uma categoria narrativa contemporânea a partir das especificidades histórica, pessoal e genealógica, formadora do sujeito em suas instâncias pessoal e profissional. Tal categoria perpassa às descritas por Barthes (2008), definindo-se a partir de um cunho emotivo e da própria escrevivência, segundo Vasconcelos (2011).

como o feminismo negro⁴¹, que segundo Collins (2019, p. 139) “[...] reflete os interesses e o ponto de vista de suas criadoras [...]”.

A escrita feminina negra, a partir desse aparelhamento teórico, atua como mecanismo decolonial de denúncia. Essa exposição amplia os espaços destinados a ela em detrimento dos lugares de subjugação e subalternidade. Dessa forma, a reificação do corpo feminino, do ser mulher e negra como dupla dimensão de aprisionamento, se rompe a partir de seu histórico de resistência às condições nas quais se encontrara no transcorrer dos séculos. Assim, questões importantes como o direito ao voto, à escrita, à participação ativa nas discussões sociais, à elegibilidade política, entre outras conquistas, rompe com a lógica colonial e sexista, bem como das recusas e dos olhares maliciosos sobre seus corpos objetificados, sexualizados e abjetos, excluídos da participação social.

Nesse cotejamento, as mulheres negras e seus empreendimentos, considerando o histórico de massacres, foram duplamente assassinadas em sua integridade física e psicológica, por serem mulheres e negras. Entretanto, quando tiveram oportunidade, imprimiram em suas escritas uma liberdade para além do cativeiro. A liberdade, a autonomia e o processo de ruptura do mundo doméstico (do lar) foram se dando ao passo que foram escrevendo, criando posicionamentos e incentivando outras a assumirem suas identidades, a romperem com o colonialismo que reside dentro dos lares, nas relações com os cônjuges, com os filhos, etc., fortalecendo a coletividade, via dororidade e sororidade, retomando suas memórias e evocando vozes de outras mulheres, como bem fez Simone de Beauvoir ao impulsionar o movimento feminista com a publicação do *O Segundo Sexo*, em 1989, cuja obra denunciou a realidade da mulher subserviente e dos muitos medos que causavam nos homens, além de contextualizar acerca das justificativas que estruturavam tal subordinação.

Acerca da dimensão do discurso da mulher negra, Gonzalez (1979a, p. 21) discorre:

[...] É importante ressaltar que a emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra

⁴¹ Optamos pelo Feminismo Negro por ser um movimento sobre e protagonizado pelas mulheres negras, especificidade que se condensa na assertiva de ser sobre minorias dentro da minoria, uma discussão mais direcionada à mulher negra e sua trajetória, utilizando-se da interseccionalidade entre classe, raça, gênero, racismo, etc., fatores esses primordiais para a reflexão, pois traduzem as experiências e vivências dessas sujeitas na reivindicação de seus lugares, com o objetivo de promover e trazer visibilidade às pautas e reivindicação de seus direitos, seguindo a ótica teórica de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Djamila Ribeiro, Patrici Hill Collins, dentre outras.

razão [...]. O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral, e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente é infantilizado, não tem direito à voz própria, é falado por ele.

O estigma de infantilizada, na supressão de sua própria voz, é uma ratificação de que o(a) negro(a) não pode falar por si próprio(a), tem que ser descrito(a) a partir da lógica de seu colonizador, centralizando a questão na relação “benevolente” do branco para com o(a) negro(a). Rompendo com esse cenário e com esse discurso, Bernd (2010, p. 30) menciona a tessitura da literatura negra como “[...] emergência do eu-enunciador que reivindica sua identidade negra, ou seja, sua pertença a um imaginário afro-brasileiro que urge se reconstruir no Brasil [...]”. Para ela, além da autoria, há a ordenação de uma ordem simbólica, reversão de valores e a desconstrução de estereótipos que são atrelados às características físicas de negros e negras.

O empreendimento das poéticas insubmissas, nesse recorte, pode se definir como movimento de dororidade e sororidade, ou seja, entre a dor e a comunhão, e responde por um crescente movimento de representatividade feminina negra que se materializa nas narrativas que lemos. Nessa direção, no tocante à linguagem literária ter seu caráter polissêmico garantido pelos vieses que atravessam e interpelam a escrita, Rildo Cosson (2006, p. 17) afirma que cabe à literatura “[...] tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas [...]”, compreendemos, assim, a literatura exercendo uma força singular no uso da linguagem e potencializando a constituição do eu-leitor-infantil.

Dados esses percursos sobre a literatura de autoria feminina negra, por meio de uma linguagem própria, alinhando texto e representações, desde os planos discursivos e as finalidades incutidas, o que contempla seu planejamento e execução, compreendemos que ela alimenta o imaginário e oferece ao leitor condições para a percepção do mundo e de suas diferenças. No contexto da literatura infantil negro-brasileira contemporânea, essas percepções se dão ao passo em que se (re)constrói os espaços de subalternização, caracterizando-se as situações em que o racismo e as injúrias se tornam/tornaram práticas, bem como o exercício da (auto)reflexão, conforme nos orienta Candido (2011) sobre o poder de reflexão e humanização atrelado ao texto literário e suas finalidades.

O discurso literário incutido nessas narrativas contemporâneas, com suas implicações sociais, históricas, antropológicas etc., objetiva desconstruir o olhar negativo, os caminhos que deturpam as identidades negras e femininas, convidando os leitores, neste caso, as crianças, para um mergulho profundo no mundo e no universo diaspórico negro, a navegar pelo Atlântico Negro em busca de respostas, cujas vozes silenciadas agora podem ser ouvidas por quem se coloca em um exercício de empatia e de alteridade. No limiar desse passeio, Evaristo (2006c) convida-nos a refletir sobre o poder da palavra poética do(a) negro(a), pois

[...] Busca-se pela palavra poética alforriar o corpo negro. Não serão cantados, por exemplo, louvores à Princesa e nem ao 13 de maio. E sim, à resistência negra, retomando a memória dos quilombos. Via essa opção temática são recuperados eventos históricos relativos à trajetória dos africanos e seus descendentes no Brasil. A mística do quilombo se presentifica em várias criações da literatura negra brasileira. O fato-símbolo da resistência negra, Quilombo dos Palmares, surge constantemente reverenciado. Zumbi é o herói e a vítima do cotidiano.

O prenúncio nas narrativas negro-brasileiras não descaracteriza sua estética, tampouco a coloca em segundo plano, conforme menciona Cuti (2010). Contudo, não se pode esquecer, como enfatiza Evaristo, a resistência negra, pois é a partir da retomada das memórias dos quilombos à Zumbi dos Palmares, que as crianças se constituirão pelo (re)conhecimento dos territórios de resistência, assim como se sentirão pertencidas à cultura e às formas contemporâneas de *aquilombar*. Nessa direção, podemos ratificar os diversos mecanismos de desobediência epistêmica decoloniais, categoria essa que toma corpo nas vozes de escritoras negras e de ativistas sociais a partir de intelectuais que, quase sempre, contribuíram e contribuem para o fortalecimento desse pensamento como forma de libertação dos destinados às margens, como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Achille Mbembe, Carolina Maria de Jesus, entre outros(as), como forma de libertação do povo negro, como bem define Dussel, em *Filosofia da Libertação* (2016).

Pensando a escrita como fator de identidade e de construção desta, Pereira, em *África: para abandonar estereótipos e distorções* (2012, p. 47), menciona que “Os referenciais históricos, simbólicos e estéticos de matrizes africanas são o ponto de partida para a constituição de uma identidade afro-brasileira, questão das mais sensíveis em nosso país”. Diante dessa assertiva, o autor dialoga com Duarte (2014) e Cuti (2010) acerca da necessidade de se beber na fonte africana para pensar a identidade negro-brasileira,

perpassando pelas experiências de tráfico e nos murmúrios pelo Atlântico Negro, bem como pelas dinâmicas e produtos da diáspora.

Assim, a inscrição de mulheres negras como escritoras e autoras teóricas rompe com as teorias que menosprezam os elementos extralinguísticos do texto literário, pois contextos e suas poéticas, também de afetividades, não podem mais ser esquecidos, tampouco apagados em suas dinâmicas topográficas e nas inscrições autorais de si e de outros(as), num jogo simbólico sinuoso de pares reprodutivos: “[...] dentro/fora, indígena/alienígena, local/universal, e fundamenta-se numa dicotomia em que são apenas visíveis dois lados de um jogo dúplice, o “nós”, os de dentro, e “eles”, os de fora (LEITE, 2016, p. 143).

O *corpus* que integra esta pesquisa comporta, brevemente, um recorte dessas inscrições, cujas mulheres realizam seus desejos por um projeto de literatura negro-brasileira, mergulhadas em suas ancestralidades, na História “oficial” e “não-oficial”, nas representações e, por sua vez, desconstroem, juntos aos leitores infantis, estigmas e preconceitos historicamente associados às identidades negras, materializando os discursos decoloniais de reexistências. Neste escopo, os vínculos que se estabelecem entre verbal e visual possibilitam um “[...] comprometimento no plano das ideias [...]”, seja através de uma autoidentificação, seja pelo exercício da alteridade e da empatia. Ademais, as temáticas e, conseqüentemente, suas tramas e sentidos, retomam “[...] todas as injustiças praticadas pelos brancos no passado e no presente levam o indivíduo negro consciente a elevar sua sensibilidade a um plano coletivo [...]” (CUTI, 2010, p. 91).

A força educativa dessa literatura, segundo Colomer (2017, p. 21), a partir da relação entre esse *corpus* literário e suas implicações nos leitores,

[...] permite estabelecer uma visão distinta sobre o mundo, pôr-se no lugar do outro e ser capaz de adotar uma visão contrária, distanciar-se das palavras usuais ou da realidade em que alguém está imerso e vê-lo como se o contemplasse pela primeira vez [...].

A autora ilustra a acepção de ser a literatura uma possibilidade de reconstrução do social, tendo como subsídio uma mudança de ótica e o exercício das alteridades no jogo simbólico que o texto literário propicia, além de revisitar o território das várias disputas identitária em jogo. Assim, as narrativas que integram nosso *corpus* literário de análise, rompem com o que Foucault definiu como biopoder e biopolítica como práticas nos estados modernos e suas regulamentações, ou seja, minimizam, quando não rompem

totalmente, com os mecanismos de eliminação dos segmentos indesejáveis, o que postula diretamente com a discussão de Mbembe sobre a *Necropolítica* como política estatal de decisão de quem pode morrer e quem pode viver, paralelamente ao que Boaventura de Sousa Santos discute como apagamento das produções de conhecimento excêntricas.

As narrativas mencionadas têm como pano de fundo o contradiscurso, para se pensar o lugar destinado aos(às) negros(as) na historiografia literária nacional – as diversas margens ou seria uma terceira-margem? – e como se deram suas representações no cânone literário, considerando a assertiva de mudança de cenário em virtude das preocupações sociais que corroboraram para que as relações étnico-raciais e de gênero integrassem as agendas políticas, alinhavadas com as discussões interseccionais e interdisciplinares. Para tanto, devemos partir da desconstrução de estereótipos e estigmas associados às identidades em análise, além de discutir como se dão as violências sistêmicas que as acometem, contrastando o discurso oficial e histórico e o texto literário, este último, por sua vez, na identificação de fatores que foram responsáveis pelo processo de exclusão, considerando a assertiva da relação entre obra e autoria.

Portanto, embora seja um recorte, a contribuição das produções literárias infantis negro-brasileiras alinhada à assertiva de serem escritas por mulheres negras, contribui para a visibilidade dessa autoria, principalmente se considerados os ganhos após a implementação da lei 10.639/03, especificamente para a atualização da historiografia literária brasileira, tanto para o trabalho com essa literatura na (re)construção das subjetividades e identidades, quanto no fortalecimento e na disseminação da literatura e da cultura negra, pois "[...] entre banzos e sambas, seguimos nós compondo os nossos poemas, os nossos contos, os nossos romances, enfim, a nossa poética quilombola" (EVARISTO, 2006 d, p. 111).

2.4 Escritoras Negras e suas poéticas

As perspectivas teóricas e metodológicas que consideram os Multiletramentos como um caminho promissor no trabalho com as crianças para o desenvolvimento da linguagem, da consciência e do senso crítico, a partir da leitura do mundo nos mais diversos espaços, tal como se concebe na pedagogia freiriana, especificamente em *A*

Importância do Ato de ler (1988)⁴², de que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, alicerçam também o trabalho com a literatura quando se pensa no Letramento Racial enquanto necessidade de escolas, professores e famílias que não sabem como administrar situações de racismo cotidiano e recreativo em seus espaços ou fora deles. Freire (1988) reforça que a atitude de ler o mundo movimenta o sujeito para uma ampliação de sua compreensão sobre as coisas, pois somente o trabalho na escolarização não implica na leitura da realidade, problemática que faz muito sentido quando se pensa no ensino de literatura descontextualizado do tempo histórico, do contexto, da geografia, da sociologia etc.

O Letramento Racial, nessa direção, constitui-se como universo de suma importância na infância, por possibilitar a compreensão do mundo sob diversas linguagens, nas mais diversas áreas, o que acarreta em planos diferentes de significação, tanto para o leitor quanto para a obra que o motiva e o movimenta em direções, muitas vezes, opostas ao que é oficialmente disponibilizado pelas escolas enquanto história oficial do país, através do currículo. A narrativa infantil, seguindo a perspectiva teórica e metodológica do letramento racial e tendo em mente a abertura do currículo para o trabalho com as temáticas após a lei 10.639/03, pode ser utilizada como uma ferramenta importante na concretização de uma pedagogia antirracista e descolonizadora, principalmente quando tematiza os universos que circunscrevem a população negra brasileira.

Por ser uma produção literária promissora com a descolonização do *poder*, do *saber* e do *ser*, entendida como parte essencial do projeto contra-hegemônico, sete mulheres negras assinam a autoria das narrativas infantis selecionadas nesta pesquisa. Optamos pela escrita feminina negra por a considerarmos um contraste expressivo quando da interseccionalidade sobre vida e obra, questões elencadas nas discussões de Gonzalez (2020) e de Nascimento (2021), sobre os níveis de discriminação, quando comparados homens e mulheres negras na cena social. Diante da realidade, um dos sustentáculos de nossa discussão e opção por mulheres negras enquanto escritoras, repousa na citação crítico-afetiva de Akotirene (2019), de que é do coração da mulher negra o conceito de interseccionalidade, o que reafirma a análise-crítica, de forma simultânea, entre obra-autoria-personagens e seus processos de superação dos amálgamas sociais no bojo das

⁴² FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. Autores Associados: Cortez, São Paulo, 1989.

questões de raça, classe e gênero junto às potencialidades da literatura infantil contemporânea.

O cotidiano vivido por mulheres negras é traçado por diversos desafios, principalmente o de permanecerem vivas e/ou dos seus, pois a necropolítica se apropria dos corpos negros sem ressalvas, seguindo as justificativas da modernidade/colonialidade de que esses corpos não têm valor. Contudo, embora se tenha avançado em termos de políticas públicas, reestruturação do sistema, abertura para a inclusão de negros(as) nos mais diversos espaços, essa presença ainda é insignificante quando comparada com a presença de pessoas não negras. Isso se dá em todos os âmbitos e no literário não seria diferente, embora se tenha a vantagem de que por conta dos próprios movimentos tenha ocorrido o surgimento de editoras específicas que só publicam as produções de escritores(as) negros(as) e suas temáticas, como a Editora *Malê*, por exemplo.⁴³

É importante destacar que a Editora Malê, enquanto espaço destinado à divulgação da intelectualidade negra, abriga algumas de nossas escritoras, como Cidinha da Silva e Sonia Rosa, que também ocupam e se dividem em outros espaços surgidos com os mesmos objetivos, a saber: Mazza Edições, Editora Nandyala, Pallas, Amarilys, Editora Pólen entre outras. A abertura do mercado editorial se deu em virtude das novas demandas sociais, e no caso da literatura infantil, quando as compreensões sobre a infância foram ampliadas e se percebeu a existência de um espaço de extrema importância para uma educação antirracista, anterior à legislação vigente, com indícios da década de 1970 e 1980 (COELHO, 1991; 2006; ZILBERMAN, 2003; 2014; GREGORIN FILHO, 2009).

Por ser analisada também a partir de suas contribuições na construção e desenvolvimento de competências linguísticas, a literatura infantil negro-brasileira que tematiza a cultura negra e coloca o(a) negro(a) como protagonista e positivado(a), rompe com um currículo escolar que prioriza o trabalho com a ideologia dominante, ou seja, a leitura literária na sala de aula somente dos clássicos europeus traduzidos e adaptados e

⁴³ É importante mencionar que a editora Malê, fundada em 2015, no Rio de Janeiro, por Vagner Amaro e Francisco Jorge, surgiu com objetivos específicos de tornar conhecidos(as) escritores(as) negros que produzem na cena contemporânea. Segundo o portal Literafro, “A Malê prioriza a edição de textos de literatura de autoria negra brasileira ou da diáspora africana. Contudo, considera decisivo publicar o pensamento dos pesquisadores negros. Há também o selo infantil Malê Mirim, voltado para temas como cultura e histórias africanas, cultura e história negro-brasileira e indígena, identidade e alteridade. Dentre seus autores, salientamos Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo, Tom Farias, Meimei Bastos, Cristiane Sobra, Lívia Natália, Sônia Rosa, Fábio Kabral, Muniz Sodré, Martinho da Vila, Rosane Borges e Cuti.” Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/editoras/1092-editora-male#:~:text=A%20Mal%C3%AA%20prioriza%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o,o%20pensamento%20dos%20pesquisadores%20negros..> Acesso em: 13 fev. 2022.

narrativas nacionais que seguem os mesmos padrões de criação e veiculação. Nesse movimento, a diversidade de títulos e o avanço dos programas de incentivo à leitura, bem como as diversas formações de professores que aconteceram após a implementação da lei 10.639/03, contribuíram significativamente para a mudança de cenário e para que cada vez mais escritores(as) negros(as) se motivassem a publicar na contracorrente do que historicamente foi permitido e acolhido pela tradição literária.

A carioca Sonia Rosa, que se autodefine, através de seu site⁴⁴, como escritora de literatura negro-afetiva voltada para crianças e jovens⁴⁵, é pedagoga e mestra em Relações Étnico-raciais. A especificidade da autodefinição da escritora é de extrema importância quando analisada a partir da epistemologia decolonial que coloca o(a) sujeito(a) negro(a) como quem fala, quem assume o discurso e fala de si mesmo a partir de todas as suas dinâmicas (SPIVAK, 2010). Nesse bojo, a autobiografia é muito presente na trajetória da escritora, haja vista ter sido essa a categoria central utilizada em sua dissertação de mestrado, com um trabalho de pesquisa voltado para a sua própria escrita, entre vida, obra, motivações e estética, intitulada “*A literatura infantil afro-brasileira como letramento racial e fortalecimento das identidades negras, uma narrativa autobiográfica (2019)*”, tal discussão serve de base para o entrelaçamento entre as produções literárias e científicas de Sonia Rosa.

⁴⁴ Cf. <https://www.escritorasoniarosa.com.br/>.

⁴⁵ Segundo Sonia Rosa, em artigo intitulado *Literatura Negra afetiva para crianças e jovens* (2021, s/p.), publicado no portal Geledés, a literatura negra afetiva acontece quando há representatividade negra e muita afetividade em sua composição, característica de suas narrativas. Ainda, para ela, essa produção literária reforça a “[...] necessidade de trazer personagens negras em situação de conforto, respeito e dignidade para este espaço artístico singular, que é o livro voltado para infância e juventude. Este potente objeto de arte pode contribuir para a formação racial das crianças e jovens brasileiros. E ainda, esses livros podem atuar como um eficaz letramento racial, contribuindo para uma formação” dentro da diversidade por meio de saberes ligados à racialidade. Os estudos étnico-raciais nos levam a entender, por exemplo, o conceito de branquidade (Schucman, 2012) e seus privilégios, e ainda nos permite identificar o racismo nos livros de literatura, nas convivências, em nosso entorno e em nós mesmos. A consciência racial nos impulsiona a tomar posições antirracista não permitindo que o racismo se propague ao nosso redor e muito menos que sejamos agentes dessa dinâmica”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/literatura-negro-afetiva-para-criancas-e-jovens/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Imagem 1 – Escritora Sonia Rosa



Fonte: Site da escritora Sonia Rosa. Disponível em: <https://www.escritorasoniarosa.com.br/blank-2>. Acesso em: 12 fev. 2022.

De dentro do chão da escola que Sonia Rosa reuniu diversas experiências ao longo de trinta anos como professora e contadora de histórias; bem anterior à lei 10.639/03, já desenvolvia um trabalho de educação antirracista ao trazer os primeiros livros da temática para suas salas de aula, sinalizando um trabalho pioneiro, considerando os contextos vigentes na época. Nesse bojo, os afetos que costuram a escritora e suas obras ultrapassam as dimensões do reconhecimento à medida que vai sendo lida e disseminada pelas crianças.

Os estereótipos atrelados aos negros enquanto pobres, analfabetos e primitivos foram sendo, gradativamente, substituídos por narrativas que, assim como *O menino Nito*, publicado em 1995, e *Os Tesouros de Monifa*, publicada em 2009, problematizam questões que vão das étnico-raciais às de gênero, essa última compõe nosso *corpus* e registra, ficcionalmente, o encontro de uma criança negro-brasileira com sua tataravó africana, Monifa, que foi traficada para o Brasil em um dos navios negreiros. A menina passa a ouvir as histórias da avó que, mesmo como escrava aprendeu a escrever e registrou sua história para que fosse lida por seus descendentes. Ao passo que a menina mergulha nas histórias da matriarca africana, passa a se reconhecer e a se constituir a partir de suas próprias raízes. Na esteira dessa possibilidade, Coelho (2000, p. 27) afirma que a literatura infantil é “[...] arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização...”.

Ademais, além da poética infantil, Sonia Rosa publica textos científicos, como “*Entre textos e afetos, formando leitores dentro e fora da escola*” (2017), para auxiliar

professores no trabalho com a literatura negro-brasileira e suas práticas antirracistas em sala de aula, pois compartilha a ideia

[...] da importância do texto literário dentro da sala de aula como parte da rotina escolar, sempre considerando os livros de literatura a principal ferramenta facilitadora na aprendizagem do aluno em todas as disciplinas, com destaque para o seu aspecto formador de pessoas pensantes e sensíveis. (ROSA, 2019, p. 13).

É interessante refletir o projeto decolonial, ainda que em consolidação, encabeçado pelas mulheres negras, a exemplo de Sonia Rosa, pois além de tematizar o(a) negro(a) sob outras perspectivas excêntricas e afrocentradas, colocando em questão o machismo e o sexismo como força opressiva também de crianças, contribui para a ampliação desse universo através de suas perspectivas ao passo que direciona formações sob a ótica do Letramento Racial, questão de grande importância e impacto na infância e no contexto da educação básica como um todo. Cabe destaque, ainda, para o fato de que são os adultos os responsáveis pela seleção e disponibilização das obras infantis às crianças, seja na escola, seja nos espaços familiares ou informais de educação. Daí a importância de formações de professores via pedagogia antirracista, conforme se confirma em Zilberman (2003, p. 63) de que “[...] embora seja consumida por crianças, a reflexão sobre o produto oferecido a elas provém do adulto, que a analisa, em primeiro lugar, de acordo com seus interesses e que, além disto, a descreve em comparação com o tipo de arte posta à disposição dele, qual seja, a literatura [...]”.

No intento de dar vazão às discussões de Coelho (2000) sobre a literatura infantil servir como agente de formação, em diálogo com as considerações teóricas de Sonia Rosa (2017, 2019), no trabalho com a literatura infantil negro-brasileira, desde *O menino Nito* (1995), primeira obra destinada a esse público, essa autora já publicou dezenas de livros que, entre outras questões, se apresentam como possibilidades para que crianças se reconheçam, se auto pertençam e construam pontes que possibilitem uma caminhada para todos os possíveis e impossíveis lugares. Algumas dessas obras foram selecionadas para compor o Programa Nacional de Biblioteca Escolar - PNBE: “*O menino Nito*” (2002), “*Jongo*” (2004), “*Maracatu*” (2004), “*Capoeira*” (2004), “*Cadê Clarisse?*” (2004), “*Lá vai o Rui...*” (2004), “*Como é bonito o pé do Igor!*” (2009). Nesse panorama, escrever assumindo um lugar étnico e racial, assinando como mulher negra, configura-se, na América Latina e, especificamente no Brasil, uma desobediência à matriz que geriu por

séculos o que se conhece como cânone. Essa escrita, portanto, gera um mal-estar na colonialidade ao se tornar um dispositivo referencial e motivador para que outras(os) sujeitas(os) se insiram na cena literária contemporânea:

[...] E quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado, né? A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. [...] Então eu gosto de dizer isso: escrever, o exercício da escrita, é um direito que todo mundo tem. Como o exercício da leitura, como o exercício do prazer, como ter uma casa, como ter a comida [...]. A literatura feita pelas pessoas do povo, ela rompe com o lugar pré-determinado. (EVARISTO, 2010, s/p).⁴⁶

Na esteira do que discute Evaristo alinhado com a insubmissão de Sonia Rosa e de sua produção literária negro-brasileira afetiva, essas narrativas ganham uma dimensão a mais, pois, segundo ratifica Coelho (2000, p. 15), a literatura é o caminho pelo qual se trilha e por onde [e através de] se pode chegar ao verdadeiro microcosmo da vida real, transfigurada em arte, seja pelo real, seja pelo imaginário.

A coleção *Orgulho da Raça*, publicada em 1995, cujo objetivo era a publicação de livros infantis de temática e protagonizados por negros(as), na qual Sônia publica seu primeiro livro infantil, também lançou no mercado editorial infantil Heloisa Pires Lima⁴⁷, tanto como escritora quanto organizadora.

⁴⁶ Cf. em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/11/conceicao-evaristo-literatura-e.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁴⁷ Heloisa Pires Lima é escritora, antropóloga, editora e educadora. Nasceu em Porto Alegre, mas se mudou para São Paulo ainda na infância. Graduada em Psicologia na PUC-SP, deu continuidade na carreira acadêmica com o mestrado e doutorado, cujas pesquisas se centraram nas representações culturais, especificamente nos relatos de viagem e arte. Segundo o Literafro (2019, s/p), suas publicações literárias individuais partem do processo de construção das identidades, a saber: *Orgulho da raça*. São Paulo: Memórias futuras Edições, 1995. *Histórias da preta*. Ilustrações de Laurabeatriz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998. *O espelho dourado*. Ilustrações de Taisa Borges. São Paulo: Peirópolis, 2003. Col. O Pescador de Histórias. *Benjamin, o filho da felicidade*. Ilustrações de Marcelo Pacheco. São Paulo: Editora FTD, 2007. *O comedor de nuvens*. Ilustrações de Suppa. São Paulo: Edições Paulinas, 2009. *O marimbondo do quilombo*. São Paulo: Selo Amarylís, 2010. O que a anja contou para a criança negra? In: (org.). Prieto, Heloisa *Infâncias*. Rio de Janeiro: Escrita fina, 2011. *O coração do baobá*. Rio de Janeiro. Editora: Amarylís, 2014. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/272-helosa-pires-lima>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Imagem 2 – Escritora Heloisa Pires Lima



Fonte: <https://quatrocincom.folha.uol.com.br/br/artigos/folha-de-rosto/heloisa-pires-lima>. Acesso em: 14 fev. 2022.

No entanto, é com *Histórias da Preta*, publicado em 1998 pela editora Companhia das Letrinhas e ilustrada por Laurabeatriz, que Heloisa conquista o selo de *altamente recomendado* pela Fundação Nacional do Livro Infantojuvenil (FNLIJ), no mesmo ano da publicação, além do prêmio Adolfo Aizen e José Cabassa, via União Brasileira de Escritores, em 1999, sendo selecionada, ainda naquele ano, para compor o *Brazilian Book Magazine*, na Feira do Livro de Bolonha - Itália, um dos maiores eventos no universo da literatura infantil no mundo. Assim, a coletânea de historietas que compõe *Histórias da Preta* resgata muitas narrativas que envolvem o processo de tráfico de escravizados para o Brasil e a servidão à qual foram submetidos como formas de anulação de si próprios.

Mas de qual África as pessoas negras descendem? E eu? Mesmo depois que cresci, não descobri. Mas aprendi que para o Brasil vieram povos, principalmente de alguns pontos africanos. Ou melhor, de portos africanos. Isso há muito tempo. E, se é de lá que vieram muitas pessoas negras, meu passado deve ter vindo junto. (LIMA, 2005 [1998], p. 26).

Seguindo a mesma linha de Sonia Rosa, Heloisa buscou preencher o imaginário infantil com uma literatura que atendesse às demandas identitárias e de representação positivada, especificamente destinada às crianças negras, pois é no questionamento sobre si e as outras que Preta motiva a narrativa em busca de respostas que deem vazão às suas

angústias ao passo que compreende seu lugar no mundo. Essa jornada é centrada em muitas questões do cotidiano, já que Preta tem uma alma filosófica e não se contenta com o vazio de respostas e justificativas infundáveis.

Problematizando as situações, movimenta-se e coloca seu leitor no tensionamento sobre o que é *ser negro* e o que define esse processo de tornar-se, questão muito presente nas discussões decoloniais quanto ao processo de (re)construção das identidades e subjetividades a partir de outros referenciais, ou seja, a partir de um lastro dialético que se dá na dualidade objetividade/subjetividade. Desse modo, contrastando a língua(gem) e a forma em um mesmo contexto, dependente da entonação, apresenta significados diferentes e é se utilizando dessa especificidade que a protagonista apresenta os universos que se entrecruzam para, no final, trazer a grande questão da experiência vivencial como grande diferença entre os povos, narrando para as crianças a possibilidade de um mundo com mais equidade e representações positivadas.

Em entrevista intitulada *A criação literária como um fio condutor*⁴⁸, ao Portal *Geledés*, em 2013, a autora concatena sua inserção no meio editorial e as necessidades imbuídas em seu projeto literário, principalmente porque suas narrativas são mergulhadas na antropologia, bem como no universo que circunda o leitor infantil.

A estreia, propriamente dita com uma publicação de minha autoria aconteceu quando coordenei a coleção *Orgulho da Raça* voltada para o leitor infantil. Era o ano de 1995 e a ausência de personagens negros construtivos, preenchidos de afetividade que auxiliassem o leitor a desejar o modelo de humanidade negro, se identificar com ele positivamente, e a construir uma percepção respeitosa a seu respeito, era gritante. A série ampliava essa presença, por sua vez a identidade social negra, para além das restrições temáticas que acionavam apenas a chave emocional da dor e do sofrimento. Esta última, importante, porém não precisava tomar a cena absolutamente. A referência aos personagens negros, nessa iniciativa, não estava na redação e sim na ilustração. (LIMA, 2013, s/p).

Denota-se a referência à necessidade de ampliar o repertório temático para o fortalecimento da identidade racial das crianças. Destaca-se, como engajamento político-acadêmico, a assessoria prestada à Fundação Palmares, no ano de 1997, para o que se

⁴⁸ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/heloisa-pires-lima-criacao-literaria-como-um-fio-condutor/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

tornaria o projeto História da África (PL 3798/97), proposto pelo deputado Paulo Paim.⁴⁹ Lima, entre outros engajamentos, contribuiu para um projeto de ensino pautado na equidade racial e no estudo das matrizes culturais, pois parte do princípio que considera a criança um ser educável e que carece de cultura enquanto durar o seu ciclo de vida. Nesse contexto, cabe mencionar a curadoria do *Selo Negro Edições*,

[...] proposta cujo princípio era similar, embora voltado para o público adulto, à coleção Orgulho da Raça. Perfilar o segmento editorial buscava a particularidade negra nas áreas universais de conhecimento [...]. Nesse momento, 1999, o diagnóstico de um racismo histórico e específico envolvendo a presença negra, isto é, sua ausência na cadeia de produção demandava sua superação. A proposição era afirmativa e visava criar um espaço para a recepção de autores negros no circuito, publicar intelectuais reconhecidos nacionalmente, mas que não tinham obras publicadas e, ultrapassar a barreira da particularidade negra em todas as áreas de conhecimento. Enfim, esses são alguns dos muitos fios de minha bibliografia que se entrelaçam para compartilhar histórias e mais histórias. (LIMA, 2013, s/p).

A criação de espaços cada vez mais dispostos no trabalho de educação antirracista, ratificado tanto por Sonia Rosa quanto por Heloisa Pires Lima, aponta para o adensamento crítico que se inicia na década de 1990 e toma corpo nas décadas seguintes, principalmente pelo deslocamento de lugares, ou seja, pelo movimento de cada vez mais negros e negras ocuparem e tematizarem suas histórias, para além do escopo da literatura, mas em todas as áreas, meios e possibilidades, embora o percentual referencial seja mínimo quando comparado com a população branca, o que sinaliza uma tímida mudança de perspectiva e um número muito pequeno de sujeitos(as) na ocupação de lugares visibilizados.

No que compete à instância afetiva, considerando que o leitor infantil se envolve com a narrativa a partir do nível de identificação, Gregorin Filho (2009, p. 52) acrescenta que essa capacidade de reflexão, advinda da relação emotiva que esse estabelece com a narrativa, contribui para a resolução de questões que o afligem e que não são resolvidas em outras áreas e momentos de vivência, portanto, ratifica-se a possibilidade da literatura de compreensão e de afetar de diversas formas e meios. Nesse cotejamento, cabe destaque para a relação histórica que se dá à medida que a narrativa vai se desenvolvendo e, nessa direção, como o leitor vai buscando referenciais em seu arcabouço vivencial para significá-la.

⁴⁹ Cf. <https://www.camara.leg.br/noticias/20658-escolas-deverao-ensinar-cultura-afro-brasileira/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

Para a autora Heloisa Pires Lima, o confronto entre as diversas vozes e significações é proposital, pois “a cada novo título, logicamente na proporção da ludicidade, o leitor pode se deparar com noções advindas do debate antropológico”. O literário é a expressão, o ponto de vista que traz, revê, relê, descobre, sonha e vive uma existência negra [...]” (LIMA, 2013, s/p). Na esteira do projeto literário empreendido por essa escritora, Colomer, em *A formação do leitor literário* (2003), menciona os avanços em virtude das aproximações entre psicologia social e teoria literária, o que garantiu à literatura infantil se tornar um novo campo de reflexão para a construção desse leitor, além de questões mais específicas, a saber:

[...] como compreendem as histórias e sobre como progredem nesta competência. Enquanto que, por outro lado, começaram a utilizar-se dos avanços da teoria literária na descrição do pacto narrativo estabelecido entre autor e leitor, para analisar como se acomodam os textos às características dos leitores infantis e de que forma lhes oferecem ajuda para que possam fazer interpretações mais complexas. (COLOMER, 2003, p. 153).

Na esteira do que discorre Teresa Colomer (2003), a literatura infantil potencializa-se ao passo que proporciona aos seus leitores interpretações mais complexas e condizentes com a realidade, possibilitando, assim, diversas significações que os auxiliarão na compreensão do mundo e em suas próprias vivências. No tocante à produção literária infantil negro-brasileira, é importante acrescentar que essa literatura rompe com o silenciamento instituído através da representação, pois historicamente uma das formas de apagar essas existências no plano da literatura foi a não representação dessas personagens, ou quando representadas utilizaram-se de estereótipos e estigmas que acabaram reforçando as formas de opressão.

Continuamente na linha das questões étnicas e raciais, tanto no âmbito literário quanto no acadêmico, Patrícia Maria de Souza Santana (Patrícia Santana), mulher negra, mineira natural de Belo Horizonte e professora da rede municipal de educação, lança-se na cena literária com a obra *Entremeio sem babado*, publicada em 2007 pela Mazza Edições com ilustração de Marcial Ávila, posterior à lei 10.639/03 e selecionada para a composição deste *corpus* literário. Durante seu percurso acadêmico, tanto sua dissertação de mestrado,

defendida em 2003, quanto sua tese de doutorado (2015)⁵⁰ abordam questões raciais envolvendo professores e alunos, essa última sob orientação da Prof^a. Nilma Lino Gomes, outra voz ecoante na literatura infantil e selecionada para esta discussão.

Em *Entremeio sem babado*, a protagonista Kizzy é uma menina curiosa que “De pergunta em pergunta, de leitura em leitura” (SANTANA, 2007, p.12), tudo quer saber e em tudo quer se intrometer. O título da narrativa é em referência a um dito da mãe da autora que, na narrativa, é desvendado pela avó de Kizzy: “E por que criança não podia entrar em conversa de adulto? Kizzy aprendeu com a avó que pessoa que entra na conversa do outro sem ser chamado era “entremeio sem babado” (SANTANA, 2007, p. 16).

Com uma linguagem simples e cotidiana, Patrícia Santana apresenta aos leitores infantis uma narrativa motivadora, pois a protagonista, além de gostar de todas as coisas na cor rosa, gostava muito de ler. Essa especificidade, por um lado, reforça a preferência de meninas pela cor rosa, questão que tem ganhado muitas discussões em torno da tecnologia de gênero⁵¹; de outro, a necessidade da leitura para a ampliação do mundo.

Imagem 3 - Escritora Patrícia Santana



Fonte: Portal Literafro. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/371-patricia-santana>. Acesso em: 16 fev. 2022.

Para a autora, na introdução de sua tese de doutorado (2015, p. 15), as questões que interpelam seu fazer e sua pesquisa se preocupam com a linguagem e como as crianças

50

Cf. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBDHNKUX/1/tese_de_doutorado_patricia_maria_de_souza_santana.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

⁵¹ Cf. SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *Azul para meninos e rosa para meninas? O design como uma tecnologia de gênero*. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/82.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

compreendem “[...] sua visão de mundo, suas relações socioculturais, suas formas de pertencimento”, uma vez que esse reflexo se dá a partir da especificidade das narrativas para crianças serem atravessadas também pelo lúdico, o que garante, por sua vez, o envolvimento desse leitor e a possibilidade de diálogo em torno da temática e, conseqüentemente, pela autoria. Além dessa circunscrição, Santana menciona a relação entre *Entremeio sem babado* (2007) com sua vida, no que concerne ao plano das motivações, pois a relação escritor(a)/obra remete à relação obra/vida, explicitando em sua essência o estatuto ético da obra literária.

Este livro partiu de inspirações diversas, queria homenagear as crianças negras de forma geral e, em especial, todas as crianças com suas curiosidades pelo mundo, pela vida. Meus filhos me inspiraram muito: Maíra é a menina-menininha “perguntadeira” como ninguém, adora ler, brincar e inventar brincadeiras; Vítor é o menino das reflexões, da amizade, do encontro, da solidariedade... Também minha mãe, que me trouxe a expressão “entremeio sem babado”, e outras tantas na mesma linha. Mulher de fibra que sempre nos presenteou com cantigas, brincadeiras, teatros e expressões. [...] (SANTANA, 2007, s/p).

Pelas experiências enquanto menina negra, a escritora reconstrói uma relação entre as vivências da infância com sua mãe e os vários bordões que geram, assim, as motivações para a escrita, inclusive, de tão marcantes que foram dão título à obra em apresentação

Imagem 4 – Escritora Nilma Lino Gomes



Fonte: <https://www.ufmg.br/tempospresentes/noticia/nilma-lino-gomes-cotas-aperfeicoaram-a-democracia-na-universidade/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

A professora universitária, escritora, ex-ministra de estado da Promoção da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes⁵², autora de *Betina*, publicada em 2009 pela Mazza Edições e ilustrada por Denise Nascimento, atua no projeto de descolonização do conhecimento a partir do entrelaçamento entre Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização, pensando a reestruturação dos currículos escolares, bem como a promoção da igualdade racial a partir do empoderamento, do processo de (re)construção da identidade através da literatura, e especificamente para o público infantil, sob a diferença na capacidade de simbolizar através da linguagem, colocando as representações negras como possibilidade, ou seja, fazendo de sua escritura um projeto potencial na ruptura com a colonialidade.

Na direção das aprendizagens, na rua Minervina, a avó de Betina pergunta: “Menina, minha menina, quem te fez tão bonitinha: foi o sol, foi a lua ou as estrelas miudinhas? (GOMES, 2009, p. 04-05). A narrativa se inicia costurada pelo carinho entre a neta e a avó durante o penteado, cuja força e importância das palavras que ambas trocam durante toda a narrativa é responsável pela protagonista iniciar um processo de autopertencimento e empoderamento através de suas tranças.

As tranças e a temática morte, abordadas através da partida da avó, sinalizam o percurso que a menina dos olhos grandes e pretos como jabuticabas (GOMES, 2009, p. 08) teria que trilhar a partir daquele momento, o que configura ao universo da literatura infantil a capacidade de abrigar diversas questões, utilizando-se de abordagens diferentes para cada uma, pois o tema morte não é muito frequente nas narrativas infantis, porém, tem-se a possibilidade de simbolizá-lo e fazê-lo menos impactante e compreensível. Destarte, o trabalho com tais temáticas e trazendo-as para o plano de significação no universo da

⁵² Nilma Lino Gomes é graduada em Pedagogia e mestra em Educação pela UFMG, além de doutora em Antropologia Social pela USP. Cumpriu estágio pós-doutoral na Universidade de Coimbra, supervisionado por Boaventura de Souza Santos. Professora da Faculdade de Educação da UFMG e integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN –, entre 2002 e 2013 coordenou o Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG. Coordenou também o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA) e o GT 21 – Educação e Relações Étnico-Raciais – da ANPED, durante a gestão 2012-2013. Foi também membro do Conselho Nacional de Educação no período 2010-2014, designada para a Câmara de Educação Básica. Em 2013 e 2014 foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB –, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar o cargo mais importante de uma universidade federal no Brasil. Em janeiro de 2015, deixou essa função para ser Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPP/PR – que, em decorrência da reforma administrativa de setembro daquele ano, foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, do qual a autora esteve à frente até 2016. (LITERAFRO, 2020, s/p). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/368-nilma-lino-gomes>. Acesso em: 18 fev. 2022.

criança significa um mundo que se redesenha ao seu nível e empreende-se também como um ato de resistência quando se considera a autoria de mulheres negras que projetam uma desobediência à tradição literária enquanto ato oriundo da intelectualidade e militância negra, e, sobretudo, objetivando refletir os espaços ocupados e as representações dos(as) negros(as) nos produtos de consumo, bem como na formação psíquica e social do país.

Nessa esteira, partindo-se da compreensão de que as crianças são atores sociais, produtoras de cultura e possuidoras de saberes próprios que se alinham aos disponibilizados por diversos espaços de leitura, tal como a escola, a comunidade e a família, Nilma percorre um caminho autoral em que a (re)construção de uma imagem positivada da criança/sujeito(a) negra(o) constitui-se como atitudes insubmissas necessárias e que carecem de um tratamento adequado, principalmente quando se consideram as especificidades dessa produção literária.

Ademais, quem é Betina e qual o seu poder de impacto junto aos leitores? Desde o processo de apresentação da protagonista que vivencia momentos de plena felicidade com a avó negra à utilização de seu cabelo e suas tranças como expressão de resistência sociocultural, Gomes (2009) convida os leitores para o centro da narrativa e sua protagonista passa a ser a referente para diversas representações. Cabe destacar que em seu aporte teórico, Gomes, em *Sem perder a raiz* (2008)⁵³, a partir da compilação dos resultados de sua pesquisa em espaços étnicos (salões) de Belo Horizonte, adentra em questões que dialogam com sua personagem: como o cabelo é um ícone identitário e “[...] o corpo como veículo de expressão e de resistência sociocultural” [...] diante da opressão e negação [...]” (GOMES, 2008, p. 21).

Betina torna-se uma leitura potencial e de afetos que se entrecruza, principalmente por representar positivamente os traços ancestrais e uma identidade negra consciente e empoderada, sem estigmas e estereótipos, pelo contrário, torna-se mecanismos de desconstrução desses traços negativados, fortalecendo, assim, o projeto literário decolonial para a infância a partir da autoria feminina negra. Acerca dessa especificidade, Gregorin Filho (2016, p. 69)⁵⁴, acrescenta que “[...] a literatura configura-se como um importante documento para a compreensão de relações culturais e de conflitos sociais que, por este ou

⁵³ GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

⁵⁴ GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura infantil e juvenil, cultura e ensino. In: DEBUS, Eliane; JULIANO, Beatriz; BORTOLOTTI, Nelita (orgs.). *Literatura infantil e juvenil: do literário a outras manifestações estéticas*. Tubarão: Copiart; Unisul, 2016.

aquele motivo, foram apagados de textos responsáveis pelo saber histórico, sociológico ou antropológico.”

Cidinha da Silva⁵⁵, grande escritora e cronista, produz literatura para todos os públicos, desde o seu mais novo livro *Exuzilhar* (2019), que compila uma seleção de suas melhores crônicas à *Cada Tridente em seu lugar e outras crônicas* (2006), livro responsável por sua estreia no cenário literário. Cidinha inicia sua carreira publicando ensaios sobre as relações sociais, principalmente no campo das discussões étnico-raciais, envolvendo as questões de gênero. Publicou 17 livros, dos quais destacamos *Um Exu em Nova York* por ter recebido o Prêmio da Biblioteca Nacional, na categoria contos, em 2019, e *Explosão Feminista*, na categoria ensaio, do qual é coautora, sendo esse um dos finalistas do Prêmio Jabuti, edição de 2019, o que gerou, ainda, o Prêmio Rio Literatura, 4ª edição, no mesmo ano.

Imagem 5 – Escritora Cidinha Silva



Fonte: <https://tribunademinas.com.br/colunas/sala-de-leitura/14-05-2019/cidinha-da-silva-sou-uma-escritora-que-tem-posicao-politica-sobre-as-coisas-e-sobre-o-mundo.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.

A crônica é um gênero muito presente nas tessituras literárias de Cidinha, pois ligada ao tempo e à instantaneidade do momento, tanto no universo da leitura quanto do

⁵⁵ Cidinha da Silva - nasceu em Belo Horizonte, em 1967. É escritora e editora na *Kuanza Produções*. Publicou 17 livros distribuídos pelos gêneros crônica, conto, ensaio, dramaturgia e infantil/juvenil. *Um Exu em Nova York* recebeu o Prêmio da Biblioteca Nacional (contos, 2019) e *Explosão Feminista* (ensaio), do qual é coautora, foi finalista do Jabuti (2019), e recebeu o Prêmio Rio Literatura 4ª edição (2019). Tem publicações em alemão, catalão, espanhol, francês, inglês e italiano. Ademais da produção literária, a autora se debruça sobre questões teóricas, “[...] organizou duas obras significativas para compreender a situação sócio-político-cultural do negro brasileiro na contemporaneidade, a saber: *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*, um livro de 2003, uma das 10 primeiras obras sobre o tema das ações afirmativas para a população negra publicada no Brasil. O segundo livro é *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*, considerada como obra de referência pela CAPES.” (LITERAFRO, 2021, s/p). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/186-cidinha-da-silva>. Acesso em: 18 fev. 2022.

fato narrado, apresenta aos seus interlocutores uma leitura curta e imediatista, o que fomenta nestes o gosto pelo literário, muitas vezes, confundidos e entremeados por outros gêneros discursivos. A autora aproxima os diálogos entre África e Brasil, tornando-os cada vez mais presentes na produção literária negro-brasileira e indígena, principalmente quando se considera o contexto contemporâneo e a vazão das produções literárias em virtude das novas perspectivas editoriais, bem como os impactos das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na educação básica e no mercado editorial nacional.

Sua escrita resgata o fio condutor ancestral e demarca os lugares de onde se enuncia, tal como vemos em *Você me deixe, viu? Eu vou bater meu tambor!* (2008), *Kuami* (2011) e *Oh margem! reinventa os rios!* (2011.2), cujas vertentes fortemente demarcadas e encantadas, através do viés místico-religioso, atuam como dispositivos de ruptura com a repressão religiosa exercida sobre as religiões de matrizes africanas e, conseqüentemente, negro-brasileiras e indígenas. Nesse contexto, tal ponto liga as gerações e fortalece o espírito coletivo negro e indígena, questão inerente às identidades marginalizadas pelo colonialismo desde o “descobrimento” do país, como se denota em sua coletânea de crônicas publicada em 2016, *Sobre-viventes!* Destarte, outras temáticas são recorrentes em sua poética, tais como a discriminação racial, as desigualdades raciais e de gênero: *Racismo no Brasil e afetos correlatos* (2013), *#Paremdenosmatar!* (2016.2), as quais tomam para si as africanidades e negro-brasilidades como projeto literário em desenvolvimento, ressoando as diversas possibilidades de trabalho com as temáticas via movimento de desobediência.

No encaminhamento desse conjunto de vozes terem sido inaudíveis por tanto tempo e a memória como uma das especificidades evocadas na literatura contemporânea, “[...] as prerrogativas do testemunho se apoiam na visibilidade que o pessoal [o eu] adquiriu como lugar não simplesmente de intimidade, mas de manifestação pública” (SARLO, 2007, p. 20-21). A partir desse universo, cabe destacar o lugar importante e de desobediência que a literatura e a história oral juntamente com as narrativas autobiográficas e autoficcionais cunharam enquanto materialidades e fontes históricas, o que se alinhou ao movimento de serem social e historicamente situadas e políticas.

Considerando esse contexto e suas provocações, a ocupação dos lugares de enunciação/lugares de fala e de escuta por negros e indígenas, no âmbito de sua produção literária destinada às crianças e jovens, é transformada em poéticas e suas narrativas estão cada vez mais mergulhadas na história de seus antepassados, assim como na transcrição e

valorização das tradições, retomando e positivando suas dinâmicas físicas e subjetivas. No intento dessas questões nucleares em sua poética, considerando o interstício de implementação da legislação, a mineira Cidinha da Silva, mulher negra e racializada, publicou em 2011 a narrativa *Kuami*, reeditado em 2019 pela editora Pólen e ilustrado por Annie Ganzala, em que apresenta um Brasil diverso e subjetivo, cuja constituição da negro-brasilidade parte do contato entre as diversas Áfricas e as diáspora brasileira, entre continuidade e rupturas, incutindo em seus leitores a necessidade do respeito a todas as identidades étnicas e raciais.

A autora chama a atenção para os afetos que entrelaçam as personagens, afunilando as questões em críticas sociais às formas contemporâneas de aprisionamento, escravidão, preconceitos e exploração da floresta pelo agronegócio. No desenrolar das problemáticas, conforme o romance vai se construindo através de uma linguagem encantada e de um léxico peculiar, Cidinha (re)desenha em nosso imaginário o que acontece no interior da floresta e no fundo das águas, lá onde fica Sereal, reino das sereias, no encontro entre o rio com o mar e a floresta amazônica.

Kuami materializa, de forma poética, as perspectivas decoloniais, corporificando através de seus protagonistas que pertencem às matrizes africanas, negro-brasileiras e indígenas, entre curandeiros, Mãe d'Água, sereias e animais, divididos entre terreiros de candomblé(s), floresta amazônica e águas profundas do Sereal, um mundo de possibilidades quando se pensa nos impactos das críticas, na beleza das afetividades e no que pode a literatura como ato de resistência e denúncia. Ademais, ao tematizar as diversas instâncias espaciais, culturais e subjetivas, essa narrativa encantada alimenta o imaginário dos leitores, crianças em processo de formação, a partir do que acreditamos ser todas as histórias comunitárias sediadas no mais íntimo das questões da afetividade, da consciência crítica e da constituição identitária no âmbito do trabalho com o texto literário.

Nesse emaranhado, considerando o devir a partir do lugar de fala e das subjetividades afrocentradas, partindo das teorias, categorias e marcadores teóricos mencionados anteriormente, observa-se que o texto literário infantil ganha novos contornos e empreende representações positivadas, cujas identidades em questão passam a ser referências para os leitores que buscam no mundo material e simbólico a superação da discriminação através das pluralidades constitutivas do universo negro-brasileiro. Teresa Colomer (2017) discorre acerca do respeito às instâncias do(s) discurso(s) e suas representações na escrita, alinhavando-se, neste contexto, com as questões de autoria

feminina negra e seus contornos resultantes das críticas sociais. “[...] Os valores da liberdade, tolerância ou defesa de uma vida individual prazerosa fazem com que a literatura infantil [...] se dirija a enfrentar qualquer forma de poder autoritário; a denunciar as formas de alienação e exploração da sociedade industrial moderna; a reivindicar a vida [...]” (COLOMER, 2017, p. 203).

Segundo essa autora, tanto o pensamento quanto a linguagem literária possibilitam a ruptura com um mundo hegemônico, seja através da denúncia, seja por uma introspecção individual, na medida em que a literatura, retomando Candido (2011), humaniza aqueles que dela bebem, reivindicando a vida. O discurso literário contemplado nessas narrativas contemporâneas, com suas implicações sociais, históricas, antropológicas etc., objetiva desconstruir o olhar negativo, os caminhos que deturpam as identidades negras e femininas, convidando os leitores, crianças em processo de formação, para um mergulho profundo no mundo e no universo negro-brasileiro, narrado por seus(as) próprios(as) sujeitos(as). A razão negra, pela qual a produção de Cidinha da Silva se orienta, reforça o seu lugar autoral e de onde nascem suas personagens, suas tramas e, conseqüentemente, seus sentidos.

Retomamos, para tanto, as discussões de Mbembe (2014, p. 57), ao afirmar que essa “[...] razão negra consiste, portanto, num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates, cujo objeto é a coisa ou as pessoas ‘de origem africana’ e aquilo que afirmamos ser o seu nome a sua verdade [...]”. Para esse filósofo, a escrita negra é diversa e se esforça para edificar uma comunidade que tem como objetivo comum se forjar “[...] a partir de restos dispersos em todos os cantos do mundo [...]” (MBEMBE, 2014, p. 60).

O mundo no *black-power de Tayó*, de Kiusam de Oliveira⁵⁶, publicado em 2013 pela editora Peirópolis e ilustrado por Taisa Borges, tal como *Betina*, tem o cabelo como

⁵⁶ Nascida em Santo André-SP, Kiusam Regina de Oliveira é Professora da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui Mestrado em Psicologia e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, sendo também Especialista em Educação Especial. Educadora há vinte e cinco anos, com experiência desde a educação infantil até o ensino superior. Arte-educadora, atuou como orientadora pedagógica do projeto Geração XXI, o primeiro de Ação Afirmativa do país. Foi Chefe de Educação Especial do município de Diadema-SP de 2005 a 2008. Assessorou a implementação da Lei 10.639/03 em Diadema, de 2005 a 2016. Em 2010 e 2011, atuou como assessora na Secretaria de Cultura de Diadema nos assuntos da cultura voltados para as questões de gênero e raça, tendo como foco a dança. Em 2013, assessorou a PMSP-DOT-P-Guaianases para a implementação da lei 10.639/03 na região. Em 2010, representou o Brasil no FESMAN – Festival Mundial de Artes Negras –, no Senegal. É Iyalorixá. Integrante da ONG Olhares Cruzados. Artista multimídia e coreógrafa, tem palestrado pelo Brasil sobre a temática das relações étnico-raciais, focando em: candomblé e educação; corporeidade afro-brasileira; danças afro-brasileiras e cultura; e Lei 10.639/03. Nessa

símbolo de orgulho. Tayó, criança negra de seis anos e protagonista da narrativa, tem orgulho do cabelo crespo com penteado black power. A menina é “[...] de uma beleza rara. Encantadora, sua alegria contagia a todos que perto dela ficam. Seu rosto parece uma moldura de valor, que destaca belezas infinitas”. (OLIVEIRA, 2013, p. 08).

A escritora parte do princípio da necessidade de se criar e apresentar referenciais simbólicos e culturais positivados para que as crianças tenham a possibilidade de se conhecerem e, conseqüentemente, se reconheçam como parte desse universo historicamente silenciado e negado, a partir de referenciais compartilhados. A escritora, que também é professora da Universidade Federal do Espírito Santo, pesquisa as relações étnico-raciais em diversos espaços, entre eles, a escola, assim como se debruça nas pesquisas e publicações sobre a construção e afirmação da identidade de mulheres negras na luta contra o racismo.⁵⁷

Imagem 6 – Escritora Kiusam de Oliveira



Fonte: <https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0082147-o-black-power-de-akin>. Acesso em: 19 fev. 2022.

linha, tem ministrado oficinas sobre Corporeidade Poética, racismo e gênero. Criadora e diretora do programa de rádio *Povinho de Ketu – as africanidades brasileiras no ar*, transmitido por rádios públicas nacionais. Contadora de histórias da mitologia afro-brasileira. (LITERAFRO, 2021, s/p). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/1055-kiusam-de-oliveira>. Acesso em: 19 fev. 2022.

⁵⁷ Cf. Yabas, mulheres negras, deusas, heroínas e orixás - personalidades sem fronteiras. In: Negros da diáspora: Todo o poder para as yabas. *Revista Vozes*, ano 93, volume 93, 1999. Duas Histórias de Autodeterminação. In: *A construção da Identidade de Professoras Negras*. São Paulo, [S. I.], 2001. O papel da consciência sociorracial na luta contra o racismo. In: *Multiplicidades Culturais - Projetos de Formação e Trabalho Escolar*. Organização de Cynthia Pereira de Souza e Denice Bárbara Catani. São Paulo: Escrituras Editora, 2007. Um mito de presente a você: tecendo as memórias femininas ancestrais afro-brasileiras. In: *Diadema Programa Diversidade na Escola: Escola de todas as cores*. Organização de Kiusam Regina de Oliveira. Diadema: Secretaria Municipal de Educação, gestão 2005- 2008.

A partir de um lugar racializado enquanto mulher negra, Kiusam de Oliveira projeta uma literatura combativa, retomando as ancestralidades e colocando as protagonistas na condição de destaque e de referenciais para que seus leitores possam significar as narrativas, na possibilidade de, assim, conquistarem o empoderamento infantil negro. Cabe destacar que em sua produção literária destinada às crianças, especificamente em *Omo-Oba: histórias de princesas* (2009), a escritora retoma os mitos dos orixás femininos, transformando-os em princesas, o que coloca em contraste passado e presente. Sobre essa obra, segundo Literafro (2021, s/p) “[...] O livro obteve boa recepção crítica, tendo sido recomendado em 2010 pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ – e selecionado em 2011 para integrar o acervo do PNBE – Plano Nacional da Biblioteca Escolar”.

No tocante à obra selecionada, relacionando corpo, universo e natureza, Tayó é construída imagetivamente para seus leitores como resultado do que há de mais bonito no mundo, pois “Do fundo desses olhos escuros saem faíscas de um brilho que só as estrelas são capazes de emitir” (OLIVEIRA, 2013, p. 11). A protagonista tem suas características fenotípicas e negróides enaltecidas e relacionadas ao que há de mais belo e valioso, portanto, na narrativa é apresentada tal como deve ser, de forma positivada e enaltecida. Assim, é através das diversas formas e adereços que seu black power assume destaque na obra, pois ele se amplia conforme a imaginação da menina: “[...] Ela ama tantos os bichos, a natureza, os alimentos, as pessoas e os planetas que, por vezes, projeta todo esse universo em seu penteado” (OLIVEIRA, 2013, p. 24). Tayó é uma criança consciente de seu lugar e de suas origens, enfrenta preconceitos cotidianos na escola e responde essas situações com o enaltecimento de suas características, retomando questões oriundas da estética negra e refletindo sobre fatos históricos que fazem parte de sua identidade, tal como o sequestro dos(as) africanos(as).

A religião é uma temática muito presente durante toda a narrativa, mergulhada em fatos históricos que reforçam essa presença e alinhada à personagem que, com seu cabelo black power, é capaz de superar os mais diversos conflitos e fazer dessas situações possíveis caminhos que culminarão em uma aprendizagem significativa, via educação antirracista. Esses contextos possibilitam que ela, a protagonista, e seus leitores não esqueçam de onde vieram e nem quem são, além de reforçar que ela é descendente da mais nobre casta real africana (OLIVEIRA, 2013, p. 32), direcionando o fim da narrativa para a

compreensão de que todas as meninas negras são princesas e descendentes dos povos africanos.

Nesse bojo, Kiusam de Oliveira apresenta ao universo infantil um mergulho nas ancestralidades africanas e negro-brasileiras a partir da representação de uma menina negra como protagonista, servindo de espelho para que outras crianças se reconheçam através do processo de posituação dos traços fenotípicos e negróides que o racismo tem se apropriado para estereotipar e negativar, de forma paralela, no reforço do ideal de beleza eurocêntrico. Portanto, *O mundo no black power de Tayó* é um convite para a desconstrução de ideais, para o empoderamento infantil a partir do corpo e da beleza de ser o que se é, assim como uma possibilidade a mais para vivenciar estórias que motivam a felicidade e os laços afetivos.

Imagem 7 – Escritora Livia Natália



Fonte: <https://www.oficinapalimpsestus.com.br/livia-natalia/>. Acessado em: 20 fev. 2022.

Na esteira das vivências de si e dos(as) outros(as), considerando a escritura como escrevivências, Livia Natália⁵⁸, na perspectiva das experiências escolares enquanto memórias tão significativas para as crianças, publica, em 2018, seu primeiro livro infantil, *As férias fantásticas de Lili*, pela Ciclo Contínuo Editorial e ilustrada por Carolina Teixeira (ITZÁ), apresentando aos leitores Lili, uma menina negra que, segundo a escritora, é ela

⁵⁸ Livia Maria Natália de Souza Santos nasceu em Salvador – BA em 1979, é Mestre (2005) e Doutora (2008) em Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é Professora Adjunta do setor de Teoria da Literatura da UFBA, onde coordena os grupos de pesquisa *Derivas da Subjetividade na Escrita Contemporânea*, no qual pesquisa literatura contemporânea escrita em Blogs, e *Corpus Dissidente: Poéticas da Subalternidade em escritas e estéticas da diferença*, no qual se dedica a estudar a Literatura Negra escrita por mulheres no Brasil e nos PALOP, com recorte em gênero, raça e sexualidades.

mesma, sob uma veia autobiográfica. “Lili cresceu e virou Livia Natália, uma Poeta e Professora de Literatura da Universidade da Bahia. Um dia, alguém pediu que ela escrevesse algo sobre sua infância, e daí vieram estas aventuras fantásticas [...]” (NATÁLIA, 2018, s/p).

Livia Natália divide seu ofício de escritora entre a escrita literária e a acadêmica⁵⁹, atuando em diversos espaços e coordenando muitas ações contra-hegemônicas, evidenciando, sob as mais diversas categorias, a intelectualidade de mulheres negras e seus lugares na sociedade. No cenário literário, cabe destaque para sua obra *Dia bonito para chover*, coletânea de poesias publicada em 2017 pela editora Malê e ganhadora do prêmio da Associação Paulista de Críticos de Artes – APCA, na categoria melhor livro de poesia daquele ano.

A narrativa infantil protagonizada por Lili aborda as vivências de uma menina alegre e simpática, vigiada e protegida pelos orixás. Logo de início, é importante destacar a inserção desses elementos místicos na obra, pois as crianças ao se depararem com tais presenças mergulharão num universo que ao mesmo tempo que está distante pode ser facilmente identificado no convívio social, quando se tratar, por exemplo, de crianças negras cujas famílias racializadas participem de alguma das religiões de matriz negro-brasileira. Tal abordagem, transversalmente pensada, fortalece os vínculos ancestrais quando tematiza a religião, questão sensível e que, historicamente, serviu/tem servido para a colonialidade do poder como manifestação inferior, subalterna e demoníaca.

Exu correu logo para onde *Oxum* lavava suas pulseiras para falar sobre a tristeza de sua filha, que logo chegou ao palácio de *Xangô*; ambos trataram logo de resolver os problemas com o envio de duas entidades, fazendo com que também percorressem a

⁵⁹ Destacamos algumas produções acadêmicas da escritora: Meu pai não montava a cavalo, nem ia para o campo: algumas questões sobre a formação da escritora e do leitor negro no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Cidinha da (org.). *Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. Múltiplas Paragens do corpo intelectual: Poéticas da diferença em Mel Adún, Ana Paula Tavares e Esmeralda Ribeiro. In: SANTOS, José Henrique de Freitas; RISO, Ricardo. (org.). *Afro-rizomas na diáspora negra*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2013. v. 1, p. 143-162. A lírica menor: por uma Teoria da Literatura das Literaturas africanas de Língua portuguesa. In: SANTOS, José Henrique de Freitas; Ricardo RISO. (org.). *Afro-rizomas na diáspora negra*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2013. v. 1, p. 89-102. Poéticas da Diferença: A representação de si na Lírica Afro-feminina. In: *A Cor das Letras*, Feira de Santana, UEFS, v. 12, p. 105, 2011. *A pedagogia franqueada*; Judith Grossmann e a cena Teórico-crítica do PPGLL do Instituto de Letras. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. *A pedagogia da ausência e outras ensinanças*: Judith Grossmann e a cena da escritura. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. (LITERAFRO, 2021, s/p). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/571-livia-natalia>. Acesso em: 20 fev. 2022.

narrativa para que Lili ficasse bem e conseguisse resolver suas aflições, pois logo no primeiro dia de aula, ficou triste e desanimada por não ter nada a escrever na redação que a professora havia pedido sobre as férias. No entanto, Lili não tinha condições para produzir, pois não havia saído de casa, ao contrário dos colegas que visitam os destinos mais sonhados por todas as crianças: *Disney*, a neve etc. *Erelin* e *Erê*, incumbidos de ajudar Lili, logo dão um jeito de ela começar uma linda jornada para que alimente seu imaginário e possa, assim, entregar a atividade solicitada pela professora.

Se as vivências da menina são realidades ou sonho, a abertura para essa decisão é deixada pela escritora aos leitores, pois foram muitos os lugares e as situações, o que fez com que a professora ficasse admirada. Nesse contexto, é importante mencionar a riqueza dos detalhes da viagem, desde New York ao cabelo grande, dialogando diretamente com outras narrativas já mencionadas anteriormente, percorrendo, ainda, um universo de ligação com um mundo espiritual que a circunscreve em tal empreitada.

As aventuras de Lili integra o leque de narrativas que não se pode ler apenas uma vez, pois a cada leitura observa-se um conglomerado de situações e especificidades que estão à disposição de seus leitores, em contraste com a ilustração que potencializa sua significação. Portanto, além da discussão acerca do imaginário, da proteção dos orixás às próprias experiências escolares, a narrativa consegue deslocar o leitor para várias situações, o que movimenta também seu imaginário, ampliando sua capacidade de relacionar suas experiências de vida com o imaginário, motivando-o a reconhecer, a recontar e (re)pensar as atividades da escola enquanto possibilidade de transposição, entre vivências e imaginações.

Insubmissão e desobediência epistêmica são palavras que atravessam todas as narrativas catalogadas, contrastadas com suas autorias e com o que pode a literatura. Nesse bojo, os afetos, característica que prevalece em todas as narrativas, conduzem as crianças a um mergulho no mais profundo de si mesmas, via processo de fruição literária, em diálogo com outros processos psíquicos e linguísticos, pois no que compete à instância da literatura infantil, as diversas aprendizagens acontecem simultaneamente e, muitas vezes, de forma inconsciente por parte das crianças. Assim, a seleção e utilização das imagens (fotos) das escritoras reforçam a autoria e como essa é importante enquanto contranarrativas que se utilizam de um arsenal de referenciais simbólicos e culturais para afetar, de diversas formas, seus leitores e passar a movimentá-los na constituição de si mesmos.

O universo, portanto, da intelectualidade negra contemporânea que projeta uma literatura para a infância objetivando, assim, a autoaceitação, o autorreconhecimento e o (re)conhecimento das matrizes ancestrais, se utiliza dos referenciais estéticos, culturais e religiosos que dão suporte e servem de materialidade para que nasça uma estética peculiar, cujos traços estão cada vez mais presentes na literatura infantil negro-brasileira que, apesar de ser um projeto literário em construção, é lida por várias óticas, entre elas, a autoria conjugada com a obra literária enquanto processo histórico e socialmente situado. Dessa forma, depreende-se a compreensão de que os processos que interferem em sua criação, contemporaneamente, partem de uma consciência de raça, classe e gênero e, projetando-se como mecanismo potencial de humanização na (re)construção das subjetividades, tornam-se um dispositivo decolonial para uma educação antirracista e para uma literatura infantil combativa.

2.5 O Contradiscorso como resultado das conjugações entre Representação, Não-lugar e Autoria

O lugar de fala da mulher negra, submersa na consciência advinda das perspectivas do feminismo negro, atua como mecanismo para a superação de um passado e de um presente traumáticos, cujos movimentos epistemológicos fazem parte da trajetória e da re-existência negras e são, usualmente, desafiadas pela hegemonia, mesmo que se considere os avanços das últimas décadas em termos de políticas públicas, visibilidade e ocupações. Nessa costura, as teorias decoloniais, como projetos de contradiscursos, impulsionam ações e demandas político-acadêmicas maiores, contrastando história, literatura e suas margens, o que afeta diretamente os contextos práticos e simbólicos nos quais a presença negra é vigiada, interdita e quando não assassinada, considerando, para tanto, os índices estatísticos que quantificam as vidas negras ceifadas por um aparelhamento estatal, através da discriminação racial, do racismo institucionalizado e da falta de efetivação das políticas públicas.

Assim, objetivando discutir essas instâncias discursivas, dialogicamente pensadas a partir do texto literário infantil, é necessário retomar criticamente a tradição literária, entendida como cânone, e todas as suas problemáticas, averiguando em que medida e quais as especificidades que respondem pelo apagamento dos protagonismos positivados, das existências autorais negras, assim como o porquê de terem sido subtraídos(as) em suas

identidades e poéticas, para então buscar mecanismos para a reescrita do que se considera como trajetória negra, versão estigmatizada a partir do olhar e do discurso do branco, ou seja, como o negro era analisado sob a ótica do colonizador, problemáticas que geram um desconforto e conduzem à criação do contradiscurso como forma de defesa e reescrita de suas histórias.

É interessante pensar, nesse recorte, que os entrelaçamentos teóricos fundamentais que sustentam a necessidade do contradiscurso partem, de um lado, da revisitação ao cânone para posteriormente contrastá-lo com as produções contemporâneas, na esteira de conjugá-las a partir do lugar de fala claro e explícito da mulher negra, seja enquanto intelectual que atua diretamente na teoria, seja na crítica e na inscrição/escrita dessas poéticas; de outro lado, atua sobre as especificidades que as constituem e da necessidade de se discutir as relações com os textos literários negro-brasileiros positivados, o que possibilita e potencializa a (re)construção do (auto)pertencimento identitário, interseccionalizando raça, gênero e classe como pontapé para se refletir as relações entre as categorias/dispositivos teóricos e essas obras, ambas sob uma perspectiva dialógica e decolonial como subsídio para intervenções nas realidades brasileiras, especificamente nos desvios citadinos, junto aos leitores infantis e o que pode a literatura.

O contradiscurso é um movimento político-acadêmico em desobediência à incursão e idealização dos discursos “oficiais” transportados da Europa desde o século XVI, e é cada vez mais fortalecido, principalmente quando consideramos a contemporaneidade como um tempo de revisitação ao passado em busca das fendas históricas que foram usurpadas pela máquina colonial para a sua vitalidade. Engendrando essa perspectiva, Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2008), informa-nos que a literatura tem sua autonomia e desprende-se de outras linguagens ao passo que vai se constituindo nas funções representativas e significativas. Na perspectiva do contradiscurso, objeto desta discussão, principalmente a partir do século XIX, é incutida nele a busca por reconstruir os cenários, recolhendo e evidenciando os esquecidos e suas produções literárias, históricas e artísticas, no interstício desde a chegada dos colonizadores ao início do século XX, de modo a repensar seu(s) lugar(es) na história e na escrita, bem como de alteração dos discursos que são interpelados, tendo como referência o que se considera/ou como única história oficial.

Nessa acepção, no adensamento contemporâneo de (re)fundar o cânone literário a partir de poéticas periféricas, retomamos, segundo Silviano Santiago em *Uma literatura*

nos trópicos (2000, p. 10), as inclinações dos antropófagos na tensão entre o nacional e o estrangeiro, pois o contexto remonta ao cenário da América Latina *versus* Europa:

[...] A América transforma-se em *cópia*, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas em sua *origem*, apagada completamente pelos conquistadores. Pelo extermínio constante dos traços originais, pelo esquecimento da origem, o fenômeno de duplicação se estabelece como a única regra válida de civilização. [...] (SANTIAGO, 2000, p. 14).

Os extermínios físicos e simbólicos dos povos tradicionais por toda a América mostram, em suas diversas faces, como se deram os processos de “descobrimento” das novas colônias e como fomos historicamente direcionados a aceitar, por exemplo, o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, datado de 22 de abril de 1500, como salvação e progresso, sem considerá-lo como parte do plano imperial que rendeu muita riqueza e poder ao colonizador, Portugal, além de diversas contradições e desumanização do domínio colonial. Ademais, sobre a relação entre língua e religião, a América Latina se lança na contramão do que foi imposto no processo de colonização, fraturando e enfraquecendo os conceitos de *unidade* e *pureza*. Assim, é a partir dessa desobediência que se instaura o princípio da autonomia, tendo como pressuposto o movimento de agressão e as aprendizagens que consideram tanto as experiências com a colonização vividas no e sobre o corpo, quanto com a colonialidade do *saber*, enquanto regimes de pensamentos e seus impactos.

No âmbito da criação de diversas formas de produzir epistemologias, cunhar práticas e saberes para a descolonização desses territórios, coloca-se como necessidade de desmitificar o discurso histórico oficial, acepção que se dá e se fortalece na contemporaneidade a partir de outras vozes – dos subalternos - externas ao colonizador, atuando como imprescindíveis na ruptura com as opressões e produção intelectual ocidental eurocentrada, considerando, para tanto, que essa produção intelectual é cúmplice dos interesses econômicos internacionais. Assim, dar voz ao subalterno possibilita a desconstrução da historiografia unilateral disseminada entre a América Latina, que não considerou a existência das *outridades* e de suas dinâmicas. Neste contexto discursivo, sobre o lugar da língua e das formas de manutenção dos regimes, Santiago (2000, p. 17) acrescenta, ainda, que romper com o silêncio é uma forma de desestruturar o imperialismo cultural, pois “[...] Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra”, e é nesse encaminhamento que se propõe o contradiscurso literário protagonizado e assinado pelas

mulheres negras, em suas poéticas que transcendem as lógicas colonialistas traçadas pelas intersecções entre raça, classe e gênero.

Na direção da assertiva de falar pelos oprimidos, no confronto com as discussões de Ribeiro (2019), ao enfatizar acerca do lugar de fala, e, paralelamente, dos lugares de escutas, incutimos a acepção de *não-lugar* na utilização da linguagem, já que, segundo Fanon (2008, p. 33), “[...] falar é existir absolutamente para o outro”. Se falar é existir, conforme percebemos na discussão do autor, daí a importância da enunciação de um lugar de fala próprio e não através da “representação” pelo outro, numa relação desigual entre opressor e oprimido. Spivak (2010, p. 40) acrescenta à assertiva proposta o fato de que ninguém pode representar aqueles que agem e lutam. É importante mencionar, nesse contexto, que em hipótese alguma a figuração oprimida do outro corresponde ao que verdadeiramente é.

A partir do que discute Spivak, Grada Kilomba (2019) enfatiza acerca da falta de ocupação desse lugar de autorrepresentação: “[...] essa ausência simboliza a posição da subalterna como *sujeito* oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para articulação das mesmas [...]”. Para a autora, as ações descolonizadoras exigem do indivíduo uma tomada de consciência em vários níveis, neste escopo, do plano real ao ficcional, quando, na verdade, a literatura se torna reflexo das realidades suprimidas, e para que isso aconteça não basta somente ocupar o lugar de fala, é necessário que:

[...] Em primeiro lugar, uma compreensão de quem somos nós em termos de nossa história [...] quem somos nós em termos da nossa história comum e das nossas diferenças com as tradições acadêmicas dos demais países da América Latina e do Caribe, principalmente no que se refere à presença (ou ausência) dos horizontes de conhecimento dos povos indígenas e afro-ibero-americanos. [...] (CARVALHO, 2019, p. 89).

José Jorge de Carvalho, em *Encontro de Saberes e descolonização para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras* (2019)⁶⁰, problematiza as tomadas de consciência sobre a descolonização dos saberes e dos espaços de ocupação partindo da história, incluindo neste leque uma análise das diferenças, ou do que Boaventura Sousa Santos define como projeto global, um conjunto de significantes e de paradoxos, entre eles o nacional/local, dentro/fora, transnacionais/globais. Em diálogo

⁶⁰ In. BERNARDINO-COSTA et al. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

com Carvalho (2019), Dussel, em *Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade* (2009, 302), afirma que somente na contemporaneidade é que esse lugar excluído passa a incomodar, resultado de uma sucessão de fatos e movimentos, incluindo os de natureza política e ética. “Durante cinco séculos, toda a modernidade permanecerá nesse estado de consciência ético-política em situação ‘letárgica’, como ‘adormecida’, sem ‘sensibilidade’ perante a dor do mundo periférico do Sul”. (DUSSEL, 2009, p. 302), e a América Latina tem sua localização marcada nesse estado letárgico, na periferia do mundo.

“Não é que não tenhamos falado. O fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas como conhecimento inválido; ou então representadas por brancos/as que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nós e em nossa cultura” (KILOMBA, 2019, p. 51). A partir do que discorre a autora, é interessante pensar que o contradiscurso é resultado de um posicionamento de um(a) sujeito(a) incomodado(a) com o silenciamento pelo qual foi submetido, de não se acomodar nas definições do outro sobre si, movimentando-se para que seu espaço deixe de ser a periferia simbólica e factual; de outro lado, da necessidade de se reescrever a história a partir de outros referenciais e perspectivas, olhares específicos esses oriundos dos lugares de fala e de escutas, no caso da América Latina, especificamente do Brasil, considerando as assertivas de *ser* e *estar* negro, das periferias dos grandes centros urbanos, dos quilombos, dos assentamentos etc., questão já bem enfatizada nessa discussão quando se refere ao escamoteamento das identidades negras e femininas no cânone histórico e literário.

Pensar, portanto, a partir da dinâmica interseccional, para as mulheres negras, é lutar contra a morte do pensamento negro, ou seja, o epistemicídio da intelectualidade negro-feminina, pois o pensamento negro é sistematicamente apagado através de uma *política do esquecimento*, conforme discute Figueiredo e Grosfoguel (2007). Paralelamente, essa categoria teórica possibilita a demarcação geopolítica do conhecimento, seguindo a linha de raciocínio de Walter Dignolo (2000), uma vez que essa autoria se movimenta para a fundação e disseminação de categorias teóricas específicas, buscando, para tanto, dispositivos que correspondam às suas propostas escritas. Nessa direção, Carvalho (2019, p. 90) pontua que “[...] A tomada de consciência diante dessas questões nos permitirá avaliar a intensidade da nossa colonização e subordinação ao mundo acadêmico ocidental e formular caminhos concretos, objetivos e subjetivos, para a sua superação”.

A confluência de vozes que interseccionalizam raça, gênero e classe, do ponto de vista das epistemologias decoloniais cunhadas por mulheres negras, para Akotirene (2019, p. 14), desfazem “[...] a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única”. Assim, seguindo a linha de pensamento dessa autora retomando as discussões de Kimberlé Crenshaw, especificamente no artigo intitulado *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics* (1989), a escrita parte do princípio de demarcação de um lugar e exerce um poder na manutenção de sua viabilidade. Para tanto, seja do ponto de vista da crítica, seja do analítico, a interseccionalidade como categoria analítica a partir das experiências das mulheres negras, em quase duas décadas, considerando a Lei 10.639/2003, materializou-se nos títulos de livros infantis, que a cada vez se percebe um aumento gradativo, em virtude, também, da obrigatoriedade da referida lei no âmbito da educação básica e dos movimentos sociais que, paralelamente à legislação, buscam caminhos e meios para inserir representações, divulgações e, neste processo, empreendem um movimento acadêmico-político como literatas e críticas que são.

No contexto da legislação, especificamente no que diz respeito à Lei 10.639/2003, é de suma importância considerarmos que ela é resultado de um processo histórico de lacunas e busca, agora, suprir às gerações a tematização africana e negro-brasileira não somente na literatura, mas na história e em outras áreas afins, que pode ser, interdisciplinarmente, pensada e cunhada como mecanismo de construção do espírito nacional negro-brasileiro, dando vazão às propostas modernistas das primeiras décadas do século passado. Nesse entendimento, para Debus (2017, p. 40) no que se refere à legislação “[...] A Lei 10.639/2003, como uma política de Ação Afirmativa, que reconhece a diversidade étnico-racial, valoriza a história e a cultura dos povos negros e se propõe a construir uma educação antirracista”.

Partindo do que informa a autora, a operacionalização da literatura de autoria feminina negra, no âmbito da literatura infantil, paralelamente à assertiva da faixa etária e do desenvolvimento psíquico de seus leitores, corrobora para o surgimento e fortalecimento do que Hall (2006, p. 320) definiu como políticas culturais da diferença, tendo como suporte as políticas do cotidiano negro. A partir da leitura desse filósofo e alinhavando com os efeitos da legislação supracitada, no âmbito da abertura das editoras para a produção de temática africana e negro-brasileira, percebe-se um revezamento entre teoria e prática, na qual, segundo Spivak (2010, p. 56), “[...] os oprimidos podem saber e

falar por si mesmos. Isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo. [...]”.

Na direção das discussões trazidas no texto *Do direito à literatura*, alicerçado em Candido (2011), entre outras questões está a relação entre a literatura canônica e a literatura marginal. Em oposição à primeira, esta última, para o autor, é uma necessidade, pois rompe com a forma e a estrutura porque é, sobretudo, uma literatura empenhada numa função social e humanizadora. A respeito dessa relação centro e margens, entre a figura do(a) negro(a) e suas representações, Debus (2017, p. 39) acrescenta que:

[...] na história da literatura brasileira, bem como na literatura de recepção infantil e juvenil, o negro foi pouco representado, e, quando isso ocorreu, concretizou-se pela subalternidade como escravizado e obediente aos desmandos do branco, ou numa visão ingênua de relações pós-escravidão.

A ausência das representações do negro e suas representações estereotipadas e estigmatizadas reforçaram a discrepância quando se comparada com a produção protagonizada por brancos, cujas narrativas, via de regra, trazem essas representações de forma positivada, o que tem sido contemporaneamente problematizado pela crítica e análise literária decolonial como materialidade para se entender o porquê da desigualdade, embora já saibamos muitos dos motivos incutidos nesse abismo. Do ponto de vista de uma crítica e da reescrita da história, bem como das diversas leituras que se faz da sociedade partindo do texto literário, a autora acrescenta que não se pode comemorar a abertura do mercado editorial, pois é importante que se observe “[...] a necessidade de um afastamento das duas grandes contranarrativas, que se opõem em uma eterna divisão: vitória total ou de total cooptação, quando se pensa nos discursos sobre as ‘etnicidades marginalizadas’” (DEBUS, 2017, p. 40).

No tocante às marginalidades femininas negras, o texto literário atua como uma intervenção simbólica e prática, ou seja, é a materialização do contradiscurso junto aos destinatários, neste caso, as crianças, cuja autoria atua no encaminhamento de reescrita de suas próprias “[...] condições de impossibilidade com as condições de sua possibilidade” (SPIVAK, 2010, p. 77). Esse movimento de reescrita e posicionamento político-acadêmico se dá no empreendimento de contradiscursos, no plural, considerando, para tanto, o lugar de enunciação dessas mulheres negras e o não-lugar historicamente demarcado junto à impossibilidade do subalterno falar, ambos impostos de forma concomitante. Maldonado-

Torres (2019, p. 29), nesse contexto, enfatiza que “[...] A decolonialidade, como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente”.

As abordagens às quais se refere o autor, seguindo a linha problematizada por Akotirene (2019, p. 38) na utilização do marcador teórico *interseccionalidade*, que para ela deve legitimar as narrativas que se contrapõem às vítimas do racismo patriarcal, voltado para a utilização da mulher negra, tendo como referência sua trajetória histórica, é, “[...] antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). No empreendimento da autora, os avanços nas ferramentas conceituais, desde a criação de categorias teóricas aos dispositivos analíticos, vão moldando os vários caminhos que se deve percorrer para se descolonizar. Do ponto de vista discursivo, os referentes simbólicos e, conseqüentemente, suas teorias, passam por um processo de mudança de perspectivas e se distinguem do colonialismo do saber por produzirem uma unidade fundamentada na diversidade de vozes, ou seja, nas várias produções de saberes e de visões de mundo que batem de frente com a imposição hegemônica do conhecimento eurocentrado.

As diversas Áfricas e suas diásporas, inscritas, segundo Mbembe (2014), no Atlântico Negro e em seu lugar de encubação, problematizam as subjetividades de quem escuta, ancestralmente, os murmúrios, gritos de lamento e desejos de retorno à pátria mãe, num movimento de maternagem, como efeito de marcação temporal e territorial em movimento. Esse lugar-comum fornece-nos implicações para se refletir sobre a instabilidade das identidades e o processo de apagamento, em movimento contrário às re-existências da população afrodescendente. Na poética de Conceição Evaristo conseguimos escutar com uma riqueza de detalhes, dos lugares de escuta de que discorremos anteriormente, as diversas Áfricas inscritas em nós, em nossa identidade negro-brasileira marcada por um discurso de exclusão, conforme denunciado por Maria Firmina, Lélia Gonzalez, Mirian Alves, Lívia Natália, entre tantas outras vozes que se fazem ouvidas, principalmente, nas últimas décadas.

Na tradição literária brasileira, a participação do(a) negro(a), seja como personagem, seja como autor(a), sempre passou pela marcação étnica, seguida de gênero, conforme lemos em Dalcastagnè (2015; 2018) acerca dos espaços e gênero que dão cara a essa literatura, bem como suas margens, considerando a revisitação ao cânone como

pontapé discursivo. Nesse intento, considerando a discussão proposta por Cuti, a recepção branca ratificou o lugar de prestígio e o que podia ser tematizado aos seus crivos, reificando, por assim dizer, a produção literária e artística negro-brasileira, conforme nomeia e categoriza o autor. Ademais, há de se considerar que as discussões étnico-raciais eram restritas aos grupos mobilizados em torno da questão das identidades, dos espaços e das representações, que se desenhou, enquanto projeto coletivo, a partir de 1980, precisamente com a publicação dos *Cadernos Negros*, espaço de ruptura com a comiseração branca sobre as poéticas negro-brasileiras, conforme enfatiza Alves (2010).

São inúmeras as questões que determinaram centro e periferia, discurso oficial e silenciamento marginal, como descreve Miranda (2019, p. 79) sobre a especificidade do ocultamento do nome das capas dos próprios livros, comum às mulheres que publicaram no século XIX. Diante de tal constatação, podemos problematizar esse ocultamento seguindo a ótica de leitura de Spivak, como resultado da inscrição epistêmica imperialista:

[...] Nos estudos subalternos, devido à violência de inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar, um projeto compreendido em termos essencialistas deve trafegar em uma prática textual radical de diferenças. O objeto de investigação do grupo – neste caso, nem mesmo do povo como tal, mas da zona intermediária ou amortecedora flutuante da elite-subalterna regional - é um desvio de um ideal – o povo ou os subalternos -, os quais são definidos como uma diferença da elite. [...]. (SPIVAK, 2010, p. 76).

Se para a classe dominante o projeto de violação e violência das integridades negras mantinha-os sobre seu poder e revelia, o contradiscurso instaura uma disrupção desse mundo, uma vez que “[...] inscreve o negro enquanto sujeito de uma experiência histórica anterior à escravização, com vínculos afeitos, pertencimentos territoriais e ética da existência coletiva. E principalmente, falando por si mesmo [...]” (MIRANDA, 2019, p. 83). No que diz respeito ao efeito do devir a partir do lugar de fala e das subjetividades afrocentradas, o texto literário infantil ganha novos contornos e empreende representações positivadas, cujas identidades em questão passam a ser referências para os leitores que buscam no mundo material e imaterial a superação da discriminação através das pluralidades constitutivas do universo negro-brasileiro, contextualização essa em diálogo com as postulações de Colomer (2003; 2017).

É importante problematizar a necessidade, no preâmbulo do contradiscurso interseccional, da escrita feminina negra no que se refere às autorrepresentações, que, segundo Akotirene (2019, p. 64):

A interseccionalidade baseada no feminismo negro conta os porquês das mulheres brancas poderem representar judicialmente as mulheres de cor, bem como os homens negros poderem representar toda a comunidade negra na Corte, enquanto as mulheres negras, segundo Kimberlé Crenshaw, não estarem elegíveis para demarcar a própria experiência particular da discriminação sem que suas causas fossem indeferidas.

Enquanto categoria teórica que analisa a ficcionalidade e a vida prática, a interseccionalidade, que para nós se apropria das escrevivências dessas escritoras negras, empreende diversas problematizações: quem sou, onde estou, o porquê de estar onde estou, quais as perspectivas de futuro, quem seremos, conseguiremos atingir a expectativa de vida das mulheres brancas, ficaremos órfãs de nossos filhos ou vice-versa pelo aparelhamento do Estado? Tais questionamentos que ressoam como lamentos apropriam-se dos corpos negros e validam o que Butler (2002) discorre sobre a existência de que há corpos que importam mais que outros. Na esteira dessa afirmação, Akotirene (2019, p. 69) acrescenta:

Além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas de mulheres negras sofrem estigmatizações pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras dos espaços considerados perigosos [...]. O machismo, além disto, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas – o desprestígio das lágrimas de mulheres negras invalida o pedido de socorro político, epistemológico e policial.

Em oposição a esse cenário de genocídio da população negro-brasileira, com a avalia do Estado, o colonizado é um questionador e um potencial agente de mudanças (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 33), no que se refere a dar visibilidade às problemáticas circundantes em seus territórios e as disputas desiguais trilhadas no dia a dia, por trás do que se afirma ser o Brasil um país não racista, conforme temos percebido nas discussões dos representantes do Estado nos últimos quatro anos. Destarte, a construção de um espaço reservado de intervenção social, do ponto de vista das políticas do cotidiano, seguindo o pensamento de bell hooks (1995), coloca em vias práticas a denúncia para além da questão intelectual, e é isso que se materializa na literatura negro-brasileira combativa, através dos contradiscursos, cujos lugares de enunciação são

utilizados para amplificar as diversas atrocidades que recaem sobre os corpos negros em situação de vulnerabilidade.

As conjugações em questão - ser mulher e negra - empreendem uma poética insubmissa capaz de subverter a lógica colonialista. Para tanto, faz-se necessário retomar Cuti (2010, p. 47), especificamente no que discorre sobre a acepção de “Os discursos (todos) passam pelo poder de dizê-lo. O silêncio pertence à maioria que ouve e, quando muito, repete. Falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também. [...]”. Para esse autor, as dimensões da escrita, da fala e da escuta assumem, no contexto dessa literatura, uma desobediência ao discurso histórico oficial, o qual, historicamente, beneficiou as estruturas dominantes a fim de suas perpetuações. Mbembe, em *Crítica da razão negra* (2014, p. 57), afirma que essa “[...] razão negra consiste, portanto, num conjunto de vozes, enunciados e discursos, saberes, comentários e disparates, cujo objeto é a coisa ou as pessoas ‘de origem africana’ e aquilo que afirmamos ser o seu nome a sua verdade [...]”. Para esse filósofo, a escrita negra é diversa e se esforça para edificar uma comunidade que tem como objetivo comum se forjar “[...] a partir de restos dispersos em todos os cantos do mundo [...]” (MBEMBE, 2018, p. 60).

Nessa direção, forjar um espírito coletivo em prol de uma produção literária infantil voltada para a tematização e representação negro-brasileira é corroborar, sobretudo, para a criação e manutenção do que Debus (2017, p. 39) enfatiza como visão interdisciplinar de trabalho com o que preconiza a Lei 10.639/2003, alterando o(s) lugar(es) ocupados e usurpados pelo(a) afrodescendente, pois “A literatura, em suas inúmeras tentativas de definição e conceituação, constitui uma das instâncias discursivas mais importantes, pois atua na configuração do imaginário de milhões de pessoas [...]” (CUTI, 2010, p. 48), segundo o qual se quer dizer e se representar negro(a).

Seguindo a acepção do contradiscurso como resultado que busca marcar posicionamentos, deve se considerar, segundo Colomer (2003, p. 159), as características da produção infantil atual, em função de seu destinatário e aos propósitos sociais, dentre eles podemos considerar a criminalização racista. Para essa autora, a produção literária infantil contemporânea, como contradiscurso, “[...] delimita o processo de mudança, através do qual esta literatura se adapta a seus destinatários e às variações das funções que se lhe atribuem em cada período histórico [...]”. Sobre as funções pelas quais a escrita feminina negra passa, Souza (2015, p. 91) afirma que essas mudanças passam pela dicção estética de mulheres negras a partir de suas prioridades éticas e políticas.

Engendrando essa característica como pertencente à ocupação do lugar, contrário ao *não-lugar* pontuado por Fanon (2008), a transmissão entre escritoras e leitores, sob uma perspectiva dialógica, deve considerar a desvinculação com a tradição literária no (re)fundamento desse espaço como um aglomerado discursivo. Nesse cotejamento, Carvalho (2019, p. 90) expõe que:

Descolonizar, no nosso caso, seria um duplo movimento. Primeiro, desvincular-se do mandato introjetado de repetir o padrão epistêmico ocidental como única referência de conhecimento (científico, artístico, tecnológico). Ou seja, desobrigar-se de reproduzir o eurocentrismo compulsório. [...] descolonizar significa desvincular-se. Nós nos desvinculamos da expectativa estabelecida, e com esse gesto nos desvencilhamos da camisa de força do eurocentrismo compulsório.

É através das representações no texto literário infantil que se tem a possibilidade de se descolonizar as mentalidades das crianças, empreendendo tal ação a partir da desconstrução de estigmas e estereótipos associados, desvinculando olhares sobre quem sempre foi vigiado, retidos em sua identidade, o que dá visibilidade não somente à produção negro-brasileira, mas também a autoria e sua formação étnica, racial, de gênero e de classe, já que continua sendo regra ler o texto literário em primeira instância pela identidade racial de quem o escreve, uma vez que esse processo, na relação com os demais sistemas culturais, estabelece o que deve ser contemplado do interior de uma dinâmica mais geral de mudanças, segundo Colomer (2003, p. 166).

No encaminhamento do que se aspira como contradiscurso, Fanon (2008, p. 44) enfatiza que “[...] O que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial. [...]”. O autor acrescenta que ser esse outro em deslocamento é não ter um lugar próprio em parte alguma, de se sentir sobrando em qualquer lugar. Isso significa que mais do que cunhar um discurso de aferição, nesta delimitação, de identidades negro-brasileira e feminina, é necessário ocupar um lugar neste processo. É preciso, ainda, que se considere os espaços vivenciais e as lutas cotidianamente travadas pelos movimentos sociais, objetivando, em diálogo com os cotejamentos, a superação do racismo e do sexismo através do texto literário destinado às crianças.

No limite entre cânone e margens, Santiago (2000, p. 23) acrescenta que para criar o contradiscurso é necessário voltar-se à tradição literária. Para ele, “[...] precisar a situação e o papel do escritor latino-americano, vivendo entre a assimilação do modelo original, isto é, entre o amor e o respeito pelo já-escrito, e a necessidade de produzir um

novo texto que afronte o primeiro e muitas vezes o negue [...]”. No refutamento das vias alegóricas e práticas que colocaram o(a) negro(a) na condição de subserviente e subalterno, a escrita feminina negra destinada às crianças potencializa-se a partir de novas matizes e perspectiva analíticas, bem como de escopos teóricos que engendram representações étnicas, raciais e de gênero, como movimento contrário ao historicamente vivenciado e às experiências dos afrodescendentes e da diáspora pelo Atlântico Negro, demarcado por ser um espaço de encubação de teorias e análises. Para além dos diálogos estabelecidos, portanto, tempo, territórios, personagens, tramas, sentidos e significações, no âmbito da literatura infantil, passam a fazer parte de um bojo necessário ao fortalecimento da literatura negro-brasileira, o que implica, sobretudo, em novas perspectivas formativas, se considerada a especificidade de serem os leitores crianças em idade de formação psíquica e sociocultural.

3 DESCOLONIZANDO OS SISTEMAS LITERÁRIOS: a literatura infantil negro-brasileira contemporânea e suas incursões autorais

A partir de uma compreensão da literatura infantil como um território fértil e em diálogo com Antonio Candido (1959), acerca das noções e da importância do sistema literário para a literatura nacional, entre temáticas, protagonismos e antagonismos, bem como se constitui o cânone, observa-se que esse sistema foi regido pela elite cisheteropatriarcal como forma de manutenção de seus status social e do escamoteamento das minorias como projeto de perpetuação e validação do colonialismo/modernidade. Nessa direção, Figueiredo (2020, p. 85) menciona o cânone ocidental como produção de homens brancos, europeus e norte-americanos, ratificando a assertiva de que mulheres, negras, indígenas, pessoas não-heterossexuais, entre outros grupos sociais, tiveram suas produções canceladas e inviabilizadas pelas “[...] verdades incontestáveis, atemporais e universais [...]” (REIS, 1992, p. 71), o que na literatura brasileira tem sido confirmado pelas pesquisas coordenadas por Dalcastagnè (2015; 2018) na revisitação e levantamento de obras pertencentes ao cânone e outras que foram desconsideradas por esse espaço de circulação e validação literária.

A literatura infantil, como um dos bens simbólicos que deve ser compartilhado entre todos, é tomada como materialidade para se refletir sobre as relações binárias, no que diz respeito à sua constituição e às trocas que se realizaram em seu âmbito, pois branco/negro/índigena, centro/periferia, rico/pobre, homem/mulher, hétero/não-hétero, entre outros, foram características lidas, utilizadas e impostas pela classe dominante como mecanismos de opressão, tanto do ponto de vista prático, sobre os corpos abjetos, quanto do universo subjetivo e psíquico, conforme lemos em Fanon (2008) e Kilomba (2019), o que fortalece a ideia de unidade dialética entre ambas as dimensões. Nesse contexto, a literatura em seus diversos gêneros reproduziu a estrutura dominante, ceifando as produções que não atendiam seus critérios, relação de manutenção essa indispensável quando pensamos na dominação política, econômica, geográfica e simbólica, embora haja presença de mulheres e não-brancos no cânone ocidental, o que confirma a regra, conforme discorre Figueiredo (2020).

A contemporaneidade marca diversos atravessamentos, que vêm desde o campo da história à filosofia, perpassando pela literatura, pelas artes e pelas convenções sociais produzidas pelo Sul Global, que se arrastaram por séculos como conhecimentos

invalitados e subalternos segundo a ótica imperialista do colonialismo, que impôs, sobretudo, sua versão e conhecimento como via única. Nesse interim discursivo, quando Reis (1992) e Figueiredo (2020) discorrem sobre os critérios de inviabilização das produções literárias dos grupos minoritários, sinalizam a necessidade de se considerar o tempo histórico, os critérios e as justificativas que reforçaram a dominação, pois é importante revelar a prioridade do subalterno em seu lugar de fala e ocupá-lo como mecanismo de fortalecimento de um coletivo plural, segundo o que se denota da leitura de Spivak (2010).

Lélia Gonzalez⁶¹ (1996, p. 165), enfatiza a necessidade de o/a negro/a assumir seu lugar de fala e de não deixar “[...] os brancos falarem por nós. Temos que assumir nossa própria voz. É aquele velho papo, temos que ser sujeitos do nosso próprio discurso, das nossas próprias práticas”, encaminhamento que se observa a partir da reivindicação do lugar de fala, com base no que discorre Gonzalez (1986) em suas publicações nas décadas de 1970 e 1980, durante a Ditadura Militar⁶², e Dussel (2016). Ribeiro (2019, p. 34), ao discorrer sobre o lugar de fala de mulheres negras dentro de um grupo hegemônico cisheteropatriarcal, retomando questões postas anteriormente por Gonzalez (1996), discorre acerca da existência de “[...] um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos [...]”.

Podemos tomar as posições de Gonzalez e Ribeiro para dialogar com Akotirene (2019, p. 31), pois as “[...] mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, trafegando identidades políticas reclamantes da diversidade, sem distinção entre naufrágio e sufrágio pela liberdade dos negros escravizados e contra opressões globais [...]” A descolonização dos saberes e a decolonialidade como uma luta viva no movimento de tirar das margens da opressão e da exploração os que foram destinados aos *não-lugares*, evidenciam a ruptura dos olhares e práticas colonizadoras sobre o conhecimento excêntrico - produzido nos países do Sul Global - ou seja, do que se constituiu das margens para as margens, partindo de experimentações, subjetividades e epistemologias que se originam, via de regra, sob outras óticas e lógicas.

⁶¹ Referenciamos a discussão no artigo intitulado A cidadania e a questão étnica. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima. (org.). *A construção da cidadania*. Brasília: UnB, 1996, p. 165.

⁶² Regime Militar instaurado no Brasil entre 1964 e 1985, organizado por militares e civis, na deposição do Presidente João Goulart. A ditadura durou 21 anos e foi marcada pela censura, restrição à liberdade etc., encerrando após 21 anos quando Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil.

As leituras sobre o Brasil de ontem e de hoje a partir da ótica decolonial, desde as perspectivas de Gonzalez (1981), adicionadas às discussões de outros(as) pensadores(as), pressupõem uma reflexão acerca do longo processo de colonização, de marginalização e de esquecimento dos afrodescendentes e, especificamente nessa discussão, das mulheres negras, o que se afunila nas questões de identificação e explicação dos “[...] modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização [...]” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 29). Nesse bojo, a literatura infantil enquanto espaço privilegiado para se discutir questões de apresentação, identificação e, conseqüentemente, significação do texto literário infantil, tem suas estruturas movimentadas e ampliadas para acolher, refletir e criticar o que foi historicamente invalidado, ou seja, partindo de uma produção literária negro-brasileira, contrastada com sua autoria, seus temas, sentidos e tramas, ainda, relacionadas aos contextos históricos, tal como se percebe no gênero romance histórico, por exemplo.

Neste alinhamento teórico, Akotirene (2019, p. 30) chama-nos a refletir sobre situações de tentativa de adentrar em instituições canônicas, a partir do episódio da candidatura de Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras – ABL, o que se amplifica sobre outras mulheres de cor “[...] lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade [...]”. Desse modo, tomando como marcador teórico a interseccionalidade, para pensar os lugares que cada um/a ocupa no centro da questão e, principalmente, o colonialismo, o imperialismo e o monopólio epistêmico ocidental como formas de manutenção da subalternização e dos apagamentos, seguindo o raciocínio de Akotirene (2019, p. 33), a literatura como campo de disputa, de poder, de prestígio, também de apagamento, resistência e de trocas, precisa ser investigada a partir de suas incursões, tensões e sentidos, assim como das forças que operam sobre essa área na manutenção do colonialismo/modernidade.

A literatura infantil articulada com as pautas identitárias disponibiliza aos leitores um repertório de temáticas que tocam de uma forma singular, fato que ocorre paralelamente aos desdobramentos de a literatura destinada às crianças ser uma das áreas editoriais que mais tem se desenvolvido nas últimas décadas como resultado da aplicabilidade da lei 10.639/03, o que torna viável e leva para dentro das bibliotecas e escolas obras negro-brasileira, revestindo os acervos e possibilitando um trabalho com a educação para as relações étnico-raciais conjuntamente com a leitura literária. Cabe

destaque para a literatura infantil enquanto função socializadora das novas gerações, seguindo os pressupostos da socialização cultural, pois conforme Colomer (2017, p. 62)

[...] Foi precisamente o propósito de educar socialmente que marcou o nascimento dos livros dirigidos à infância. Os livros infantis foram perdendo a carga didática ao longo dos tempos em favor de sua vertente literária, mas não há dúvidas de que ampliam o diálogo entre as crianças e a coletividade fazendo-lhes saber como é ou como deseja que fosse o mundo real. [...]

O que tem sido reivindicado nas últimas décadas como descolonização dos saberes, representações positivadas, garantia de espaços e estruturas sociais, bem como do que se materializa na vida prática e simbólica de quem compartilha esses espaços negados, serve de materialidade para a temática negro-brasileira na literatura e em seus sistemas, como o gênero infantil, por exemplo, que atua no sentido de subsidiar uma formação humanizadora a partir da imersão em narrativas que podem colaborar com a formação das identidades afrodescendentes e femininas, conforme discutiu Colomer (2017). Assim, existe uma urgência em se discutir o agenciamento dos espaços, entre eles o literário, no esforço para se entender as lógicas da colonialidade/modernidade envolvidas, encontra no projeto decolonial formas de se refletir a construção do mundo e das relações, entre as instâncias do *ser* e *estar*, pois

[...] quando estendemos as mãos aos outros condenados. São os condenados e os outros, que também renunciam à modernidade/colonialidade, que pensam, criam e agem juntos em várias formas de comunidade que podem perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser, e assim mudar o mundo. (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 50).

A produção literária destinada às crianças como um acervo de possibilidades para uma consciência de mudança de mundo, a partir de sua incursão temática e autoral, não só representa positivamente suas personagens do ponto de vista da identidade, dos territórios culturais e antropológicos, mas planta no imaginário infantil uma semente que representa uma abertura para a diversidade que compõe o mundo e, considerando a produção contemporânea e suas nuances, o trabalho com a interseccionalidade como marcador teórico e analítico capaz de alterar as perspectivas e os modos de ver e compreender a si, os(as) outros(as) e seus entornos, bem como suas subjetividades. Portanto, a literatura infantil negro-brasileira é um universo que proporciona um mergulho em questões sensíveis e urgentes como a própria aceitação e o reconhecimento do outro como partícipe

do mesmo universo, além de ser e um momento e um espaço específico de acesso ao imaginário, ao histórico e ao ontológico coletivo negro-brasileiro.

Nesse cotejamento, nos próximos subcapítulos intentamos discutir essa temática contrastada com suas autorias, demonstrando de que forma se interrelacionam enquanto projeto literário decolonial encabeçado pelas mulheres negras que produzem literatura e teoria. Para tanto, faz-se necessário discutir de que forma essa produção literária foi influenciada pelos movimentos sociais enquanto mudanças de perspectivas, abarcando questões de políticas públicas e mercadológicas. Dessa forma, enquanto desobediência epistêmica na literatura infantil, as discussões construirão um percurso desde o rompimento com a produção canônica, por não representar a sua diversidade e composição social, ao afunilamento das tensões nos pensamentos e matizes que integram a autoria, como é o caso do que circunscreve o Feminismo Negro e suas intersecções. Busca-se, ainda, conceituar essa produção literária contemporânea do ponto de vista do conteúdo e da forma, ao passo que temos como discussão paralela a negro-brasileira circunscrita no *ser* e *estar* negro, o que demanda um encadeamento entre o literário, o vivencial e o imaginário, considerando as especificidades do leitor infantil.

3.1 O Giro Decolonial e os Movimentos Sociais

A analítica do confronto entre os discursos do colonizador, suas formas contemporâneas de estar e a voz dos subalternos coloca em cena dois cenários: o primeiro, sobre o significado e a importância da colonização, e o segundo, da descolonização e decolonialidade, assim como os caminhos para realizá-la. Nesse sentido, quando Aníbal Quijano (2005) e Maldonado-Torres (2019) mencionam a existência e a necessidade de um coletivo que renuncia à modernidade/colonialidade, discorrem sobre a busca por uma outra ordem mundial, onde as diversas realidades podem se relacionar, acepção que antecipa a bandeira dos movimentos sociais que materializam a decolonialidade como projeto.

Em outra dimensão, pensando as instâncias que cada um/a ocupa no espaço individual e coletivo, o corpo, segundo a discussão de Foucault, em *O corpo utópico, as heterotopias* (2013), se indissocia do *ser* e *estar*, uma vez que não podemos nos deslocar sem ele. “[...] Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 07). Partindo dessa leitura, o corpo importa para mais ou

para menos, conforme Butler (2002). É em torno dele que as políticas do cotidiano se circunscrevem, que se realizam, em diálogo com a necropolítica que trabalha arduamente sobre os corpos negros, segundo Mbembe (2018), colocando em prática a colonialidade/modernidade. Nessa direção, o corpo, antes de ser matéria, é subjetividade, discurso, estereótipo, estigma e interpretado seguindo as lentes do colonizador que detém o poder. Acerca dessa e de outras duas dimensões do que constitui uma visão de mundo - ser e saber -, Maldonado-Torres (2019, p. 44) enfatiza que: “[...] A colonialidade do poder, ser e saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado”.

Dessa forma, retomando as discussões de Quijano (2000) sobre a colonialidade do poder como resultado da classificação social da população a partir da noção de raça, em diálogo com as acepções de Maldonado-Torres (2019), iniciou-se um giro epistemológico resultante das experiências, dos movimentos sociais e acadêmicos realizados na África, Ásia, América Latina e Caribe⁶³, para além dos espaços geográficos e subjetivos que as denominam enquanto regiões subalternas do mundo eurocêntrico, ou seja, o Sul Global (SANTOS; MENESES, 2010), trazendo à tona questões históricas e os lugares pelos quais cada um foi e continua sendo interpretado e interpelado em pleno século XXI, o que causa uma discrepância quando se considera os abismos entre brancos e negros, homens e mulheres, mulheres brancas e mulheres negras, pessoas héteros e não-héteros, etc., binomias essas que corporificam as discussões dos estudos subalternos que objetivam um mundo mais junto a todos(as/xs).

Embora muitos países do Sul Global, definidos pela Europa como subalternos, tenham conquistado independência política e estejam em descolonização, a colonialidade/modernidade mantém-se presente e pela qual se busca compreender como se dão e o porquê da perpetuação das formas contemporâneas de exploração, acrescentando, em vias práticas, alguns exemplos, como o genocídio da população negra e da LGBTQI+, bem como o feminicídio de mulheres, como modos pelos quais o corpo paga o preço com a própria vida. Tal ocorrência tenta ser anulada/apagada/diminuída pela máquina colonial quando amplifica em seus discursos de/em massa sobre a inexistência de racismo, de que

⁶³ Segundo Glissant (2005, p. 15), “O Caribe foi o lugar do primeiro desembarque dos escravos vítimas do tráfico, dos africanos que vivenciaram o tráfico - e que depois eram orientados para a América do Norte, para o Brasil, ou para as ilhas da região [...]”.

não há diferenças entre gênero, de vitimizar os homofóbicos etc., inclusive pela ratificação discursiva e pelo fortalecimento através do aparelhamento do Estado, o que Césaire (2000, p. 29) se referiu como decadência genocida e homicida.

No que diz respeito aos problemas do passado que se repetem no futuro e sobre o poder que o Estado exerce na manutenção da colonialidade, retomamos a discussão de González (1979b, p. 03)⁶⁴, sobre a idealização e, contemporaneamente, a ratificação do mito da democracia racial no Brasil iniciado na década de 1930, graças à política da miscigenação. Para essa discussão, retomando Foucault (2013, p. 08), entendemos que “[...] há também uma utopia que é feita para apagar os corpos. Essa utopia é o país dos mortos, são as grandes cidades utópicas [...]”, ou seja, é através do discurso, do tempo, dos espaços e de outras coordenadas básicas da subjetividade que o poder se utiliza para apagar as existências subalternas ou colocá-las na posição de dóceis ou de gratidão e servidão.

O giro decolonial proposto nesta discussão se dá pela necessidade de se ouvir e conhecer o que as zonas periféricas, os não-lugares, têm para falar sobre a experiência colonial/moderna, uma vez que esses discursos e práticas não fizeram parte das epistemologias eurocêntricas, com raras exceções, o que inclui grande parte da produção intelectual dessas regiões que não a consideram como *modus operandi* de opressão. Dessa forma, antes da necessidade de se ouvir, é preciso atitude, ou seja, “[...] levando à formação de uma atitude decolonial. O condenado, como entidade que é criada no cruzamento da colonialidade do saber, poder e ser, tem o potencial de se distanciar dos imperativos e normas que são impostos sobre ele e que buscam mantê-lo separado de si [...]” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 44).

Dois palavras-chave norteiam essa discussão: a primeira está no nível da atitude que se espera do colonizado como questionador e potencial agente; a segunda, da decolonialidade como um projeto coletivo, ambas circunscrevem as dimensões da subjetividade e da objetividade. Nessas duas faces que se entrecruzam, os movimentos sociais, através das lutas coletivas, buscam construir um mundo mais justo e plural no avanço da descolonização e nas conquistas da decolonialidade, como se percebe na essência dos Movimentos Negro, Feminismo, Feminismo Negro, LGBTQI+, Movimento Agrário, Indígena etc., na base dos eixos fundamentais da colonialidade no mundo

⁶⁴ GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: *Spring Symposium the Political Economy of the Black World, Center for Afro-American Studies*. Los Angeles: UCLA, 10/12 maio 1979b.

moderno: saber, poder e ser. Nessa direção, considera-se importante destacar a decolonialidade como a possibilidade de existências de muitas identidades e povos, em que a história não precisa ser contada apenas por um grupo, mas que cada grupo conte a sua história a partir de sua dinâmica, de sua língua, de suas estratégias e performances, para que deixem de ser estrangeiros em seu próprio país, no encaminhamento de uma perspectiva que se dá no âmbito de uma totalidade social (KILOMBA, 2019).

Os Movimentos Sociais são de extrema importância na descolonização e decolonialidade, pois, se seguirmos a etimologia da palavra movimento segundo os dicionários de língua portuguesa, significá-la-emos como o que se move, é movido ou se deixa mover, não permitindo, portanto, parar; segue uma direção que possui o mesmo objetivo. Nesse bojo, parece redutor considerar nesta discussão o significado dicionarizado do termo. Entretanto, a acepção dos Movimentos Sociais no Brasil parte dessa significação prática em diálogo com o que Santiago (2000, p. 16) discorreu como a

[...] destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz [...].

Por meio dessa lógica de desobediência à matriz colonizadora, tanto os Movimentos Sociais quanto os grupos compostos por intelectuais, artistas e ativistas decoloniais rompem com a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Assim, buscam, através de suas inscrições, validar suas experiências e leituras de mundo a partir dos lugares que ocupam às margens, não desejando chegar ao centro, mas fazer com que as margens sejam positivadas e valorizadas em suas próprias dinâmicas constitutivas, descontinuando o movimento de enaltecimento da matriz colonizadora, pois, segundo o entendimento de Santiago (2000, p. 14), “a América transforma-se em cópia, simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontraria na cópia do modelo original, mas em sua origem, apagada completamente pelos colonizadores [...]”

Seguindo o que discorre Santiago (2000) e considerando a acepção de coletividade política composta por agentes questionadores, cabe destacar o lugar de um corpo político, ativo e em zona de fronteira, nesta discussão, a partir do coletivo de mulheres negras. Maldonado-Torres (2019, p. 47) entende esse corpo como algo aberto, “[...] como uma

zona de contato, como uma ponte e zona de fronteira que, segundo Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa, aproximam um amplo número de mulheres negras que avançam em várias formas do que poderiam ser considerados feminismos decoloniais. [...]” Assim, as perspectivas que surgem dos diálogos entre as zonas de fronteira, que aproximam o coletivo e a criação de um corpo-política do conhecimento decolonial, ratificam a emergência de reivindicação e ocupação dos lugares de enunciação e escuta, que geram novas formas de pensar e projetar novas ações. Os movimentos sociais, nesse limiar, precisam ser analisados seguindo critérios, tais como questões temporais, conjunturais, políticas, conceituais e teóricas, além de passarem por uma série de questionamentos que se afirmam na discussão de Reghim (2014, p. 06):

A criação de modelos interpretativos permite o diálogo entre autoras/es atemporais que refletiram sobre uma mesma questão. Neste caso: o que leva as pessoas a agirem conjuntamente? Pelo que essas pessoas agem? Quais seus motivos e razões? Qual a importância desses movimentos para as/os demais cidadãos/os? E, aquela que talvez cause mais burburinhos: será toda ação coletiva um movimento social? O que define um movimento social? Sua estrutura? Suas/seus militantes? Sua ideologia?

As mudanças de perspectivas, análises e críticas advindas das epistemologias decoloniais e alinhadas às perspectivas dos movimentos sociais contemporâneos, segundo o percurso de surgimento de outras categorias teóricas, analíticas, narrativas e de autorias excêntricas, possibilita-nos pensar nas discussões que Glissant (2005, p. 37) desenvolveu acerca das relações que se estabelecem uns com os outros, através das identidades, na criação do rizoma, em que cada raiz entra em contato com outras raízes, abdicando da ideia ocidental de que “[...] o absoluto é o absoluto do ser e que o ser não pode ser sem conceber-se como absoluto. [...] o ser é relação, ou seja, o ser não é um absoluto, o ser é relação com o outro, relação com o mundo, relação com o cosmos [...]”.

A partir do que discute Glissant sobre a importância das relações estabelecidas, ou como ele bem enfatiza, de uma poética da relação, focalizando as identidades e seus processos de constituição, os movimentos sociais são organizados a partir da relação entre representação e participação, dentro de uma identidade coletiva nacional, como é o caso do Movimento Negro, por exemplo, em que a representação é coletiva e atua diretamente objetivando a participação, via democracia, junto ao Estado, ou seja, atuando junto ao poder público ou instituições privadas na garantia de direitos e na efetivação desses na prática.

Maldonado-Torres (2019, p. 46) sinaliza esse lugar como um dos encaminhamentos da desobediência, o mesmo exercido pelo ativista do movimento social, acrescentando a emergência da atitude “[...] e com ela a possibilidade de o condenado escrever e se comprometer com a decolonialidade como um projeto [...]”. Dada essa assertiva e posta em diálogo com Scherer-Warren (2006), o autor menciona o comprometimento do corpo-político como zonas de contatos que aproximam pessoas a partir de uma mesma finalidade, o que dialoga com a bandeira dos movimentos sociais na tentativa de ruptura com as opressões e na legitimação de suas pautas.

A perspectiva da descolonização dos saberes, através da insurgência de o colonizado se equiparar a todo um leque de atividades, pensamentos, criatividade etc., como parte das estratégias de reexistências e enfrentamento na descolonização dos poderes, reflete seu lugar enquanto indivíduo ativista, seja pela dinâmica de vida que toma para si, no sentido dos enfrentamentos que projeta, seja pelo que idealiza enquanto escrita, enquanto produção político-acadêmica e literária. A insurgência, nesse contexto, parte da mobilização individual e coletiva, perpassada pela instância das vivências, ou das escrevivências, conforme nos orienta Conceição Evaristo, que também se torna exemplo por ter sido partícipe do Movimento Negro na década de 1960 e 1970, no Brasil.

Nesse contexto histórico, Gonzalez funda a categoria *Amefricanidade*, categoria-chave para pensarmos os movimentos sociais e suas ações como formas de trazer à tona, principalmente na cobrança de políticas públicas por parte do Estado, as agruras que percorrem os substratos do país e acometem suas populações. Desse modo, em 1988, Lélia González a propõe e enfatiza que “para além do seu caráter puramente geográfico, ela designa todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciado em modelos africanos e que remete a toda uma construção de identidade étnica” (GONZALEZ, 1988). Entendemos, portanto, a Amefricanidade como um movimento coletivo de desobediência às narrativas e saberes eurocentrados, pois, no colonialismo/modernidade, a primeira ação executada pelo colonizador sobre o colonizado foi o “apagamento” de suas histórias, uma das questões centrais no projeto de escravização, o que gerou uma agilidade no manuseio das forças, afetando diretamente as identidades e, conseqüentemente, as subjetividades.

A dimensão subjetiva é de suma importância para a constituição e manutenção do eu, que simultaneamente é individual e coletivo. Nesse encaminhamento, segundo Maldonado-Torres (2019, p. 43) “[...] o que quer que um sujeito seja, ele é constituído e

sustentado pela sua localização no tempo e no espaço, sua posição na estrutura de poder e na cultura, e nos modos como se posiciona em relação à produção do saber”. Diante da dimensão espacial e temporal, bem como de suas relações históricas com os lugares ou não-lugares, é importante destacar que os discursos que criticam a Modernidade são os mesmos que pensam as dinâmicas subjetivas e práticas a partir da América Latina, não mais seguindo a perspectiva de movimento da periferia para o centro, mas da periferia para a própria periferia.

A partir de perspectivas geopolíticas e dos modos de funcionamento do poder e suas relações com a produção de conhecimento, retomamos Fanon (1965, 1979, 2008) em suas discussões sobre raça e classe e como essas categorias servem para refletir a política e a produção de conhecimento, centrando-se na exposição de teses que versam sobre a libertação dos condenados e as perspectivas para se compreender os processos de colonização e a colonialidade, assim como os rumos da descolonização e a decolonialidade como proposta de mudanças. Destarte, a lente fanoniana serve aos estudos decoloniais como crítica à colonialidade, agora, idealizada a partir do espaço e do tempo da América Latina, ou seja, a partir das próprias lentes, de marcadores teóricos e de categorias analíticas capazes de traduzir suas especificidades. Relacionando essas assertivas de forma paralela à estrutura dos movimentos sociais e seus objetivos, assim como sobre o lugar e a importância da subjetividade, Gonzalez (1979, p. 21)⁶⁵ discorre que:

[...] é importante ressaltar que emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão [...]. O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral, e da mulher negra em particular, a emoção por razões óbvias, está muito em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente é infantilizado, não tem direito à voz própria, é falado por ele.

O discurso, sob a lente das perspectivas decoloniais, é uma forma de intervir no mundo, uma ação necessária e que deve ser coletiva, pois, seguindo a linha tênue dos estudos pós-coloniais e da decolonialidade, segundo Spivak (2010), interroga-se os

⁶⁵ GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação. *III Encontro da Latin American Studies Association*. Pittsburgh: Pensilvânia - USA, 5/7, abr. 1979.

fundamentos das ciências humanas e da filosofia eurocentradas a partir do contraste com as vivências e produções de saberes dos subalternos. Dessa forma, relacionamos essas questões aos encaminhamentos dos movimentos sociais como formas dinâmicas de refundar os cenários através de narrativas, bem como da luta por direitos civis que garantam a sobrevivência e manutenção das populações vulneráveis e de pouca representatividade política, na contramão do mundo colonial/moderno a partir da congruência de explicar todos e tudo pelo referencial europeu, perspectiva tomada por Said (1990) na ruptura de uma verdade absoluta disseminada durante todos esses séculos.

Destarte, no bojo da (re)construção de redes e da identificação com as causas e o surgimento de outras demandas, há a criação de outros movimentos, como por exemplo, dentro do Movimento Negro, o Movimento Nacional Quilombola; o mesmo acontece com o Movimento LGBTQI+, no surgimento do Movimento Transgênero, bem como do Feminismo Lésbico e Feminismo Negro Brasileiro, como subdivisões do Feminismo Brasileiro. A articulação desses movimentos supracitados se dá no âmbito nacional e transnacional, a partir das vivências no âmbito privado e público, tanto como prática individual quanto social e político-acadêmica.

A descolonização a partir dos movimentos sociais atua diretamente no enfretamento das contradições na organização do Estado, principalmente na preservação da vida, no que diz respeito ao acesso aos direitos básicos e pela garantia do respeito às individualidades, o que fortaleceria a equidade, conforme previsto na legislação brasileira. Outro fator que se deve atenção é para o fato de as particularidades dos grupos minoritários serem analisadas e julgadas por uma via universal, geralmente cisheteropatriarcal branca e elitista, ou seja, traçada pelo perfil ocidentocêntrico. Nesse bojo, acrescentamos um movimento contrário à equidade, encabeçado principalmente por parlamentares que integram várias frentes conservadoras, como é o caso da indústria da fé e seu lastro fascista, através de bancadas evangélicas que ratificam as discriminações e fortalecem a extrema direita no país com seus discursos sexistas, misóginos e homofóbicos, por detrás de um discurso religioso e em nome de uma fé cristã.

Santos e Meneses, na Introdução de *Epistemologias do Sul* (2009, p. 9), no que diz respeito à relação entre ações coletivas e a produção de conhecimentos e/ou epistemologias, afirmam que:

[...] Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. As diferenças podem ser mínimas e, mesmo se grandes, podem não ser objeto de discussão, mas, em qualquer caso, estão muitas vezes na origem das tensões ou contradições presentes nas experiências sociais sobretudo quando, como é normalmente o caso, estas são constituídas por diferentes tipos de relações. No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais (intra-culturais ou inter-culturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder) [...].

Para os autores, a produção de conhecimentos e as epistemologias estão relacionadas à existência de indivíduos que questionam as contradições existentes no mundo. Dessa forma, é através do discurso em movimento(s), seguindo o que discorre Quijano (2005), que se procederá numa desobediência epistêmica necessária para a descolonização, radicada sob inúmeras dimensões. Mignolo (2008, p. 228), enfatiza sobre a emergência de se ultrapassar as compreensões eurocentradas, focalizando na América Latina e no Caribe, destacando que “[...] Creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a co-existência do conceito descolonial não será tomado como ‘deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida [...]”.

Segundo as discussões de Mignolo, a desobediência não parte da anulação do conhecimento produzido e difundido pela Europa, mas de um movimento de desobediência no sentido de buscar e validar outras narrativas, outras histórias não oficiais, bem como outras categorias teóricas e analíticas, partindo das zonas subalternas e se voltando para elas. Assim, seguindo as dimensões propostas por esse autor em diálogo com Quijano (2005), o labirinto que é o colonialismo moderno não foi destruído, tampouco destituído das práticas que se realizam em diversos contextos, mesmo diante de todas as mudanças e ganhos de autonomia por parte das ex-colônias, tanto do ponto de vista da independência política quanto da produção de conhecimento e da idealização de outras epistemologias.

Atinentes às questões problematizadas, Quijano (2005, p. 14) afirma que:

[...] toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica. A desobediência civil pregada por Mahatma Ghandi e Martin Luther King Jr. foram de fato grandes mudanças, porém, a desobediência civil sem desobediência epistêmica permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntricas.

Entendendo os movimentos sociais como formas práticas de desobediência em diálogo com a produção de conhecimento, a desobediência epistêmica é necessária, uma vez que “[...] é indispensável liberar nossa retina histórica da prisão eurocêntrica e reconhecer nossa experiência histórica” (QUIJANO, 2005, p. 16). Destarte, trajetórias como as do indiano Mahatma Ghandi e do norte-americano Martin Luther King Jr., como líderes ativistas de movimentos sociais, são exemplos de uma “desobediência” presa às vias colonizadoras, segundo o que discorre Quijano (2005). Assim, a partir do que norteia o giro decolonial, seguindo a linha de pensamento de Maldonado Torres (2019), Quijano (2005) e Mignolo (2008), sobre a especificidade de as experiências dos colonizados carregarem sentidos e projetos que alimentam as perspectivas epistemológicas, tanto do ponto de vista da produção e disseminação do conhecimento científico quanto das vivências comunitárias desses grupos, é de suma importância pensar as zonas fronteiriças e seus conflitos.

Na direção de que as experiências geram conhecimentos e esses servem de subsídio para outras tomadas de atitudes, corroborando com a discussão de Maldonado-Torres (2019) sobre a necessidade de o colonizado ter atitude para o enfretamento das questões sistêmicas, bem como ser um questionador e potencial agente na descolonização, produzindo conhecimento e ações, a descolonização dos sistemas literários no contexto contemporâneo tem sido uma questão bastante debatida no meio acadêmico e político, principalmente nas últimas décadas (CUTI, 2010; DUARTE, 2014; DALCASTAGNÈ, 2015; SANTOS, 2018; MIRANDA, 2019; FIGUEIREDO, 2020), em virtude do movimento de pesquisadores, muitos negros e não-heterossexuais, que refundam o cânone com um trabalho de investigação e resgate das produções negro-brasileiras, viabilizando o resgate de muitos nomes, em diversos campos de saberes, suas respectivas contribuições em suas épocas e para as atuais, como é o caso de Esperança Garcia e de Antonieta de Barros.

Com base nessas questões, tanto as perspectivas decoloniais quanto seus esforços para refundar as relações de poder nas zonas subalternas, a partir do confronto das diversas vozes que contemporaneamente ocupam o cenário político-acadêmico, mencionam a importância de um movimento contra-hegemônico, excêntrico, um contradiscurso histórico, literário, político, social, cultural, artístico etc., seguindo o que discute Mignolo (2008, p. 296), de a decolonialidade alimentar o pensamento de que é possível “[...] imaginar um mundo no qual muitos mundos podem co-existir”. A partir dessa dimensão

atrelada à proposta decolonial, na ruptura com o mundo Ocidentocêntrico, o giro proposto considera os pensamentos fronteiriços e elaborados dentro dos grupos minoritários na reivindicação direta de suas existências a partir de diversos meios, desde os manifestos escritos veiculados nas redes sociais à mobilização nas ruas, citando ainda o resgate de contranarrativas que foram silenciadas pela máquina hegemônica, excluídas do cânone literário cujas justificativas se davam sempre através dos marcadores raça, gênero e classe.

No tocante às influências, mencionamos que essa dimensão dialoga diretamente com as disputas político-epistêmicas, pois se coaduna com a proposta de imprimir na agenda decolonial as influências da diáspora negra sobre as experiências constituídas e reproduzidas pelas estruturas de poder do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial europeu, segundo o que discute Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 15).⁶⁶ Para esses autores, um diferencial no período pós-colonial recai “[...] sobre a capacidade de os agentes fazerem uma releitura da colonização, bem como o tempo presente a partir de uma escrita descentrada, da diáspora [...]”.

A fabricação de narrativas e a desconstrução de outras, que fugiram dos padrões, fortaleceram a mercantilização dos corpos e os valores atrelados a cada um. Pela necessidade de um giro em torno de mudanças que alterem o fortalecimento do capitalismo ocidentocêntrico, recorreremos à afrocentricidade que “[...] reorienta as investigações sobre as relações raciais dando aos negros uma posição central na análise. Esse novo centramento não essencializa identidades, tampouco romantiza os elementos constitutivos dos valores africanos; estão todos sujeitos a debate, não há sistemas fechados [...]”. (PIRES, 2019, p. 293). Assim, é importante considerar as discussões nas perspectivas excêntricas, ou seja, fora do que foi constituído como único e irrefutável saber, numa via que excluiu todos os outros mundos e vias. Mignolo (2008, p. 304) acrescenta que colocando essas discussões no centro das epistemologias territoriais e geopolíticas, o sentido do giro acontece, pois “[...] descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade [...]”. (MIGNOLO, 2008, p. 304).

Lélia Gonzalez, encabeçando várias pautas e antevendo os giros decoloniais que ganhariam maior notoriedade e adeptos no final da década de 1990, desde a década de

⁶⁶ BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

1970/1980 publicou textos acadêmicos que problematizaram as relações que se davam no âmbito prático e subjetivo, especificamente sobre a mulher negra via epistemologia interseccional, pois a demarcação tanto como sujeita de fala quanto de sujeita étnica, segundo a autora, é resultado de uma longa caminhada de um coletivo de mulheres que começava a se dispersar na divulgação e problematização das diferenças que negativaram por tanto tempo o lugar e as representações de mulheres negras, fosse pela identidade étnico-racial, fosse pela marcação de gênero, o que acarretou em suas exclusões nas mais diversas instâncias, usualmente, dominadas por homens brancos. Para Duarte (2014, p. 13), essa fala/discurso busca marcar a posição “[...] ao mesmo tempo em que dialoga com as demandas sociais e políticas do Movimento Negro e seus diversos matizes”. No intento de ilustrar mais as relações entre os movimentos sociais e o giro proposto enquanto movimento de libertação da América Latina e do Caribe, Quijano (2005, p. 138) mostra-nos alguns dos desdobramentos:

[...] Toda democratização possível da sociedade na América Latina deve ocorrer na maioria destes países, ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico como uma descolonização e como uma redistribuição do poder. Em outras palavras, como uma redistribuição radical do poder. Isto se deve, primeiro, a que as “classes sociais”, na América Latina, têm “cor”, qualquer “cor” que se possa encontrar em qualquer país, em qualquer momento. Isso quer dizer, definitivamente, que a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado-nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política.

Condensando as discussões tecidas, Quijano (2005) menciona a dominação como requisito da exploração a partir do marcador racial, ou seja, o colonialismo se utilizou de tal especificidade para seu domínio dentro de um projeto capitalista maior. Nesse fluxo, quando refletimos sobre a pirâmide social, sobre a ocupação dos cargos e vagas nas universidades públicas, por exemplo, percebemos com maior nitidez como o projeto do colonizador deu e continua dando certo, embora a descolonização e a decolonialidade sejam realidades para uma pequena parcela da população. Para romper com essa lógica, é necessário democratizar, dar lugar de fala e possibilitar que todos coexistam, garantindo-lhes a tão sonhada equidade.

Portanto, relacionando o que se tem travado em termos de discussões teóricas, através dos movimentos sociais ancorados nas epistemologias decoloniais, e os avanços na conquista de direitos políticos e civis, numa necessária revisitação dos “padrões” e “critérios”, há um esforço coletivo encabeçado pelas minorias. Nesta discussão, focalizamos nas mulheres negras, que buscam e protagonizam a escrita de contranarrativas excêntricas, discursos gerados a partir de lugares de fala e de escutas afrodiaspóricas e caribenhos, indígenas, quilombolas, femininos, não-heterossexuais, cujo ponto de partida é a redistribuição do poder, para a liberdade dos que foram destinados aos não-lugares.

3.2 A desobediência epistêmica na literatura infantil

Um dos primeiros movimentos de desobediência epistêmica na literatura infantil brasileira foi a nacionalização, considerando os critérios de originalidade temática, autoria e dimensões pedagógicas atreladas à produção destinada às crianças nas primeiras décadas do século XX (COELHO, 2006, p. 15). Nesse ínterim, a nacionalização foi diminuindo a força do que se vinha fazendo enquanto Tradução e Adaptação, movimento encabeçado por nomes importantes, tais como Carl Jansen e Figueiredo Pimentel, num trabalho com os clássicos europeus e alemães que chegaram ao Brasil com os colonizadores, perpassando por Viriato Correia, que, embora tenha sinalizado o início de uma nacionalização, continuou reproduzindo os mesmos preceitos de seus antecessores cuja produção literária era exclusivamente cívica e moralista, fortalecendo, assim, a ordem, as temáticas e a essência das narrativas de tradição europeia e alemã.

Dado o contexto das primeiras décadas do século XX de incursão num projeto de nacionalização como resultado das décadas que a antecederam, paralelamente ao divisor de águas que foi Monteiro Lobato, unânime na teoria da literatura infantil e juvenil brasileira, acrescentamos a informação de que a própria história desse gênero foi dividida em períodos, a saber: *pré-lobatiano*, *lobatiano* e *pós-lobatiano*, seguindo o panorama traçado por Coelho (2006, p. 09). Assim, relacionando as proposições temporais citadas pela autora, Gregorin Filho (2009, p. 29) acrescenta informações sobre os desdobramentos do gênero nas décadas seguintes a Monteiro Lobato, ratificando o que a historicização da literatura infantil demarca enquanto produção cívica e de cunho moralizante, e o surgimento de uma produção literária projetada e idealizada no Brasil.

Evidentemente, Lobato fora o precursor de uma nova literatura destinada às crianças no Brasil, uma literatura que ainda passaria por inúmeras transformações, por uma ditadura militar e por grandes mudanças na tecnologia e na sociedade. Essas mudanças foram, de maneira histórica e dialógica, trazendo para a literatura infantil a diversidade de valores do mundo contemporâneo, o questionamento do papel do homem diante de um universo que se transforma a cada dia e, além disso, trouxeram também as vozes de diferentes contextos sociais e culturais presentes na formação do povo brasileiro, sua diversidade e dificuldade de sobrevivência e, o mais importante, trouxeram as vozes e sentimentos da criança para as páginas dos livros, para as ilustrações e para as diferentes linguagens que se fazem presentes na produção artística para crianças.

Para esse autor, não há como negar o pioneirismo de Lobato. Entretanto, menciona a evolução que o gênero percorreu nas décadas seguintes à sua produção, sinalizando as transformações culturais e os episódios políticos, como a ditadura, por exemplo, que alterou substancialmente o cotidiano e o modo de pensar da população, inserindo outras temáticas que a colocam no centro enquanto resultado da relação entre literatura e sociedade, ambas como reflexos, subsidiando aos leitores novas narrativas que se relacionam com os fatos históricos, tal como se percebe no romance histórico, por exemplo. Gregorin Filho discorre ainda sobre a especificidade da diversidade de vozes que passaram a ocupar as narrativas e, conseqüentemente, seus protagonismos e autoria, oriundas das zonas de resistências pertencentes a um Brasil Negro, bem como da própria formação do povo, entre contextos sociais e culturais impregnados de escrituras como *modus operandi* das favelas, dos quilombos e das zonas periféricas que territorializam as margens da cidade.

Contemporaneamente, essa produção literária/artística transforma os problemas cotidianos em tema e as diversas formas de lidar com eles como uma possibilidade a mais para se avançar e superá-los, diminuindo seus impactos nas vias práticas a partir de um processo delicado e por vezes lento de aceitação das identidades, seja ela a étnico-racial, de gênero, de sexualidade, seja de classe, de configuração familiar etc., por exemplo. Assim, a literatura infantil e seu caráter pedagógico, pensando na faixa etária dos leitores e no caráter de humanização que carrega, desloca-se a partir da dimensão de seus universos e no que pode ser trabalhado a partir do contato com o texto literário, corroborando, assim, para o fortalecimento das identidades e para o bem-estar individual e coletivo.

Os grupos minoritários de representação política, tanto no âmbito histórico quanto no literário, tiveram suas marcas apagadas e/ou estereotipadas pela colonialidade/modernidade do *poder*, do *saber* e do *ser*, conforme discute Maldonado-

Torres (2009), Quijano (2005), entre outros, o que reforçou por tantos séculos a supremacia racial, de classe, de gênero e de sexualidade através de uma matriz de privilégio que ainda hoje vigora por detrás de mecanismos que sustentam as opressões. Assim, é notório, segundo esse processo de historicização da literatura infantil e o quanto ela tem se alterado para comportar as alterações de padrões, o (re)fundamento de parâmetros e a diversidade enquanto tema, sentidos e tramas (NOVAES, 1990, 1991, 2006).

Para Gregorin Filho (2009, p. 31), no que diz respeito aos dois marcos na literatura para crianças no Brasil: o primeiro, anterior a Monteiro Lobato, no qual se cravou uma produção literária de obediência absoluta à hierarquia, reproduzindo os padrões eurocêntricos, e a segunda, pós-lobatiana, a partir de um diálogo com Coelho (2006), se abre a partir das fendas da história na contra-mão do que era distribuído no Brasil em termos produção literária destinada à infância. Nesse tensionamento e produzindo a Literatura Infantil de Negro-brasileira, denominada por Cuti (2010), temos Joel Rufino dos Santos (1941-2015) com uma vasta publicação na qual podemos selecionar a título de exemplos: *Dudu Calunga* (1986), *Uma estranha aventura em Talalai* (1998), *O presente de Ossanha* (2000), *O Saci e o Curupira* (2000), *Gosto de África: história de lá e daqui* (2005)

Outro precursor é Rogério de Andrade que nas mais de três décadas tem se dedicado à temática, tendo publicado sua primeira obra no ano de 1987, *Bichos da África 1*, seguida de *Bichos da África 2: A moça e a serpente / A vingança de Eraga / O cassolo as abelhas* (1987), *Bichos da África 3 – Por que os cães cheiram uns aos outros? / O julgamento da tartaruga* (1987), *Bichos da África 4 – O jabuti e o chacal / A águia e o gavião / o cão e o gato* (1987), *O filho do vento* (2001), *Histórias africanas para contar e recontar* (2001), *Contos africanos para crianças brasileiras* (2004), *Como as histórias se espalharam pelo mundo* (2004), *Contos Africanos para crianças brasileiras* (2004), *Três contos africanos de adivinhação* (2009), *Histórias que nos contaram em Angola* (2009), *O guardião da folia* (2007), *Madiba, o menino africano* (2011), *Kakopi, Kakopi: brincando e jogando com as crianças de vinte países africanos* (2019). Esse recorte de obras, a partir de uma seleção específica com base nos dados apresentados pelo próprio autor⁶⁷,

⁶⁷ Cf. <https://www.rogerioandradebarbosa.com.br/projects-3>. Acessado em: 02 abril de 2022.

demonstra como ele empreendeu um projeto literário e como essa produção possibilitou com que crianças conhecessem o universo africano, negro-brasileiro e afrodiaspórico.

É com a personagem Sebastiana em *A cor da ternura*, publicada em 1989, que Geni Guimarães (1947) se lança na cena literária infantil, apresentando uma consciência racial de grande importância para crianças negras que não se veem representadas. Essa obra ganhou o *Prêmio Jabuti* e o *Adolfo Aizen* e se tornou mais um clássico na luta antirracista através da literatura infantil negro-brasileira. Cabe mencionar que a autora na década de 1990 publicou mais três livros destinados a esse público: *A dona das folhas* (1995), *O rádio de Gabriel* (1995), *Aquilo que a mãe não quer* (1998), e depois de mais duas décadas sem produzir, publica *O pênalti* (2019), romance no qual retrata uma família negra que busca todas as formas para manterem-se vinculados afetivamente, o que possibilita com que esse núcleo familiar, que ainda é muito recente na cultura brasileira, se torne conhecida e significada pelos leitores.

Júlio Emílio Braz (1959) que iniciou com a publicação de centenas de livros de bolso e assinando com 39 pseudônimos diferentes (DEBUS, 2017, p. 69), publica obras que são imprescindíveis num mapeamento de literatura infantil, pois desde sua primeira obra *Felicidade não tem cor*, publicada em 1994 até *Sikulume e outros contos africanos*, em 2005, o autor negro se debruça sobre produções infantis que trazem para o centro das representações a criança negra, por exemplo, em *Pretinha, eu?* (1997) e *O grande dilema de um pequeno Jesus* (2002), precedido de *Lendas Negras* (2001), *Na cor da pele* (2000) e *Lendas da África* (2005).

As reações decoloniais que autores negros e negras cravaram na literatura infantil e juvenil a partir de seus projetos literários que, além das temáticas, dos enredos, das representações positivadas e dos protagonismos negros, também assumiram uma autoria na contra-corrente do que se vinha se consolidando como literatura infantil e juvenil brasileira, pois esse é o

[...] momento em que a literatura para crianças e jovens mostra uma individualidade consciente, obediência consciente, mundo com antigas hierarquias em desagregação, moral flexível, luta contra os preconceitos, linguagem literária que busca a invenção e o aspecto lúdico da linguagem, ou seja, uma literatura que mostra um mundo em construção para criança que passa a ser vista como um ser em formação. (GREGORIN FILHO, 2009, p. 31-32).

Evidentemente, as concepções trazidas por Gregorin Filho, em diálogo com o giro decolonial em que a literatura infantil vai se delineando, alimentam as perspectivas de que essa produção literária tem seguido as tendências dos movimentos sociais e de suas pautas identitárias, pois, contemporaneamente, notamos de forma cada vez mais acentuada o surgimento de uma produção literária empreendida no combate contra todas as formas de dominação e estigmatização, principalmente no tocante ao respeito à diversidade e no rompimento com os preconceitos disseminados e naturalizados pela lógica colonizadora. Assim, há de se destacar que nessa produção literária se percebe ainda uma política identitária fortemente demarcada como resultado das ações coletivas oriundas dos movimentos sociais, especificamente do Movimento Negro, e da abertura do mercado editorial, bem como do surgimento de editoras de pequeno porte, interessadas nas temáticas cujas autorias e até a idealização pertencem aos grupos minoritários, o que fortalece a publicação de novas autorias e as comunidades que diretamente são beneficiadas, tanto do ponto de vista da disseminação das obras quanto da força de trabalho envolvida.

Paralelamente ao trabalho com a palavra, é importante mencionar a importância da ilustração, que tem sido cada vez mais responsável por aguçar, em diálogo com o texto, a imaginação dos leitores. Assim, o lugar da ilustração/imagem na literatura infantil reporta ao desenvolvimento de competências cognitivo-linguísticas, da abertura dos horizontes imaginários, das percepções, de uma identidade crítica e reflexiva, o que pode ser denotado, por exemplo, nas obras: *A menina transparente* (2000), *Lili, a rainha das escolhas* (2002) e *A Dona da festa* (2011), ambos da escritora negra Elisa Lucinda (1958). O ator e escritor Lázaro Ramos (1978) tem suas obras centradas na mesma perspectiva de ilustração: *Edith e a Velha Sentada* (2010), *Caderno de rimas do João* (2015), *Caderno sem rimas da Maria* (2018) e *Sinto o que sinto e a incrível história de Asta e Jaser* (2019).

Sobre essa dimensão e suas potencialidades, a imagem ocupa um lugar de destaque no processo de leitura e compreensão do texto infantil, ou seja, em sua fruição, o que podemos observar em Pascolati (2017, p. 248):⁶⁸

⁶⁸ PASCOLATI, S. Ilustração na literatura infantil. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v. 39, n. 3, p. 245-253, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/35642>. Acesso em: 29 jul. 2021. <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v39i3.35642>.

A ilustração é também responsável pela criação e descrição de personagens, [...] mas não apenas porque lhes dá concretude visual, mas porque lhes dá existência a partir de uma dada perspectiva: a infantil. A criação de personagens é um aspecto da narratividade que se mescla à descrição e recebe destaque porque o interesse é apontar como esse processo de criação e descrição é feito pela imagem, exclusiva ou prioritariamente, a fim de construir a perspectiva infantil a partir da qual a história se dá a conhecer. Portanto, a ilustração não se limita a dar forma a uma personagem, mas o faz pela perspectiva de crianças, do modo como elas imaginam as personagens.

A partir da discussão da autora sobre a dimensão imagética que o texto literário infantil carrega, compreendemos que as perspectivas de apreensão dos discursos que se materializam tanto no texto verbal quanto no visual apresentam especificidades que devem ser consideradas quando pensamos na composição do texto literário e no que ele pode galgar enquanto literatura empreendida, considerando a relação de dependência que texto e imagem desenvolvem. Nessa direção, ainda segundo a perspectiva de Pascolati (2017), a construção das personagens, do ponto de vista da ilustração, vai dando forma à imaginação da criança e seguindo sua lógica, entre relações diretas ou indiretas com seu contexto sociocultural ou consigo mesma, por exemplo, se considerada a especificidade dos protagonismos afrodescendentes.

A representação visual, através do processo de ilustração, carrega uma significação distinta quando se pensa na produção negro-brasileira, que pode acontecer através do próprio reconhecimento e pertencimento racial, fenotípico e da identidade de gênero, exemplificado no contexto de meninas negras na posição de protagonistas. Assim, quando se tem uma narrativa empreendida no processo de posituação das representações sob novas demandas sociais e editoriais, a possibilidade de a criança ampliar suas perspectivas infantis, através da ilustração, se amplifica, segundo Pascolati (2017, p. 249), pois há construção de sentidos quando palavra e imagem constituem um todo em diálogo.

No que diz respeito à relação entre confecção, circulação, consumo e a especificidade da ilustração, Debus (2017, p. 28) discorre que na literatura infantil

[...] as características se sobressaem de imediato no aspecto da materialidade do livro: tamanho e formato; paratextos que constituem a capa, as guardas e a contracapa; tipo e tamanho da letra; tipo, qualidade e textura do papel; diálogo entre mancha textual e ilustração, entre outros.

O livro infantil, para a autora, apresenta especificidades importantes que são consideradas no momento da interação, quando a criança passa a ter contato com ele,

estratégias essas que são fortalecidas por parte da técnica de produção, do ponto de vista da criação assim como da produção. Ainda no tocante à ilustração, considerando a produção de temática africana e negro-brasileira, Debus (2018, p. 28) acrescenta que “[...] a ilustração tem papel intrínseco nas publicações e é lida também como narrativa, fato que ganha proporções maiores quando se traz para a cena os livros de imagens [...]”. Assim, para a autora, a ilustração fortalece e amplia as possibilidades de leitura da criança, pois imagem e palavras têm o mesmo papel e se completam numa narrativa, o que garante ao leitor um nível superior de compreensão e de sentidos.

Nessa acepção, uma das características da produção literária infantil contemporânea é a marcação autoral negra (marcação racial) e o lugar que a imagem/ilustração ocupa nessa composição, questão que será discutida com maior aprofundamento no tópico de análise das obras que integram o *corpus* de investigação, por ser uma possibilidade de significação a mais no processo de (re)construção das subjetividades, das representações e na positivação, seja pela estética (o cabelo, por exemplo), seja pela própria construção histórico-cultural. Debus (2017, p. 29) ratifica nossa assertiva ao acrescentar que a “[...] ilustração é linguagem e como linguagem criativa propicia ao leitor fruição estética e experimentação [...]”. Paralelamente à importância da ilustração/imagem na literatura infantil, um movimento contemporâneo de visibilidade autoral e temática, que é uma desobediência epistêmica, tem sido destaque nos dossiês de revistas que levam como palavra-chave a insubmissão de mulheres negras no empreendimento da literatura negro-brasileira, entre tema, autoria e contexto, resultado dos movimentos sociais encabeçados por essas sujeitas de suas próprias histórias e narrativas, tais como o Feminismo Negro, por exemplo.

Mirian Santos (2018) elabora uma discussão sobre a prosa negro-brasileira contemporânea, na qual menciona a importância do resgate da produção literária de mulheres negras e como essa serve de expediente para se analisar diversas faces de um Brasil Negro apagado pelo embranquecimento, e quando não embranquecido, silenciado a partir de suas dinâmicas, invalidado em sua lógica de existência. Assim, é importante mencionar quais temáticas, protagonismos e como essas podem representar ou servir de mecanismo para se refletir o passado a partir do olhar e da escrita subalterna produzida ontem e hoje, enquanto produção contemporânea de maior vazão. A literatura infantil decolonial, pensando a negro-brasileira e na instância discursiva da mulher negra, pode empreender a afirmação das identidades a partir da infância ser um dos períodos em que

mais se desenvolve o aprendizado, comportando todas as vivências e experiências, o que subsidia, em consequência, o trabalho com a formação desde as percepções do mundo e das coisas às relações entre as pessoas, retomando o movimento contemporâneo de reescrita da história, do resgate e da afirmação das identidades negras, femininas e não-heterossexuais.

Assim, enquanto instância artística e política, a literatura, quando se inclina para abordar tais temáticas, subsidia aos seus leitores uma mudança de perspectiva e sua leitura nos atravessa como uma experiência intensa, profunda e sensível, além de servir de matéria-prima para se discutir questões tão emergentes como o racismo, o sexismo e a homofobia. A título de exemplo, podemos observar essas temáticas nas obras *Quando me descobri negra* (2005), de Bianca Santana (1984), *O garoto da camisa vermelha* (2013), de Otávio Júnior (1983), *Não tem dois iguais* (2006) e *Um é pouco?* (2015), de Carmen Lúcia Campos (1974), *O namorado do papai ronca* (2012), de Plínio Camillo (1960), *O amor não tem cor* (2021), de Josy Asca (1984) entre outras.

Nesse alargamento, essa produção literária engajada refuta as noções binárias masculino-feminino, branco-negro, hétero-não-hétero etc., disponibilizando aos leitores universos plurais que possibilitam um mergulho no caráter social e histórico dessas construções, bem como o reconhecimento dessas narrativas como parte de uma discussão também coletiva, pois interveem subjetivamente nas realidades e na própria formação social, via literatura infantil, o que potencializa a autonomia de seus leitores através do contato com esse acervo substancialmente capaz de alterar as compreensões do mundo e até de si mesmos, segundo o que discute Cademartori (2010).

É importante frisar que o acervo literário infantil que tematiza as relações étnico-raciais, de classe, de gênero, de sexismo e de outras temáticas, tem se ampliando constantemente em virtude das pautas identitárias e do que autores/autoras/autorxs têm cravado em todos os âmbitos, bem como da ampliação do mercado editorial brasileiro a partir de uma pressão coletiva e do que ganham com essa incursão. No campo das produções de temática homoafetiva masculina, embora não seja de autoria negra, consideramos importante destacar que em 1971 foi publicada *O peixe e o pássaro*, de Bartomeu Campos Queirós, considerada a primeira obra infantil no trabalho com essa abordagem, além de outras ilustrativas, por exemplo, *As flores do Mar* (2010), de André Moura, *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco (2010); *A princesa e a costureira* (2015), *A Rainha e os panos mágicos* (2017) e *Joana Princesa* (2019), ambos de Janaína Leslão

(1978), autora lésbica que aborda direitos sexuais e reprodutivos em sua literatura. *Fausto: o dragão que queria ser dragão* (2018), de André Romano (1981), *Meu maninho é uma menina* (2019), de João Paulo Hergesel (1992) e *Minhas duas avós* (2017), de Ana Teixeira (1957).

A partir dessas obras, compreendemos que as mudanças, sob o ponto de vista dos Estudos Culturais e contemporaneamente dos Decoloniais, mostram como os subalternos/oprimidos se utilizam de mecanismos específicos, tais como o próprio discurso e suas representações através da literatura, da arte, da música, com o hip-hop, por exemplo, etc., para criarem um movimento que não segue a lógica do que é tido como norma e/ou padrão, rompendo com o viés hegemônico que norteia a produção dessas áreas, ou seja, seus cânones e matrizes. Cabe destacar, ainda, a título de exemplo, o rapper paulista Emicida (1985), que atua tanto na música quanto na literatura, pois iniciou sua trajetória na literatura infantil com *Amoras* (2018) e *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas* (2020), mas constantemente lança músicas, álbuns e documentários que versam sobre a experiência negra, ou seja, o devir do *ser* e *estar* negro na sociedade. Podemos visualizar esse estado de consciência no EP *AmarElo* (2019), especificamente na música *Quem tem um amigo (Tem tudo)*. Paralelamente, temos outros nomes e obras que seguem essa linha, a saber: *O pequeno príncipe preto* (2020), de Rodrigo França (1978) e *Meu pai vai me buscar na escola* (2021), do cartunista e ilustrador Junião (1983).

No que compete à especificidade autoral das mulheres negras que se inserem na literatura infantil e começam a empreender um projeto literário, não consolidado, envolvido na educação para as relações étnico-raciais, bem como para o fortalecimento da produção literária negro-brasileira, na inserção de protagonismos negros, essas objetivam, em diálogo com a lei 10.639/2003, que suas narrativas colaborem para a conscientização da pluralidade nacional, para a revisitação/revisão e reescrita da história e para o resgate de personalidades afrodescendentes que foram de suma importância para o que se tem vivido contemporaneamente enquanto aquisição de direitos civis por parte da população negra e suas produções em todas as instâncias, não se restringindo à cena literária, em ascensão.

A busca por visibilidade e protagonismo negro e feminino na literatura brasileira contemporânea, especificamente enquanto literatura que refunda a estrutura canônica perpetuada desde a sua consolidação, tem sido tema de diversas pesquisas finalizadas e em desenvolvimento, tais como as encabeçadas por Miranda (2019) e Santos (2018), nas quais demonstram como a produção é vasta e plural. Entretanto, Figueiredo (2020, p. 89) chama-

nos a atenção para o fato de que “[...] Na sociedade patriarcal brasileira, a produção literária de mulheres ainda é vista com reticência conquanto elas estejam cada vez mais produtivas, reivindicando sua posição na cena pública”.

A literatura infantil contrastada com a autoria feminina e a temática negro-brasileira, dentro de uma compreensão ampla de polissistemas literários, tem ganhado cada vez mais lugar nas editoras e livrarias do país dado o movimento travado por pesquisadores, críticos, leitores e professores no tocante à sua divulgação e popularização (DEBUS, 2017). Esse movimento faz parte de um projeto encabeçado por várias frentes, por muitas mulheres em diversos segmentos da sociedade, mas seu caráter de pouca repercussão social não pode deixar de ser mencionado, embora se tenha avançado nesse quesito nas últimas décadas. Nessa direção, a pesquisadora Fernanda Felisberto, em sua tese intitulada *Escrevivências na Diáspora: escritoras negras, produção editorial e suas escolhas afetivas, uma leitura de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maya Angelou e Zora Neale Hurston* (2011, p. 122-123), discorre que:

Quando refletimos sobre mulheres negras e espaço literário no Brasil, o que emerge são os objetos de análise, tais como Bertoleza, Tia Anastácia, Rita Baiana, as várias mulheres de Jorge Amado, entre outras, todas tratadas como objetos, nenhum sujeito, e quando insistimos em querer provar que existem sim outras vozes do outro lado do papel na condição de escritoras e que não são personagens, encontramos com boa vontade Carolina Maria de Jesus, muito mais pela ousadia do conteúdo, e sua precária condição social, que propriamente pelo reconhecimento da insurgência de uma autora. Mais timidamente temos ainda Maria Firmina dos Reis e atualmente Ana Maria Gonçalves e seu romance *Um defeito de Cor*, muitas vezes descolado, solto da figura da escritora negra; paradoxalmente temos Conceição Evaristo, uma unanimidade entre as(os) pesquisadoras(es) da área de relações raciais, mas ainda edificando seu lugar dentro dos espaços de tradições intelectuais brasileiras. Esta presença opaca, tímida das escritoras negras, não é diferente dos impasses enfrentados nos outros âmbitos da vida pública e privada [...].

A crítica tecida por Fernanda Felisberto (2011) é o retrato de uma década atrás, mesmo que alguns avanços tenham acontecido. A tese proposta se torna atual no que diz respeito aos nomes que representam esse campo, conforme mencionada pela autora: Maria Firmina dos Reis, especificamente com *Úrsula*; Carolina Maria de Jesus com *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, *Diário de Bitita* e *Casa de Alvenaria*; Ana Maria Gonçalves com seu best-seller *Um defeito de cor*; Conceição Evaristo com *Olhos D'água*, *Ponciá Vicêncio*, *Becos da Memória* etc.; à título de ilustração, essas obras representam o que se tem lido de produção literária de autoria feminina negra, do passado e do presente.

Tal fato se dá, em nossa análise, pela presença silenciosa dessa produção em virtude das políticas de seleção do mercado editorial e das políticas públicas de visibilidade da produção artística, literária e cultural, o que diretamente não potencializa suas temáticas e sentidos, ocultando o lugar da mulher negra, que além da proposição de narrativas, mantém-se como intelectual consciente e em constante projeção, contemporaneamente, fazendo de sua vida e de sua escrita movimentos de escrevivências e insubmissão.

Na esfera da literatura infantil, essa autoria segue a mesma lógica da literatura destinada aos adultos, uma produção literária que carece de divulgação e trabalho de crítica e análise, mas que ganhou outras dimensões em termos de incentivo através da legislação, como a já citada lei 10.639/2003. Nesse bojo, nas últimas décadas tem se notado cada vez mais a presença de mulheres negras no cenário da literatura infantil desde o trabalho com as temáticas africanas e negro-brasileiras às discussões de gênero através do empoderamento feminino, bem como de um trabalho minucioso na conscientização sobre a pluralidade e a importância do respeito.

A a escrita feminina negra força um movimento nacional, do ponto de vista da própria autoria e de suas circunscrições, bem como das temáticas que contemplam em suas poéticas. Rompem, portanto, estigmas e estereótipos associados às suas identidades pelo colonialismo/modernidade desde o tráfico de seus corpos a partir do século XVI, proposição essa que movimenta o giro decolonial na estruturação de teorias que deem conta de analisar e criticar esses textos para além de suas estruturas, adentrando numa ferida que é muito mais profunda do que se possa imaginar.

Retomando a vinculação fortemente demarcada das narrativas escritas de mulheres negras e de suas experiências individuais e coletivas representadas em suas poéticas, retomando as experiências de outras mulheres, dentre elas, de suas avós, mães, filhas e netas, ao mesmo tempo em que geram temas, fortalecem a identidade de suas produções artísticas, como bem faz Conceição Evaristo no seu movimento literário de escrevivências, em que suas personagens não se curvam e não se silenciam, como percebemos em sua obra *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), que compila treze histórias de mulheres negras que podem ser entendidas como irmãs e que vivem diferentes experiências de vida, via de regra, marcadas pelo racismo, pela discriminação e por outras diversas opressões e negligências.

Eu queria escrever histórias de mulheres, mas não deixando mais minhas parentas sucumbirem à morte. Não as deixaria se degradarem na fome e no desamparo. Passariam por tudo, mas recuperariam a vida. Queria escrever sobre as dores mais profundas dessas mulheres. Queria falar de um sofrimento e de uma carência que não significassem somente a falta do pão, de água ou de teto. Queria escrever sobre mulheres vitoriosas, insubmissas ao destino, apesar de...[...] (EVARISTO, 2014, p. 32).⁶⁹

As experiências e os vieses que Evaristo se utiliza em sua poética, destinada a um público juvenil e adulto, pelas proporções de suas narrativas e pelo que repercutem em seus leitores, servem de contraponto para relacionarmos com as narrativas infantis, como *A menina transparente* (2010), de Elisa Lucinda; *Omo-Oba: Histórias de Princesas* (2009), *O mar que banha a ilha de Goré* (2014), *Omo-Oba: Histórias de Príncipes* (2009) e *O mundo no black power de Tayó* (2013), de Kiusam de Oliveira; *Cabelo Ruim? A História de três meninas aprendendo a se aceitar* (2012), de Neusa Baptista Pinto; *A bisa fala cada coisa* e *Meu Avô Africano* (2016), de Carmen Lúcia Campos, bem como com o *corpus* selecionado nesta tese, nas quais as escritoras negras empreendem um projeto literário antirracista, alimentando o imaginário das crianças com obras literárias oriundas das margens, nas quais ser feliz depende diretamente das condições de sobrevivência de suas personagens, de se estar e permanecer vivo.

Dado esse cenário, empreendem, no bojo das questões emergentes, narrativas que são capazes de alterar a compreensão sobre o mundo real e ficcional e das situações cotidianas, afrocentrando-as, pensando-as a partir de categorias fundamentais como desigualdade e alteridade, por exemplo: *Calu, uma menina cheia de histórias* (2017), de Cássia Vale; *Nuang, caminhos da liberdade* (2017), de Janine Rodrigues; *O mundo no mundo encantando de Akili* (2016), de Verônica Bonfim e *Ashanti: nossa pretinha* (2021), de Taís Espírito Santo.

As desobediências epistêmicas na Literatura Infantil, portanto, iniciam-se pela autoria racializada, encaminhando-se pelas temáticas e dialogam com a intermediação dos adultos, ou seja, professores(as), pedagogos(as), contato esse imprescindível no contexto dessa produção literária, pois as crianças precisam ser estimuladas a estarem em contato com a temática, por não terem, ainda, maturidade e filtros para o que lhes é apresentado, tampouco para selecionar o que vão ler, dada a faixa etária e o estágio de desenvolvimento

⁶⁹ EVARISTO, Conceição. Nos gritos d'Oxum quero entrelaçar minha escrevivência. In: DUARTE, Constância Lima *et al.* (org.). *Arquivos femininos: literatura, valores, sentidos*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p. 25-33.

da consciência, segundo Michèle Petit (2019)⁷⁰ e Yunes (2009). Destarte, a produção de mulheres negras que escrevem, que publicam, que tecem críticas e que analisam obras literárias infantis não se restringe ao âmbito literário; o que se observa, contemporaneamente, é que tais produções transgridem para outros âmbitos e, diretamente, fortalecem as epistemologias decoloniais cunhando teorias, conceitos, criando mapas e trabalhando incansavelmente para a libertação dos que ainda vivem nas margens de um Brasil Negro esquecido, segundo o que nos diz Mirian Alves (2010) e Gonzalez (1979, 1981, 1988, 1996).

Assim, tomando como escopo esses tensionamentos, a autoria feminina negra, contrastada com a descolonização enquanto movimento necessário para a sobrevivência da população negra no Brasil, fornece-nos informações importantes para que reflitamos a decolonialidade como garantia de vida. Essa desobediência, além de um marco epistemológico necessário, é de uma maternagem coletiva de cruzamentos, entre dororidades, sororidades e subjetivações; é de cuidado, é sobre vidas e corpos negros que importam.

3.3 O Pensamento Feminista Negro e suas intersecções

Sento-me aqui, nua ao sol, máquina de escrever sobre as pernas, procurando imaginá-las. Mulher negra, junto a uma escrivaninha no quinto andar de algum prédio em Nova Iorque. Sentada em uma varanda, no sul do Texas, uma chicana abana os mosquitos e o ar quente, tentando reacender as chamas latentes da escrita. Mulher índia, caminhando para a escola ou trabalho, lamentando a falta de tempo para tecer a escrita em sua vida. Asiático- americana, lésbica, mãe solteira, arrastada em todas as direções por crianças, amante ou ex-marido, e a escrita.

Gloria Anzaldúa (1981)

A epígrafe de Gloria Anzaldúa, em artigo intitulado *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro milênio* (2000, p. 229 [1981]), que inicia esse texto, poeticamente, discorre sobre a rotina das mulheres negras num mundo regido pelo

⁷⁰ Em *Ler o mundo: Experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*.

patriarcalismo, cuja manutenção dessa ideologia depende diretamente da depreciação da mulher que se dá nas mais variadas opressões, assim como são diversas as instituições que fortalecem esse apedrejamento em nome dos “bons costumes, da família tradicional e da fé”, tal como ocorrido na colonização das Américas, na aculturação e no extermínio dos povos indígenas/tradicionais que não se contorciam aos pés do colonizador.

A autora chicana clama pela voz, pela necessidade de não se esperar a repetição da performance que definiu como *Outridades*⁷¹, os corpos negros, nos muitos perigos ou conforme ela enfatiza, nos obstáculos que viabilizaram as invisibilidades. Destarte, a necessidade e urgência de se romper com a lógica acadêmica eurocêntrica que tenta analisar as teorias e poéticas subalternas como inferiores, não encontra respaldo nas perspectivas decoloniais que reforça uma das diretrizes crítico-literárias que adotamos - o poetizar das escritoras negras -, que tem, a partir do estatuto da forma, a possibilidade e a abertura de falar e tensionar a vida e todas as suas contradições. Ou seja, o recorte na escrita feminina negra, na perspectiva decolonial, traz em si um estatuto ético. O ético, por assim dizer, está mediado pelas questões de raça, gênero, classe, antirracista, histórico e está materialisticamente constituídas como parte de um todo coletivo gerado e pensado nas fronteiras, nas margens.

Entretanto, antes do mergulho nas intersecções, cabe esclarecer que o percurso teórico a ser trilhado nessa discussão terá como base as teorias feministas produzidas nos Estados Unidos, especificamente por mulheres afro-americanas, como a estadunidense e advogada Kimberlé Williams Crenshaw⁷², que cunhou o termo interseccionalidade no ano de 1989, Glória Anzaldúa, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis, bem como afrolatinoamericanas, especificamente vozes brasileiras como Lélia Gonzalez,

⁷¹*Outridade*, enquanto categoria do outro, dá-se quando o indivíduo não é definido em si mesmo, mas comparado ao outro conforme sua própria ótica. Para Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo: a experiência vivida* (1980), esse outro *mulher* é construído a partir de um olhar masculino, ou seja, um processo de submissão ao homem. Em diálogo com Grada Kilomba e relacionando com nossas discussões, a mulher negra assume um lugar inferior à mulher branca. Para ela, essa mulher negra ocupa o lugar “do outro do outro”, ou seja, ocupa o extremo da falta de reciprocidade. Para Djamila Ribeiro, em *A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher* (2016, p.102), “Por serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade [...]”

⁷²A advogada norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw é uma das representantes dos direitos civis de afro-americanos e uma estudiosa da teoria crítica de raça. Em 1989, publicou o artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”, cunhando a partir desse o termo interseccionalidade como o entrecruzamento entre raça, classe e gênero, pelo qual nos permite enxergar a colisão dessas estruturas de dominação.

Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Eurídice Figueiredo, Carla Akotirene, em diálogo com a argentina Maria Lugones e com a afro-dominicana Ochy Curiel, entre outras(os) teóricas(os) decoloniais que se fizerem necessárias(os) na tecitura de uma perspectiva que objetiva, sobretudo, refletir os impactos das contribuições teóricas e analíticas oriundas do pensamento feminista negro no tocante ao marcador teórico interseccionalidade, tanto pelas perspectivas do movimento epistêmico decolonial quanto dentro do próprio movimento feminista negro.

Ademais, se considerará como *lócus* de análise o Brasil e como *corpus* a produção literária de temática negro-brasileira destinada às crianças, afunilando na especificidade autoral feminina negra, demarcando, assim, os limites da discussão proposta como “pensamento de fronteira”, seguindo a ótica de Mignolo (2017). Assim, ao problematizar as noções historicamente construídas e disseminadas pelo colonizador sobre raça, gênero e classe, quando foram consideradas categorias de diferenças, perceberemos a existência de diversos distanciamentos que aludiram às binomias, no que tange às noções de superioridade e inferioridade.

Nessa acepção, brancos e negros, homens e mulheres, héteros e não-héteros, ricos e pobres, entre limites e distanciamentos, entre opressores e oprimidos, fazem parte de uma disputa desigual na qual a colonialidade do poder, do ser e do saber está a favor da lógica que se apropria de um discurso e de mecanismos práticos para se validar, ou seja, numa analítica colonizadora e sua perpetuação como sinônimo de progresso, daí a necessidade de escovar a história nas suas margens, a fim de revelar todas as suas contradições que são ocultadas e/ou naturalizadas sob o verniz ideológico do *continuum* histórico, ou seja, torna-se necessário ler a história por uma perspectiva dialética, pois, como discorre Figueiredo (2020, p. 35), “[...] Todo projeto colonial universalizante é excludente, exclui todos os povos racializados, reduzindo-os a femininos e sexualizados.”

Silenciamento, trauma e memória, não exatamente nessa ordem, fazem parte do cotidiano das populações afrodescendentes, desde a historicização à contemporaneidade, os atravessamentos refletem as experiências dos oprimidos e das tentativas de subversão à força predominante. Sobre esse contexto, Kilomba (2019) convida-nos a refletir sobre a fala (discurso) e o silenciamento, utilizando a máscara como objeto memorialístico e retomando uma imagem quase que universal nos estudos decoloniais quando se retrata a escravidão, que é o retrato da escrava Anastácia usando uma espécie de colar e uma máscara de ferro. A representação dessa escrava, no campo simbólico e no imaginário

coletivo contemporâneo, é significada como uma personalidade forte e de grande ativismo político, ao mesmo tempo em que é o retrato dos processos de colonização, além de ter sido considerada, no transcorrer dos séculos, uma santa pelos escravizados, inclusive sendo cultuada em diversas cidades brasileiras como objeto de devoção pelos(as) negro-brasileiros(as).⁷³

No universo das teorias decoloniais, a epistemologia feminista negra abarca as experiências e os pensamentos de mulheres negras racializadas advindas do Movimento Negro, conscientes de seus lugares da posição ativista que ocuparam/ocupam, o que reflete ações, posicionamentos e formas simbólicas e factuais de se romper com a pedagogia da dessemelhança⁷⁴, com o racismo e com o sexismo, que a cada dia ganham novas figurações, tornando-se cada vez mais marcadores de opressão. González, em *Por um feminismo Afrolatinoamericano* (2020, p. 31), alerta para os caminhos que diferentes posicionamentos tomam, na situação de tentarem explicar a situação dos afrodescendentes, no contexto brasileiro, cuja participação desses é mínima, seja no campo político, econômico, seja no cultural, assertiva que se junta ao posicionamento de muitos teóricos que, embora se esforcem, continuam repetindo as noções da razão ocidental. Destarte, há a possibilidade de se apropriar criticamente da razão ocidental enquanto faculdade humana, tensionando-a historicamente. Esse posicionamento pode propiciar a abertura para posicionar outras formas de racionalidade espaço e temporalmente condicionadas.

Nesse cotejamento, é importante destacar que Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro foram/são contemporâneas de Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins, e que essas brasileiras já discutiam as relações entre raça, classe e gênero, conforme se percebe em suas publicações da década de 1980 e 1990, antes mesmo do termo interseccionalidade ser cunhado por Kimberlé, ao problematizarem as dimensões que não eram pautas do Movimento Negro Unificado, como aquelas trazidas pelas mulheres negras enquanto discussões interseccionais que recaíam sobre seus corpos e nas impossibilidades no mercado de trabalho e nas representações políticas, por exemplo, conforme discorre

⁷³ Cf. Gonçalves Conceição, J. K. A máscara não pode ser esquecida. REVISTA POIÉSIS, v. 21, n. 35, p. 345- 362, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/36386>. Acesso em: 3 out. 2021.

⁷⁴ Utilizamos o termo pedagogia da dessemelhança para nos referir às diferenças históricas e espaciais da representação da identidade negra num contexto pós-colonial, agora, pensadas a partir de epistemologias outras que consideram essas diferenças como potenciais para a reafirmação dessas identidades e, conseqüentemente, para uma pedagogia antirracista que refunda o cânone literário brasileira e/ou funda um para-campo literário com escritores(as) e poetas negros(as) que foram tangenciados(as) e esquecidos(as).

Gonzalez (2020, p. 42-43), o que motivou ainda mais a viabilização do Feminismo Negro, já que no Feminismo Universal as mulheres negras não viam suas pautas serem acolhidas. Esse debate nos confirma o fato de que o pretensão caráter universal resultou apenas em um movimento de “integração” sem, de fato, incluir as mulheres negras, pois, nesse contexto, a libertação da mulher branca era feita às custas da exploração da mulher negra, como se percebe na impossibilidade de ascensão da mulher negra no meio socioeconômico e sua sujeição às famílias brancas como empregadas domésticas, assertiva que toma corpo no pensamento de Sojourner Truth⁷⁵, quando discorre que restou à mulher negra ser refém da patroa e do marido na impossibilidade de libertação.

Os temas que circunscrevem as experiências de mulheres negras no sistema de dominação pelas Américas, em suas diversas faces, refletem seus cotidianos e como são interpretadas pelo colonialismo, desde a rotulagem de subalternas a corpos sexualizados, exóticos e/ou fora dos padrões de beleza interpostos pela Europa e Estados Unidos. Dessa forma, o caráter repetitivo e sistemático utilizado pela matriz de opressão em todos os meios, como as redes sociais, por exemplo, cujo objetivo é apagar as existências dos grupos minoritários de representação política, pode ser combatido pela ocupação dos espaços, por pautas identitárias e por políticas públicas de inclusão que ofereçam condições para que se supere as desigualdades, possibilitando, assim, as existências e a manutenção do bem-estar coletivo dessas populações.

As experiências de mulheres negras afro-latino-americanas e suas inteligibilidades, seguindo as teorias cunhadas por Gonzalez e Carneiro, fragmentam as noções de diferentes posicionamentos teóricos que tentam impor à identidade negra realidades suprimidas que não correspondem às diversas formas de reexistências que criam, cotidianamente, principalmente quando muitos desses teóricos que encabeçam as discussões raciais não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental, como dito anteriormente. Entretanto, “[...] enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor. Alienação? Recalcamento? O fato é que, em termos teóricos, tal obstáculo epistemológico produz discursos parciais nos dois sentidos[...]” (GONZALEZ, 2020, p. 31). Para essa pan-africanista⁷⁶, as condições das desigualdades

⁷⁵ SOJOURNER, Truth. *E não sou uma mulher?* Tradução: Osmundo Pinho, *Geledés*, 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em: 9 out. 2021.

⁷⁶ O pan-africanismo é um movimento teórico-político que surge na diáspora do Atlântico Negro (Américas e Europa), no final do século XIX e início do século XX, como uma alternativa de luta contra a exploração e opressão de africanos e seus descendentes, e sua emancipação e autoafirmação em todo o mundo. É, portanto,

raciais, de gênero, de sexualidade e de classe, no Brasil, é resultado das fragilidades que acometem a distribuição desigual, a exploração da mão-de-obra negra para a manutenção do capitalismo, ocupando o que ela designou como massa marginal.

Nessa direção, a interseccionalidade em seu termo e significado, tal como tem se tornado conhecida no contexto contemporâneo como o entrecruzamento entre diversas opressões, já era discutida desde a década de 1970 e 1980, não como marcador teórico porque essa estruturação é algo recente, mas como pauta identitária e como resultado de um apanhado historiográfico de responsabilidade de um coletivo de mulheres negras que posteriormente se consolidaria como Movimento Feminista Negro, através da observação de que, dentro do Movimento Negro Unificado, gênero era discussão ignorada, conforme ratifica Carneiro (2003). Assim, alguns nomes encabeçam essa frente, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Matilde Ribeiro, entre outras, principalmente criticando o viés marxista que relegava para segundo plano as discussões de gênero e sexualidade, mantendo como prioridade as desigualdades de classes, o que fortaleceu as pautas do movimento e a necessidade de cada vez mais buscar referenciais que se interseccionalizavam, pensando a produção de saberes e cunhando teorias e marcadores teóricos capazes de abarcar as experiências de mulheres negras.

Colocadas para segundo plano do que é definido como conhecimento pelas sociedades, mulheres negras, não-héteros e outros grupos marginalizados, do ponto de vista de um contexto geopolítico transnacional, discutem e invadem os espaços, seja pelo posicionamento que assumem diante de situações específicas, como é o caso de mulheres negras que ascendem na política, seja pelo engajamento político-acadêmico nas instituições públicas e/ou de educação básica em tempos de se trabalhar suas temáticas. Ambos os casos seguem a lógica da antropologia por demanda que, segundo Rita Segato, em *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda* (2021, p. 13-14)⁷⁷, se configura a partir da escuta das demandas dos grupos e da luta constante em terem voz e vez no presente, possibilitando, assim, a reescrita e o refundamento de teorias capazes de contemplar suas histórias, realidades e “[...] frequentar os debates do mundo [...]” (SEGATO, 2021, p. 19).

um movimento de grande importância para compreender as relações internacionais como condutoras da política internacional. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2021/Quem-s%C3%A3o-as-mulheres-pan-africanistas-e-como-podem-reescrever-as-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais>. Acesso em: 4 out. 2021.

⁷⁷ SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Trad. Danielli Jatobá e Danú Gotijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

É importante destacar mais um ponto da teoria de Spivak (2010), a contra-hegemonia aos primados das várias formas de opressão da colonialidade contemporânea e como se situa nela o viés crítico da lógica discursiva da insubmidade. A própria noção de "reificação de suas identidades" mostra que a crítica é, acima de tudo, materialista e histórica. Assim, a danificação opressiva das subjetividades promovida pela colonialidade não significa uma autonomia do reino subjetivo, mas, ao contrário, que esta tem uma gênese histórica e materialmente determinada. Com base nessas assertivas,

[...] é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (GONZALEZ, 2020, p. 44).

A partir dos diálogos entre os textos de Gonzalez e Segato, percebemos uma articulação dialética muito bem delineada entre o universal e o particular, a objetividade e a subjetividade. Assim, ressaltar o estrato subjetivo não implica na renúncia aos critérios da razão, mas circunscrever dialeticamente o que foi (e é) o processo de racionalidade em todos os seus antagonismos latentes, visualizados aqui na questão racial, de classe e de gênero, interseccionalizadas.

As inscrições das identidades étnico-raciais e de gênero, perpassando pela dimensão de classe, foram utilizadas como fatores para subjugação e opressão, pois, historicamente, foram consideradas partes integrantes e essenciais do projeto global de dominação definido como colonialismo, multiplicando-se, o que afetou diretamente cada grupo minoritário, segundo seus critérios e partindo das faces que se interseccionalizavam, assertiva que toma corpo, por exemplo, na posição “ocupada” por mulheres negras. Assim, para Quijano (2005, p. 20):

Visto que a categoria raça se apresentava como o critério universal e básico de classificação social da população, e em torno dela se redefiniam as formas prévias de dominação, em especial entre sexos, “etnicidades”, “nacionalidades” e “culturas”, esse sistema de classificação social afetava, por definição, todos e cada um dos membros da espécie. Era o eixo de distribuição dos papéis e das relações associadas a eles no trabalho, nas relações sexuais, na autoridade, na produção e no controle da subjetividade. E era segundo esse critério de classificação das pessoas no poder que as identidades histórico-sociais se inscreviam entre toda a espécie. Enfim, as identidades geoculturais estabelecer-se-iam, também, em torno do referido eixo. Emergia, assim, o primeiro sistema global de

dominação social historicamente conhecido: ninguém, em nenhum lugar do mundo, poderia estar fora dele.

O eixo do qual Quijano (2005) se refere contrastando a afirmativa de que ninguém poderia estar fora dele, dissipa inúmeras questões e coloca em evidência o lugar desse(a) *Outro(a)*, num processo de deslegitimar a produção de saberes excêntricos, afirmando o lugar do próprio saber estabelecido pela Europa e Estados Unidos como único e imutável. Na acepção da validação dos saberes produzidos fora desse centro, Beatriz Nascimento (2021, p. 51) enfatiza que os afrodescendentes só serão compreendidos na medida em que se perca o complexo de inferioridade que possuem diante desses lugares definidos como centro, porque para os oprimidos é muito evidente quem domina o mundo em todos os segmentos, incluindo a produção de saberes cristalizados e validados pela matriz ocidentocêntrica.

No que concerne à instância do saber e à decolonialidade como um processo de compromisso com uma ciranda de intelectuais que avançam em várias frentes, numa perspectiva do feminismo negro que pode ser também nomeado como feminismo decolonial, Collins (2019, p. 140) afirma que o conhecimento oriundo do pensamento feminista negro pode ser visto como um conhecimento subjugado, pois, historicamente, os meios de validação desse conhecimento sempre passaram pelo crivo de homens brancos, o que fez com que as mulheres negras galgassem outros espaços para empreender e projetar suas pautas. Acrescenta, nesse contexto, que essa tomada de decisão fez com que elas usassem “[...] a música, a literatura, as conversas e os comportamentos do cotidiano como espaços importantes na construção de uma consciência feminista negra [...]”.

Carneiro, em *Escritos de uma vida* (2020, p. 49), discorre que o discurso feminista universal oriundo das relações de gêneros e pautado nas opressões patriarcais “[...] não dá conta das diferenças qualitativas que esse tipo de opressão teve e ainda tem na construção da identidade feminina da mulher negra”, o que toma outra dimensão quando Nascimento (2021, p. 54) afirma que essas demandas e todas as produções sobre o(a) negro(a) devem ser analisadas não sob o ponto de vista, crivos e teoria do colonizador, mas a partir de suas próprias aspirações e necessidades. As epistemologias cunhadas por esse movimento, nesse bojo, alcançam as escritências dessas sujeitas em situações de dororidade e sororidade como formas relacionadas de sentir o peso da intersecção sobre suas trajetórias.

Retomando Gloria Anzaldúa (2000 [1989]) no ponto-chave ao se referir às suas irmãs, a autora fala por toda uma coletividade de mulheres afrolatinoamericanas ainda

silenciadas, utilizando-se do expediente da desobediência e de seu lugar para se posicionar, fortalecendo o vínculo que mantém o ativismo vivo em movimento, retomando a máscara de Anastácia e as discussões de Kilomba sobre esse silenciamento:

A máscara, portanto, levanta inúmeras questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, *se o sujeito colonial* falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “*Outra/o*” [...]. (KILOMBA, 2019, p. 41).

Interpretar os porquês do silenciamento e da interdição física e psíquica é buscar respostas e travar lutas para que as gerações afrodescendentes do presente e do futuro tenham melhorias e consigam alcançar outros espaços nunca antes cogitados, como uma família negra, racializada, por exemplo. Essa foi uma das grandes privações que as mulheres negras foram submetidas, desde o tráfico no continente africano aos dias atuais, de não poderem constituir e/ou manter uma família, seguindo a lógica dominante da família nuclear burguesa, haja vista as precárias condições de existência da população negra, o que reitera a importância das discussões sobre o confinamento de mulheres negras no que Carneiro (2020, p. 50) define como condição de asfixia social. Para ela, no tocante à constituição da família negra, esse é um “[...] fenômeno historicamente recente e não totalmente consolidado, expressando antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível [...]”.

Romper com toda essa estrutura de dominação demanda muito mais do que um posicionamento individual, necessita-se de um coletivo organizado e empoderado, pois, seguindo o que discute Audre Lorde, em *Irmã Outsider* (2012, p. 212), “[...] Se empoderar é o trabalho político mais profundo que existe, e o mais difícil”. Assim, para se empoderar é preciso poder, e o poder, seguindo Hannah Arendt (2001)⁷⁸, dá-se a partir da ação coletiva, tal como se engendra na perspectiva feminista negra. Para Berth (2019, p. 21)⁷⁹, a síntese do poder a ser desenvolvido no processo de empoderamento ressignificado pelas diversas teorias do feminismo negro e interseccional realiza-se pela estimulação,

⁷⁸ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁷⁹BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

[...] em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade.

Nesse intento, para se romper com a lógica opressora que acomete as populações vulneráveis, é preciso empoderar-se em todos os âmbitos, sendo necessário, conforme nos diz Berth (2019), pensar em caminhos e alternativas para a reconstrução das bases sociopolíticas a partir da reescrita do que foi e está historicamente posto e tido como universal. Visto por esse prisma, ao contrário do que se cristalizou pelo Ocidente, as mulheres negras sentiram os amálgamas desse empreendimento em seus corpos, insubmissão política em defesa do abolicionismo, conforme toma corpo na literatura com o lançamento de *Úrsula*, em 1859, na escrita feminina negra de Maria Firmina dos Reis. Observemos que as mulheres negras, ocupando o lugar para o qual foram destinadas como *Outridades*, empreenderam ações, “[...] pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma conviência subjetiva com a dominação da masculina” (AKOTIRENE, 2019, p. 30).

No adensamento de se discutir essas questões, “A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 30). Dessa forma, os esforços e os atravessamentos para se estabelecer um *corpus* teórico de extrema importância para se refundar a relação de poder nas Américas, seguindo o que discorre Thula Pires, em capítulo intitulado *Por um constitucionalismo ladino-amefricano* (2019, p. 289)⁸⁰, apresentam uma consistência no tocante às instâncias que desafiam e colocam o colonialismo e suas faces em questão, problematizando-o e contrastando-o com a abordagem decolonial que, “[...] além de trabalhar as origens do colonialismo, pretende traçar as continuidades das estruturas de dominação econômicas, políticas e culturais fundadas nesse período e reproduzidas na contemporaneidade [...]”. Para essa autora, a crítica que se tece ao eurocentrismo como modelo universal é o pontapé para iniciar o processo de descolonização, tal como propõem as mulheres negras no transcorrer das décadas através do feminismo negro e da interseccionalidade, intentando abarcar as

⁸⁰ PIRES, Thula. Por um constitucionalismo ladino-amefricano. In: BERNARDINO-COSTA *et al.* *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

experiências coletivas e individuais, bem como as dualidades com o Estado e sua necropolítica, tal como discorre Mbembe (2018).

Quando aludimos à escrita negra e ao posicionamento que essas mulheres tiveram dentro do feminismo tradicional, entendemos ambos os aspectos como um movimento de insubmissão, já que uma das justificativas que nortearam o feminismo negro é que mulheres brancas e negras experienciavam/experienciam situações distintas de opressão, o que pode ser denotada nas discussões de Collins (2019), Gonzalez (2020), Figueiredo (2020), Soujoner (2014) entre outras, sobre a falta de representatividade que mulheres negras sofriam dentro de um feminismo de classe média, branca, urbana e elitizada, ao mesmo tempo que, em diálogo com Lugones (2019, p. 372), o feminismo é resultado de vivências compartilhadas, como projeto coletivo de resistência à colonialidade de gênero, pois “[...] Somente é possível resistir a ela com o entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada e consegue entender as próprias ações - garantindo certo reconhecimento.”

Fortalece-se, nessa direção, o empreendimento dos coletivos plurais que se integram a partir de pautas específicas, ao mesmo tempo que se discorre sobre a necessidade desse(a) *Outro(a)* “[...] habitar o lócus fraturado, construído duplamente, que percebe o mundo duplamente, relaciona-se duplamente, onde os ‘lados’ estão em tensão e o próprio conflito ativamente informa a subjetividade do Eu colonizado em relações múltiplas” (LUGONES, 2019, p. 365). A partir da noção do eu colonizado(a) como aquele/aquela que habita os desvios e é formado de fraturas e da conjugação entre as binomias, ocupando os não- lugares, o empreendimento decolonial a partir dos vieses interpostos pelo feminismo negro, enquanto conjunto de teorias, dá vazão e traz à tona essas realidades silenciadas, cujos corpos passam a assumir os territórios ao falarem de suas dores, de suas histórias, hábitos, ao passo que divulgam suas produções de saberes que não condizem com as narrativas oficializadas pelo colonizador, pois, seguindo o que discute Curiel (2019, p. 231), uma das coisas que se aprende no feminismo antirracista é suspeitar de tudo, dado que os paradigmas que estão presentes e válidos nos espaços acadêmicos de divulgação de saberes estão sustentados em visões e lógicas masculinas, racistas e sexistas.

No que compete às escritas política, histórica, sociológica, antropológica e literária encabeçadas pelas mulheres negras, enquanto intelectuais e ativistas, via processo de empoderamento, percebe-se um empreendimento que, de forma dialógica e

interdisciplinar, problematiza e reflete as identidades, as representações e os significados atrelados aos afrodescendentes e como esses(as) foram, historicamente, utilizados para a manutenção das estruturas de dominação, seja pelo viés racial, seja pelo gênero e/ou sexualidade. Carneiro (2020, p. 47) sinaliza que o quadro de desigualdade em relação às mulheres negras será dificilmente revertido se não houver uma intervenção de medidas concretas que diminuam ou acabem com as desvantagens decorrentes da discriminação racial e sexista. Importa-nos, nessa linha de pensamento, entendendo-a como mote de mudanças, pensar a escrita de intelectuais negras como carregada de significados, tematizando narrativas Outras a partir de suas próprias dinâmicas, num movimento contracorrente que se materializa nos contradiscursos/contranarrativas, ratificando seus lugares, validando suas poéticas insubmissas a partir de marcadores teóricos, categorias e teorias excêntricas, sem deixar de considerar o contexto contemporâneo de produção, vazão, leitura, análise e crítica literária.

Acerca do empoderamento de mulheres negras através do feminismo negro, Collins afirma, em artigo intitulado *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* (2016, p. 102)⁸¹:

Uma afirmação da importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é o primeiro tema-chave que permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas como imagens autênticas de mulheres negras.

A desobediência de que discorre Collins (2016), na desautorização de informações que negativam o lugar e a representação da mulher negra, é resultado da intelectualidade e das pautas geradas dentro do pensamento feminista negro enquanto coletividade. Nesse processo de pautas que objetivam reescritas, da necessidade de empoderamento(s), Berth (2019) enfatiza os processos de poder e como esses partem de um entendimento que considera tanto a posição social quanto a política assumida pelos(as) oprimidos(as). Curiel (2019, p. 231) focando na produção de saberes decoloniais, pontua a necessidade de as

⁸¹ COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.

“[...] vozes silenciadas comecem a converterem-se em referências e em propostas de pensamentos questionando o viés elitista da produção acadêmica e literária [...]”. Assim, conforme observamos nas perspectivas teóricas de Carneiro (2020, p. 50), mulheres negras vêm de uma experiência histórica e social marcada pela perda do poder e anuladas em todas as suas dinâmicas via dominação ao homem branco e opressor, contudo, ao mesmo tempo, exercem diferentes estratégias de resistência e sobrevivência, num rito coletivo.

Dado esse exercício de diferentes estratégias de subversão, mulheres negras através do Feminismo Negro em diálogo com o Movimento Negro Unificado, bem como com diversas frentes identitárias, vêm ressignificando diversas categorias no rompimento com ideais universais disseminadas no coletivo e que têm servido de mecanismos para ratificar a dominação, direcionando-os para especificidades que vão desde os traços fenotípicos aos estereótipos e preconceitos atrelados às suas manifestações culturais e religiosas, conforme lemos em *Intolerância Religiosa*, de Sidnei Nogueira (2020). Segundo esse autor, é interessante mencionar a positivação desses traços, das marcas ancestrais, reverenciando sua história, manifestações culturais e religiosas, bem como as lutas do povo africano e, consequentemente, negro-brasileiro.

A partir da noção proposta por Collins enquanto *Forasteiras de Dentro* e dos atravessamentos que o termo propicia enquanto marcação racial, de classe e gênero, o feminismo negro se apropria da intersecção como estrutura para torná-las sujeitas de suas próprias histórias e protagonismos, trazendo à realidade, como bem pontua Kilomba (2019, p. 28), o cotidiano racista contado por mulheres negras “[...] baseado em suas subjetividades e próprias percepções [...]”, em oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou [...]” Desse modo, seguindo a linha de raciocínio da autora, marcadas como corpos abjetos e definidas pelo colonizador como *Outridades*, as mulheres negras passaram a assumir o protagonismo ao passo que escreviam e cravavam suas existências às margens de um cânone, na contracorrente de como foram excluídas e definidas como subalternas.

Na contramão dessa corrente e focando na produção intelectual de mulheres negras, que pode, além de disseminar conhecimentos oriundos de suas experiências, suscitar questões que retorcem as estruturas de dominação, colocando como objeto de análise crítica o que foi instituído como Universal, conforme menciona Glissant, pois, ancoradas em Akotirene (2019, p. 19), “[...] mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” Nessa direção, recaímos no fato de não se poder discorrer acerca da opressão por apenas um eixo,

o que pressupõe a necessidade da interseccionalidade como uma forma entrecruzada de ver a realidade vivida por essas sujeitas que compartilham experiências num movimento espiral de escrevivências, tal como se denota na obra *Insubmissa Lágrimas de Mulheres* (2011), de Conceição Evaristo, que dá sentido ao sensível e poético conceito de interseccionalidade: “[...] É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade.” (AKOTIRENE, 2019, p. 24).

De outro lado, no que corresponde às buscas por vozes inaudíveis, embora o feminismo negro contemple uma demanda de ações e estratégias de descolonização em nível nacional, é importante saber que dentro do movimento existem grupos que experienciam situações distintas, como por exemplo, as mulheres negras trans, as lésbicas, travestis, entre outras, assim como essas experiências podem e são compartilhadas com outras mulheres afro-latina-americanas que viveram/vivem os mesmos contextos de expropriações, infantilização e estupro coloniais desde o século XVI, em nível transnacional, relegadas ao último plano. Nessa direção, de um ponto de vista mais prático, a interseccionalidade exige uma orientação geopolítica em diálogo com o lugar corpopolítico que suas sujeitas ocupam, marcação essa que foi historicamente apagada para que fossem tão somente reduzidas a corpos abjetos, desvinculadas do espaço físico e/ou simbólico, objetivando o apagamento de suas existências.

Gloria Anzaldúa (1987)⁸² cunha uma discussão em torno de uma geopolítica do conhecimento que subverte à noção de espaço físico, remontando os espaços históricos, culturais, imaginários, sociais, políticos, econômicos, no fortalecimento dessa sujeita insubmissa, num processo de construção, reconstrução e desconstrução permanente, o que em nossa ótica fortalece as perspectivas decoloniais para “além da modernidade”. Assim sendo, na medida em que o corpo é geopolítico, fincado a um lugar/lugares, deve-se pensar na dimensão desse corpopolítico que representa valores e atitudes sociais, focando na realidade das mulheres negras e como lutam para se tornarem sujeitas de suas próprias histórias.

Na assertiva da discussão proposta por Anzaldúa, para Evaristo, considerando suas poéticas insubmissas como mote para as narrativas de si, servindo, sobretudo para narrar o que ela e outras vivenciaram/vivenciam, a escrita negra produzida por esse corpopolítico situado nos desvios, e que enuncia a partir desses não- lugares, ganha força quando a

⁸² ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute. 1987.

autora afirma que: “Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos.”⁸³ Assim, para as autoras, o histórico de traumas, a sensação de não pertencer a nenhum lugar, ao passo que eram obrigadas(os) a serem gratas(os) pelos restos, são fatos que não podem passar despercebidos, devem servir de decolonial.

Assim, considerando as novas maneiras de olhar para essas realidades, as perspectivas interseccionais que nascem da intelectualidade feminina negra, tanto no plano teórico quanto nas vias práticas, consideram a pluralidade das formas em que as mulheres negras se encontram, se entrecruzam e assumem no dia a dia, trajetórias essas que podem ser confirmadas na assertiva de Gonzalez (2020) e na proposição de Carneiro (2020, p. 55): “Para nós, mulheres negras, a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe implica em tríplice militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses três fatores”.

Carla Akotirene (2019, p. 93) chama-nos a atenção para o fato de que a interseccionalidade “[...] não dá conta de configurações identitárias recentes e sem fixação de gênero na abordagem [...]”. Essa passagem sugere que a interseccionalidade não contempla toda a complexidade decolonial ao passo que são incluídas outras categorias, tais como “[...] sexualidade, nação, religião, idade e deficiência [...]”, o que demanda do campo teórico uma série de relações e diálogos para que não se corra o risco de cair nas armadilhas da máquina colonial na perpetuação de seus processos. Desestruturar os lugares de poder é uma tarefa difícil e contínua, pois não se deve aceitar a neutralidade dos discursos tal como propõem acadêmicos(as) elitistas, uma vez que não existe neutralidade quando se fala em reparação histórica, em tematização positivada, em resgate de produções teóricas e literárias, bem como de outros saberes produzidos na diáspora e apagados pela engrenagem do sistema opressor, como bell hooks (2015) lembra na ocasião de narrativas de mulheres negras ainda servirem tão somente como objetos de pesquisa de um academicismo branco, cuja leitura e avaliação objetiva o encontro de “justificativas” que as legitimem, seguindo seus próprios critérios.

⁸³ EVARISTO, Conceição. *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

Na acepção das discussões sobre Feminismo Negro e a interseccionalidade como marcador teórico, a escrita literária cunhada por mulheres negras alarga um horizonte de possibilidade e expectativas, pois:

Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que pode se evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada [...]. (EVARISTO, 2007, p. 21).

Nas breves considerações tecidas nessa discussão e em diálogo com a autora num mergulho de possibilidades que o Feminismo Negro incute no contexto contemporâneo a partir da intersecção, e não se esgotando aqui, o refundamento das noções e do conhecimento se dá através dos movimentos que mulheres negras encabeçam nas avenidas identitárias, cuja escrita política, acadêmica, cultural, artística, literária e, de maneira geral, advinda dos mais diversos lugares subalternos e marginais do mundo – fora do *lócus* de dominação ocidentocêntrico -, contém pautas identitárias assinadas por afrolatinoamericanas que integram uma intelectualidade combativa e assertiva nas pautas que levantam.

Dado esse contexto, no que compete à produção literária infantil oriunda da intelectualidade feminista negra e se utilizando da interseccionalidade como marcador teórico, além de se tornar um veículo potencial na tematização histórica, cultural e de disseminação da produção literária africana e negro-brasileira, é um caminho promissor para o fortalecimento das identidades através da leitura e significação de narrativas que se movimentam da margem para a margem, revestidas de protagonismos e autorias que, em contato com os diversos amálgamas, buscam respostas e alternativas para superá-los através de outras lógicas de (re)existências, agora, excêntricas, afrocentradas, numa via de problematização das estruturas na busca por direitos que possam tornar possível ao coletivo excluído o acesso e a garantia de permanências de suas existências, via trabalho de análise e crítica literária, bem como das expectativas da leitura literária dessas narrativas, na possibilidade de humanização através dessa produção literária destinada às crianças.

3.4 O percurso contemporâneo de conceituação da literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina

A matéria narrada que compõe a literatura negro-brasileira, fortemente marcada e circunscrita nas experiências do *existir* que leva ao *ser* negra(o) no Brasil, na América Latina, no Caribe ou mesmo nas diversas Áfricas inscritas em nós e que revestem o continente africano, corrobora com a especificidade de a literatura ser um território fértil e um caminho promissor no trabalho com as temáticas e, direta e/ou indiretamente, possibilitar o afetar, o mobilizar, o refundar, bem como o movimento das estruturas sociais para a inserção de realidades que por muitos séculos foram esquecidas, silenciadas e, quando mencionadas, via de regra, foram através de estereótipos, estigmas e negativas, movimentos esses como resultado de ações das políticas do cotidiano que atuaram/atuam em função do projeto de modernidade/colonialidade.

No que diz respeito à primazia da forma, sem resultar no enfraquecimento do conteúdo material "narrado", essa permite conjugar temas fundamentais da vida num feixe único, sempre tateando o objeto a ser revelado. A forma preocupa-se com a apresentação do que já existe na realidade, ou seja, a matéria narrada por meio da forma. Forma e conteúdo, nessa discussão, não se opõem como eixos estanques, mas constituem uma unidade, dialeticamente.

Um segundo aspecto a ser observado, porém, diz respeito a uma ressalva a ser abordada quando discutimos a primazia da forma na literatura. Não se pode criar uma simetria exata entre os conteúdos de criação literária e o seu solo socioeconômico, sob pena de sucumbir no reducionismo. Então, "como ler o mundo por meio das malhas da obra de arte literária"? A crítica literária há de buscar nas profundezas, para além da imediatidade dos fatos e conexões empíricas (elementos mobilizados pela ciência), os elementos que unificam literatura e público. Ou seja, "[...] a forma é o verdadeiramente social na literatura; a forma é o único conceito que podemos obter da literatura e com cuja ajuda podemos proceder às relações entre a sua vida externa e interna. [...]", segundo Lukács (1973)⁸⁴.

Nessa costura, a partir da assertiva de Evaristo (2007, p. 21) de que a escrita é resultado de um dinamismo próprio das sujeitas da escrita e de suas autoinscrições no interior do mundo, em consonância com o parágrafo anterior, e da escrevivência como uma

⁸⁴ LUKÁCS, Georg. Zur *Theorie der Literaturgeschichte*. In: _____. "Text+Kritik, 39, 40. Munique: Richard Boorberg, 1973.

atitude “[...] e uma prática que coloca a experiência como motivo e motor da produção literária [...]” (DUARTE, 2014, p. 11), o percurso discursivo construído nesse texto segue a lógica de pensar a literatura infantil contemporânea, especificamente a produção autoral que tematiza o universo negro-brasileiro, a partir de outras bases epistêmicas e sob seus próprios parâmetros e perspectivas estéticas, uma vez que a crítica de tradição ocidentocêntrica tal como a reconhecemos não dá conta das dimensões e particularidades dessas narrativas, o que sugere mudanças para se desvincular da estética colonial e das estruturas que historicamente foram postas como superiores às demais.

A ideia de "suas autoinscrições no interior do mundo" e "escrevivência como uma atitude" indicam elementos muito importantes no trato com subjetividade em convergência com a objetividade. As escrevivências trazem o seu lastro subjetivo, como subjetividade criadora do(a) artista no sentido de dotar de sentido, unidade e coerência um mundo já sem sentido, e desumanizado. Essa subjetividade não se furta à necessidade de ter de escolher e agir diante do mundo, ou seja, traz o seu critério ético de ação diante do meio circundante.

A partir desse tensionamento, as narrativas negro-brasileiras que tematizam suas circunscrições apresentam a possibilidade de fortalecer as identidades de seus leitores ao passo que são lidas, interpretadas e (res)significadas, uma vez que são resultados de um processo histórico de lutas, embates, ocupação de lugares e alternância de poder(es), principalmente encabeçado por movimentos sociais cujas pautas identitárias contemplam e ratificam a necessidade da razão subalterna, tal como propõe Mignolo (2000), no que diz respeito a essa jamais negar o estatuto da razão como faculdade humana, mas tencioná-la diante dos paradigmas hegemônicos ocidentocêntricos.

Se “Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra” (SANTIAGO, 2015, p. 17), a literatura infantil negro-brasileira contemporânea produzida nesses espaços marginais e periféricos por mulheres negras torna-se uma resposta em desobediência ao projeto colonial imposto pela modernidade ocidentocêntrica, ao mesmo tempo em que supera o lugar de narrativas literárias historicamente obliteradas pelo discurso homogêneo. De certo modo, tanto o percurso teórico (re)construído pelas epistemologias decoloniais quanto os diálogos resultantes das produções literárias contemporâneas objetivam romper com a engrenagem de apagamentos dos oprimidos e de suas produções literárias, culturais, linguísticas, antropológicas etc., bem como os mecanismos de produção das invisibilizações dirigidas pelo racismo estrutural que apaga negras e negros de todos os espaços, incluindo o literário.

A característica denunciativa que integra uma parte da produção literária negro-brasileira é interpretada e condiz com a especificidade de ser a literatura um mecanismo potencial na ruptura com o racismo, com o sexismo, com a homofobia, com as divisões de classes etc., haja vista seu poder de alimentar o imaginário, de trabalhar com o desenvolvimento do cognitivo e de suas nuances, assim como o fundamento das epistemologias corporificado nas dimensões teórica e crítica, o que subjaz às noções e dialéticas propostas pelas intersecções. Maria Aparecida Cruz de Oliveira, em tese intitulada *Representações decoloniais: as meninas negras no romance afro-brasileiro contemporâneo* (2019, p. 79)⁸⁵, discorre sobre o poder da arte e, em especial, da literatura na colonização e descolonização:

A arte pode ser instrumento de colonização das subjetividades, mas ela também pode trazer em sua estética uma proposta para descolonizar, por exemplo, as subjetividades das mulheres negras, dos homens negros e das crianças negras. É o caso da literatura afro-brasileira de autoria feminina, que está imbuída de elementos discursivos que afirmam a importância da “autodefinição” e da “autoavaliação” das mulheres negras [...].

A literatura historicamente foi utilizada à serviço e como mecanismo de fortalecimento da colonização dos oprimidos. Para a autora, é perceptível que as produções contemporâneas estejam mais empreendidas nas pautas identitárias, o que fortalece no âmbito da literatura infantil, por exemplo, a possibilidade de trabalho com temáticas tão necessárias haja visto o abismo social entre brancos e negros, indígenas, entre outros, e que foram no decorrer dos séculos deixadas para lá, como é o caso de suas temáticas entrelaçadas por vieses culturais e antropológicos que só vêm à tona, representadas positivamente, a partir dos avanços políticos conquistados pelos movimentos sociais, como é o caso das Leis nº 10.639, em 2003, e a 11.645, em 2008, respectivamente.

No âmbito da legislação, Debus, em artigo intitulado *O Mercado Editorial Brasileiro e a Literatura de Temática Africana e Afro-brasileira: análise comparativa dos Catálogos de 2005 e 2008* (s/d, p. 2)⁸⁶, constrói um percurso desde os primeiros movimentos de trabalho com as temáticas aos primeiros anos após a sanção da legislação citada. Para essa autora, após a implementação das leis restou uma questão: “[...] teríamos,

⁸⁵ OLIVEIRA, Maria Aparecida Cruz de. *Representações decoloniais: as meninas negras no romance afro-brasileiro contemporâneo*. 2019. 178 f., il. Tese (Doutorado em Literatura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

⁸⁶ Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antiores/anais17/txtcompletos/sem15/COLE_98.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

no mercado editorial brasileiro, uma produção literária de recepção infantil e juvenil que apresentasse o tema da cultura africana e afro-brasileira? [...]” (DEBUS, s/d, p. 2). O cenário problematizado por Debus é investigado do ponto de vista de outros documentos que antecederam a lei 10.639/03, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) no trabalho com os temas transversais.

As editoras que, na década de 1990, a partir da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, começaram a apresentar seus títulos orientados pelos Temas Transversais - é necessário lembrar que muitos dos títulos que apresentavam em suas páginas a cultura africana e afro-brasileira eram contemplados no tema da pluralidade Cultural - têm, no início do novo milênio, outra exigência a ser cumprida. (BRASIL, 1998).

O mercado editorial brasileiro mostrou uma insuficiência no que diz respeito à quantidade de títulos, o que é percebido nas pesquisas de Debus (2006)⁸⁷, logo porque os textos que tematizassem o(a) negro(a) deveriam se centrar e partir do ponto de vista afrocentrado. Para Duarte (2014, p. 11), “[...] Tal perspectiva permite escrever o negro de modo distinto daquele predominante na literatura brasileira canônica. E a configuração dessa diferença passa pelo trabalho com a linguagem, a fim de subverter imagens e sentidos cristalizados [...]”. A linguagem é carregada de materialidade cujo fundamento é a estrutura de dominação de raça, classe e gênero. Ou seja, a linguagem é afetada (maculada) pelo fundamento real da ideologia.

Nesse contexto, torna-se salutar pensar o ponto de vista afrocentrado como primado crítico à literatura canônica, hegemônica. Assim, no esteio dessa questão, não basta somente inseri-lo(a) como personagem, seja como protagonista, seja como antagonista, mas é preciso um trabalho em toda uma estrutura de poder que já o(a) definiu a partir de uma lógica branca. Para Duarte (2014, p. 12) e Debus (2017, p. 31), a gênese da literatura negro-brasileira deu-se tanto pela necessidade de tematização positivada quanto pela autoria negra, ou seja, para além do(a) negro(a) como tema, o(a) negro(a) como escritor(a), empreendendo seus projetos literários segundo suas próprias lógicas de reexistências, estéticas e parâmetros, seguindo formas mais elaboradas de expressão, objetivando, para

⁸⁷ Eliane Debus através do projeto *A representação do negro na literatura brasileira para crianças e jovens: negação ou construção de uma identidade?*, mapeou os títulos a partir de sete catálogos nacionais, a saber: Ática, Companhia das Letrinhas, DCL, FTD, Paulinas, Salamandra e Scipione[2]), referentes ao ano de 2005/2006, no qual verificou que, do total de 1.785 títulos levantados, 79 traziam a temática da cultura africana e afro-brasileira, panorama que demonstra a dificuldade em se trabalhar com as temáticas na escola nos primeiros anos de implementação da respectiva legislação. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antiores/anais17/txtcompletos/sem15/COLE_98.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

tanto, galgar lugares através das representações literárias em diálogo com as demandas sociais e pautas identitárias oriundas dos movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Feminismo Negro, por exemplo.

Para Cuti (2010, p. 28), a ampliação da temática e, conseqüentemente, a presença de escritores(as) negros(as) se deu pelo surgimento de leitores(as) negros(as) no horizonte de expectativas do escritor alinhada à importância do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, o que demandou um entusiasmo para a constituição efetiva dessa temática no âmbito da literatura brasileira enquanto contracorrente de sua trajetória. Nessa mudança de perspectiva, pensando na trajetória da busca de visibilidade, direitos e nas conquistas, não se pode deixar de mencionar a importância do Movimento Negro Unificado e nos Cadernos Negros como espaço de divulgação da produção literária na contracorrente do cânone, o que demanda por parte da crítica literária uma mudança de *locus*, ao mesmo tempo em que se necessita de um outro aparato teórico que seja capaz de analisar suas narrativas.

Buscando compreender a literatura negro-brasileira como *corpus* não somente literário, mas histórico, antropológico, geográfico, limiar e insurgente, essa produção corporifica experiências de negras e negros sobre as quais paira a imposição da memória ancestral, como bem define Rosana Paulino (2018)⁸⁸, como suturas nos corpos marcados pela experiência do atlântico vermelho, mesmo naqueles que não o vivenciaram efetivamente, mas que sofrem o racismo cotidianamente, tendo em vista as atualizações modernas das formas de dominação da colonialidade na sociedade contemporânea. Assim, concebe-se a produção literária negro-brasileira como resultado de um dinamismo próprio oriundo das experiências da negritude, cuja subjetividade objetiva elaborar a ascensão social de negros e negras, principalmente com a iniciativa do coletivo *Quilombhoje* e dos *Cadernos Negros* que se tornaram grandes espaços de publicação, veiculação e visibilidade, leitura e incentivo de autores(as) negros(as).

Esses movimentos e conquistas representam um esforço epistemológico coletivo e, no que diz respeito ao âmbito literário, inserem, tematizam, representam e abordam os(as) negros(as) a partir de suas próprias dinâmicas, tomando o termo representação em toda a sua pluralidade constitutiva. Ademais, é importante ratificar que em toda a trajetória de inserção e representação do(a) negro(a), esse(a) sempre foi marcado pelos estereótipos e,

⁸⁸ Exposição de Rosana Paulino intitulada *Rosana Paulino: a costura da memória*, na Pinacoteca de São Paulo, de 2018 a 2019, com curadoria de Valéria Piccoli e Pedro Nery.

consequentemente, eram atrelados estigmas que socialmente se disseminavam e fortaleciam o não-lugar, pois quando se compara a produção literária de negros e brancos sobre as temáticas raciais, o que se percebe é que ambas apresentam diferenças no tocante ao lugar de enunciação, de experiências, ou seja, segundo Cuti (2010, p. 33), “[...] pelo lugar sociológico de onde esses produzem.”

Assumir a literatura infantil negro-brasileira como um projeto literário em desenvolvimento, encabeçado por mulheres negras, enquanto objeto de análise, é pensar nas mudanças de paradigmas e na insubmissão política, sexista, discursiva, artística e literária de sujeitas étnicas do discurso que se apropriam do espaço literário como lócus político-acadêmico de lutas e conquistas, na continuidade de seus(as) antecessores(as). Daí a necessidade de se pensar em alternâncias de poderes e na possibilidade de termos outras percepções, nesse contexto, a partir da razão subalterna oriunda das margens, dos não-lugares, tal como fizeram os(as) abolicionistas na literatura brasileira desde o século XIX.

Entoar cantos e cantigas, poesias e poemas, narrativas e outros gêneros literários, possibilita um mergulho num Brasil que também é negro, desde as manifestações religiosas ao léxico que se utiliza diariamente e, muitas vezes, não se tem a percepção de suas origens. Tal contexto também se dá no âmbito literário porque “[...] a literatura afro-brasileira está posicionada em uma ‘ordem discursiva’, socialmente desprivilegiada porque tem menos poder ou não exerce influência em relação à literatura considerada canônica [...]” (OLIVEIRA, 2019, p. 78).

As questões atinentes à produção literária infantil negro-brasileira, tal como se optou por conceituar nessa discussão, em relação às demandas sociais e no campo da estética decolonial na contramão do que foi apresentado pelo cânone, a visibilidade da autoria negra que iniciou na década de 1970 só começa a ganhar força nos anos 2000 a partir dos impactos das leis e da abertura do mercado editorial para a temática, objetivando visibilidade e disseminação das obras. O que se muda nesse contexto, dentre o posicionamento político-acadêmico dos(as) escritores(as), é o fato de que as personagens que antes ocupavam o segundo, terceiro... plano da narrativa, quando não morriam tinham sua descendência branqueada, ou seja, deviam se tornar brancas para que pudessem permanecer nas narrativas, pois apresentar o(a) negro(a) por uma suposta generalidade branca tornaria essa literatura aceita, conforme afirmam Cuti (2010, p. 35-37) e Debus (2017, p. 30).

A descolonização do imaginário infantil se engendra quando problematizamos a importância da literatura para a reconstrução ficcional/autoficcional/autobiográfica desses momentos da história, contadas agora sob uma lógica afrocentrada. Nessa dimensão, é importante pensar no contingente das produções contemporâneas destinadas à infância e no trabalho com o ensino de literatura negro-brasileira, no tocante ao movimento de trazer para o centro do debate assuntos ausentes, conforme discorre Debus (2017, p. 31): “No caudal de produções que surgem nesse período, a temática social ganha novos contornos, e assuntos polêmicos, até então ausentes da literatura para a infância, são apresentados [...]”

A efervescência contemporânea de obras literárias, que tematizam os(as) negros(as) sob inúmeras óticas analíticas e costuradas a partir do mergulho nos universos sócio-históricos e culturais, demarca um espaço de representação ao retomar documentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, na qual observamos a problematização e a necessidade de trabalho com esses universos objetivando uma educação emancipadora a partir do respeito à diversidade: “[...] O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade [...]” (BRASIL, 1996, p. 27).⁸⁹

A escola deve ser, em nossas perspectivas, um espaço propício para enegrecer a literatura para a infância e possibilitar nas muitas áreas a representação do outro, do eu e de um coletivo constituído pluralmente e consciente de suas alteridades, já que a literatura infantil pode provocar tensionamentos ao mesmo tempo em que propicia aos seus leitores representações realistas e, considerando a faixa etária desses, episódios de racismo recreativo que, segundo Adilson Moreira, em *Racismo Recreativo* (2019)⁹⁰ são comumente revestidos de humor, mas tem o propósito de afirmar como esses grupos são inferiores e que devem ocupar um lugar subalterno na sociedade.

Na contramão do que é discutido por Moreira (2019, seguindo a discussão de Cuti (2010, p. 47), de que “[...] Falar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido também [...]”, a autoprojeção e autoidentificação que crianças passam a exercitar a partir da leitura literária são resultados também de um trabalho com a educação para as relações

⁸⁹ BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 dez. 2021.

⁹⁰ MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo*. 1ª ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

étnico-raciais feitos pelas escolas, associações e coletivos, pois, na efetivação da lei 10.639/03, um dos objetivos, além de disseminar a história e cultura afro-brasileira e africana, é de se romper com o movimento de silenciamento, apagamento e branqueamento/clareamento de negros e negras em todos os âmbitos, pois ações afirmativas tais como a lei citada e as cotas, além de serem movimentos de reparação histórica, “[...] vêm contribuindo para a construção de um ambiente favorável e uma presença mais significativa das artes marcadas pelo pertencimento étnico afrodescendente.” (DUARTE, 2014, p. 20).

Se o pertencimento étnico-racial alinhado com as perspectivas autorais negras são de extrema importância para a identidade de uma literatura, então demarca-se temporalmente essa inserção a partir da década de 1970 e 1980 com os *Cadernos Negros* e a partir disso a abertura tímida do mercado editorial para a publicação da temática, o que se potencializa com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs no final da década de 1990 dentro dos temas transversais. Todos esses elementos, se bem articulados, propiciam o contato e a significação de um acervo pequeno que acaba por se disseminar no país. Assim, para Gregorin Filho (2010, p. 92), “[...] os temas transversais constituíram um conjunto de temas de grande relevância para uma educação que visa a formação de sujeitos realmente capazes de conviver em harmonia, respeitando as diferenças sociais, étnicas e culturais de um país como o Brasil”.

O trabalho com os temas transversais e a necessidade de pensar o currículo interdisciplinarmente a partir do trabalho com as pluralidades culturais efetivam-se também pelos movimentos sociais que encabeçam as frentes com pautas identitárias de extrema importância para todos(as/es) nos mais diversos espaços e âmbitos. No que concerne ao racismo, o empreendimento da escola no desenvolvimento de práticas pedagógicas que tematizem essa diversidade corrobora e possibilita à criança o contato com importantes elementos que, se bem articulados, potencializarão o autopertencimento, fomentando uma consciência crítica e analítica, respeitando a faixa etária e o nível de desenvolvimento desse público leitor.

A produção literária infantil conjugada com a especificidade de serem as autoras mulheres negras possibilita o reconhecer-se, o pertencer-se e o constituir-se como sujeitos(as) a partir da leitura literária e do que pode a literatura nas representações realistas e/ou ficcionais que tematizam e circunscrevem esses universos. É interessante pensar no caráter interpretativo e no avanço dessa literatura nas últimas duas décadas em

virtude da legislação, pois a educação e as perspectivas de ensino de literatura contemporâneas deixam de se centrar no conteúdo e passam a transitar e privilegiar outras narrativas antagônicas, abordagens e metodologias, principalmente centradas no ‘aprender a aprender’, o que faz com que legislação e práticas pedagógicas estejam conjugadas e a sala de aula seja um dos espaços onde essa condensação possa acontecer, pois uma está ligada a outra, segundo o que discorre Gregorin Filho (2010, p. 90-91).

O alargamento do horizonte de expectativas no encontro com o(a) outro(a), tal como se propõe no trabalho com a literatura infantil negro-brasileira, para além da autoria feminina negra, tem uma importância fundamental que não esteve inscrita nos aportes teóricos de construção/formação de leitores tradicionais que é a própria autoidentificação do leitor enquanto sujeito social, político, histórico e cultural. Sobre essa dimensão e na contramão do que se preconizou durante o século XX, Yunes (2009, p. 30) discorre sobre a subjetividade enquanto índice de objetividade do mundo, na formação de leitores e das imagens que precisamos na composição dos signos internos dos quais discorre Bakhtin (2016): [...] da imagem que temos de nós mesmos, da que enviamos aos que estão em contato conosco, depende muito de uma visão dos nossos valores, interesses, compromissos, angústias, incertezas, fragilidades que assaltam a nossa pessoa [...].”

As obras que compõem essa literatura enunciam-se como contramemórias coloniais na medida em que são mecanismos que compõem o projeto literário de mulheres negras que, contrastivamente, dão vazão a uma produção estética peculiar, oriundas e resultantes de diversas experiências realísticas e/ou criativas, pois compreender as metáforas, as alegorias, os diálogos e distanciamentos que o texto literário infantil propõe é subsídio necessário para a (re)construção de identidades positivadas que, nesse contexto, são resultados das relações entre leitor, personagens e escritoras cujas poéticas são inscrições historicamente situadas, ou seja, encruzilhadas epistemológicas que dão fôlego às avenidas identitária.

Nas últimas décadas os valores transmitidos pelos livros infantis mudaram substancialmente. Se tínhamos a representação negra negativada, apresentada de maneira pejorativa, foi com as mudanças de paradigmas que se iluminou o que se pretendia abolir do imaginário coletivo infantil, mudanças essas que foram e continuam sendo resultados de inúmeros títulos que são inseridos no mercado editorial para a efetiva inclusão do(a) negro(a), bem como do protagonismo feminino, dado o surgimento de vozes femininas

negras que produzem literatura infantil negro-brasileira, especialmente porque elas [as vozes] se confundem ao passo que consideramos a tríade leitor-obra-autora.

Existe uma necessidade latente no âmbito da crítica literária, de se considerar o contexto, o lugar de fala e o tempo em que as narrativas foram publicadas, pois essas informações são importantes quando se objetiva uma crítica para a percepção dos avanços e supressões, bem como do teor que abordam e suas perspectivas. Yunes (2009, p. 41) disserta sobre a disposição do leitor para interagir com a obra e com as comunidades/grupos que ela representa, ou seja, “[...] a disponibilidade de si para interagir com uma obra nasce da subjetividade construída pouco a pouco pelas interações com outros sujeitos, outros repertórios, outros acervos [...]”.

A partir do que se considera enquanto interação e novos repertórios, as vozes insurgentes que projetam e escrevem a literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina negra, bem como delineada nessa discussão, retomam as memórias como processo de reconstrução do fio condutor entre passado e presente para se pensar e projetar um futuro mais plural e inclusivo, cujos lugares sejam de todos(as/es), independentemente de suas especificidades, embora se deva abdicar dessas para se incluir, o que garante o fortalecimento das identidades em trânsito.

São essas mesmas vozes que ora acenam para um povir de pleno reconhecimento, ora trazem para o centro de suas escritas e tematizações aqueles(as) que por séculos não tiveram voz, seja através de um empreendimento de literatura denúncia, seja através das histórias-vida, que revestidas na literatura infantil podem desenvolver um trabalho com a positivação das identidades e com a autoestima de crianças negras a partir do autorreconhecimento, para que cresçam conscientes de suas origens, mais seguras e independentes, galgando, assim, uma autonomia via empoderamento, segundo o que se depreende das discussões de Berth (2019).

No tocante à literatura infantil como acervo memorialista que é revisitado em todas as fases da vida, o diálogo que nasce em contato com o outro, via processo de interação, não deixa de encontrar os seus reflexos em diversas outras formas de expressão de nosso pensamento, segundo Bakhtin (2016, p. 59), o que nos garante uma dinamicidade e uma maior significação do texto literário que se apresenta, nesse contexto, como contranarrativa antirracista e antissexista pautada em perspectivas decoloniais e projetada para ser um mecanismo potencial na positivação das identidades inferiorizadas, na descolonização dos espaços, do pensamento e do poder instituído historicamente como de pertencimento dos

brancos. Ainda sobre essa produção literária se tornar uma possibilidade e da interação entre essa e as subjetividades dos leitores, Carvalho (2011, p. 25) acrescenta que “[...] a obra literária só permanece em evidência enquanto puder interagir com o receptor [...]”. Dado esse cenário, a interação entre obra e leitor no processo de significação da literatura infantil negro-brasileira toma para si a acepção de os textos contemporâneos fazerem parte de um organismo vivo e de que são lidos e interpretados de uma forma peculiar, haja vista seus lugares de fala e escuta, de forma contrastiva; e por tematizarem questões que vão do cabelo, no que diz respeito à estética, perpassando pelo racismo recreativo à busca por informações e mergulhos que se integram à narrativa, impulsionando-a.

Acerca do processo de conceituação dessa produção anterior à contemporaneidade, Oliveira (2019, p. 76) acrescenta que esse “[...] foi insuficiente para contemplar todas as possibilidades de criação literária, porque não se tem a dimensão de tudo que se produz. [...]”, o que ratifica a relação existente entre o cânone e o apagamento de um acervo substancial capaz de ilustrar as outras vias não oficiais, não canônicas e excêntricas, produzidas e ambientadas nos substratos, movimento que se altera com as reivindicações dos movimentos sociais de ativismo político, como o Movimento Negro Unificado, o Feminismo Negro, entre outros.

Se de um lado temos a presença do(a) negro(a) vigiada quando não silenciada, de outro essa presença, na tradição literária, serviu tão somente de adereço ou complemento das narrativas e personagens brancos(as), ou seja, aparece, mas não tem função, não altera nada, servindo para ratificar a superioridade das personagens ou os estereótipos. É buscando uma mudança de perspectivas, a superação desse abismo e a possibilidade de se construir outros cenários de representação que o projeto literário decolonial contemporâneo encabeçado por mulheres negras atua/atuará, no sentido de trazer à tona narrativas que envolvem

[...] o indivíduo em um processo de idealização de um todo, por compreender a trajetória deste todo do qual ele também faz parte. Compreender a história e se ver dentro dela leva o indivíduo a estabelecer vínculos afetivos capazes de gerar um comprometimento no plano das ideias. Mormente, o caso da população negra, todas as injustiças praticadas pelos brancos no passado e no presente levam o indivíduo negro consciente a elevar sua sensibilidade a um plano coletivo [...]. (CUTI, 2010, p. 91).

No sentido contrário ao que foi disseminado e tomado pelas escolas do país nos processos de tradução e adaptação dos clássicos infantis europeus, bem como as primeiras narrativas nacionais dedicadas ao nacionalismo/patriotismo, a produção contemporânea integra e responde por um todo coletivo cujas vozes aguerridas encabeçam um projeto que estabelece vínculos, afetividades e também se centra em uma estética peculiar, tanto na reescrita das trajetórias quanto no resgate histórico da presença e da contribuição do(a) negro(a) para o Brasil, o que requer dos estudos literários, especificamente da crítica literária, critérios, perspectivas, marcadores e aportes teóricos que sejam capazes de analisar essas narrativas conforme suas exigências.

Nesse cotejamento, de modo a ampliar as questões atinentes à temática africana e negro-brasileira no âmbito da literatura infantil, essa última sendo o foco desse delineamento enquanto produção contemporânea, sua estética objetiva descolonizar e liberar as subjetividades aprisionadas pela colonialidade que impõe a Barbie, a Branca de Neve, a Chapeuzinho Vermelho, a Cinderela e tantas outras personagens que compõem o imaginário infantil como modelos a serem seguidos e tudo aquilo que foge dessa noção e apresentação, formato, cor, anatomia etc. é destinado ao não-lugar, ou seja, o protagonismo negro é inconcebível nesses formatos e preferências, o que se tem questionado enquanto valores sociais que dão sustentação ao imaginário idealizado e ratificado pelas instituições-escolas quando não dão importância à lei 10.639/2003 e 11.645/2008, e como essas podem ser decisivas na constituição do eu, do outro e do nós enquanto processo de escolarização e humanização.

A ferida colonial, segundo o que discute Gómez e Mignolo (2012, p. 09), diz muito sobre os sentidos, as emoções e o intelecto dos(as) negros(as) apagados, como afirma Lélia Gonzales (1979; 1984; 2020) e Sueli Carneiro (2005; 2018), uma trajetória e um futuro interpelados pelas intersecções, informações essas que se bem analisadas mostram uma visão panorâmica do que foi oculto e como a descolonização é necessária para a existência desses grupos, pois a produção literária infantil contemporânea, para além de atender aos dispositivos legais, como a lei 10.639/03, materializa-se em contradiscursos que reiteram a necessidade de se discutir o racismo cotidiano e o recreativo, as várias pedagogias de opressão, bem como a autoria feminina negra, contrastada com a descolonização enquanto movimento necessário para a sobrevivência da população negra no Brasil.

A partir dessas materializações que nos fornece informações importantes para que pensemos na decolonialidade como garantia de vida, ao mesmo tempo que retrata um

Brasil plural de norte a sul, adentramos, subjetivamente, nas valas das grandes favelas do país, nos quilombos, nos quintais das casas grandes e no que se noticia diariamente nos (tele)jornais, que são porta-vozes do projeto da necropolítica executada pelo colonialismo/modernidade através ou com o aval do Estado. Essa desobediência, além de um marco epistemológico necessário, é de uma maternagem coletiva de cruzamentos, de avenidas identitárias importantes, entre dororidades, sororidades e subjetivações; é de cuidado e é sobre vidas e corpos negros que importam.

Portanto, são de percursos, que vão da teoria à tematização, conjugados com a especificidade autoral feminina negra e os movimentos de uma educação antirracista, reiteram suas contribuições que ultrapassam as fronteiras do espaço acadêmico, encontrando na escola e na formação de leitores, via ensino de literatura, um espaço propício para se trabalhar as relações étnico-raciais, numa via de educação antirracista, na possibilidade de propiciar às crianças e aos adolescentes materialidades para o empoderamento, para a conscientização e para o respeito à diversidade, ratificando a importância dos estudos afro-latino-americanos para uma sociedade plural e a ampliação do conceito de literatura infantil negro-brasileira, na contemporaneidade.

4 PROSA INFANTIL NEGRO-BRASILEIRA DE AUTORIA FEMININA NEGRA

A literatura e sua capacidade de afetar seus leitores, de diversas formas e por múltiplos meios, tem encabeçado discussões sobre a natureza literária, o que pode e o que a circunscreve, atravessando diversas correntes teóricas que a moldaram conforme seus desígnios. Desde a *Poética*, de Aristóteles, na qual definiu-se a literatura como arte da imitação, diferenciando-a de outras artes através dos meios, objetos e modos de imitação, o que segundo M. H. Abrams, em *O espelho e a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica* (2010 [1953], p. 26)⁹¹, se isola de todos os pontos de referência [leitor, autor(a) e das relações contextuais]⁹², quando a considera como autossuficiente em si mesma, a Antoine Compagnon, especificamente em *O demônio da teoria: teoria e senso comum* (1999⁹³), que considera a teoria da literatura como essencialmente crítica, opositiva ou polêmica, ou seja, um meio por onde se combatem as ideias pré-concebidas dos estudos literários, atuando como uma forma de resistência aos seus ideais cristalizados, possibilitando, nesse recorte discursivo, uma abertura para novas compreensões acerca da obra, de seu fazer literário, de seu contexto e de sua autoria, bem como de outras dimensões que a afetam.

Nesse tensionamento, as sete teses apresentadas por Compagnon (1999), a saber: *A Literatura, O Autor, O Mundo, O Leitor, O Estilo, A História, O Valor*, abrigam questões que discutem e correlacionam o texto literário a diversas óticas, especificidades essas que se tornam de extrema importância no processo de rompimento com o pensamento do Formalismo Russo (1910-1930) encabeçado por Viktor Chklovsky, Vladimir Propp, Yuri Tynianov, Boris Eichenbaum, Roman Jakobson e Grigory Vinokur etc., e da crítica tradicionalista, que cristalizaram a assertiva da obra fechada em si mesma, ou seja, o texto literário desvinculado de seu contexto de produção, de sua autoria, assim como de suas relações externas, como se este não tivesse um acordo com o meio e com a autoria e não

⁹¹ ABRAMS, M. H. Introdução: Apresentação das teorias críticas. In: *O espelho e a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2010 [1953].

⁹² Obra clássica da historiografia da crítica, na qual problematiza a diversidade de teorias da crítica o que, segundo o autor, dificultaria o trabalho do historiador. Abrams propõe um quadro de referências simples e manejável capaz de pensar a obra de arte, a saber: i) a obra (a obra de arte em si mesma); ii) o artista (quem a produz); iii) o universo (de que ela trata/temática) e iv) o público (ao qual ela se dirige).

⁹³ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução: Cleonice Paes Barretos Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

sofresse suas influências, compreensão que só se alterou com o pós-estruturalismo e com os Estudos Culturais⁹⁴, especificamente na literatura, em meados da década de 1990.

A partir de um mergulho na história da crítica literária, considerando o conceito de literatura em questão, esse não é único e se explicita a partir de tendências distintas, assim como as próprias categorias estéticas coincidem com as estruturas do mundo no qual elas estão inseridas, uma vez que na teoria tradicional da literatura a forma prevalece em detrimento do conteúdo e suas relações, postulado que foi ratificado pelos formalistas russos, no qual elementos exteriores como a autoria, a temática etc., não recebiam destaque. Esse movimento lançou as bases teórico-metodológicas para os estudos literários atuais, ao passo que recusou toda e qualquer interpretação extraliterária com ênfase constante na busca pela literariedade. Nessa dimensão, a compreensão da obra literária se altera com a crítica pós-estruturalista, encabeçada por Roland Barthes⁹⁵, buscando uma abordagem do texto literário que ia do subjetivismo à compreensão da literatura enquanto sistema composto pela tríade autor-obra-leitor, resultado dos impactos oriundos dos Estudos Culturais, conforme mencionado anteriormente. Cabe destacar que essa dimensão já fora discutida por Candido, em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (1959).

Candido, em seu ensaio *A literatura e a formação do homem* (1999)⁹⁶, além de apresentar alguns desdobramentos acerca da função humanizadora da literatura, discorre sobre seu domínio, adentrando em questões que vão desde sua função, como um todo, à autoria, via perspectiva estruturalista que defende a tese de que o significado de uma obra é

⁹⁴ Para Maria da Glória Bordini, em artigo intitulado *Estudos culturais e estudos literários* (2006, p. 14) “O método de trabalho dos Estudos Culturais partiu da análise literária para a cultural. Supõe uma primeira etapa atenta a toda espécie de elementos de linguagem, ênfases, repetições, omissões, imagens, ambiguidades, personagens, incidentes, enredo e tema. Isso é feito não pelo elemento em si, mas tendo em vista sua funcionalidade ao mesmo tempo estética, psicológica e cultural. Essa é determinada como decorrente do intercâmbio de necessidades provenientes da estrutura formal, de necessidades psicológicas oriundas do tipo de indivíduo que escreveu a obra e de necessidades culturais de um certo tipo de sociedade, num certo período”.

Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3swoZTfPqvUJ:https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/download/610/441/+&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 fev. 2022.

⁹⁵ Para Roland Barthes, em *O Grão da Voz* (2004): “Tudo tem um sentido mesmo o contra-senso (que pelo menos tem o sentido segundo de ser um contra-senso). O sentido consiste numa tal fatalidade para o homem que a arte, enquanto liberdade parece dedicar-se, sobretudo hoje, não a fazer sentido, mas pelo contrário, a suspê-lo: a construir sentidos, mas não a preenchê-los exatamente”.

⁹⁶ CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária*. n. esp., p. 81-89, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001022230>. Acesso em: 11 fev. 2022.

produzido e reproduzido dentro de uma sociedade através de diversos fenômenos culturais que o interpela e o afeta. Para o crítico,

[...] a literatura desperta inevitavelmente o interesse pelos elementos contextuais. Tanto quanto a estrutura, eles nos dizem de perto, porque somos levados a eles pela preocupação com a nossa identidade e o nosso destino, sem contar que a inteligência da estrutura depende em grande parte de se saber como o texto se forma a partir do contexto, até constituir uma independência dependente (se for permitido o jogo de palavras). Mesmo que isto nos afaste de uma visão científica, é difícil pôr de lado os problemas individuais e sociais que dão lastro às obras e as amarram ao mundo onde vivemos. (CANDIDO, 1999, p. 82)

A referência aos elementos contextuais nos quais o texto literário é gestado e nasce relaciona-o à própria significação que os leitores atribuem quando simultaneamente produzem sentidos, via dialogismo, a partir de outros conhecimentos/informações já existentes no seu arcabouço vivencial. Destarte, no mesmo processo, ampliando a discussão de Candido sobre o afastamento de uma visão científica, cabe destacar que coexistem duas faces: a analítica e a crítica; enquanto a primeira deixa em suspensão problemas externos que interferem em sua compreensão enquanto objeto de conhecimento científico, a segunda reforça sua significação quando relacionada a esses fatores exteriores, ou seja, se debruça sobre a função e suas relações com o humano e, conseqüentemente, com o processo de humanização.

No tocante à instância autoral e sua relação com a obra literária, Cuti, em *Literatura Negro-brasileira* (2010), especificamente no capítulo *Identidade por dentro*, tensiona a questão ao afirmar que no caso da produção literária negro-brasileira, o(a) romancista projeta ao mesmo tempo que antevê a recepção de sua obra. A questão a ser observada aqui é que a função da obra e suas relações com o humano, via fatores externos, possibilita a composição da identidade, cujo processo envolve o leitor, fazendo-o participar e ter consciência de um lugar que passa a ocupar a partir da significação da narrativa, ou, em outras palavras, “[...] Compreender a história e se ver dentro dela leva o indivíduo a estabelecer vínculos afetivos capazes de gerar um comprometimento no plano das ideias” (CUTI, 2010, p. 91).

A partir dessa compreensão, considerando a composição do romance contemporâneo e suas relações com os elementos contextuais externos do mundo, no que concerne à exigência ética da crítica pela forma, das categorias estéticas e de toda a

estrutura do romance de temática e autoria negro-brasileira ter a possibilidade de coincidir com a situação do mundo

A literatura não é contemplativa diante da vida, e o escritor(a) negro(a) que a configura faz escolhas e repertórios, direcionando-a diante dos problemas do mundo, das contradições da experiência humana de seu tempo, denunciando e forjando ferramentas capazes de comunicar o que por tanto tempo foi silenciado. Considerando essas especificidades, num giro decolonial, o eu-leitor infantil tem a possibilidade de elevar sua sensibilidade a um plano coletivo e passar a compreender o mundo a partir de outros referenciais, que em nossa discussão se dá no âmbito da identificação e significação do protagonismo e da autoria negro-feminina, via produção literária contemporânea negro-brasileira destinada às crianças, reforçando, assim, a função crítica e potencialmente humanizadora dessa literatura.

Nesse bojo, as narrativas literárias contemporâneas que integram o escopo da literatura infantil empreendem esses movimentos, tanto no plano das ideias quanto na possibilidade de superar e/ou dirimir as desigualdades frutos da modernidade/colonialidade, através de uma desobediência a essa matriz eurocêntrica e em diálogo com as perspectivas geradoras de uma educação antirracista e contra-hegemônica. Mas para que isso aconteça efetivamente, faz-se necessário uma mudança de postura, que vai desde as representações sociais ao plano intelectual, no sentido de adensar e fortalecer os meios e contextos onde se quer descolonizar o acompanhamento da evolução da arte literária, que se dá pela ruptura e não pela obediência. No contexto da literatura infantil, a partir do que discute Zilberman (2003, p. 45), compreende-se que esse giro decolonial, enquanto propostas de enfrentamento às lógicas da colonialidade e do pensamento moderno, deve acontecer quando a criança toma como base a vivência que tem no mundo, no nível propriamente existencial, já que no interior de um processo de leitura literária ela se depara e se vê

[...] privada ainda de um meio interior para a experimentação do mundo, ela necessitará de um suporte fora de si que lhe sirva de auxiliar. É esse lugar que a literatura infantil preenche de modo particular, porque, ao contrário da pedagogia ou dos ensinamentos escolares, ela lida com dois elementos adequados para a conquista da compreensão do real: uma história, que apresenta, de maneira sistemática, as relações presentes na realidade, que a criança não pode perceber por conta própria [...] a linguagem, que é o mediador entre a criança e o mundo, de modo que, propiciando, pela leitura, um alargamento do domínio linguístico, a

literatura preencherá uma função de conhecimento [...]. (ZILBERMAN, 2003, p. 45-46).

Em decorrência disso, a autora enfatiza a importância da literatura infantil em auxiliar e ampliar a compreensão do mundo ao passo que fornece materialidades, através de uma compreensão do real, amparadas na assertiva de trabalho com a história, paralelamente com a língua(gem) enquanto mediadora entre a criança e seu contexto vivencial, via imaginário, possibilidades essas que dialogam com a discussão anterior trazida por Cuti (2010). Nessa esteira, o desenvolvimento das capacidades intelectuais como resultado da leitura literária pelas crianças ratifica a especificidade de nosso delineamento no trabalho entre autoria e obra literária, e como esta representa suas personagens, podendo ser analisadas a partir da categoria interseccionalidade.

A interseccionalidade enquanto categoria teórica e ferramenta metodológica, se alinha às possibilidades de a produção literária infantil ter uma grande abertura para abordar os mais diversos temas, considerando, para tanto, que o livro infantil desconhece um tema específico e não é determinado por uma forma, admitindo uma pluralidade constitutiva e, fornecendo, assim, um vasto repertório aos seus leitores. Nessa acepção, fala-se, então, de diversas formas na literatura infantil e não de uma forma unívoca e absoluta. A forma é tátil, flexível e acompanha as várias faces da constelação da vida. Há uma adaptação da forma à natureza da matéria e o conceito de interseccionalidade é o eixo que permite essa mobilidade na articulação entre a obra e a vida concreta, o que suscita uma discussão entre teoria e prática, seguindo o conceito de *práxis*⁹⁷ de Paulo Freire⁹⁸. Portanto, a relação autoria/obra, já anunciada em diversos momentos, carrega o seu lastro político, "crítico, opositivo ou polêmico".

Nesse bojo, empreende-se a assertiva de que a literatura de autoria feminina negra se torna mecanismo de descolonização do *poder*, do *saber*, do *ser* e, conseqüentemente, da literatura enquanto contranarrativa, pois além da tematização e da autoria, traz como protagonistas personagens negros(as) que são atravessados pelas mais diversas questões identitárias e conflitos, desde os episódios de racismo cotidiano e recreativo às divisões de classe que podem ser percebidas/sofridas, inclusive, na escola, quando se analisa o

⁹⁷ FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

⁹⁸ Em *Pedagogia do oprimido*, Paulo Freire discorre sobre a relação teórico-prática, tendo como *locus* de atuação/percepção, o contexto da sala de aula ou à educação, de modo geral. Para esse autor, o conceito de *práxis* à educação, está a serviço da libertação, fundada na criatividade, no diálogo, na reflexão, na conscientização e em ações dos homens sobre a realidade visando a sua transformação.

tratamento dado a determinados alunos em detrimento de outros, por exemplo. Essas problemáticas circundantes ilustram e motivam a análise crítica da produção literária infantil contemporânea, especificamente, a negro-brasileira, na busca de respostas, representações e cenários que preencham as lacunas que o indivíduo, e não necessariamente o negro, tem no imaginário durante a infância.

No intento desse contexto, os porquês da falta de representação/representatividade, bem como a formação de uma literatura negro-brasileira anterior e posterior à lei 10.639/2003, possibilitam novas compreensões sobre a ausência/insuficiência da produção literária negro-brasileira paralelamente a vazão de discussões que vão desde a história “oficial” às políticas geridas pelo mercado editorial brasileiro, como um conglomerado mantenedor de poder e em função do projeto da modernidade/colonialidade. Assim, de forma indispensável, a obra literária demanda o substrato material da história em sua composição crítica, apesar de, em sua essência como arte, não se circunscrever às contingências temporais.

Nos capítulos anteriores apresentamos apontamentos para (re)pensar a literatura brasileira desde as noções de cânone/tradição literária, contrastando passado e presente e apresentando seus sistemas literários invadindo suas margens, adentrando no universo da literatura infantil, especificamente no que diz respeito à sua gênese na Europa, que também reforça o cânone e suas preferências. Outro ponto importante, é o que diz respeito ao processo de nacionalização dessa e, conseqüentemente, os resultados de décadas de militância dos movimentos sociais, especificamente o movimento negro, assim como da incursão de novas autorias que revestiram a literatura brasileira com novas temáticas, posicionamentos e personagens, desde a década de 1970, no que compete ao universo da literatura infantil.

As discussões que deram fôlego aos tópicos de autoria feminina negra e apresentaram os processos que motivam e dão vida ao contradiscurso, consideraram importante o (re)fundamento das noções e a proposição de uma crítica decolonial interseccional entre raça, classe e gênero, ou seja, problematizada e pensada a partir das relações entre obra literária e seus meios de circunscrição, via perspectivas contemporâneas que entendem a obra literária como parte de um todo histórico e socialmente situado, preservando suas especificidades estéticas, mas não delimitando essa produção a si mesma.

No que compete ao terceiro capítulo, em que nos debruçamos sobre a descolonização e suas implicações no âmbito literário, o giro decolonial proposto desde o final da década de 1980 por Aníbal Quijano⁹⁹ é revestido por uma sucessão de discussões que só foram sistematizadas a partir da teoria decolonial, entre elas o questionamento sobre as narrativas oficiais e totalizantes, o que acabou gerando, durante séculos, um movimento de esquecimento e apagamento de vidas e produções artísticas classificadas como marginais, subalternas, de menor valor estético, ou, sob a ótica das *outridades*, que não têm importância para o projeto gerenciado pelo grupo hegemônico dominante, senão para a força de trabalho e subserviência. Ademais, intentamos discussões sobre a importância dos movimentos sociais como pioneiros na descolonização a partir das vozes e pautas dos(as) subalternos(as), bem como a corporificação da desobediência na produção literária destinada às crianças e como essa é influenciada pelo pensamento feminista negro e suas intersecções.

O percurso contemporâneo de conceituação da produção literária possibilita que se problematizem os avanços resultantes dos movimentos sociais e suas implicações enquanto projeto literário decolonial encabeçado pela intelectualidade negro-feminina, partindo tanto dos espaços acadêmicos quanto dos fronteiriços, questionando de que forma as diversas linguagens e, em nosso caso, a literatura, podem colaborar para a descolonização do imaginário infantil produzindo contextos plurais, tensionamento esse que nos direciona para uma guinada subjetiva¹⁰⁰ entre teorias e materialidades artísticas, no desdobramento de respostas à modernidade/colonialidade como disputas entre memória e história, segundo Beatriz Sarlo (2007).

Portanto, partindo das assertivas contemporâneas de que a literatura está intrinsicamente ligada aos contextos e perspectivas que viabilizam, analisam e dão vazão a novos cenários, temáticas e protagonismos, bem como do surgimento de novos atores sociais, pretendemos dialogar com as discussões teóricas anteriores, objetivando investigar,

⁹⁹ Grupo Modernidade/Colonialidade (Proyecto M/C), surgido no final da década de 1980, teve como fundador Aníbal Quijano. Esse grupo surge na esteira do grupo indiano de Estudos Subalternos, na década de 1970, representado por Gayatri Spivak. O grupo continua até os dias atuais, em nosso caso, com foco nas demandas na América Latina, surgindo como resposta ao grupo indiano que tem foco na Ásia.

¹⁰⁰ Para Beatriz Sarlo, em *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva* (2007), no tocante ao boom da memória, no tocante às experiências traumáticas e sensíveis, a guinada subjetiva é uma disputa entre a memória e a história, apontando que nas últimas décadas houve uma demanda social grande em busca por obras que se centrem nos “lugares de memória”, tais como obras literárias respondem às expectativas de seus leitores ao passo que representam as inquietudes do presente.

através do *corpus* literário selecionado, a presença da autoria feminina negra e como essa vem representando suas personagens, interseccionalizando raça, classe e gênero. Para tanto, aprofundaremos a análise-crítica nos protagonismos, nas temáticas e seus desdobramentos, buscando responder como essas autorias integram um projeto literário decolonial contemporâneo em desenvolvimento.

4.1 Os protagonismos negro-brasileiros e femininos na produção literária contemporânea

Nas últimas décadas temos observado uma ascensão dos movimentos de escrita, de publicação e de pesquisa de/sobre literatura contemporânea produzida pelas minorias, principalmente, a autoria feminina negro-brasileira, considerando o recorte desta tese. Na direção desse olhar, parte considerável da intensa mobilização é resultado de projetos literários autônomos, sem financiamento e sem acolhimento por parte da legislação vigente (Leis 10.639/03 e 11.645/08), ganhando fôlego nos movimentos sociais que, agindo em diversas frentes, articularam-se e pressionaram o poder público para que se viabilizasse uma legislação e se oportunizasse, de forma concomitante, acesso ao universo de narrativas literárias e produções históricas não-oficiais, no tocante ao âmbito escolar, visto que essas produções foram barradas pelos critérios e políticas de exclusão vigentes, deslocando-as para as margens e destinando-as ao esquecimento.

Na contramão do que foi preconizado pelo cânone literário, considerando os avanços alcançados pelo universo da literatura infantil contemporânea, o leque de protagonismos e personagens brancos(as), europeus e pertencentes às elites foi dando espaço a protagonismos excêntricos e narrativas que tinham como territorialidade tanto as grandes cidades quanto os interiores do Brasil, adentrando em periferias, além da retomada dos diálogos transatlânticos e afrodiaspóricos capazes de ampliar as percepções de crianças em processo de formação, principalmente no que diz respeito às imagens construídas e disseminadas de África, dotadas de estigmas e estereótipos e que geraram sucessões de distorções no imaginário coletivo. Ademais, a contemporaneidade é percebida como um tempo de deslocamentos e de novos saberes, seja no âmbito da autoria, seja no universo das temáticas e de protagonismos jamais cogitados, considerando a gênese e a colonialidade do poder, o que possibilita com que o processo de fruição literária seja

guiado, também, por leituras decoloniais e pelo movimento de auto-pertencimentos desses leitores.

As possibilidades da literatura infantil articuladas com as especificidades autorais e temáticas negro-brasileiras e femininas impulsionam essas narrativas para diversas significações: de um lado tem-se a narrativa em si e suas características, dentre as quais destaca-se a ilustração; do outro, a tematização, muitas vezes, de suas próprias histórias de vida, via biografia, autobiografia e autoficção, como categorias contemporâneas de percepção do texto literário em todas as suas incursões. Nesse bojo, novas fronteiras se abrem e se ultrapassam com a narrativa destinada às crianças, o que encontra na parceria da linguagem [verbal, escrita e visual] a representação literária do mundo, adequada à faixa etária e às expectativas do público leitor que se encontra em processo de construção e desenvolvimento identitário.

No intento dessa relação, Petit (2009, p. 71) discorre sobre o processo de desenvolvimento do sujeito ao passo que nomeia o que vive a fim de transformar suas realidades. Para essa autora:

[...] A linguagem não pode ser reduzida a um instrumento, tem a ver com a construção de nós mesmos enquanto sujeitos falantes. [...] o que determina a vida dos seres humanos é em grande medida o peso das palavras, ou o peso de sua ausência. Quanto mais formos capazes de nomear o que vivemos, mais aptos estaremos para vivê-lo e transformá-lo. Enquanto o oposto, a dificuldade de simbolizar, pode vir acompanhado de uma agressividade incontrolada. Quando se é privado de palavras para pensar sobre si mesmo, para expressar sua angústia, sua raiva, suas esperanças, só resta o corpo para falar: seja o corpo que grita com todos seus sintomas, seja o enfrentamento violento de um corpo com o outro, a passagem para o ato.

Se a construção de si mesmo é essencial e precede uma leitura do mundo, representar é, nesse contexto, uma arma poderosa na constituição dessas crianças, uma vez que estão em processo de desenvolvimento e buscam referenciais para subsidiar esse imaginário. Assim, quanto mais diversa é a produção literária a que esses leitores terão acesso, maior será a ampliação de seus horizontes e sentidos, o que corrobora com a assertiva defendida por Candido da literatura ser uma forma e um meio de humanização. No movimento de humanização a partir da leitura literária, muitas vezes, se recuperam traços substanciais perdidos nos primeiros anos de vida da criança e que são de extrema importância para a construção de sua personalidade, como o pertencimento e

empoderamento étnico-racial, temática bastante recorrente nas narrativas infantis contemporâneas negro-brasileiras.

Jurema Oliveira, em *O legado raça e suas implicações em narratogias modernas e contemporâneas* (2020, p. 46), afirma que existe uma preocupação do(a) autor(a) africano e negro-brasileiro sobre seus projetos literários, pois essas narrativas, além de subverterem as lógicas dominantes, buscam recuperar e positivar traços e imagens das minorias que foram secularmente apagadas da memória individual e coletiva. Para a pesquisadora, o(a) escritor(a) exerce o ofício de:

[...] recuperação de uma imagem positiva daqueles que durante décadas foram subjugados. Essa visão traz à tona uma nova possibilidade de leitura do cenário cultural, já que o elo construído na margem por aqueles que estiveram longe da esfera política, fortalece a ideia de que só um projeto coletivo elaborado por agenciadores negros poderá criar uma rede de cumplicidades que promova o diálogo no espaço diaspórico das Américas. (OLIVEIRA, 2020, p. 46).

Assim, no que compete às representações, é importante denotar que a produção contemporânea alterou a tradição das personagens negras na literatura infantil que eram sempre representadas de forma estigmatizada e estereotipada, o que fortaleceu por muitas décadas o racismo e apagamento das personagens negras e, quando representadas, sempre como coadjuvantes e subservientes.

Com a alteração dos cenários através de representatividades políticas, movimentos sociais e políticas públicas de inclusão, bem como a incursão de um acervo de narrativas protagonizados por crianças negras, principalmente nas últimas cinco décadas, existe à disposição dos leitores um acervo considerável e diverso, no tocante à tematização africana e negro-brasileira, assim como se percebe o aumento de meninas negras que passam a protagonizar as narrativas, trazendo ao público infantil questões que vão desde a percepção da identidade racial (eu negro/a), principalmente no que diz respeito a cor da pele, o cabelo, a identificação fenotípica à genealogia, costurando essas percepções com as histórias e conquistas de negros(as). É importante, ainda, pensar nos modos como as escritoras negras constroem suas personagens/protagonistas, especificamente essas últimas, ao passo que se problematiza, de um lado, como a literatura infantil tem apresentado essas meninas aos seus leitores; de outro, de que forma a leitura dessas narrativas pode mobilizá-los para sua significação, fomentando um pertencimento étnico-racial e de gênero?

Considera-se, para tanto, a natureza do literário e as novas percepções sobre teoria e crítica literária, principalmente as advindas da relação entre autor-obra-leitor.

4.1.1 *Os tesouros de Monifa*

A partir da assertiva de que as crianças são (re)produtoras de cultura e que por meio da participação e interação com o mundo (re)significam as relações e suas percepções, a narrativa infantil *Os tesouros de Monifa*, de Sonia Rosa, recorre à genealogia para apresentar aos seus leitores o legado de mulheres africanas que, sendo visionárias, deixaram um acervo grande de conhecimento que deve ser lido e compartilhado entre todos. A intelectualidade negra, presente em todas as narrativas que compõe nosso *corpus* literário, é dotada de uma ótica visionária e integrante de um movimento de educação antirracista, pois é através de um processo de conscientização que rompe com as lógicas opressoras que gerem os mecanismos de atuação, ou seja, produzem uma desobediência epistêmica na literatura objetivando uma guinada subjetiva de seus leitores.

A protagonista de *Os tesouros de Monifa* não tem nome, sabemos que é uma menina negra curiosa e muito sensível que fica responsável por guardar os diários de sua tataravó, *Monifa*, dando continuidade à tradição de preservação das memórias de sua família.

Ela era muito esperta! Soube juntar e recolher pedaços de seu tempo para que a gente de hoje pudesse espiar um pouquinho do ontem... O encontro do passado com o presente tem embalado esse tesouro valioso da minha família. Eu mesma conheço as rezas e alguns versinhos. Escuto as histórias da sua terra desde menininha e adoro ouvi-las até hoje! Elas me acalmam e me transportam para o além-mar e para o além-tempo... (ROSA, 2009, p. 10)

A identificação da protagonista com as memórias da tataravó e a continuidade da preservação desse legado fortalece a compreensão de que existe um fio condutor entre as gerações. Na literatura negro-brasileira essa característica é enaltecida objetivando o resgate de trajetórias e os legados não considerados como importantes pela matriz opressora dominante. Nesse intento, ao passo que a narrativa vai se desenvolvendo, percebemos gerações de mulheres que se dispuseram a preservar esse legado e, diante da curiosidade da protagonista, por motivo de seu aniversário é incumbida a ser a nova guardiã dos diários de sua tataravó *Monifa*:

Acordei naquele dia com o coração em festa! Era o meu aniversário! Minha mãe e avó Abgail me chamaram num canto e me comunicaram com voz solene que, sendo a filha mais velha, havia sido escolhida para ficar com “o tesouro”. Ele agora me pertencia e deveria ser levado para minha casa quando eu virasse gente grande. Deveria cuidar dele com muito carinho e passá-lo adiante. Foi a melhor notícia que recebi na minha vida! Que grande presente! (ROSA, 2009, p. 13)

A memória, enquanto categoria central na narrativa em análise, não só ratifica os traços ancestrais que ligam africanos e negro-brasileiros, via diáspora, como enfatiza que o gênero romance se renova e se hibridiza, considerando as necessidades dos leitores e, no contexto da (re)construção das identidades, o retorno ao passado objetivando entender o presente. Para Colomer (2003, p. 223), esse protagonismo e suas temáticas supõem a criação de novos imaginários a partir de caminhos associados, majoritariamente, ao fato de a literatura infantil ser “[...] instrumento privilegiado, tanto para resolver os conflitos psicológicos das personagens, como para a denúncia das formas da vida da sociedade [...]”.

Assim, a menininha direciona o leitor para um mergulho nas histórias de sua família, através dos diários de sua tataravó. É importante enfatizar que a principal virtude desse direcionamento é a leitura positivada dessas gerações e seus legados, bem como de suas especificidades culturais, históricas, linguísticas etc., tal como a carta que Monifa deixa para as gerações futuras como forma de manutenção do vínculo tanto ancestral quanto geográfico (África-Brasil), o que acaba por ratificar a importância das histórias nas gerações: “Para os meus filhos e os filhos dos meus filhos!!! As raízes de vocês estão na minha África. Por isso devemos amar esse lugar com toda a força do amor que mora no fundo do coração de vocês. É lá que me encontrarão e a toda nossa gente”. (ROSA, 2009, p. 20).

Ana Rita Santiago, em *A autoria negro-feminina no Brasil e em Moçambique: algumas possibilidades e desafios ao ensino de literatura* (2020, p. 145)¹⁰¹, discorre sobre as histórias e protagonismos trazerem questões emancipatórias, regadas de memórias. No que compete à autoria negro-feminina contemporânea, Santiago afirma que:

[...] A produção literária de mulheres negras brasileiras e moçambicanas tem desenhado, por vezes, dobras e trânsitos de uma dicção literária atravessada por temas e propósitos que se circunscrevem entre tradições, memórias, identidades e histórias e também, a vida cotidiana e o mundo

¹⁰¹ In. OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus; SANTIAGO, Ana Rita. (org). *Literaturas Afro-brasileira e Africanas: produção, ensino e possibilidades*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020.

[...] sonhos por transformações, vivências e reinvenções de (re)existências. [...]

Santiago discute o projeto literário desenvolvido por mulheres negras empreendidas na luta antirracista e antissexista. Ademais, essas temáticas corroboram com o que preconizam as leis 10.639/03 e 11.645/08, uma vez que tal respaldo legal possibilitou uma incursão não somente na escola, mas em outros espaços informais de educação, bem como a alteração de políticas próprias criadas pelo mercado editorial para barrar e dificultar a publicação e o acesso a essa literatura. Essa assertiva se confirma na discussão de Colomer (2003, p. 13), de que “uma parte muito importante da formação literária das crianças e adolescentes de nossa sociedade produz-se atualmente através da leitura de textos de ficção criados como um produto editorial específico [...]”. Assim, considerando o diálogo com a narrativa em análise, o fenômeno cultural da leitura literária para crianças, independente da temática, contribui para o entendimento das convenções culturais e sociais que regem as obras literárias e os mecanismos que as circunscrevem.

Se por um lado a protagonista de *Os tesouros de Monifa* é a responsável pela preservação do legado de sua família, através da caixa deixada pela sua tataravó e dos diários que guardam um acervo histórico e literário de suas vivências em África; de outro, motiva os leitores para uma reflexão sobre suas ancestralidades, principalmente crianças negras que se deparam com a possibilidade de significar a narrativa a partir de outras zonas de experiências vivenciais, como a identificação étnico-racial e de gênero, além do movimento de se deslocar e assumir o protagonismo da narrativa ao passo que interage com ela.

Não se esqueçam da nossa história. Não se esqueçam do nosso sofrimento. Mas, principalmente, não se esqueçam da nossa luta. O corpo pode estar preso, amarrado, maltratado, mas as ideias e os pensamentos nunca se escravizam. É isso que faz a diferença! Nesses tempos duros em que a tristeza, às vezes, não nos permite nem levantar da cama, a imaginação é o atalho para aquietar o coração... Nessas horas fecho os olhos bem fechados e visito minhas saudades... Encontro minhas pessoas queridas, que ficaram pelo caminho, e chego aos lugares da minha infância... Sinto o cheiro do vento e a temperatura do chão acariciando meus pés... Estar sempre em contato com minhas raízes me fortalece e é também uma maneira de não me perder da minha história, isto é, não me perder de mim mesma.... (ROSA, 2009, p. 20)

A carta escrita por Monifa e endereçada “[...] aos filhos e filhos dos filhos”, além de servir como mecanismo de desobediência à colonização enquanto fala enfática e

comunicável, ao passo que é significada; de outro lado, se torna um mecanismo de reexistência - é um apanhado afetivo de um legado coletivo que se transforma em muitas lições aos leitores, principalmente sobre a liberdade, sobre a importância de preservação da história e sobre o desejo de um futuro cheio de esperanças: “[...] Desejo que as minhas esperanças renovem as de vocês e que os meus sonhos se multipliquem junto aos seus... Desejo também que o amanhecer de cada dia seja uma possibilidade de um dia melhor [...]” (ROSA, 2009, p. 21).

As marcas de uma positivação das presenças negras na literatura infantil são nítidas e dialogam com outras perspectivas como, por exemplo, a ampliação do repertório cultural para que seus leitores estejam cada vez mais em pleno exercício de autoconscientização. É importante mencionar a discussão de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, em *Literatura Infantil Brasileira: uma nova outra história* (2017, p. 57), na qual as autoras abordam a incursão dessas temáticas e dos novos protagonismos, considerando o contexto do mercado editorial brasileiro e seus avanços desde as últimas décadas do século XX às primeiras do século XXI, constituindo-se, assim, como “[...] um tempo particularmente eufórico para o Brasil”.

Segundo essas autoras, o cenário altera e possibilita uma redemocratização:

Um cenário se manifesta em todas as áreas sociais e afeta profundamente a cultura em seus processos e produtos. Afeta de maneira específica distintas modalidades artísticas, mas mexe com todas. Da pintura à dança, da música ao teatro e ao cinema multiplicam-se projetos públicos de apoio à produção estética, e proliferam espaços e eventos que favorecem a circulação de criações artísticas e seu consumo. No que diz respeito à literatura, cresce consideravelmente o número de livros impressos, em especial das obras –didáticas e literárias – destinadas a crianças e jovens. Livros para crianças e jovens exibem espetacular desenvolvimento [...] propondo, desdobrando e consolidando novas formas de produção e difusão. (LAJOLO; ZILBERMAN, 2017, p. 58).

A leitura da literatura infantil não se restringe, contemporaneamente, ao livro impresso, uma vez que substancialmente se tem conhecido diversos espaços de leitura e tipos diferentes de materialidades que abrigam essas narrativas, uma espécie de ressignificação e modernização do conhecido livro-objeto. Contudo, os projetos literários encabeçados pelas minorias, quais sejam (negros, indígenas, *queer's* etc.); em bibliotecas, nas escolas ou nos *tlabets* e celulares, preservam a natureza da narrativa infantil que se encarrega de comunicar algo, independentemente das vias de acesso e do objeto. Monifa é dessas narrativas que se materializa na vida cotidiana de crianças negras que se veem

inseridas numa maternidade coletiva, principalmente tangenciada pela afetividade cuja significação afeta suas vidas de uma maneira singular por compartilharem das mesmas vivências.

A partir do desenrolar da narrativa, a protagonista entende que sua história faz parte de uma história coletiva: “E aí eu fechei os olhos bem fechados e fiz uma descoberta: descobri que aquele tesouro não era só da minha família, era de todo o nosso povo, porque minha tataravó africana é um pouquinho avó de todos os brasileiros”. (ROSA, 2009, p. 29). A protagonista finaliza a narrativa ampliando a participação da tataravó na vida de toda a coletividade negro-brasileira. Nesse bojo, tal movimento sinaliza uma estratégia importante utilizada pela autora, já que, quando lido, o fragmento poderá ser significado pela criança como uma afirmação ou uma espécie de direcionamento, fazendo-o voltar o olhar ao seu entorno e entender que Monifa, como uma espécie de *griot*/avó que guarda suas histórias e deixa lições, ativa as memórias para que cada leitor(a) se perceba como integrante de um contexto histórico que é anterior a si mesmo e passe a ter consciência desse elo.

No que diz respeito às personagens, Beth Brait, em *A personagem* (2017, p. 09) enfatiza sua importância no jogo de significação da obra literária, direcionando-nos a compreender a aproximação entre o leitor do processo criativo, o que abre uma janela para o universo da criação:

As personagens são seres criados pelos homens e chamados de personagens, assim como seus criadores, não para de se multiplicar, movimentando o jogo artístico-literário que entrelaça criador, criatura e todos aqueles que se envolvem com eles, vivenciando-os, amando-os, odiando-os ou tentando entendê-los [...]

As intersecções construídas em torno do fenômeno literário encontram fôlego nas palavras de Brait, já que ao mesmo tempo em que se multiplicam as possibilidades de significação da obra literária em virtude de suas relações, amplia-se a capacidade dos leitores de se movimentarem por outros espaços a fim de dar vazão a tais repertórios, buscando referenciais concretos, nesse caso, na figura dos mais velhos, no movimento de trançar os cabelos pela avó e pela mãe, no encaminhamento de significar seu *devoir* existencial enquanto crianças negras. Petit (2009, p. 74) acrescenta que desde a infância a leitura desse acervo pode representar a abertura do imaginário, ou seja, um lugar de expansão do repertório das identificações possíveis.

[...] os livros também são companheiros que consolam e às vezes neles encontramos palavras que nos permitem expressar o que temos de mais secreto, de mais íntimo. Pois a dificuldade para encontrar um lugar neste mundo não é somente econômica, mas também afetiva, social, sexual e existencial. [...] (PETIT, 2009, p. 74)

As dificuldades para encontrar lugar(es) e palavras que nomeiem os pensamentos e sentimentos mais íntimos, paralelamente ao fato de a literatura ser uma válvula de escape e de superação, retoma a protagonista que, comovida pelo presente que recebera de sua mãe e avó, se emociona: “[...] Ao mesmo tempo, comecei a pensar que, há muito, muito tempo, as mãos da minha tataravó africana pegaram naquela caixa, e os seus dedos, cansados de trabalhar sem hora, escreveram aqueles tesouros...”. (ROSA, 2009, p. 14). Para Santiago (2020, p. 144-145), esse protagonismo conjugado com a autoria feminina negra solidificam cartografias literárias, num exercício de cumprir o que essa autora define como movimento “devir-resistência”, ou seja, “[...] um árduo labor de (des)silenciar as suas vozes autorais e, a um só tempo, forjar, como se desenha neste texto, as suas produções literárias” (SANTIAGO, 2020, p. 145).

4.1.2 *Histórias da Preta*

De outro lado, *Histórias da Preta* (2005 [1998]), de Heloisa Pires Lima, é dessas narrativas históricas que revestem o imaginário infantil com um acervo importante, tanto do ponto de vista da revisitação histórica quanto da organização do enredo em torno dos novos protagonismos e temáticas. A protagonista, *Preta*, se apresenta logo no início da narrativa, o que indica o percurso e de que forma irá conduzir os viajantes (leitores) pelas várias histórias que irá contar: “[...] Cresci uma menina igual a todas as meninas e diferente de todas as outras. Desse jeito sou eu com minha história, nesta história com todos os tamanhos que couberem neste livro”. (LIMA, 2005, p. 05). Carinhosamente chamada de Preta pela tia Carula, a menina vai contando seus passos e narrando as histórias de seus antepassados, bem como os processos pelos quais africanos foram submetidos durante o período da colonização.

Acerca da leitura dos fatos históricos e da significação desses por parte dos leitores, Antonio Candido discorre, em *A personagem do Romance* (2014, p. 53), que:

Geralmente, da leitura de um romance fica a impressão duma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes fatos. É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino – traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. [...]

Para Candido, não existe uma separação entre as personagens e o que elas são e vivem na narrativa. Não há como deixar de lado uma dessas dimensões. Essa assertiva toma corpo em *Histórias da Preta* ao passo que a protagonista, didaticamente, apresenta a formação do continente africano através das etnias e como essas foram importantes para a organização das sociedades, incutindo fatos históricos e científicos apagados em virtude do pertencimento africano, como podemos denotar no fragmento: “[...] Foi no continente africano que encontraram o fóssil humano considerado até agora o mais antigo do planeta, com mais de 40 mil anos de idade. É dessa gente antiga que o mundo descende”. (LIMA, 2005, p. 09).

As dicções literárias das literaturas negro-brasileiras, especificamente as escritas por mulheres negras, apresentam a possibilidade de reconfiguração do mundo a partir das *outridades*, ou seja, do que ficou do lado de fora dos chamados centros de poder e visibilidade, seguindo a lógica da analítica da colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2019). Nessa acepção, tanto o silenciamento quanto o apagamento de suas presenças são retomados na produção literária contemporânea como guinada subjetiva capaz de desarmar a colonialidade, via leitura literária. Santiago (2020, p. 149) acrescenta que essa produção literária: “[...] é atravessada por temas que desfilam entre anseios por transformações e ressignificações de (re)existências e por fios históricos, imaginários e existenciais que tecem, descontínua e paulatinamente”.

Assim sendo, ao passo que se conta a história dos africanos e das diásporas nas Américas, intertextualmente, o pertencimento étnico da Preta é apresentado de forma subjetiva, relacionado com coisas do cotidiano e de fácil relação: “– Eu não sou preta, eu sou marrom. Cor de doce de leite, como a canela, como o chocolate, como o brigadeiro. Cor de telha, cor de terra. Eu sou assim... da cor dos olhos dos meus pais!” (LIMA, 2005, p. 08). A estratégia mobilizadora, utilizada pela Heloísa Lima, corrobora com a assertiva da literatura infantil ser um espaço imaginário de possibilidades, pois alinhada às expectativas dos leitores, atua não só comunicando o intangível, mas fomentando uma formação linguística, cultural, histórica, antropológica etc., como discorrem Cosson e

Paulino (2006) acerca do letramento literário. No que compete à instância intertextual que as obras literárias contemporâneas têm recorrido, Lajolo e Zilberman (2017, p. 80) pontuam que:

[...] a literatura infantil e juvenil do Brasil no século XXI tem buscado investir em modos originais e instigantes de expressão. Resiste, por esse meio, a meramente dobrar-se às exigências de seus financiadores, públicos e privados, ao mesmo tempo em que requer e forma um leitor inteligente, capaz de interagir com obras criativas e inovadoras. [...] Dois são os traços mais evidentes do empenho em propor desafios a seus destinatários: o recurso à intertextualidade e o apelo à metalinguagem [...]

A recorrência à metalinguagem pela protagonista Preta, através da exposição dos fatos históricos e do processo de descrição dos universos africanos como berço de suas matrizes, responde pela natureza peculiar da obra, já que são histórias que se costuram e que alimentam o imaginário dos leitores na possibilidade de refundamento das noções ocidentocêntricas sobre África e suas diásporas, bem como o que pode tematizar a literatura negro-brasileira, fundando, assim, para-campos literários na contramão do afroportunismo¹⁰².

É importante discorrer acerca do estado psicológico de Preta, no tocante à sua auto-identificação étnica e seu processo de pertencimento racial também a partir da ótica do outro: “[...] Ser negra é como me percebem? Ou como eu me percebo? Ou como vejo e sinto me perceberem? Tenho um amigo que só às vezes é preto. Que fica preto quando vai à praia no verão. Mas ser negro é muito mais do que ter um bronze na pele”. (LIMA, 2005, p. 08). O conceito de colorismo, sendo uma discussão atual no âmbito acadêmico, tem seu início na década de 1980 com a escritora Alice Walker¹⁰³. Inicialmente, essa categoria foi pensada para fazer uma leitura superficial do sujeito a partir de sua cor de pele (tonalidade), a fim de classificar, o que gerou processos distintos de discriminação. No Brasil, acrescenta-se o fato de as características fenotípicas (cabelo, nariz, lábios etc.) serem analisadas e sobrepostas na composição dessa análise, o que influencia na discriminação e nas barreiras enfrentadas por negros(as) de pele mais escura, via ótica da branquitude.

¹⁰² Se refere às ações exercidas por pessoas não-negras sobre pautas e questões atinentes à negritude, quando é conveniente.

¹⁰³ Termo utilizado pela escritora na obra: *If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?*

Numa linguagem didática, quem tem a cor mais escura sofreria mais preconceito do que as que têm pele mais clara, considerando o branco como norte positivo e o preto negativo. É partindo dessas noções que o racismo se equipara e classifica seus níveis de atuação. Para Alessandra Devulsky, em *Colorismo* (2021, p. 14):

Partindo de uma abordagem que destaca as circunstâncias materiais imprimidas na maneira pela qual homens negros e mulheres negras sofrem suas consequências, o colorismo surge como um quadro identitário racial e político que plasma os sujeitos em um arquétipo predefinido [...].

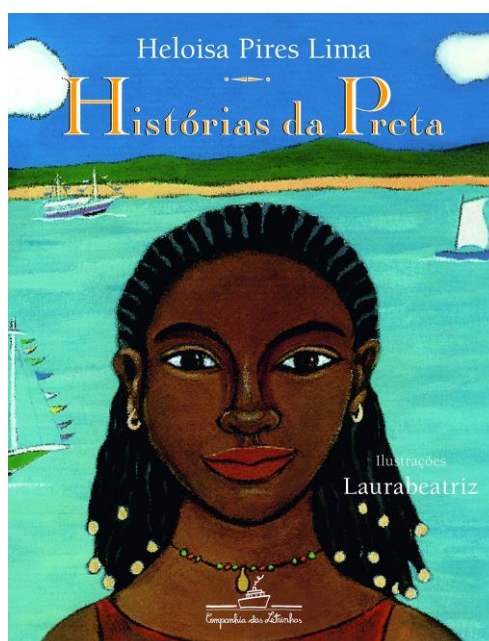
A data da publicação de *Histórias da Preta* é o ano de 1998, daí é importante perceber o quão visionário foi a tematização trazida pela autora, no que diz respeito ao tensionamento da protagonista e às discussões contemporâneas sobre o colorismo. Ademais, cabe destacar que a protagonista questiona os leitores, via perspectiva dialógica, sobre como esses preconceitos e visões deturpadas atrapalham e silenciam as vivências de negros(as), ao passo que positiva sua identidade: “[...] fui aprendendo que trago dentro de mim um pouco do que meus pais e avós e bisavós, trisavós, tataravós e... – depois eu não sei mais como chama – foram [...]” (LIMA, 2005, p. 09).

A obliteração ou sua possibilidade, no adensamento da leitura literária por crianças em idade de desenvolvimento, dialoga com a assertiva de Candido (2014, p. 54) de a protagonista representar “[...] a possibilidade de adesão afetiva e intelectual do leitor com os mecanismos de identificações, projeção, transferência etc. A personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos. [...]”. Preta é essa personagem que vai mobilizar o leitor, munindo-o de informações e propondo reflexões sobre como as coisas foram lidas, interpretadas e definidas sob uma única ótica em detrimento das demais identidades, lógicas e dinâmicas. Ainda sobre o colorismo e sua relação com a percepção das crianças para uma educação antirracista e, conseqüentemente, humanizadora:

Na medida em que desconstruirmos os fundamentos falaciosos do racismo baseados no absoluto desconhecimento da grandiosidade das civilizações africanas e a partir dos incontornáveis exemplos de heroísmo dos movimentos de resistência negra organizada contra a escravidão, o racismo e, recentemente, contra a ditadura, crianças e adultos estarão aptos a se reconhecer no amplo espectro de negritudes existentes na África e na diáspora. É a partir da reconstrução desses novos paradigmas que famílias inteiras podem reconhecer e viver sua negritude de maneira plena, valorizando filhos e netas que portam os signos das africanidades no corpo e na sua existência política. [...] (DEVULSKY, 2021, p. 22)

Se a cor da pele é uma discussão predominante e bastante tematizada na literatura infantil e juvenil, especificamente nesse recorte, destinada às crianças, tal predominância se dá porque é o fenótipo uma das faces mais latentes do racismo junto desse grupo. Nessa tensão, as discussões críticas sobre o colorismo e suas implicações fornecem informações para se superar esses amálgamas, e as escritoras se utilizam dessas para empoderar crianças em processo de construção e fortalecimento de suas identidades, tal como se percebe nas ilustrações das obras, como, por exemplo, em *Histórias da Preta*, na qual a protagonista já é apresentada logo na capa.

Imagem 8: capa do livro *Histórias da Preta*, de Heloisa Pires Lima



Fonte: <https://www.amazon.com.br/Hist%C3%B3rias-pretas-Heloisa-Pires-Lima/dp/8574062421>. Acessado em: 17 set. 2022.

Se a obra literária infantil é resultado de uma construção entre linguagem verbal e não-verbal (ilustração), escritores(as) e ilustradores(as) se utilizam dessa natureza para intensificar suas possibilidades de significação, ou seja, os sentidos são (re)construídos pelos leitores a partir da relação entre texto e imagem e, ao passo que vão crescendo, imagens dão espaço cada vez mais ao texto verbal, na medida em que se desenvolvem e ampliam seus repertórios de leitura e necessidades, adentrando em enredos e tramas cada vez mais complexos.

Na assertiva de ser a contemporaneidade marcada por uma cultura visual e digital cuja força retórica reside na imagem, a ilustração se potencializa e se relaciona com outros

meios de consumo de informação pelos leitores, embora perca espaço para os celulares e tablets, ficando a leitura literária, muitas vezes, restrita ao espaço escolar. Roger Chartier, no prefácio de *Literatura Infantil Brasileira: uma nova outra história*, de Lajolo e Zilberman (2017, p. 7), problematiza essas novas leituras e seus espaços, partindo de apostas da contemporaneidade. Para esse historiador, a autoria contemporânea pensa suas narrativas para além do objeto que dará concretude ao literário, seguindo a proposta de uma inventividade por parte dos criadores dessa produção literária, junto às possibilidades digitais

[...] que propõem gêneros, objetos, criações irredutíveis à forma impressa. São no cenário digital “alternativas de criação”. Não se limitam à introdução da cultura do livro dos gêneros da rede (e-mail, blogs, links), senão que produzem criações que são, segundo as expressões das autoras, “hibridismo de linguagens” ou “amalgamas de linguagens”. O *site* substitui o livro, a liberdade do leitor, que pode escolher entre opções narrativas, ao absolutismo do texto, e, muitas vezes, a gratuidade do acesso ao comércio editorial. A aposta não é sem importância, pois pode levar tanto à introdução na textualidade eletrônica de alguns dispositivos capazes de perpetuar os critérios clássicos de identificação das obras, na sua identidade e propriedade, quanto ao abandono dessas categorias para inventar uma nova maneira de compor novas produções estéticas que exploram uma “plurimedialidade” mais rica que a simples relação entre texto e imagens e que localizam o leitor numa posição que permite escolhas ou mesmo participação.

Chartier chama atenção para as novas maneiras de compor e disseminar a literatura, ao mesmo tempo em que enfatiza acerca do lugar do leitor e como esse pode selecionar aquilo que quer ler, ao passo que evolui e suas expectativas se ampliam. Essa dimensão de seleção, leitura e disposição ao processo de significação, encontra na plurimedialidade¹⁰⁴ um caminho promissor, pois a obra literária se realiza através de diversas linguagens, o que garante uma maior interação do leitor com a obra e, conseqüentemente, com o que ela tem a comunicar, na direção de uma literatura para além do livro como objeto. À título de ilustração, percebemos o quão grande tem sido o número de adeptos aos *e-books* e *e-readers*, muitas vezes, criados a partir de diversas linguagens (letra, som, imagens, ilustração etc.).

O espaço escolar e suas provocações também é abordado pela protagonista no capítulo *Historietas da Preta*, principalmente no que se refere à realização do colorismo:

¹⁰⁴ Entendemos Plurimedialidade como uma mixagem de mídias que se concatenam ou se superpõem.

Chegou na escola um menino de olho azul. Quando os olhos azuis passavam pelo corredor, só de viam todos os olhos negros e castanhos olhando para ele. E todo o mundo queria, por um instante, ter aqueles olhos azuis. Aí, lembrei de um amigo de olhos negros que se mudou para uma terra onde todo o mundo tem o olho claro. Quando seus olhos passeavam pelos corredores de lá, um monte de olhos azuis ficava olhando e querendo os olhos dele. (LIMA, 2005, p. 46)

A admiração pela cor dos olhos do outro não produz uma inferioridade, pelo contrário, Preta conta que em outra realidade, os olhos negros do amigo também geravam admiração em pessoas brancas que também queriam, por instantes, ter aqueles olhos, o que nos direciona a compreender a situação como de respeito às diferenças fenotípicas.

Vale lembrar que, segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 143), o racismo latino-americano é “[...] sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: *a ideologia do branqueamento* [...]”. Nesse contexto, costurando o legado crítico de Lélia Gonzalez aos encaminhamentos críticos e analíticos do tempo presente, percebe-se que, embora se tenha avançado no adensamento das representatividades minoritárias em todos os segmentos, a ideologia branca ainda é sobreposta às demais, conforme se nota nos episódios de racismo recreativo, racismo religioso, injúria racial, dentre outros.

Grada Kilomba (2019, p. 37) analisa esses episódios e propõe uma leitura crítica de que o sujeito negro é uma projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo. Essa construção violenta define que, “[...] No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como objeto ruim, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. [...]”. Nessa acepção, é evidente que essa leitura da realidade, tal como feito por Lélia no contexto Brasil, se fortalece pelos mecanismos de poder que trabalham em prol da supremacia branca e do preconceito racial, pois essas ferramentas atuam no sentido de apagar as existências subalternas e, quando impossibilitadas, negativa negros e negras de todas as formas, definindo-os como abjetos e destinando-os às zonas do *não-ser* como *condenados da terra* (FANON, 2008). Gonzalez acrescenta, ainda, que essas políticas eficazes se realizam em diversos espaços e são:

Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as

classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. [...] (GONZALEZ, 2020, p. 143)

Assim, podemos compreender na contemporaneidade, recursos que fortalecem as classificações e os valores como, por exemplo, o branqueamento exercido pelas tecnologias de fotografias e pelos filtros de imagens nas redes sociais. De maneira quase imperceptível, essas tecnologias alteram a cor da pele, os traços fenotípicos do rosto e até modificam o cabelo, tais movimentos invadem instantaneamente a vida de milhões de indivíduos que acabam abdicando, inconscientemente, de suas identidades para ratificar a supremacia racial branca.

Nesse bojo, compreender de forma mais nítida as realidades circunscritas pelo aparato tecnológico é de extrema importância para uma crítica, daí a necessidade de recorrermos às discussões do colorismo para pensar de que forma esses filtros e tecnologias de massa reproduzem, fortalecem e enaltecem um ideal em detrimento dos demais, nesse caso, a depreciação fenotípica e estigmatizadora da negritude. As *selfies* e seus filtros, portanto, desconsideram os traços fenotípicos de pessoas negras, como dito anteriormente, ao passo que as torna e as aproxima do ideal branco, seja por afinar o nariz e diminuir o tamanho dos lábios, seja pela alteração da cor dos olhos para verde ou azul, como se percebe no fragmento de *Histórias da Preta*, quando do episódio da criança branca causar admiração nas crianças negras ao ponto de essas, por instantes, desejarem ter a cor dos olhos alterada.

Essa discussão encontra fôlego nas reflexões de Beatriz Nascimento (2021, p. 42): “Sofremos agressões sutilíssimas, na rua, na escola, no trabalho, até mesmo na família [...]”. A partir da fala enfática da autora e da análise em desenvolvimento, a protagonista Preta sinaliza que foi na escola que identificou os processos violentos de escravização:

Como é o ser negro que aprendi na escola? Lembro do retrato de um homem amarrado, a calça abaixada, apanhando num tronco. Essa era uma imagem que aparecia repetidamente nos livros escolares. Por que mostravam sempre a mesma figura negra totalmente dominada? [...] Era um retrato congelado. Existem muitas outras histórias construídas pelos negros, mas, como elas não aparecem nunca, na prática são invisíveis: é como se nem existissem. (LIMA, 2005, p. 47)

Além da tematização do legado escragista que a obra apresenta e das memórias traumáticas que a protagonista carrega, Preta conta outras histórias e trajetórias. Em alguns capítulos, a autora menciona episódios cuja intersecção entre raça, classe e gênero se

destacam; em outros, fornece informações que alimentam o imaginário nos mais diversos temas, como a religião e a criação do mundo via perspectiva africana.

Conta um mito que Olodumaré, que é o deus ioruba, quis criar a Terra e deu um punhado dela, num saquinho, para Obatalá ir criá-la. Antes de ir, Obatalá teria que fazer a oferenda a Exu, pois sem movimento não há ação. Obatalá, que é muito velho, esqueceu e foi andando, andando devagarinho, e no caminho sentiu sede. Então viu uma árvore, dessas que têm água dentro, e parou, abriu a planta e bebeu. Só que era uma bebida que dava um pouco de tontura, e então ele deitou debaixo da árvore e acabou dormindo. Enquanto isso, Odudua, que também queria criar a Terra, fez as oferendas a Exu e alcançou Obatalá. Vendo-o dormir, achou que ele iria se atrasar muito, pegou o saquinho e foi ele mesmo criar a Terra. E criou. (LIMA, 2005, p. 55)

A intertextualidade histórica e antropológica é um traço singular na obra literária de Heloisa. Tal singularidade diz respeito à sua formação acadêmica e vivencial que influencia seu projeto literário através de histórias e informações que dão vazão ao imaginário infantil. Nesse intento, segundo Santiago (2020, p. 153), escritoras negras provocam o leitor a se mobilizar pelo território de novas percepções, ou seja, “[...] Em dicções literárias no Brasil e em África, passeiam exercícios de reinvenções e existências, em que se constroem outros modos de poetizar o existir e se aproximam dos propósitos do devir-resistência [...]”.

Neste expediente, com poéticas de resistências do cotidiano, Preta, através de seu protagonismo questionador, convida as crianças para um passeio nos territórios quilombolas, tematizando questões não tão frequentes nas narrativas infantis, como a religião, por exemplo. “Os africanos, quando vieram para o Brasil, trouxeram sua religiosidade. E a festa de caboclo é uma festa religiosa. [...] Das religiões de origem africana sempre me chegavam informações muito preconceituosas. [...]” (LIMA, 2005, p. 54). Partindo da análise do fragmento, a protagonista retrata um cenário frequente no Brasil e na memória coletiva da população – o preconceito às religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras em virtude da desinformação, paralelamente ao histórico legado de perseguições encabeçadas pela igreja católica. Assim, cabe destacar que, historicamente, essa perseguição é datada desde a chegada dos colonizadores, no século XVI, quando demonizaram indígenas e africanos traficados e exerceram todas as possíveis formas de aculturação e dominação.

Sob outra ótica, a memória, categoria central na narrativa em análise, se apresenta de múltiplas faces e composições. Em determinados momentos ela é individual e

corresponde aos anseios da protagonista; em outros, questiona as ideias pré-concebidas em torno da história e da cultura africana e negro-brasileira, evidenciando, dessa forma, os vários entraves enfrentados por negros(as) na vida real e tematizados na ficcional, considerando a literatura como um caminho epistemologicamente produtivo para tais ações. Consoante com as autoras Daynara Côrtes e Jeane Santos, em *A memória como fio narrativo: a escrita caroliniana em foco* (2020, p. 172)¹⁰⁵, essa categoria:

[...] significa a reunião de construções diversas e legitimadas durante a formação dos grupos sociais. Seja por meio do arcabouço da memória de cunho histórico, formulado a partir de registros presentes que buscam remontar e interpretar o passado, ou seja, por meio da memória de cunho pessoal, onde o lugar para a fruição é permitido, fomos formados e formamos gerações por meio do encontro entre essas duas pontes.

A memória, nesse delineamento, atua como condutora das experiências individuais e coletivas, no cotejamento de refundar narrativas que contemplem todos os indivíduos, alocando para as periferias as novas leituras de um Brasil negro e todas as suas particularidades. Paralelamente à memória como recorrência de (re)construção desse passado esquecido, Brait (2017, p. 34) pontua o trabalho da personagem na condução do leitor a uma consciência crítica. Para a autora, essa personagem “[...] passa a ter uma existência que carrega em si toda uma crítica ao sistema [...]”. Nesse contexto, Preta, além de ser agente questionadora ao desobedecer à matriz opressora, mobiliza seus leitores a um processo crítico, perceptível quando crianças passam a se aceitar, reconhecendo suas histórias negras como resultado dos impactos da leitura literária, conforme discute Yunes (2009). Ademais, por mais que outros processos estejam em diálogo com essa experiência, cabe aqui destacar os impactos das histórias trazidas e contadas por Preta e na literatura enquanto possibilidade no processo de humanização, conscientização e pertencimento étnico-racial de crianças, especificamente as negras.

4.1.3 Entremeio sem babado

“De pergunta em pergunta, de leitura em leitura, Kizzy também gostava de entrar no meio da conversa [...]” (SANTANA, 2007, p. 12). O fragmento que apresenta a

¹⁰⁵ In. Oliveira, Maria Anória de Jesus; SANTIAGO, Ana Rita (org). *Literaturas Afro-brasileiras e africanas: produção, ensino e possibilidades*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020.

protagonista Kizzy de *Entremeio sem babado* (2007), de Patrícia Santana, já antecipa ao leitor que a menina curiosa também se utiliza da memória para contar suas aventuras. Atentemo-nos para o fato de, logo no início da narrativa, a protagonista ser positivada a partir de suas características fenotípicas, o que possibilita e potencializa a auto-identificação por parte dos destinatários, nesse contexto, as crianças em fase de formação identitária. Desse modo, alinhada à ilustração, que aguça e amplifica essas significações, o imaginário é potencializado: “Menina-menininha com o cabelo cada dia de um jeito: com biotes enfeitados, com gominhas coloridas, de trancinhas com borboletinhas, de rabo de cavalo, de tranças e solto com baião de dois”. (SANTANA, 2007, p. 06).

Entremeio sem babado é uma narrativa que se centraliza no espírito questionador característico das crianças. Kizzy é uma menina sempre muito curiosa e, através da curiosidade, acaba descobrindo informações que são importantes para o seu processo de construção identitária. “Descobriu que seu nome tinha um significado bonito: “[...] aquele que fica, que não vai embora”. E também que esse nome era de origem africana, mesma origem de toda sua família”. (SANTANA, 2007, p. 29). Nesse contexto, a recorrência à África é uma das marcas presentes nas narrativas negro-brasileiras para a reconstrução do passado, movimento esse de reescrita da história de africanos e afrodescendentes.

“A curiosidade por tudo não vinha só de fazer perguntas: gostava de ler revistinhas, almanaques, livros, folhetos e rótulos de tudo”. (SANTANA, 2007, p. 09). O movimento de retomada da informação pela protagonista, conquistada através do ato da leitura e da obtenção de informações, comunica às crianças que, quanto mais se lê, mais se conhecerá sobre o mundo e, nesse movimento, perguntas serão respondidas. Compreendemos, assim, que o recurso utilizado pela escritora é de extrema importância na produção literária que está fortemente ligada ao desenvolvimento de habilidades linguísticas, ou seja, marcado por uma veia pedagógica, mas não se restringindo a essa finalidade, pois, no intuito dessas novas construções literárias, Coelho (2006, p. 52) já antecipava que:

Sopram novos ventos criadores, novas palavras de ordem: o *experimentalismo* com a linguagem, com a estrutura narrativa e com o visualismo do texto; substituição da literatura confiante/segura por uma literatura inquietante/questionadora, que põe em causa as relações convencionais existentes entre a criança e o mundo em que ela vive, questionando também os valores sobre os quais nossa sociedade está assentada.

As discussões da autora em diálogo com Santiago (2020), no tocante a essas produções contemporâneas serem exercícios de reinvenções e existências, ratificam o movimento de mulheres negras e seus projetos literários decoloniais apropriarem-se da palavra poética para falar de si e de nós, “[...] como oportunidade para (des)dizer, pela linguagem poética, ditos sobre si [...] É um exercício autoral que pode, inclusive, operacionalizar discursos tidos como verdadeiros ou hegemônicos em probabilidade de reversões de olhares [...] deslocando-se do território de personagens para autoras [...]” (SANTIAGO, 2020, p. 150).

Na direção de um desarmamento da *colonialidade* do *poder*, do *ser* e do *saber*, a literatura infantil contemporânea protagonizada por meninas negras encabeça um movimento de questionamentos e tensões, a fim de subverter as lógicas dominantes e ser uma voz a mais numa desobediência coletiva a partir do entrecruzamento de diversas áreas. A exemplo dessas tensões e como os episódios cotidianos podem bloquear a postura questionadora de crianças, Kizzi entrava no meio de todas as conversas e, muitas vezes, ouvia dos adultos: “[...] É conversa de adulto! [...] E porque criança não podia entrar em conversa de adulto? Kizzy aprendeu com sua avó que pessoa que entra na conversa do outro sem ser chamado era “entremeio sem babado”. (SANTANA, 2007, p. 15-16). A partir desse tensionsamento, sendo a protagonista curiosa e sempre se metendo em conversa de adultos, se vê num momento privada do exercício de curiosidade, ficando num estado de tristeza, recolhimento e silêncio.

O silenciamento exercido sobre Kizzy é uma das formas que a colonialidade se utiliza para se manter operante, pois seguindo a leitura de Spivak (2010) sobre poder esse outro excluído falar, Kilomba (2019, p. 47) responde: “Não”! É impossível para a subalterna falar ou recuperar sua voz e, mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder [...]”. Nesse bojo, recorremos, ainda, às discussões de Coelho (2000, p. 182), sobre a tensão das curiosidades da menina, sobre a qual a autora discorre ser essa uma preocupação genealógica, em que se questiona a origem das coisas, tendo sua gênese nos contos etiológicos, como uma preocupação infantil, a de saber como e de onde vieram, como são e de que são feitas as coisas.

“Ficou alguns dias sem perguntar, sem entrar nas conversas. Até que um dia se cansou, queria voltar a ser como era: menina-menininha “perguntadeira” e não ligava se era um “entremeio sem babado”. (SANTANA, 2007, p. 25). Nessa mudança, embora

Kizzy tenha recuperado a alegria e ter voltado a perguntar, na vida real, via de regra, essa interdição é contínua e acaba produzindo no interditado um bloqueio, o que o direciona a uma obliteração do seu próprio *ser*.

Destarte, com uma ilustração rica em detalhes, com a especificidade de apresentar uma família negra conforme o estrutura nuclear ocidentocêntrica, paralelamente ao espírito questionador característico das crianças, a protagonista Kizzy, além das questões suscitadas, apresenta aos leitores uma narrativa costurada por afetos, pois é notório o carinho, o respeito e a diversidade de vozes que compõem seu enredo e sua trama: “Inventou uma brincadeira, cada um falaria um nome e aquele que acertasse o significado ganharia um beijo, uma flor, uma frutinha do quintal...” (SANTANA, 2007, p. 30).

Portanto, seguindo a perspectiva de uma narrativa empreendida, compreendemos a protagonista como uma menina que mobiliza os leitores em torno de uma representação positivada de si, ao mesmo tempo em que sua presença feliz entre os familiares demarca um espírito de comunhão importante na construção identitária. *Entremeio sem babado* reúne alguns elementos que compõem as discussões contemporâneas sobre a formação das identidades, como o jeito de ser, as preferências, os comportamentos e até a própria representação negra e feminina, tanto observada através de suas astúcias, quanto pelo diferencial de retomar sua ancestralidade africana.

4.1.4 *Betina*

As primeiras intersecções trazidas por *Betina*, protagonista da narrativa infantil homônimo cuja autoria é de Nilma Lino Gomes, publicado em 2009, se dão em virtude da perspectiva antirracista que a protagonista aborda ao levar para a escola, já no final da narrativa, a importância do empoderamento através do cabelo e dos ensinamentos perpassados de geração a geração como forma de manutenção da identidade negra. Assim, essas dicções, que encabeçam a narrativa de Nilma Lino Gomes, abrem um leque de possibilidades para crianças em processo de formação de identidade e de auto-aceitação, pois as características fenotípicas como o cabelo, por exemplo, têm servido como motivo e justificativa para o racismo, ao mesmo tempo em que idealiza, em contraposição, o cabelo liso como o único bonito e aceitável na sociedade mantida pelo poder ocidentocêntrico.

Nesse bojo, Cuti (2010) discorre que a função da obra literária e suas relações com o humano, via fatores externos, o que possibilita a (re)construção e o autopertencimento da identidade dos leitores, ao passo que esses mergulham na narrativa, cujo processo de envolvimento encaminha-os a um posicionamento político, crítico e reflexivo. Assim, as marcas negras presentificadas na cultura, nas artes, na língua(gem) etc., paralelamente ao trabalho das instituições, via educação antirracista, fortalecem as possibilidades que se constroem ao passo que, cada vez mais leitores tenham acesso a narrativas negro-brasileiras, principalmente na contramão do racismo e do sexismo que se utilizam de características físicas e dos estigmas para se estabelecerem como ideologias de dominação, conforme nos orienta Gonzalez (2020, p. 141).

Betina conta a história de uma menina que tem seus cabelos trançados pela avó, ao passo que vai trançando seus cabelos, conversa com a neta sobre empoderamento, sobre felicidade, sobre assumir-se negra e fazer com que, através do ato de trançar e de se autopertencer, contribua para a autoestima de outras pessoas, especificamente, as mulheres. O cenário é imaginado a partir da descrição da rua, paralelamente a caracterização da protagonista: Na rua Minervina, onde a avó pela janela à rua gritava: “Menina, minha menina, quem a fez tão bonitinha: foi o sol, foi a lua ou as estrelas miudinhas? (GOMES, 2009, p. 4-5). A alegoria pela qual a protagonista *Betina* é apresentada, movimenta o leitor para significar a relação entre a menina e os astros celestes ou com o que há de mais bonito e sublime diante da humanidade.

Quando a avó terminava o penteado, Betina dava um pulo e corria para o espelho. Ela sempre gostava do que via. Do outro lado do espelho, sorria para ela uma menina negra, com dois olhos grandes e pretos como jabuticabas, um rosto redondo e bochechas salientes, cheias de trancinhas com bolinhas coloridas nas pontas. (GOMES, 2009, p. 08)

A imagem, no tocante à estética e as representações que o espelho constrói em torno de quem se observa, cujo movimento é de olhar para si mesma, é importante durante a significação da obra literária pela criança. Estar presentificada e positivada são necessidades constantes de fortalecimento da auto-estima e dos pertencimentos dos quais indivíduos precisam para se sentirem motivados a viver. Nessa direção, quando a protagonista narra que “[...] Do outro lado do espelho, sorria para ela uma menina negra, com dois olhos grandes e pretos como jabuticabas [...]”, enfatiza acerca da imagem e do

que ela (re)produz de significações e de positivação em que a visualiza, nesse caso, via processo de auto-análise e, conseqüentemente, de auto-aceitação.

Nesse delineamento, movimentando os espaços por onde passava, Betina causava admiração nas coleguinhas da escola, “No recreio, várias coleguinhas perguntavam como as tranças eram feitas e Betina dava explicações toda cheia de pose [...]” (GOMES, 2009, p. 12). Contudo, existiam aquelas crianças que não simpatizavam com o jeito de Betina, tampouco achavam suas tranças bonitas e interessantes, como podemos denotar no fragmento:

[...] Menino e menina que torciam o nariz e puxavam as tranças da garota quando ela estava distraída. Betina respondia, de forma enérgica, não deixava passar nada: - Para com isso! Tá com inveja, né?! Se quiser, peço a minha avó para fazer trancinha no seu cabelo também”. (GOMES, 2009, p. 12)

A postura da protagonista de desarmar os colegas é uma estratégia positiva e uma forma de auto-defesa, ou seja, seria a mesma coisa de afirmar que não gostam porque não possuem. Tal característica, peculiar no cotidiano de crianças em que a comparação é inevitável, muitas vezes, (re)produz traumas e uma rejeição, tanto no que concerne aos traços fenotípicos quanto da própria história e legado de negros e negras. Em desobediência a esse cenário, para refletir tal movimento, Pereira (2012, p. 25) discorre sobre a importância não só de estudar história da África e das diásporas, mas criar um exercício constante de observação crítica.

Estudar a História da África é essencial para se dar conta desse desafio. Estão aí manifestações culturais e religiosas que sobreviveram à escravidão. Através delas, e no embate com a discriminação racial, defluem – sempre recriados e re-significados – comportamentos característicos, expressões de sentimentos, formas de organização e de convivência comunitária... Não se pode negligenciar conhecimentos que ajudem a decifrar esse universo tão dinâmico em si, e que se confunde com a própria dinâmica social brasileira.

Assim, a partir da perspectiva de afrocentrar o conhecimento em diálogo com o movimento de descolonização dos espaços, do *ser* e do *saber*, a literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina negra é uma possibilidade ao leitor que não se vê representado na produção canônica, e, ao ter contato com essa produção infantil negro-brasileira pode relacionar sua identidade a um coletivo plural, significativo e lógico, pois é preciso que esse contexto passe a fazer/gerar algum sentido para o leitor. Ademais, é nítido

que repousa sobre essa tomada de posição muitas interpretações pré-concebidas que buscam, quase sempre, a validação de seus critérios e saberes ocidentocêntrico, tidos como universais, através de formas contemporâneas de estigmatização, a saber: literatura de pouco valor estético, literatura de militância, literatura menor [...]. Entretanto, a produção literária e de outros saberes, como o teórico, por exemplo, encabeçada pelas mulheres negras, alinhada à interseccionalidade enquanto categoria teórica e ferramenta metodológica, burla essas lógicas de opressão e produz, cada vez mais, discussões teóricas capazes de compreender os contextos e os modos de *sobre-vivência* do povo negro, seja pela interseção ente raça, classe e gênero, seja pelo refundamento de noções de teoria e crítica literária que dão ensejo às análises e significações de suas produções.

Na direção do que foi Kizzy, Betina é uma menina curiosa e perguntadeira, o que produziu uma interseção entre as protagonistas, uma das características que prevalecem e ligam as demais narrativas que compõem nosso *corpus* de análise. No tocante à presença dos ancestrais, a protagonista questiona avó sobre a importância desses em sua vida:

Quem são os ancestrais, vó? [...] São pessoas que nasceram bem antes de nós e já morreram. Algumas nasceram aqui mesmo, no Brasil, e outras viviam numa terra bem longe chamada África. Elas nos deixaram ensinamentos e muitas histórias de luta. A força e a coragem dessas pessoas continuam até hoje em nossas vidas e na história de cada um de nós. (GOMES, 2009, p. 14).

A condução da narrativa para o resgate das memórias ancestrais, como fio condutor entre as gerações, apresenta a África e sua produção de conhecimento a partir do movimento de referência feita pela avó, que conta a neta os legados de seus antepassados e como Betina precisa se lembrar dessa história para a manutenção de sua identidade. Concomitante à ênfase dada à história da África e sua importância para as diásporas, a escritora aborda a temática da morte, de uma forma sublime, através da partida da avó de Betina que vai ao encontro dos ancestrais, em uma (re)conexão com o sagrado ancestral: “[...] A avó de Betina foi se encontrar com os ancestrais e Betina tornou-se uma mulher adulta e com uma energia contagiante. Mas, além de crescer, a nossa Betina-menina-trançadeira virou Betina-mulher-cabelereira. [...]” (GOMES, 2009, p. 18).

A arte de trançar cabelos foi uma herança carregada pelas mulheres da família de Betina e ela não poderia deixar desaparecer. A avó, antes do encontro com os ancestrais, se encarregou de ensinar Betina a trançar: “[...] Daquele dia em diante, a avó passou a ensinar Betina a trançar. A menina aprendia com rapidez e, a cada vez, trançava melhor. Trançava

o cabelo da mãe, das irmãs, dos irmãos, dos primos, dos vizinhos e... acreditem!!!! Até da avó!” (GOMES, 2009, p. 18). Nessa direção, tomando como base o fragmento literário, devemos considerar que o cabelo é uma característica recorrente nas narrativas infantis em virtude do que representa e como é interpretado em sua diversidade, principalmente de negras e negros. Kilomba (2019), em *Políticas do cabelo*, traz diversos depoimentos que tensionam os estigmas associados ao cabelo negro nas experiências de Alicia associado ao feio. Para essa autora, a diferença é usada pela colonialidade como marca para a invasão: “Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela difere daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal”. (KILOMBA, 2019, p. 121).

O projeto de revidar o racismo através da troca de conhecimento que gera, conseqüentemente, a possibilidade de empoderamentos, de forças coletivas, contribui para a formação de agente questionadores, toma fôlego na literatura infantil contemporânea, seguindo Santiago (2020, p. 159) nos movimentos de, “[...] compreender e educar para as diversidades e as relações étnico-raciais, para valorizar e respeitar as africanidades [...]”. Deste modo, tal encaminhamento reforça o poder político das discussões decoloniais e da literatura enquanto possibilidade de sensibilização e humanização. Ainda, é importante, a contrapondo desses avanços, refletir sobre o gênero romance como tecnologia necessária para a superação do racismo, no âmbito da literatura negro-brasileira, questão que encontra respaldo crítico em Miranda (2019, p. 53):

[...] o romance como tecnologia particularmente necessária àqueles cujos discursos e arquivos da memória sofreram e sofrem apagamentos sistemáticos, e que ainda agora seguem lutando para existir contra os racismos presentes e as políticas de morte, ativas e funcionando na busca da eliminação não apenas do corpo do sujeito negro, mas também do seu pensamento, do seu imaginário.

O projeto literário decolonial é resultado de um contingente de ações que não se restringem ao romance, ou seja, à obra literária em si, mas considera o contexto, a autoria, as tramas e seus sentidos, bem como os protagonismos e como esses podem representar e presentificar, de forma positivada, quem foi historicamente marginalizado e tornado(a) abjeto(a). Nesse adensamento, esse coletivo de escritoras racializadas abrem possibilidades não só para a ampliação do imaginário infantil, mas para a escola enquanto instância formadora, para a sociedade e para outros leitores, jovens, adultos e idosos, independentemente da auto-identificação que, ao passo que têm acesso a esse acervo, podem (re)significar a narrativa, movimentando-se e mobilizando-se para práticas

antirracistas, através das contribuições das percepções dessas escritoras que se assentam no pertencimento étnico-racial negro e falam de um lugar de próprio (SPIVAK, 2020; RIBEIRO, 2019), alinhadas à razão subalterna.

No devir da crítica, recorreremos à razão subalterna que orienta as produções negro-brasileiras, tanto no campo de teoria e crítica quanto no literário, pois esse acervo de conhecimentos permite articular uma prática crítica que desarticule a razão colonial moderna, centrando tal crítica e a produção de saberes na América Latina e, nesse recorte discursivo, a partir de um olhar para o Brasil. Nesse cotejamento e partindo das discussões teóricas de Mignolo (2005; 2008), devemos pensar a América Latina de dentro dela mesma, buscando referências que sejam capazes de contemplar e estejam à altura de seus problemas e dinâmicas, embora se tenha a possibilidade de intersectar diálogos com outros pesquisadores e zonas de produção de saberes decoloniais, que também pensam suas realidades tanto na África quanto na Ásia e no Caribe.

O exercício analítico e crítico pautado na razão subalterna fornece informações e mecanismos para se propor novas formas de pensar as realidades, bem como para se romper com preconceitos instituídos. Assim, as poéticas conjugadas com as histórias não-oficiais e autorias repousam no que acreditamos ser uma desobediência à matriz opressora. Em *Betina* isso se realiza no movimento de trançar, passado de geração a geração.

[...] Na história da minha família, a arte de trançar foi ensinada de mãe para filha, de tia para sobrinha, de avó para neta e assim diante. Uma mulher foi ensinando para a outra até chegar a mim. Mas isso não aconteceu só na minha família. É uma forma muito comum de ensinar e aprender presente na história de muitas famílias brasileiras (e também de outros países), principalmente, as negras. Em nosso país, muito do que sabemos hoje, tem sido comunicado dessa maneira – explicou a cabeleireira, emocionada. (GOMES, 2009, p. 22)

Na transição da infância para a vida adulta, Betina reconhece a importância de trançar não só o cabelo, mas as histórias de sua família e de seus antepassados como forma de manutenção de uma memória coletiva, que é de extrema importância na formação de sua identidade e na de outras crianças, pois quando adulta e cabeleireira profissional, “[...] aquela menininha feita pelo sol, pela lua e pelas estrelas miudinhas” (GOMES, 2009, p. 04-05), identifica na educação uma forma de contar sua história e, assim, ter a possibilidade de empoderar diversas crianças que, como ela, buscam referenciais que respondam aos anseios.

Em um ensaio crítico, Nilma Lino Gomes discorre que o corpo e o cabelo são alguns caminhos para a discussão da identidade e considerá-los como tal, não implica em “[...] reduzir o complexo sistema de classificação racial brasileiro às impressões e opiniões sobre cabelo e à cor da pele” (GOMES, 2008, p. 21)¹⁰⁶. A consideração da autora chama-nos atenção para o fato de que não se pode reduzir o racismo ao colorismo e aos tipos de cabelo, pois outra gama de intersecções é utilizada por ele. Nesse contexto, o pensamento da autora ganha fôlego em Zilberman (2014, p.13) sobre a liberdade de criação “[...] pois, somando experiência e imaginação, ele pode ir longe, inventando pessoas, lugares, épocas e enredos diversificados [...]”.

As diversas Áfricas e suas diásporas, inscritas, segundo Mbembe (2014) sobre o Atlântico Negro e seu lugar de encubação, problematizam as subjetividades de quem escuta, ancestralmente, murmúrios, gritos de lamento e desejos de retorno à pátria mãe, num movimento de maternagem como efeito de marcação temporal e territorial em deslocamento. Assim, esse lugar-comum fornece-nos implicações para se refletir sobre a instabilidade das identidades e o processo de apagamento, em direção contrária às re-existências da população negra, haja visto que a memória é uma recorrência frequente nas narrativas apresentadas, tanto em *Os tesouros de Monifa* quanto em *Histórias da Preta, Entremeio sem babado*, com a menina Kizzy e em *Betina*, ambas protagonistas e meninas negras, evocam essas memórias históricas e as narrativas de luta de seus antepassados para a (re)construção da tessitura de suas identidades, especificidades abordadas por Halbwachs (2013, p. 72)¹⁰⁷ no tocante à revisitação da memória coletiva.

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

A memória é um fio condutor entre o passado e o presente, seja através das memórias individuais, seja pela (re)visitação às memórias coletivas que integram o pensamento da sociedade da qual faz parte. A memória traumática, por exemplo, além ser capaz de trazer à tona as mesmas sensações de invisibilização e de impotência, negando o

¹⁰⁶ GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos de identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹⁰⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

sujeito em si mesmo, reforça os lugares para os quais cada um é direcionado, no caso de negros e negras, às zonas subalternas e à interdição física (nos presídios, nos manicômios e nas ruas), bem como no espaço intelectual e na cena literária. Portanto, subverter essa lógica vai além de propor um aporte teórico, é preciso mobilizar as estruturas sociais e políticas para que, de fato, os amálgamas da Modernidade/Colonialidade possam ser dirimidos, discussão que toma corpo em *Betina* como mobilizadora e em prol de uma educação antirracista.

4.1.5 *Kuami*

Sob outra atmosfera criativa, mas não deixando de retomar episódios e figuras da história e resistência negra, Cidinha da Silva apresenta-nos a narrativa *Kuami*, durante o interstício de implementação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008. Cidinha, enquanto mulher negra e racializada, publicou essa obra em 2011, sendo reeditado em 2019, na qual apresenta um Brasil diverso e subjetivo, cuja constituição da identidade negro-brasileira parte do contato entre as diversas Áfricas e Brasis, entre continuidades e rupturas, incutindo em seus leitores a necessidade do respeito a todas às identidades étnicas e raciais, entre um trabalho com os afetos que entrelaçam as personagens, bem como de críticas sociais às formas contemporâneas de aprisionamento, escravidão, preconceitos e exploração da floresta pelo agronegócio. Sobre esse aspecto, ao passo que a narrativa vai se desenvolvendo através de uma linguagem encantada e de um léxico peculiar, Cidinha (re)desenha em nosso imaginário o que acontece no interior da floresta e no fundo das águas, lá onde fica Sereal, reino das sereias, no encontro entre o rio com o mar e a floresta amazônica.

Nesse emaranhado, considerando o devir a partir do lugar de fala e das subjetividades afrocentradas, partindo das teorias, categorias e marcadores teóricos mencionados, observa-se que o texto literário infantil de Cidinha da Silva ganha novos contornos e empreende representações positivadas, cujas identidades em questão passam a ser referências para os leitores que buscam no mundo material e simbólico, a superação da discriminação através das pluralidades constitutivas do universo negro-brasileiro e, no caso dessa narrativa em específico, do afro-indígena brasileiro¹⁰⁸.

108 Afro-indígena é uma categoria identitária que tem sido bastante acionada quando se remete às ancestralidades dos povos indígenas e da diáspora africana na Amazônia paraense.

Acerca do respeito às instâncias do(s) discurso(s) e suas representações na escrita, alinhavando-se, neste contexto, com as questões de autoria feminina negra e seus referenciais resultantes das críticas sociais, para Teresa Colomer (2017):

[...] Os valores da liberdade, tolerância ou defesa de uma vida individual prazerosa fazem com que a literatura infantil [...] se dirija a enfrentar qualquer forma de poder autoritário; a denunciar as formas de alienação e exploração da sociedade industrial moderna; a reivindicar a vida [...]. (COLOMER, 2017, p. 203).

Segundo a autora, tanto o pensamento quanto a linguagem literária possibilitam a ruptura com um mundo hegemônico, seja através da denúncia, seja por uma introspecção individual, na medida em que a literatura, retomando Candido (2011), humaniza aqueles que dela se aproximam, num processo de reivindicação da vida. Em virtude desse posicionamento, a literatura possibilita o surgimento de um espaço que se reserva a intervenção social, do ponto de vista das políticas do cotidiano, tornando essas narrativas uma forma subjetiva de denúncia para além da questão intelectual, e é isso que se materializa na literatura negro-brasileira combativa, através dos contradiscursos, cujos lugares de enunciação são utilizados para amplificar as diversas atrocidades que recaem sobre os corpos negros em situação de vulnerabilidade social, psíquica e interditados em suas identidades, através de representações positivadas e de novos protagonismos.

Nesse tensionsamento, a escrita negro-feminina para a infância se apresenta como uma poética singular na possibilidade de fortalecimento das epistemologias decolônias a partir do expediente de produção, experimentação e vivências de mulheres negras racializadas, ao passo que corporificam suas *escrevivências* nessas narrativas e pensam o texto literário como uma possibilidade para uma educação antirracista, assim como consideram em suas perspectivas as lutas travadas pelo feminismo negro enquanto movimento político e epistêmico, abarcando, assim, essas e outras vivências a partir do marcador interseccionalidade, tematizando, para além das violências que acometem as populações negras, outras circunscrições, principalmente no âmbito da literatura infantil.

Destarte, além da demarcação dos lugares de onde se enuncia, a vertente da narrativa é fortemente situada e encantada através do universo místico-religioso, pois o projeto literário de Cidinha da Silva e seus protagonismos atuam como mecanismos de ruptura com a repressão religiosa exercida sobre as religiões de matrizes africanas e, conseqüentemente, indígenas e afro-brasileiras. Essa positivação, considerando o enredo de

Kuami, liga as gerações e fortalece o espírito coletivo negro e indígena, questão inerente às identidades marginalizadas pelo colonialismo desde o “descobrimento” do país, como denota-se na coletânea de crônicas publicada em 2016 por Cidinha da Silva, intitulada *Sobre-viventes!*

De outro lado, a narrativa traz como problema central a libertação da mãe do elefantinho Kuami, a elefanta Dara, ambos, mãe e filho, foram escravizados, traficados e vendidos para os colonizadores, donos das fazendas, como observamos no fragmento: “Eram homens maus. A mãe foi sequestrada em Luanda ainda grávida de Kuami e fora transportada em um navio sujo [...]” (SILVA, 2019, p. 22). Os diálogos entre Brasil e África iniciam logo nas primeiras páginas com a contextualização do tráfico e do traslado, enfatizando que “Os homens que perseguiram Kuami e a mãe eram derrubadores de árvores contratados por plantadores de soja transgênica. [...]”. A partir do fragmento, identificamos as críticas sociais e como essas são inseridas logo no início da narrativa, quando da apresentação do problema, o que mobilizará toda a comunidade da floresta e do Sereal, espaço aquático próximo à Pororoca, “[...] onde se misturam a serenidade do rio com a fúria do mar. Plantas de água doce e seixos se unem às algas marinhas e conchas trazidas pela maré, e são como ouro para a Mãe d’Água, guardiã do encontro das águas” (SILVA, 2019, p. 07).

Sereal comporta muitos espaços e retoma entidades místicas: seres da floresta, curandeiros, entre figuras folclóricas como Hércules Baiacu (uma espécie de peixe que se passava por boto para encantar as moças) e Mãe d’Água, Iemanjá. Da relação que vingou entre Baiacu e Naomi Palmares, descendente de Zumbi, nasceu Janaína, com quem o elefantinho Kuami desenvolveu uma amizade a ponto de tê-la como irmã, iniciando uma rede de afetos que se estendeu por todos os espaços pelos quais percorreram. Cabe destacar a presença de grandes nomes da música negra do Brasil, como o sambista Paulinho da Viola, ou como Cidinha ficcionaliza “[...] Paulinho da Viola Mágica [...]” (SILVA, 2019, p. 09); além de Mestre Pixinga, “[...] maestro Cardinal Pixinga [...]” (SILVA, 2019, p. 17) e “[...] Arlindo Cruz [...]” (SILVA, 2019, p. 28), personagens transpostos do mundo real para a narrativa, peculiaridade que costura a narrativa ficcional à realidade.

Após o sumiço do pai de Janaína, Hércules Baiacu, a comandante Helena se aproxima de Naomi Palmares, estabelecendo uma relação muito próxima, indicando a possibilidade de uma relação homoafetiva, o que é implícito no momento que Janaína questiona Helena: “-Tia Helena, quais são as suas intenções com a minha mãe? - Ora

Janaína, as melhores possíveis [...]” (SILVA, 2019, p. 17-18), assim como neste outro trecho, quando Janaína questiona Helena se ela cuidará de sua mãe: “[...] Você cuida dela para mim? - Cuido. Se ela quiser ser cuidada, eu cuido” (SILVA, 2019, p. 18). Fechando o ciclo de perguntas de Janaína sobre as intenções de Helena para com Naomi, o desdobramento dessa relação se dá pelas trocas de carinho, de cuidado, de atenção e de ambas acompanharem o projeto de soltura de Dara, como uma família unida pelo amor.

Diante dessa situação, percebemos o rompimento com as narrativas cisheteropatriarcais a partir de relações não-heterossexuais, nesse caso, lesbiafetivas, questão muito importante no campo das discussões de gênero e, conseqüentemente, das diversas formas não-patriarcais de se estabelecer e viver em sociedade, principalmente no contexto da literatura infantil, ao passo que subsidia uma discussão sobre as novas configurações familiares. Nesse adensamento, para Cheryl Clarke (1988)¹⁰⁹:

Onde quer que nós como lésbicas nos encontremos ao longo deste muito generalizado continuum político/social, temos que saber que a instituição da heterossexualidade é um costume que dificilmente morre e que através dela as instituições de homens super machistas assegura sua própria perpetuidade e controle sobre nós. É proveitoso para nossos colonizadores confinar nossos corpos e nos alienar de nossos próprios processos vitais, assim como foi proveitoso para os europeus escravizar o africano e destruir toda memória de uma prévia liberdade e autodeterminação. [...]

A escrita feminina e, principalmente, a negra, atua em várias frentes acadêmico-política, interseccionalizando raça, classe e gênero, sendo mais um mecanismo possível para se romper com a lógica cisheteropatriarcal que objetiva mantê-las em cativeiros sociais em nome dos “bons costumes” e em prol da “família”, discursos esses arraigados e que tomam proporções imensuráveis na contemporaneidade, em virtude, de um lado, das ameaças democráticas; do outro, dos possíveis e realizáveis movimentos distópicos, como, por exemplo, a ascensão da extrema direita em vários países da América Latina, incluindo o Brasil.

Destarte, sob a perspectiva analítica da intertextualidade literária, Dara, nome da mãe de Kuami, retoma a figura histórica de Dandara, processo estilístico da escritora ao retomar diversas personalidades da resistência negra. Cabe mencionar que, historicamente,

¹⁰⁹ CLARKE, Cheryl. El lesbianismo, un acto de resistencia. In: MORRAGA, Cherríe (ed.); CASTILLO, Ana (ed.). *Esta puente es mi espalda. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. San Francisco: Ism press, 1988.

Dandara, nome da companheira de Zumbi dos Palmares, se suicidou para não retornar à condição de escrava. Em outro fragmento, Zumbi foi reverenciado por Kuami ao cantar um trecho para Janaína: “Zumbi é o senhor das guerras/ Zumbi é o senhor das demandas/ quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda”. (SILVA, 2019, p. 25-42). Historicamente, retomar Zumbi dos Palmares é apresentar às crianças o legado de um dos maiores ícones da resistência negra à escravidão, já que liderou o maior quilombo formado por escravos fugitivos das fazendas escravocratas, durante o Brasil Colonial. Identificamos que se estabelece um elo histórico entre a voz de Kuami e a história da resistência negra no Brasil, contrastando os lugares ocupados pelos opressores e oprimidos, bem como os movimentos de re-existências que fortalecem o giro decolonial necessário à liberdade prática e simbólica. Essas relações históricas alimentam as lacunas sobre os processos de resistências deixadas não somente no imaginário infantil, mas na memória coletiva como um todo, fazendo com que se tome a narrativa dos portugueses como única e salvadora.

A floresta e a cultura indígena ganham lugar na poética de Cidinha da Silva, que, afetivamente, apresenta seus cenários sob uma riqueza de detalhes, cujas características residem nas relações que esses estabelecem uns com os outros, como, por exemplo, na água do mar que se mistura com a água do rio e forma Sereal. “Sereal, próximo à pororoca, é onde se misturam a serenidade do rio com a fúria do mar. Plantas de água doce e seixos se unem às algas marinhas e conchas trazidas pela maré, e são como ouro para a Mãe d’Água, guardiã do encontro das águas”. (SILVA, 2019, p. 07). Ademais, suas personagens são ligadas pelos vínculos da amizade e pelo espírito coletivo de amor ao próximo, o que corrobora para a soltura de Dara, resultado de uma força coletiva, formando um grande quilombo, e, de forma paralela, um movimento de aquilombamento.

A exposição dos elementos que compõem os cenários da narrativa, fortalece a identidade das personagens e ilustra a importância da floresta para àqueles(as) que sobrevivem graças à sua preservação, bem como sua diversidade para o bem-estar do planeta, o que induz a análise do contexto e uma crítica juntos aos leitores a partir de uma perspectiva de educação ambiental decolonial, uma vez que o plantio e cultivo de soja é uma forma contemporânea de exploração, muitas vezes, de terras dos povos tradicionais, gerando, além das disputadas por terras e destruição do ecossistema, genocídios sucessivos.

No que compete a essa discussão, Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020)¹¹⁰, discute sobre o desastre que as empresas exercem sobre a natureza.

Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. (KRENAK, 2020, p. 11)

As ideias para adiar o fim do mundo, segundo o autor, se concretizam na medida em que se mostra a importância da floresta para a manutenção da vida e se desvela o que há por detrás das políticas que entregam as terras dos povos tradicionais às grandes empresas, a troco de lixo, de desastres ambientais e de genocídio desses povos, conforme já mencionado. Em *Kuami* se percebe essa crítica e a materialização dos genocídios, como no episódio da cerca elétrica que mata as quebradeiras de coco e na escravização dos homens na fazenda onde Dara estava presa, conforme percebemos no fragmento:

[...] Sete contou porque foi morar com Didó. A mãe, Pedrina Quilombola, era quebradeira de cocos. Um dia, sem quê nem para quê, um grupo de homens construiu uma cerca no babaçual. Começaram pela manhã e terminaram à tarde. Quando elas e as amigas encerraram o dia de trabalho, tiveram que pular a cerca de arame farpado para ir embora. No dia seguinte, pela manhã, quando as mulheres voltaram para trabalhar, foram eletrocutadas ao atravessar o mesmo local. Os homens tinham acabado de instalar o sistema. (SILVA, 2019, p. 65)

A Colonialidade tem pregado a ideia de que “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, e reproduzida incansavelmente pela maior emissora do Brasil, a Globo, tal campanha tem o objetivo de “conscientizar” a população de que o agronegócio é o futuro bem-sucedido do país, trazendo fartura às famílias e a melhoria do país com a exportação, alinhado ao movimento de conectar o consumidor com o produto rural, para que o agronegócio se expanda cada vez mais. Essa é, sem dúvidas, uma das estratégias mais eficazes de manipulação da sociedade, ao passo que a humanidade, segundo o Krenak (2020, p. 11-12):

[...] vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na

¹¹⁰ KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-humanidade.

O extermínio dos povos tradicionais, conforme percebemos em *Kuami* no episódio de extermínio da mãe de Sete, bem como a exploração das terras em busca do ouro e de outros materiais de valor, foram estratégias adotadas, historicamente, pelo colonizador a fim de manter-se no centro do poder. A terra com seus rios, biomas, diversidades em fauna e flora, nunca importaram para eles, o que não é diferente na contemporaneidade, mesmo que se veja o declínio dessa composição. Nesse contexto, é importante enfatizar que o agronegócio é uma tecnologia operante e eficaz que desorganiza a organicidade da vida sustentável em prol do plantio de soja, da cana-de-açúcar etc. Para Krenak, é um desequilíbrio total e o Estado dar seu aval para que tudo aconteça, esquecendo que lá na floresta, no quilombo, nas matas e nos rios, existem grupos étnicos, comunidades e sociedades que vivem, exclusivamente, dessa harmonia e mantêm seu equilíbrio. Nesse contexto, a título de ilustração, percebemos a preocupação dos povos tradicionais com a floresta no fragmento de *Kuami*:

[...] Sete seguiu o rastro das árvores menores derrubadas pelo tronco que feriu Kuami. Quando o encontrou, reconheceu a copaíba, cuja seiva é um potente cicatrizante. Avaliou a crueldade dos malandros que a derrubaram. Tratava-se de uma árvore jovem, em pleno processo de extração pelos povos da floresta. Ele saudou a árvore, pediu licença e aproveitou o veio aberto pelos seringueiros para colher um punhado da seiva. (SILVA, 2019, p. 44-45)

A proteção da floresta é o motivo de vida dos povos indígenas que dela se sustentam, física e espiritualmente. Cada elemento, portanto, é uma divindade que precisa ser cultuada para que possa abençoar seu povo: floresta, rios, animais etc., fazem parte desse todo harmônico que produz vida e sentido para essas comunidades. Compreendendo a obra como contemporânea ao tematizar essas questões, Cidinha da Silva problematiza e mobiliza o leitor em direção a uma análise crítica da realidade a partir de outras cosmovisões.

Além das espacialidades e dos elementos que compõem a floresta, Sereal, enquanto espacialidade imaginária, é uma criação inédita: uma mistura de rios e mar, o que encaminha os leitores para a possibilidade de um mergulho nas características desses dois espaços e de sua junção, na tentativa de imaginar e materializar o que seria esse espaço. No tocante à sua composição, cabe mencionar a presença da entidade do folclore brasileiro e

orixá africano *Mãe d'Água*, madrinha de Janaína que, inclusive, ofereceu um “[...] suco de capim-santo gelado [...]”, na ocasião da apresentação do elefantinho (SILVA, 2019, p. 27).

Mãe d'Água, na tradição africana dos negros iorubanos, é um orixá do candomblé, reconhecida também por Iemanjá, mãe ou rainha das águas, uma entidade que deve ser cultuada e respeitada por quem vive nas águas. Paralelamente à existência e benção da Mãe d'Água, o macaco-enfermeiro menciona a existência de um curandeiro, Didó, que é procurado na ocasião do acidente do elefantinho, durante o processo de resgate de sua mãe, Dara. Contudo, outro macaco foi à sua procura, mas não o encontrou, apenas um menino que dizia ser aprendiz e afilhado de Didó: “[...] O menino respondeu que era afilhado do mestre, chamava-se Sete Lajedos. Contou que Didó havia viajado até a Terra Sagrada para um congresso mundial de cuidadores de sementes. [...] Sete molhou um chumaço de folhas e foi passando pelo corpo de Kuami [...]” (SILVA, 2019, p. 43-44). A partir dos fragmentos, percebemos a transposição do nome do terreiro de candomblé de caboclo *Ilé Oka Sete Lajedos*¹¹¹, localizado na cidade de São Paulo, para a criança. A especificidade de se tematizar as religiões afro-brasileiras atravessa diversas narrativas infantis presentes nesse recorte, *Histórias da Preta*, *Betina*, *Os tesouros de Monifa*, *As férias fantásticas de Lili*, nas quais há uma presença marcada das religiões de forma positivada, objetivando a desconstrução dos estigmas associados a essas, na possibilidade de desconstruir a intolerância religiosa.

No que diz respeito às práticas de pajelança indígena exercidas pelo personagem Sete Lajedos e seu padrinho Didó, essas ilustram a existência de um diálogo entre os elementos católicos, espíritas e de matrizes africanas e afro-brasileiras: “[...] O meu lugar é caminho de Ogum e Iansã [...]” (SILVA, 2019, p. 52). Cabe destacar que esse fragmento é uma parte da letra da canção de Arlindo Cruz, “*Meu lugar*”. Nesse contexto, destacamos a importância da mulher nas religiões afro-brasileiras, segundo Gonzalez (2020, p. 201):

[...] A valorização da mulher pelas diferentes culturas negro-africanas sempre se deu a partir da função materna. É por aí que a gente pode entender, por exemplo, a importância que as “mães” e “tias” iriam ter não só na formação e desenvolvimento das religiões afro-brasileiras (candomblé, tambor de mina, umbanda etc.) como também em outros setores da cultura negra no Brasil.

¹¹¹ O terreiro *Ilé Oka Sete Lajedos* envolve o estabelecimento e consolidação do diálogo permanente entre os três núcleos duros das religiões afro-brasileiras, a saber: o núcleo da(s) umbanda(s), encantarias (jurema, candomblé de caboclo, terecô, babassuê, toré, xambá, entre outros) e candomblé(s), segundo o site do terreiro, disponível em: <https://www.oicd.com.br/ile-oka-sete-lajedos>. Acesso em 26 maio 2021.

Os diálogos entre negros e indígenas podem ser observados, ainda, no motivo pelo qual Sete foi morar com Didó: “[...] A mãe, Pedrina Quilombola, era quebradeira de cocos. Um dia, sem quê nem pra quê, um grupo de homens construiu uma cerca no babaçal. [...] No dia seguinte, pela manhã, quando as mulheres voltaram a trabalhar, foram eletrocutadas [...]” (SILVA, 2009, p. 65). A narrativa denuncia, segundo percebemos no trecho, as políticas de apagamento das existências subalternas, como as utilizadas com as quebradeiras de coco, ou seja, pela máquina colonial representada pelos fazendeiros de soja que exterminam essas populações com o aval do Estado.

Em outra instância, a afetividade perpassa toda a narrativa, pois seguindo o conselho da comandante Helena, “- Num mundo de amor tudo é possível [...]” (SILVA, 2019, p. 53), especificidade ratificada na relação entre o maestro Pixinga e Kuami, conforme observamos no fragmento abaixo:

- Que elefantinho inteligente é você, Kuami!
- Nada comparado à sensibilidade do senhor, maestro.
E ficaram assim, nessa troca de amabilidades, até o maestro finalizar:
- Caso fosse mesmo sensível, como você diz, teria percebido a emoção provocada por “Meu lugar” em você, dias atrás. Aquilo foi uma das coisas mais bonitas e profundas ouvidas em minha longa vida: “Madureira é minha Luanda!” Fiquei muito feliz por ter escolhido a música apropriada para o seu coração saudoso, meu menino. [...] Kuami exercitava mais um de seus talentos, o de conquistar parentes [...] (SILVA, 2019, p. 38-39).

Kuami e Janaína conquistam todos aqueles que cruzam seus caminhos. É nas encruzilhadas que criam vínculos e lutam, coletivamente, para a liberdade dos seus, histórias e trajetórias que se repetem e se compartilham em outras realidades, como fez Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra, mencionado anteriormente. A estética negra, nesse delineamento, também ganha lugar de destaque na narrativa: “A poucos metros dali, um grupo de macacos velava o sono de Janaína. Macacos-mirins, todos sabem, não param quietos e aqueles não eram diferentes. Enquanto a sereia dormia, aproveitaram um pouco do líquido da copaíba e fizeram *dreads* no cabelo dela. Muito bonitos, por sinal”. (SILVA, 2019, p. 47). A mãe, Naomi, admirada, perguntou o significado do cabelo: “- São *dreads*, mamãe, feitos pelos amigos macacos. Estou bonita? - Está linda!” (SILVA, 2019, p. 52).

As discussões sobre o empoderamento de mulheres negras perpassam a dimensão da aceitação de si e do refutamento dos estereótipos e estigmas negativados e associados à sua identitária, ou seja, o que foi historicamente considerado como mecanismo de inferiorizar, contemporaneamente é discutido à luz das perspectivas decoloniais e de um movimento de desapropriação desses corpos, ao passo que essas mulheres têm autonomia e se aceitam, rompendo com o ideal ocidentocêntrico de cabelos lisos. Nesse cotejamento crítico, com o objetivo de ampliar a concepção sobre a apropriação do próprio corpo pelas mulheres negras, Anzaldúa (2004, p. 79) discorre acerca dessa liberdade e da aceitação de suas matrizes: “Quero a liberdade de poder talhar e esculpir meu próprio rosto, estancar a hemorragia com cinzas, modelar meus próprios deuses desde as minhas entranhas. [...]”.

A liberdade clamada pela autora não se encontra na cena da fazenda, pois o olhar do menino Sete ao visualizar um homem negro acorrentado, na condição de escravo do lugar que também prendia Dara, é o mesmo que constitui o espírito coletivo das re-existências: “[...] O olhar dele cruzou com o de um homem negro, mãos e pés abertos, preso por argolas de ferro ao chão, entre as camas triplas. Sete chorou e o homem, ao perceber, desmanchou a tensão do rosto”. (SILVA, 2019, p. 85). Dado esse cenário, o caráter combativo revela as novas formas de escravidão que se tem noticiado, diariamente, no Brasil, sob outras nomenclaturas. Portanto, a escrita negro-brasileira feminina parte de uma consciência coletiva, na medida que a obra, seus protagonistas e uma rede de personagens, apresenta e problematiza esses lugares, considerando, como força potencializadora, o lugar de enunciação de onde Cidinha da Silva projeta suas poéticas quilombolas e encabeça seu projeto literário.

Cabe destacar que Kuami e as demais personagens se deparam com as formas contemporâneas de escravidão moderna, uma espécie de denúncia feita pela escritora às políticas de proteção que não conseguem ser eficazes. A soltura da elefanta mãe do protagonista libertou também os homens que, tratados como escravos, estavam à mercê dos fazendeiros. Nesse bojo, com uma narrativa poética, as perspectivas decoloniais se apresentam nas diversas possibilidades de significação da narrativa infantil, corporificadas através do protagonista e das demais personagens que pertencem às matrizes africanas, negro-brasileiras e indígenas, entre curandeiros, orixás, sereias e animais que se dividiram entre os terreiros de candomblé, a floresta amazônica e as águas profundas do Sereal, integram um mundo intersubjetivo de possibilidades, quando pensamos nos impactos das críticas sociais, na beleza da descrição e nas afetividades compartilhadas.

Na esteira de uma poética engajada, Cidinha da Silva propõe um diálogo entre as diversas culturas e povos que formam o Brasil, a partir de uma especificidade que é muito bem-vinda aos estudos literários e à literatura infantil: um mergulho no mais íntimo dos quilombos e da floresta, o que reverbera inúmeras dimensões de significação por parte do leitor que tem, nesse cotejamento, a possibilidade de identificação e/ou significação dos conhecimentos adquiridos anteriormente à leitura literária. Destarte, *Kuami* mescla as diversas culturas africanas, negro-brasileiras e indígenas ao passo que introduz as crianças numa narrativa com diversidade de personagens, via prática de amabilidade através do exercício de liberdade, considerando as tomadas de decisões individuais e coletivas durante o enredo, o que fortalece os vínculos entre as personagens durante a diversificação de seus papéis.

Kuami e Janaína constroem uma amizade capaz de unir os povos e as crenças em prol de um só objetivo, a liberdade daqueles que são silenciados em suas identidades, traficados de seus territórios, interditados em seus corpos e reféns de práticas contemporâneas de escravidão. Partindo dessa compreensão, a narrativa se intersecta e se torna um ato de resistência, levando em questão os diálogos entre as mais diversas formações étnicas e raciais presentes no Brasil. Nesse intento, ao tematizar as diversas instâncias espaciais, culturais e subjetivas africanas, negro-brasileiras e indígenas, *Kuami* encanta e alimenta o imaginário dos leitores em processo de formação, a partir do que acreditamos ser todas as histórias comunitárias sediadas no mais íntimo das questões da afetividade, da consciência crítica e da constituição identitária, no âmbito do trabalho com o texto literário e de uma educação plural e antirracista, intermediada pela literatura infantil.

4.1.6 *O mundo no black power de Tayó*

Nas avenidas identitárias em torno da estética africana e negro-brasileira, *O mundo no black power de Tayó* (2013), de Kiusam de Oliveira, como o próprio título já sugere, é uma narrativa que se centra no cabelo da protagonista, a menina Tayó, que tem o cabelo do tamanho de sua imaginação. Partindo de uma construção positivada, logo é apresentada aos seus leitores: “Tayó tem 6 anos. É uma menina de beleza rara. Encantadora, sua alegria contagia a todos que perto dela ficam. Seu rosto parece uma moldura de valor, que destaca

belezas infinitas”. (OLIVEIRA, 2013, p. 08). Na esteira da apresentação, a positivação das características fenotípicas de Tayó retomam uma discussão das últimas décadas em torno do corpo negro-feminino e, contemporaneamente, bastante acirrada, para o refutamento do ideal ocidentocêntrico. Na contramão dessa política, Kiusam inicia a narrativa enaltecendo tais características e como Tayó é feliz por ser quem é.

A partir do orgulho racial oriundo do movimento *Black Power* (em tradução nossa, poder negro), surgido na década de 1960 nos Estados Unidos, Kiusam apresenta e enaltece a diversidade ao passo que desestrutura os ideais canonizados e fortalecidos pela hegemonia, propondo uma narrativa que contempla a pluralidade que forma a sociedade, alterando as noções e os espaços discursivos onde as minorias foram e continuam sendo realocadas, em menor proporção, sob o julgo de estereótipos e fenótipos. Para essa autora, tal recorrência se dá em virtude das políticas do cotidiano que produzem uma ditadura estética na qual todas as mulheres são submetidas:

[...] O cabelo, como símbolo da negritude, ganhou força no padrão de penteado crespo, alto e arredondado, passando a se chamar *black power*, mesmo nome do movimento. Tanto homens como mulheres usam esse penteado, e o que era questão política hoje se tornou moda e sinônimo de atitude, sem perder sua característica básica de protesto e afirmação. (KIUSAM, 2013, p. 42).

A política do cabelo atravessa diversas narrativas infantis que compõem essa análise, já que se consolidou como uma dimensão importante para crianças em processo de formação. Nesse encaminhamento, percebemos que o movimento de voltar-se para si mesma, através da imagem refletida no espelho, significa, nesse recorte, a busca pela auto-aceitação, questão bastante recorrente e utilizada por essas escritoras, ao passo que se utilizam, também, para desconstruírem do imaginário infantil imagens veladas e preconceitos em torno do cabelo, do corpo, da cor e da cultura africana e negro-brasileira, na direção do que Gonzalez (2020, p. 31) mencionou como movimento de “[...] escapar às astúcias da razão ocidental. [...]”, ou seja, como comportamento imediato do negro que passa a ser agente questionador das razões, fortalecendo, dessa forma, a razão subalterna, conforme nos orienta Mignolo.

Nessa acepção, é nítido que diferentes posicionamentos teóricos e críticos vêm apresentando novas chaves de leitura para a interpretação de um *BrasilAfro Autorrevelado*, conforme a ótica de Mirian Alves. Pensar, seguindo essa ótica, nas possibilidades de significação de narrativas que movimentam os leitores para outras representações é,

igualmente, refletir sobre as ações que tendem a se tornar desobediências às estruturas dominantes, nas quais princesas e príncipes passam a ser tuas representações enegrecidas. Essa tomada de posição é resultado de demandas externas, de consciência de mundo e do empreendimento de seus projetos literários. Para Coelho (2000, p. 49), essas movimentações atendem:

[...] às novas forças atuantes no pensamento culto, podemos dizer, taxativamente, que nenhum escritor poderá criar um universo literário significativo, orgânico e coerente em suas coordenadas básicas (estilísticas e estruturais) e em sua mensagem, se não tiver a orientar sua *escritura* uma determinada consciência de mundo ou certa filosofia de vida (presença atuante que, nos verdadeiros criadores, é talvez inconsciente...). Na ausência destas, o mais que teremos será uma produção *livresca*, que poderá, inclusive, ser atraente e interessante, mas que fatalmente terá vida brevíssima: é mero jogo *literário*, não chega a ser uma *obra literária*.

Na direção do que pontua a autora, Kiusam propõe uma leitura de mundo excêntrica, através do que Tayó pode representar para outras crianças que se encontram em situação de não reconhecimento e, conseqüentemente, não-pertencimento étnico-racial, ou seja, não se veem representadas nos padrões definidos pela matriz ocidentocêntrica de beleza. Durante toda a narrativa os traços fenotípicos da menina são apresentados e positivados como forma de enaltecer a negritude da qual pertence, como se denota no fragmento: “Seus olhos são negros, tão negros como as mais escuras e belas noites que do alto miram com ternura qualquer ser vivo. Do fundo desses olhos escuros saem faíscas de um brilho que só as estrelas são capazes de emitir”. (OLIVEIRA, 2013, p. 11). O recurso estilístico da autora de marcar as características da protagonista e relacioná-las ao que se essencial e à beleza das coisas, atua para o fortalecimento da construção imagética/corporal de crianças negras que não se identificam com o ideal estético homogêneo que se veicula, embora a estética negra tenha avançado em termos de presentificação, é necessário se utilizar desses mecanismos para possibilitar a auto-identificação.

É importante destacar que a recorrência às características físicas de negros(as) tem lugar nos significados que a imagem representa para as crianças, especificidade que se fortalece quando a indústria do cinema, de brinquedos etc., passa a produzir filmes e bonecas de meninas e meninos negros objetivando, para além dos fins capitalistas, (re)construir a identidade racial quando do contato com esses produtos/tecnologias, sendo,

também, resultados de demandas específicas, via de regra, oriundas de movimentos sociais.

Os traços fenotípicos, negroides, que caracterizam as pessoas como negras, via de regra, foram postos contrastivamente ao ideal eurocêntrico para que fossem inferiorizados segundo suas próprias lógicas. Na narrativa em análise, Kiusam propõe uma mudança de perspectiva quando enaltece esses traços e assimila com o que há de mais valioso: “Seu nariz parece mais uma larga e valiosa pepita de ouro”. “Grossos e escuro como o orobô, seus lábios encantam, só se movendo para dizer palavras de amor”. “Sobre a cabeça, a parte do corpo de que ela mais gosta, ostenta seu enorme cabelo crespo, sempre com um penteado chamado Black Power”. (OLIVEIRA, 2013, p. 12-14-17). Os fragmentos selecionados corporificam o processo de positivação da protagonista quando da possibilidade de mobilização dos leitores em direção a significação, encaminhando-se através do enaltecimento dessas características, pois no momento que Tayó se percebe enquanto menina negra e inserida numa sociedade racista, busca nos referenciais africanos e negro-brasileiros a força para se opor ao mundo ideal branco e todas as suas ferramentas ideológicas. Rosilda Alves Bezerra e Carlos Alberto de Negreiro, em *Literatura Afro-brasileira infanto-juvenil: as leis 10.639/03 e 11.645/08 e suas representatividades identitárias na educação básica* (2020, p. 270)¹¹², pontuam que:

[...] a classificação de pessoas baseadas principalmente na cor da pele, textura do cabelo, traços físicos, entre outros, sempre foi uma constante na sociedade brasileira. Voltados para a ideia de uma democracia racial, muitas das desculpas desenvolvidas por várias pessoas para não assumirem posições racistas, se resumem na evidência de que é complicado no Brasil identificar quem é negro e quem não é. [...]

Partindo das teorias que fundamentam as discussões sobre o colorismo, compreendemos que tal como uma ideologia, a justificativa de não se poder identificar negros e não-negros repousa no complexo ligado à formação das hierarquias, principalmente tendo como base a ideia da superioridade branca, pois ao passo que Tayó refuta essa noção, através da representação de beleza e poder, contribui para desarmar, subjetivamente, as apropriações e as ferramentas conceituais e analíticas da colonialidade do poder, que atua como princípio de definição, conforme discorre Maldonado-Torres (2019).

¹¹² In. OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus; SANTIAGO, Ana Rita (org). *Literaturas Afro-Brasileiras e Africanas: produção, ensino e possibilidades*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020.

A rejeição do negro e de sua cultura e pertencimento decorre de uma conclusão: o medo das *outridades* escreverem suas próprias histórias, sendo capazes de “[...] inventar a nós mesmos de (modo) novo. [...]” (KILOMBA, 2019, p. 28). Seguindo essa tensão, a demanda que a autora enfatiza precede a produção de uma imagem de identidade e o movimentar dos sujeitos subalternos para assumí-la, o que toma proporções conceituais em Bhabha (2003), no que concerte à demanda da identificação. Em síntese, o lugar discursivo de onde parte essas identidades deve ser considerado, ao passo que a representação do negro ganha novos contornos de significação e ampliação, no sentido de oferecer suporte tanto no plano simbólico quanto no real.

Raça e racismo, nesse cotejamento crítico, são categorias fundamentais para entender o Brasil e todos os seus amálgamas, principalmente no que concerne à sua formação, o que para Silvio Almeida (2019, p. 15), em *Racismo Estrutural* (2019)¹¹³, se justifica em “[...] a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo. [...]”. Ainda, seguindo o autor,

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. [...] (ALMEIDA, 2019, p. 18)

Referenciando a discussão de Almeida (2019), seguindo o percurso teórico de Sueli Carneiro (2003), de onde se afirma a necessidade de enegrecer o feminismo e os espaços, são cada vez mais notórias as relações entre Literatura e História, na direção de considerá-las como imbricadas e essenciais para se (re)construir um respaldo analítico e crítico das realidades subalternas, fato que se potencializa na contemporaneidade a partir dos diversos tensionamentos encabeçados pelas minorias e pelo retorcimento dos mecanismos de opressão. Deste modo, entre deslocamentos de sujeitos que passam a protagonizar e assinar as várias versões não-oficiais da história, e a desmarginalização dos locais de fala, sujeitos socialmente à margem se deslocam, agora, para o centro da narrativa brasileira contemporânea, num processo de autonomia, autoria, tematização e projetos literários decoloniais, como a *corpus* literário que materializa o aporte teórico selecionado, capaz de mobilizar a criança negra para a reescrita de sua história marcada pelo racismo.

¹¹³ ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Carneiro (2003, p. 118) identifica muitas faces construídas por mulheres negras na busca de uma posituação de suas identidades, de suas intelectualidades e da autonomia de suas vozes, alinhada ao ser mulher negra. Para essa autora:

Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil.

As trajetórias de mulheres negras não só apresentam visibilidade, mas cravam caminhos essenciais numa luta antirracista e anti-sexista diária, cujos resultados se ampliam no campo teórico, no campo do real, do vivido, da ficção etc., por ser uma tomada de posição e um giro epistêmico, produzindo novos saberes. A partir dessas demandas, Kiusam materializa em Tayó, protagonista cuja identidade racial é reafirmada em cada fragmento, a capacidade de desarticular os colegas quando iniciam uma situação racista na escola: “Bem-humorada, quando seus colegas de classe dizem que seu cabelo é ruim, ela responde: - Meu cabelo é muito bom porque é fofo, lindo e cheiroso. Vocês estão com dor de cotovelo, porque não podem carregar o mundo nos cabelos como eu posso”. (OLIVEIRA, 2013, p. 27).

A postura da protagonista em desarmar os colegas racistas é resultado de um pertencimento e empoderamento construídos nas vivências com sua mãe, embora fique pensativa e retome episódios históricos de lutas e sofrimentos de seus antepassados, reconstruindo-se através das memórias coletivas contadas pelos familiares. É perceptível que Kiusam se utiliza dos episódios de racismo na escola para denunciar o *bullying*, muitas vezes diminuídos em suas dimensões negativas, além de não serem combatidos no âmbito desses espaços, o que acaba fortalecendo uma via do racismo, o recreativo, num lugar em que, em gênese, deveria educar para o respeito à diversidade e para uma educação antirracista.

Acerca do projeto literário de Kiusam e da vivência do episódio de racismo pela protagonista, Evaristo (2017) pontua que “escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo”. Em nossa análise, tal fato significa um trabalho de conscientização objetivando, para tanto, a superação desses episódios ao passo que se fornece às crianças um acervo de informações, que é revisitado todas às vezes em que se questiona a identidade negra. Nesse cotejamento,

é importante destacar que, no âmbito das discussões sobre identidade e identitária negra, essas são construídas a partir dos fenótipos, da anatomia, da cosmovisão ocidental, por isso o racismo é uma ferramenta tão operante, pois raça, classe, gênero, pensando interseccionalmente, delimitam as posições sociais inerentes às estruturas, o que demanda do agente questionador uma postura para transformar a política da identidade e da identificação em identidade política.

Quando retorna para casa pensativa com toda a falta de gentileza de seus colegas, Tayó projeta em seu penteado, mesmo sem se dar conta disso, todas as memórias do sequestro dos africanos e das africanas, sua vinda à força para o Brasil nos navios negreiros, os grilhões e correntes que aprisionavam seus corpos. Tudo isso está bem guardadinho lá no fundo de sua alma. (OLIVEIRA, 2013, p. 28)

O retorno aos episódios traumáticos do passado para refletir o presente, é uma das características que movimentam a produção de um contra-discurso a partir de uma análise dos fatos históricos que acometeram milhões de negros escravizados, já que o retorno à África, mencionado em diversas narrativas infantis negro-brasileiros, não era somente um desejo dos incomodados, mas ressoava, de forma geral, a esperança de libertação dos negros ao imaginarem encontrar na terra-mãe (África) o verdadeiro sentido de suas existências. Nessa direção, partimos do princípio de que a identidade cultural é uma memória que vai se traumatizando, ou seja, sendo lesada, contraindo o músculo para voltar-se ao seu estado-primeiro, suas origens, como lembra a personagem Preta Suzana no romance *Úrsula*, ao sonhar com esse retorno. Em *O mundo no black power de Tayó*, esse retorno é uma forma de não se esquecer de onde veio, como foi observado, tanto em *História das Preta* quanto em *Os tesouros de Monifa* etc.

Destarte, tal como em *Kuami*, Tayó menciona, através da rememoração, as tradições negras e entre elas, a religião, como forma de fortalecimento de sua identidade, ao mesmo tempo que as decisões da protagonista são de grande importância quando mobiliza conhecimentos sobre sua cultura, na possibilidade de movimentar os leitores a outras zonas de experiência, como se observa no fragmento:

[...] quando recupera seu bom humor, é capaz de transformar todas as lembranças tristes em pura alegria, projetando em seu penteado todos os sons e cores alegres das tradições que negros e negras conseguiram criar e preservar, como as danças, os jogos, as religiões de matriz africana, as brincadeiras, os cantos, as contações de histórias e todos os saberes,

demonstrando que nem correntes nem grilhões conseguiram aprisionar a alma potente de seus antepassados. (OLIVEIRA, 2013, p. 31)

Tayó guarda todo o universo dentro do seu black power, positivando seus traços ancestrais e físicos, como a boca, o nariz e a cor dos olhos. O movimento de trançar seus cabelos dialoga com a narrativa *Betina*, que assim como Tayó tem seus cabelos trançados e passa a costurar suas vivências com as de seus antepassados, numa genealogia feminina negra que potencializa sua identitária. “Tayó é o que todas as outras meninas como ela são: princesas que vivem a carregar, sobre seus penteados, suas coroas reais, mesmo que não as vejam quando estão acordadas” (OLIVEIRA, 2013, p. 39). Nesse bojo, ao discutirmos sobre corporeidade, raça, cor da pele, tipo de cabelo, tamanho dos lábios, cor dos olhos etc., estamos refletindo a maneira pela qual as mulheres negras são interpeladas pelo padrão europeu. Romper com esses ideais é subverter a lógica e fortalecer outras identidades, outros povos e culturas.

É importante refletir que no tocante ao imaginário infantil do cinema, até as décadas de 1970 e 1980, de forma ampla e gradativamente nas seguintes, as princesas sempre eram brancas, de cabelos lisos e se preparavam durante toda a vida para o encontro com seus príncipes, também brancos. Entretanto, a partir do momento em que as discussões étnico-raciais foram ganhando força no campo social e político, as representações foram se alterando ao ponto de termos em 2009, protagonizando uma das produções da Disney, *A princesa e o Sapo*, uma princesa negra, Tiana. O exemplo demarca a pouca representatividade que a identitária negra tem no cinema infantil. Outro movimento importante a se destacar tem sido o enegrecimento das(os) protagonistas dos contos de fadas das produções contemporâneas, via movimento de releituras.

A título de ilustração, Aline Dutra desenvolveu uma pesquisa importante no campo da literatura infantil, analisando o protagonismo negro nos contos de fadas modernos, intitulada *O protagonismo negro nos contos de fadas modernos* (2017)¹¹⁴. A autora parte de duas releituras: de um lado, *Rapunzel e o Quibungo* (2012); do outro, *Cinderela e Chico Rei* (2015), ambas pertencentes a coleção “*Pra lá e pra cá*”, da Editora Mazza.

Rapunzel e o Quibungo (2012) conta a história de Rapunzel, uma menina nascida na Bahia cujos cabelos eram “tão compridos que eram maiores do que ela”. Um dia, brincando e cantando na beira da lagoa de Abaeté, a menina foi raptada pelo Quibungo, encantado com seu lindo canto ele a

¹¹⁴ Cf. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196332>. Acessado em: 22 set. 22.

trancou em uma torre de bambu no alto de uma castanheira. [...] O segundo livro [...] Cinderela e Chico Rei (2015) conta a história de uma menina chamada Abioye. A história conta que, “há muito tempo, em Vila Rica, num sobrado da Rua Direita”, vivia essa menina. Seus pais, reis na África, morreram durante uma viagem em um navio negreiro, a menina, agora órfã, foi comprada como escrava por uma mulher muito má que tinha duas filhas, Mafalda e Fiona. Abioye trabalhava dia e noite na casa de sua dona, no meio da fuligem e das cinzas do fogão a lenha. Como vivia suja de cinza, as irmãs apelidaram-na de Cinderela. A menina não retribuía as maldades que eram feitas com ela. Certo dia, ela ouviu alguém anunciando que Chico Rei daria um baile em seu palácio. Ele era muito rico, ex-escravo que comprara sua liberdade e a de muitos outros escravos. (DUTRA, 2017, p. 45-46)

As obras mencionadas alteram a tradição da literatura infantil em reproduzir um único protagonismo, ao mesmo tempo que esse novo olhar sinaliza novos ares no gênero e a possibilidade de recontar as histórias, nesse recorte, a partir de perspectivas afrocentradas e de protagonismos que se relacionam com os leitores, principalmente pela auto-identificação. O imaginário infantil, seguindo essas lógicas, pode se constituir de uma diversidade de tramas e sentidos quando da oportunidade de contato com tais obras, no intento de pensar as representações de meninas e mulheres negras, pobres, não-heterossexuais etc., num deslocamento para o centro da narrativa contemporânea, tanto como temática quanto protagonismos.

Na esteira dessas tematizações, Tayó se torna uma referência e uma imagem positivada, tal como a admirada no espelho por essa menina, o que possibilita às suas leitoras um auto-pertencimento, concomitante ao movimento de produzir e mobilizar para um processo de empoderamento, conforme discute Berth (2019). Assim sendo, os episódios que protagoniza possibilitam um olhar para si mesma, para então sentir-se parte de um todo coletivo, antes esquecido e hoje reverenciado pela trajetória de lutas e conquistas. Sentir-se negra é um ato de coragem que requer de Tayó muita força e ela faz isso de forma singular, guardando em seu cabelo black power todo o universo. A protagonista se conecta com seus ancestrais, através da memória, comunicando aos seus leitores que existe uma costura entre presente e passado. Por fim, ela é uma princesa negra que carrega uma coroa real, mesmo que não a veja quando está acordada.

Uma das estratégias utilizadas por Kiusam é a criação de um Glossário, apresentado nas últimas páginas do livro, com o objetivo de situar seus leitores na temática, diminuindo a ocorrência de problemas de significação em virtude do léxico, bem como fornecendo aos familiares e professores informações importantes que podem conectar a narrativa com

outras memórias. Tal recurso é recorrente em outras obras que compõem o nosso *corpus* literário. Nesse intento, é importante denotar quão diversa e potencial é a produção de saberes de mulheres negras que tiram de suas vivências a matéria de suas ficções, seja na escrita de uma literatura combativa, seja pela utilização das diversas estratégias de enfrentamento ao sistema racista e sexista e, nessa discussão, a partir da literatura infantil cuja temática negra ilustra e potencializa a educação para as relações étnico-raciais, no adensamento de um pensamento crítico e analítico decolonial.

Nessa direção, Débora Araujo, em *Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professoras* (2017, p. 13)¹¹⁵, discorre acerca da importância das práticas de leitura e interpretação a partir dos contextos vivenciais dos leitores, considerando, para tanto, os espaços de leitura e a mediação literária exercida por pais e professores no universo da literatura infantil: “[...] ouvir o que as crianças têm a dizer e de realocar suas vozes a um protagonismo narrativo. [...]”. Na acepção da autora e na proposta de uma pedagogia interseccional utilizada na mediação da leitura literária infantil, seguindo a orientação teórica de bell hooks, da educação como prática de liberdade para ensinar a transgredir, é essa dimensão que mobiliza as mudanças necessárias para o empoderamento, e esse lugar, para Berth (2019, p. 99), é político e de resistência quando potencializa a percepção da importância do conhecimento como prática contra-hegemônica de resistência às estratégias de colonização.

A obra em análise e a possibilidade da literatura podem auxiliar os leitores em situações de conflito e crises identitárias relacionadas, via de regra, aos episódios de racismo cotidiano, tal como discorre Kilomba (2019), na direção de uma conscientização étnico-racial e da construção de um empoderamento a partir da superação de estereótipos e estigmas. Tayó se entrelaça a um discurso elaborado e afirmador das diferenças, esse discurso afrocentrado reescreve não somente sua identidade no interior do mundo, mas de todo um legado coletivo negro, materializando-se ao passo que se posiciona político, cultural e sociohistoricamente, pois ao se identificar como uma criança negra, a menina retoma um lugar historicamente situado e pensado via pedagogia da ancestralidade, que é resultado de um posicionamento político contrário ao que se estabeleceu como lógica inquestionável, opondo-se ao colonialismo e à colonialidade, tal como costura Kiusam na elaboração de um projeto literário antirracista.

¹¹⁵ ARAUJO, Débora Oyayomi. *Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professoras*. Curitiba: CRV, 2017.

4.1.7 *As férias fantásticas de Lili*

Na compreensão da literatura infantil negro-brasileira de autoria feminina como um acervo, substancialmente produtivo e epistemologicamente pensado para desarmar o racismo e o sexismo, Lívia Natália como mulher negra, professora de teoria literária e poeta, apresenta às crianças, Lili, uma menina negra que viaja pelos universos africanos em busca de referenciais para contar, como proposta de redação, o que fez de suas férias, atividade que vai motivar a narrativa. No bojo dessas mobilizações, partindo de uma atmosfera mística e épica, a escritora vai apresentando a protagonista e seu universo particular, recorrendo à imaginação e à mitologia iorubana que vão guiar os passos de Lili na confecção e vivência de sua atividade, mas tudo começa na mesa de casa, durante o café da manhã:

Naquela manhã, na mesa, fumaçava o café quentinho/Tinha aipim, pão fresco, e ovo bem fritinho./Lili, silenciosa e sentada perto da geladeira/Nem ligou para o que haveria em sua lancheira./[...] Ela e a irmã desceram para o ponto de ônibus da Lagoa/Onde ela sempre corria e brincava, sorrindo a qualquer pessoa./[...] Naquele dia, no entanto, estava quieta, não corria/E todos sentiam falta de sua fácil alegria. (SOUZA, 2018, p. 04-06)

O dia amanhece e a rotina das férias termina, é hora de voltar à escola. Lili e a irmã percorrem o mesmo caminho, mas Lili estava estranha, triste, pensativa, já pensando no que a escola a havia reservado. A trama se desenvolve e logo percebemos o clima se intensificar: “Ela chorando, entra no ônibus cabisbaixa e calada” (SOUZA, 2018, p. 07). Exu que espiava por detrás de uma árvore, logo notou o choro da menina e se apressou para contar para a sua mãe ancestral, Oxum, que também passou a observá-la. Nessa cena, é importante enfatizar que *As férias fantásticas de Lili* possibilita, de antemão, o enfrentamento à intolerância religiosa, no tocante a relação entre a protagonista e os Orixás que, protegendo a menina e cuidando de seus afazeres, trazem à tona a diversidade iorubana de uma forma singular e positivada, tal como Cidinha da Silva faz em *Kuami*.

O viés educativo da literatura infantil corporificado na narrativa em análise, por se situar no espaço escolar e por trazer o enredo revestido de entidades que habitam e povoam o imaginário coletivo, movimenta Lili para uma viagem em busca das informações que faltavam para que conseguisse escrever sua redação. Segundo Araújo (2017, p. 59) a especificidade de a literatura infantil movimentar o leitor em torno de uma significação

positivada, se dá a partir de sua “[...] condição pessoal que a criança pode, por si própria, auxiliada por uma mediação adequada, desenvolver mecanismos de interpretação de ideologias que a relegaram a espaços menores da sociedade. [...]”.

Tomando a autoria como pontapé inicial, o desafio da intelectual negra, seja no âmbito da teoria, seja no de criação literária, é rejeitar “[...] quaisquer expectativas literárias elitistas, jargões acadêmicos, escritas complexas na terceira pessoa e abstrações científicas paradoxais sob a sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral da África e à diáspora. [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 19). Nessa dimensão, Livia Natália corporifica essa desobediência em sua escrita ao abordar a matriz religiosa iorubana, atrelada ao cotidiano escolar de uma menina negra que não viajou à Disney, nas férias, como as crianças brancas.

Logo no início da narrativa, Lili é apresentada a partir de seu cabelo, tal como nas demais narrativas analisadas, cuja característica é enaltecida como forma de pertencimento identitário: “[...] Prontinha e com fita vermelha no cabelo estava. Os seus fios cacheados brilhavam quando o vento os balançava. [...]” (SOUZA, 2018, p. 04). Durante a viagem, a protagonista se vê admirada diante de outras mulheres negras, o que possibilitou uma leitura estética dessas mulheres ao mesmo tempo em que ratificou seu autopertencimento: “Lá dentro havia mulheres negras com a pele muito brilhosa / Com cabelos compridos de tranças que dançavam perfumosas/ Em outras mulheres faziam tranças que a menina nunca viu/ E ela logo soube que era da Nigéria que vinha, não do Brasil”. (SOUZA, 2018, p. 21).

O empoderamento, via estética do cabelo, tão abordado nas narrativas infantis, atua no sentido de elevar e potencializar a autoestima de meninas e mulheres negras, se tornando “[...] uma importante estratégia de sobrevivência e resistência de mulheres negras [...]” (BERTH, 2019, p. 108). A partir dessa força, a construção das influências ideológicas no campo do conhecimento e, especificamente nesse recorte, da literatura, operam de forma a produzir e idealizar um único ideal estético – o branco, ainda que todas as formas que não se alinham a essa hegemonia sejam marginalizadas e passem a ser referências negativadas em todos os espaços, via intersecção. Para burlar essa lógica, é importante identificar narrativas infantis que se apresentem positivando características físicas, enaltecendo a genealógica negra e reforçando a pluralidade, pois só se utilizando desse repositório que se procederá a possibilidade de ruptura com a ideologia opressora e com a máquina colonial que, como bem enfatizado, se utiliza de diversos meios para deturpar e apagar essas representações. (EVARISTO, 2007).

Acerca do universo de negatização das representações negras e femininas na literatura infantil, no tocante à identidade negra, Nascimento e Souza (2020, p. 243) enfatizam que:

[...] Muitos são os estudos que atestam os efeitos deletérios da internalização de representações estereotipadas durante a infância, sendo que a principal consequência certamente é a construção de uma autoimagem derrotista da qual a negação de si torna-se um caminho praticamente obrigatório. [...]

Na contramão dessa lógica, mulheres negras mobilizam o leitor em direção a conhecer e respeitar a diversidade. Intenta-se, assim, ratificar que a estética faz parte do processo de empoderamento negro-feminino, pois essas sujeitas deixam de ser rotuladas, sensualizadas e sexualizadas/erotizadas, passando a serem consideradas a partir do enaltecimento de suas características físicas alinhadas à cultura, como a utilização de indumentárias como, por exemplo, o turbante, que é uma marcação cultural, religiosa e social que passou a ser usado por essas mulheres, como acessório e não mais para esconder os cabelos.

A apropriação cultural por pessoas não-negras deve ser discutida para além da utilização ou não, na direção de se refletir sobre a expropriação das culturas negras e, especificamente nesse recorte, do esvaziamento cultural desse elemento, como nos afirma Djamila Ribeiro, em *Pequeno manual antirracista* (2019)¹¹⁶. A discussão dessa autora sobre apropriação cultural é ampliada por Berth (2019, p. 113), ao considerar que é um:

[...] elemento importante nos processos de dominação de grupos historicamente oprimidos, pois, uma vez que se criam padrões estéticos pautados pela hierarquização das raças ou do gênero, concomitantemente criamos dois grupos: o que é aceito e o que não é aceito e, portanto, deve ser excluído para garantir a prevalência do que é socialmente desejado. [...].

A partir do que discute as autoras, é importante mencionar que o poder dominante que define as estruturas de poder, coloca em questão o que é inferior e superior, quem deve viver, quem pode morrer, bem como a utilização dos produtos culturais e simbólicos e até de seus próprios corpos, conforme se percebe nos episódios de apropriação cultural. Contudo, as meninas negras que protagonizam as narrativas analisadas irrompem com essa delimitação ao passo que constroem suas narrativas em torno do cabelo ou marcando-o

¹¹⁶ RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

como umas das características centrais, o que não poderia ser diferente com Lili, cujo processo de apresentação inicia com a ilustração de seus cabelos separados por fitinhas vermelhas, conforme se observa na imagem.

Imagem 9: *Lili*



Fonte:

<https://www.ebairroweb.com.br/produtos/detalhes/708/As%20f%C3%A9rias%20fant%C3%A1sticas%20de%20Lili>. Acessado em: 26 set. 2022.

A relação entre a maternagem ancestral e o aquilombamento pode ser observado a partir do *devoir* poético de Evaristo, especificamente no ensaio intitulado *Da Grafia-Desenho de Minha Mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita* (2007, s/p)¹¹⁷, num exercício de autoria, inspiração poética e comprometimento social:

Talvez o primeiro sinal gráfico, que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. Ancestral, quem sabe? Pois de quem ela teria herdado aquele ensinamento, a não ser dos seus, os mais antigos ainda? Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas.

Ao discorrer sobre as primeiras memórias de seu fazer poético, Conceição Evaristo deixa aberta e em suspensão, a origem daqueles ensinamentos, se teria sido de sua mãe

¹¹⁷ Texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 2005. Publicado no livro *Representações Performativas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Marcos Antônio Alexandre (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acessado em: 29 set. 22.

ancestral, retomando as trajetórias de seus antepassados conjugada com a possibilidade das ancestralidades. Essa presença materna e a proteção podem ser observadas no fragmento:

Ela chorando entra no ônibus cabisbaixa e calada.
Exu corre à mãe dela para contar que
a menina devia estar enrascada.
A Deusa muito bela, lavava suas pulseiras
Quando a voz de Exu a chamou pra vir à beira (SOUZA, 2018, p. 07)

Com uma atmosfera ainda inédita no campo da literatura infantil negro-brasileira, Lívia Natália apresenta aos seus leitores o mais íntimo das relações entre os mundos físicos e subjetivos, pois os orixás, no imaginário social, habilitam e povoam o desconhecido, principalmente pelas crianças na faixa etária para a qual a literatura infantil se destina. Partindo dessa compreensão, é um desafio e um ineditismo construir uma narrativa em torno da proteção dos orixás para com uma menina negra que se encontra em uma situação complicada: como poderia Lili escrever uma redação de férias se não viajou? Essa é a questão mobilizadora da narrativa - a viagem que precisa fazer para ter o que dizer em sua redação de férias.

Por ser vigiada e protegida pelos orixás, tudo que acontecia com Lili era minuciosamente acompanhado. Exu foi até a morada da mãe de Lili, Oxum, para falar da tristeza da filha:

“Olhe lá a sua filha dentro do ônibus chorando!”
Nisso Oxum já estava para a janela do ônibus olhando.
No que viu a criança se desmanchando de chorar
Correu à casa de Xangô, já chorando sem parar.
“O que é isso minha rainha, o que me viestes falar
Com tantas lágrimas você acaba por meu palácio inundar!”
“Minha filha está chorando! Olorun, antes fosse eu!
Mande alguém lá, Xangô, pra ver o que aconteceu!”. (SOUZA, 2018, p. 09)

A recorrência aos Orixás, como estratégia utilizada pela escritora, alinhada ao exercício da maternagem que esses exercem sobre a protagonista, é uma encruzilhada epistemológica de diálogos entre os elementos africanos e negro-brasileiros que compõem a cultura negra na diáspora. Nessa acepção, pensar o artístico é elevar a experiência literária de crianças negras e não-negras a um universo próximo de suas realidades, muitas vezes, (re)conhecido por esses leitores em suas vivências. Destarte, cabe destacar que a Editora Malê lançou em 2021, a obra *“Contos de axé: 18 histórias inspiradas nos arquétipos dos orixás”*, coletânea que reúne escritores(as) de diversas regiões do Brasil

com o objetivo de dar visibilidade a temáticas que não sejam conhecidas pelos leitores, independentemente da faixa etária, projeto literário esse que dialoga com a guinada autoral de Lívia Natália.

Acerca da especificidade autoral, retomamos Evaristo (2007, s/p) ao discorrer, poeticamente, sobre a fonte de inspiração de sua escrita, pois acreditamos que esses eventos se compartilham:

[...] creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados à meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias. De olhos cerrados eu construía as faces de minhas personagens reais e falantes. Era um jogo de escrever no escuro. No corpo da noite.

A escritora discorre que seu fazer é resultado do exercício da escuta, da percepção e do acúmulo de suas memórias, o corpo, para ela, era uma esponja a absorver todas as histórias. Nesse intento, construir um acervo literário contemporâneo que tematize e aborde, de maneira positivada, as diversas africanidades inscritas na identidade negro-brasileira, é subverter ao delineamento na direção de uma desobediência ao cânone, ao passo que também se constrói categorias e operadores teóricos no âmbito da crítica literária, capazes que são de analisar essas narrativas à luz das cosmogonias africanas e negro-brasileiras. Solange Nascimento e Pedro Abib, em *Cosmogonia Africana: a resistência das religiões africanas na contemporaneidade* (2016, p. 90)¹¹⁸, contextualizam que:

A luta pela preservação das tradições africanas no Brasil não difere muito daquela empreendida no Reino de Oyó. Em solo brasileiro, por exemplo, as práticas de silenciamento dos negros escravizados passaram pela proibição do uso da língua, separação de pessoas vindas das mesmas famílias, tribos ou nações, negação e demonização das manifestações religiosas. Essas proibições, no entanto, foram confrontadas e/ou contornadas, o que possibilitou sua permanência até os dias atuais.

A resistência e o empoderamento que se constitui a partir da leitura do protagonismo de Lili é a possibilidade de um exercício de liberdade, pois embora a

¹¹⁸ Cf. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2463/8843>. Acessado em: 26 set. 22.

literatura não se atrele diretamente a um objetivo definido, é um poderoso espaço de subjetivação e dotado de intensa capacidade produtiva, conforme nos orienta Nascimento e Souza (2020, p. 251), visto que reconhecer-se negra no Brasil é um ato de desobediência cuja dinâmica reside na representatividade, presentatividade e representação, a fim de eliminar os obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que interdita negros e negras todos os dias. Ademais, o insólito ficcional é presente quando os orixás guiam a menina pelas viagens que “[...] não se sabe se ela viveu ou sonhou”.

Meus colegas todos fazem viagens fantásticas /Veem a neve, vão a Disney e não acreditam /nas minhas histórias mágicas!/ Lili, filha de Oxum, nascera nas águas da deusa da beleza /Conhecia todos os Orixás, porque era uma semideusa. (SOUZA, 2018, p. 13)

A recorrência aos Orixás é uma das marcas da narrativa, conforme já mencionado. Os seres que povoam e coabitam a narrativa com Lili, protegem, cuidam e criam situações para que ela possa experienciar a linda jornada a outra terra, onde ganhou até cabelão: “Sentada na cadeira alta, no colorido salão/ A menina decidiu que queria sair de cabelão/ Caminhando pelas ruas já de cabelo comprido/ Lili até pulou corda, segurando a ponta do vestido”, (SOUZA, 2018, p. 21), tais encaminhamentos fazem parte de noções contemporâneas de análise que se centram no inconsciente animista, aqui alinhada à cosmovisão africana proposta por Wole Soyinka (1976).

Nesse cotejamento, partimos da acepção de Débora Vargas e Regina Silveira, em *O insólito na literatura e a cosmovisão africana* (2014, p. 209)¹¹⁹.

Esses conceitos, tanto do fantástico quanto do real maravilhoso, na medida em que são técnicas ou estratégias narrativas para a construção de um outro “mundo”, parecem não ser adequados para uma análise dos textos africanos, cuja estratégia narrativa, o realismo animista, está diretamente relacionada com o modo de pensar e viver a realidade, num contexto que Harry Garuba (2012) denomina “inconsciente animista” [...]

A partir dessa compreensão, entendemos a necessidade do insólito para pensar a poética de Livia Natália, principalmente no que diz respeito a presença dos Orixás e como esses movimentam a narrativa, pois segue a lógica de representar uma ideia por meio de

¹¹⁹ Cf. <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/27411/16344>. Acessado em: 29 set. 22.

elementos materiais, de espíritos ou entidades ancestrais, dando a dimensão espiritual aos objetos materiais que o animismo impõe, segundo Garuba (2012, p. 244)¹²⁰.

Lili é, segundo as perspectivas decoloniais e do que discorre Beth Brait, uma agente questionadora ou agente de ação. Para essa autora, “[...] cada momento da ação representa uma situação de conflito em que as personagens perseguem-se, aliam-se ou defrontam-se. [...]” (BRAIT, 2017, p. 68). Nesse sentido, Lili pode ser compreendida como a soma das experiências vividas e projetadas por sua autora, ou seja, a personagem seria “[...] um amálgama das observações e das virtualidades de seu criador”. (BRAIT, 2017, p. 69). Destarte, a construção do protagonismo na literatura infantil negro-brasileira considera, em primeira instância, seus possíveis leitores, crianças negras e não-negras, na direção contrária da tradição que, quando representava o negro, esse sempre estava em posição desprivilegiada, o que não acontece na literatura negro-brasileira com personagens não-negros. Essa mudança de perspectiva é um exercício decolonial de autoria empreendida na equidade, embora questões atinentes à tematização negra estejam no centro da periferia, pensando na direção do que defende Boaventura de Sousa Santos.

Nesse sentido, para Nascimento e Souza, (2020, p. 250), esses posicionamentos e preferências “[...] importa dizer que dessas movimentações resulta o agenciamento coletivo da escrita, em que se torna importantíssima a transformação de valor cultural via literatura”; em outras palavras, a escrita literária movida pelas questões do empoderamento, da identitária e das representações positivadas, tem a possibilidade de (re)construir, junto aos leitores, uma consciência étnica, racial e de gênero, a partir de referenciais afrocentrados e da interseccionalidade como metodologia e categoria analítica.

Seguindo no desvelamento da narrativa, dentre os espaços que visitou, Lili foi a Nova York, onde encontra o bairro afro-americano do *Harlem*, conhecido mundialmente:

A menina atravessou num passo ligeiro o ar/E foi num piscar de olhos em Nova York morar. / Como no tempo do sonho o dia não tem tamanho/Lili ficou lá muitos dias, e nada lhe era estranho. [...] /A menina permanecia sentada no ônibus a dormir/E ninguém imaginava que ela não estava ali. / No tempo em que estive fora Lili fez de tudo /Foi a museus, tomou sorvete e conheceu outro mundo. (SOUZA, 2018, p. 17/18).

¹²⁰ GARUBA, H. *Explorações no realismo animista: notas sobre a leitura e a escrita da literatura, cultura e sociedade africana*. Tradução de Elisângela da Silva Tarouco. Nonada Letras em Revista, Porto Alegre, n.19, ano 15, p. 235-256, 2012.

No tensionamento de a literatura propiciar um retorno a si mesmo, a partir da leitura literária e no que compete à literatura infantil, Lili planta no imaginário infantil a possibilidade de o leitor viajar para onde quiser, através da imaginação. Imaginário e realidade se contrastam na direção da criação de espaços importantes na narrativa, que têm relação com o real. Dessa forma, a dimensão subjetiva da leitura literária é (re)construída pelos leitores quando mergulham na descrição dos espaços e quando se imaginam estarem lá, ao ponto de assumirem o protagonismo. Tal fato se dá porque a significação do texto literário assume um ineditismo em cada leitor, a partir de suas experiências e expectativas individuais.

A subjetividade da interpretação, nesse adensamento, parte de questões atinentes à tematização da religião e do protagonismo de Lili ao se confrontar com a realidade de crianças brancas que passam as férias na Disney. Contudo,

[...] toda travessia um dia se acaba/Mesmo o sonho mais bonito, e chega ao fim a jornada / Dormira na sua cama numa noite de muito frio/E despertou sentada no ônibus, já quase todo vazio./[...] Seus olhos se abriram e mais nada aconteceu/E logo entendeu que a viagem bonita naquele momento acabou./Com sua irmã mais velha que lhe levava à escola/Lili desceu do transporte, carregando sua sacola. (SOUZA, 2018, p. 21)

A construção da personagem, seguindo as discussões de Brait (2017, p. 74), é resultado de elementos utilizados pela escritora para dar consistência à sua criação e estimular as reações do leitor, costurada pela cosmovisão africana. Os leitores, por sua vez, ao se depararem com Lili e, mais especificamente, as leitoras negras, terão a possibilidade de se mobilizar em torno das histórias que ela vivencia em sua jornada, bem como de relacionar o texto com suas experiências, por exemplo, pelas crianças que vivenciam os espaços e os cultos afro-brasileiros.

A menina, contente pelas vivências, se vê cheias de histórias para contar aos colegas e à professora.

Sem saber se o que se passou era sonho ou realidade/[...] contou no texto tudo como se fosse verdade / Quando leu sua redação deixou a professora admirada/pois as férias de Lili tinham sido muito animadas /[...] A menina muito sorria de tão feliz que estava/Não podia dizer a ninguém que era uma menina encantada /Sem precisar disputar qual era a melhor história/Ela logo entendeu que cada um tinha uma trajetória. (SOUZA, 2018, p.22).

Em *As férias fantásticas de Lili*, a pequena menina viaja em busca de seu empoderamento via identitária negra, tornando-se protagonista de sua própria história e sendo capaz de comunicar aos colegas e à professora tudo o que viu, recurso estratégico do ponto de vista do enredo e da trama. Nesse adensamento crítico, compreendemos que a protagonista deixa amarrado para seus leitores que não existem férias melhores que as outras, mas histórias diferentes, demarcando, assim, a pluralidade e o respeito às histórias de vida de cada criança.

Portanto, Lili, Tayó, em diálogo com a tataraneta de Monifa, com a Preta, com a Janaína, de Kuami, com a Betina e tantas outras, com seus percursos individuais de representação, presentificam a negritude em suas acepções mais diversas, seja pelo fortalecimento da identitária negra, através dos estereótipos, seja pela cultura e religião afro-brasileiras, todos esses universos circunscritos no *ser* e *estar* negro, cabe destacar, possibilitam um deslocamento dos leitores a partir da possibilidade de significação do texto infantil, relacionando-a com suas histórias de vida e, ainda, assumindo o protagonismo, o que amplia o que pode a literatura contemporânea.

4.2 Intersecções entre autoria, temáticas, enredos e protagonismos

Uma educação para as relações étnico-raciais ou antirracista, não é uma necessidade só do Brasil, de África ou das diásporas, mas de todo o mundo que, de diferentes modos e perspectivas, visualizaram e classificaram os subalternos como aqueles que não se queria ali, como estrangeiros de seus próprios corpos, o que impossibilita suas sobrevivências e ascensões, conforme menciona a escritora e feminista nigeriana Chimamanda Adichie em *O perigo de uma história única* (2018).

É importante adensar essas questões para se refletir que, muito mais do que o olhar estigmatizador, existem os meios administrados pela Colonialidade/Modernidade que demarcam quem pode viver e quem deve morrer, conforme enfatiza Mbembe (2014) sobre as vias da *Necropolítica*. Nessa direção, em diferentes partes do globo e, especificamente, nessas zonas subalternas definidas como terceiro-mundistas pelo poder ocidentocêntrico, grupos sociais e milhões de ativistas movimentam os cenários, irrompendo com as políticas da casa-grande, abrindo as senzalas modernas para denunciar os diversos genocídios dos povos em nome do “desenvolvimento das nações”, o que oportuniza, sob

novas e importantes dimensões, voz, vez na administração de políticas de sobrevivência, adquiridas a passos lentos e à duras penas.

Diante deste cenário, observamos movimentos encabeçados por pesquisadores(as) decoloniais incomodados com o perigo da história única, cunhando um processo de revisitação histórica, bem como a reescrita dessa área, atrelado ao resgate de obras literárias que foram silenciadas e esquecidas como, por exemplo, as de Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães, Carolina Maria de Jesus, Anajá Caetano, entre tantas outras mulheres que foram apagadas por serem negras, a partir do que entendemos ser a realização da intersecções de opressões. Surge, daí, um contingente considerável de pesquisadores(as) decoloniais, nas mais diversas áreas e espaços, trabalhando incansavelmente para se refundar as noções, as compreensões e os acervos que foram definidos como os únicos existentes, fortalecendo, dessa forma, a visibilidade dos saberes excêntricos, oriundos das avenidas identitárias, das intersecções, das fronteiras e das zonas marginais, tanto no plano da história quanto no da literatura.

No campo da literatura e, especificamente, da produção contemporânea, além do movimento de resgate de obras deixadas à margem, nas últimas cinco décadas houve uma produção considerável e engajada a partir da razão subalterna, resultado dos movimentos sociais e, especificamente nesse delineamento, do movimento negro e do feminismo negro que, de diversas frentes, buscam positivar a Cultura e História Africana e Negro-brasileira, paralelamente às demais etnicidades que integram o país. Assim, a partir do afrocentrismo e das perspectivas epistêmicas capazes de analisar suas produções intelectuais e artísticas, negros e negras de diferentes regiões do país projetam uma literatura engajada com as discussões étnico-raciais, ao passo que tematizam a história e a cultura, cujos enredos são vivenciados por protagonistas negras(os), o que possibilita aos leitores a formação e o fortalecimento da identidade negra, bem como do auto-pertencimento, elevando a auto-estima de quem foi, desde sempre, excluído.

Na esteira do que Segato (2021, p. 13-15) pensa como perspectiva teórico-política e da importância de se frequentar os debates acirrados do mundo para responder às questões de seu tempo, Gonzalez (2020) desde as décadas de 1970 e 1980, como leitora de um Brasil negro, já interpretava as questões atinentes ao silenciamento. Contudo, a condição de agente questionador(a), tomada de Maldonado-Torres (2019), se ampliou na medida em que mais pesquisadores(as) oriundos(as) das zonas subalternas se engajavam no

movimento político-acadêmico decolonial, hoje encabeçadas pelos movimentos sociais e resultado das militâncias.

Nesse cotejamento, entre as demandas sociais oriundas das margens e as políticas do cotidiano, poéticas que desafiam a lógica dominante são produzidas por quem habita, apesar de todos os avanços, as invisibilidades e os desvios sociais e políticos. A partir desse universo, as mulheres fazem da intelectualidade um caminho e uma potencial arma contra as opressões que se intersectam na raça, na classe e no gênero (AKOTIRENE, 2019), o que abarca em nosso delineamento, um *corpus* de sete escritoras e 7 narrativas que se diversificam entre temáticas, enredos e protagonistas, mas preservam uma unidade entre elas: as discussões que direcionam à uma experiência literária pautada nas relações étnico-raciais, ao mesmo tempo que alimentam o imaginário infantil, objetivando produzir sentidos e possibilitar às crianças o processo de empoderamento e de auto-pertencimento, fomentando, ainda, a criticidade, via humanização.

Através da instância autoral, por serem todas mulheres negras e conscientes do que pode a literatura, buscam (re)contar a história a partir do ponto de vista do(a) negro(a) e de suas cosmovisões, alterando as versões centradas no ponto de vista dos vencedores, o que altera, consideravelmente, as compreensões de que africanos quando traficados não detinham memória, tampouco apego à África, como se não tivessem tido resistência durante o tráfico negreiro, uma espécie de esvaziamento. Enquanto temáticas, as narrativas contribuem para a desconstrução de estereótipos e, conseqüentemente, estigmas associados e direcionados às pessoas negras em diferentes contextos, ou seja, discorrendo sobre as formas práticas do racismo a partir de um debate cultural, social, antropológico, estrutural e estruturante.

Em *Tesouros de Monifa*, a carta que a tataravó deixa à neta [e aos filhos dos filhos] produz um significado de importância histórica do legado de africanos, além do fortalecimento da genealogia entre as gerações. Essa relação também é percebida em *Histórias da Preta* quando da costura entre o passado e o presente a partir da retomada de episódios do tráfico, das informações históricas e antropológicas de África, bem como das resistências que aconteceram dentro dos quilombos na diáspora, o que toma corpo quando a protagonista Preta aborda a relação entre Brasil e África: “A população negra, se tem uma de suas origens na África, renasceu muitas vezes brasileira; assumiu a terra e cuidou dela, sem perder o orgulho de seu passado”. (LIMA, 2005, p. 51).

As religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras são pouco tematizadas no universo da literatura infantil, parte disso se dá em virtude da intolerância religiosa encabeçada secularmente pela igreja católica, paralelamente aos estigmas e atrelados pelo etnocentrismo histórico, que demonizou não somente as religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, mas anteriormente a essas, as indígenas, conforme se observa na literatura jesuítica, especificamente nos sermões de Padre Antônio Vieira. Entretanto, cabe mencionar que a intolerância a essas religiões, alinhada ao racismo, não é um episódio recente, tampouco está próximo de se superar, pois se percebe cada vez mais uma série de retaliações e condenações racista que África e suas diásporas sofrem pela matriz opressora em virtude do enaltecimento do cristianismo em um país que, constitucionalmente, é laico, conforme nos afirma a Constituição Federal. Nesse tensionsamento, para Sidnei Nogueira (2020, p. 26-27) esses episódios se dão pela “[...] imposição por meio da criação de um inimigo comum sempre associado às tradições de origem africana no Brasil. [...] a cristalização da sociedade é mais do que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder.”.

Nogueira (2020) discorre que a dimensão da intolerância religiosa no Brasil se dá ao passo que a sociedade “cristocêntrica” institui, como norma vigente, o catolicismo com o aval do Estado, embora constitucionalmente o país seja laico. Assim, é importante retomar Berth (2019, p. 98) ao enfatizar acerca da necessidade de se ampliar os espaços e das atuações fundamentais dentro desses locais, via de regra, para a superação das barreiras colocadas pelo racismo, via intolerância religiosa, pois para ela, tanto as mulheres quanto “[...] os terreiros cumpriram no Brasil, estratégias para a manutenção das religiões afro-brasileiras”.

Na contramão da intolerância, a literatura enquanto campo de saber e insubmissão às normas e opressões vigentes, tematiza as religiões africanas e afro-brasileiras de forma positivada, demonstrando suas especificidades e ampliando as possibilidades de significação por parte do leitor em formação, como é o caso de Lili que se vê protegida pelos orixás: Exu, Oxum, Xangô e Yemanjá. Tal recorrência se percebe em *Kuami* nas personagens Didó, que é um curandeiro de pajelança indígena, e Sete Lajedos, seu aprendiz.

[...] Sete, sem dar atenção às caras desconfiadas, pediu ao macaco mais próximo o máximo de água que conseguisse. – [...] Quando os macacos trouxeram água, Sete molhou um chumaço de folhas e foi passando pelo

corpo de Kuami, descobriu três ferimentos, um deles bem fundo [...] (SILVA, 2019, p. 44-45).

A ligação entre as personagens e os antepassados é recorrente, tornando-se um fio condutor entre passado e presente para a manutenção da memória ancestral que se verticaliza da filha à avó, como em *Betina*, *Entremeio sem babado*, *Os tesouros de Monifa*, *O mundo no black power de Tayó*, além de *Kuami*, que retoma personalidades históricas, como Zumbi e Dandara dos Palmares, símbolos da resistência negra na história do Brasil. Nesse cotejamento, a marcação racial e de gênero se presentifica, de alguma maneira, em todas as obras, pois representar positivamente meninas negras é romper com um cânone literário, cujas personagens sempre foram brancas, como se observa na gênese da literatura infantil no Brasil, desde os processos de tradução e adaptação dos clássicos europeus.

De outro lado, a identitária negra, principalmente marcada pelo cabelo, em *Betina* e em *O mundo no black power de Tayó*, fomenta uma discussão sobre os padrões estabelecidos e a ruptura com esse ideal, à proporção que assumem o cabelo tal como é, tornando-o elemento de empoderamento (BERTH, 2019). Essa provocação se assimila com a realidade quando meninas e mulheres negras passam por um processo de transição capilar: [...] Menino e menina torciam o nariz e puxavam as tranças da garota quando ela estava distraída. Betina respondia, de forma enérgica, não deixava passar nada: - Para com isso! Tá com inveja, é?! Se quiser, peço a minha avó para fazer trancinha no seu cabelo também. (GOMES, 2009, p. 12).

Ser mulher, assumir-se negra e empoderar-se, a partir de referenciais afrocentrados, são caminhos possíveis para que as crianças, confrontadas pelo texto literário infantil positivado, exercitem o auto-pertencimento e elevem suas autoestimas na medida em que evoluem e se humanizam. De forma paralela, a produção literária contemporânea é um espaço cada vez mais propício e epistemologicamente produtivo para isso, considerando, ainda, a relação entre verbal e não-verbal, cuja estética negro-brasileira é singular em seus enredos e tematizações, direcionando o leitor para um mergulho em suas raízes ancestrais, culturais e identitárias, para além da desconstrução dos processos de estereotipação e estigmatização direcionados aos seus corpos.

As escritoras Sonia Rosa, Heloisa Lima, Patrícia Santana, Nilma Gomes, Cidinha da Silva, Kiusam de Oliveira e Livia Natália integram um projeto literário de poéticas insubmissas e decoloniais, pois essa autoria conjugada com o *ser mulher negra* é outra dimensão que devemos considerar na composição da tríade autoria-obra-leitor, cujos

destinatários e expectadores são, via de regra, crianças negras em processo de formação, o que produzirá significados específicos ao passo que vão se sentindo representadas, tanto pelas obras literárias e seus protagonismos quanto pelas autorias que encabeçam um projeto de educação antirracista via literatura, em razão de: “[...] O racismo conhece o potencial transformador da potente voz de grupos historicamente silenciados”. (RIBEIRO, 2019, p. 81)

De forma recorrente, o coletivo de mulheres que integra o feminismo negro, reforça a positivação do(a) negro(a) enquanto autoria e seus projetos literários, afrocentrando as narrativas, enegrecendo as temáticas e protagonismos (pretagonismos), em direção contrária ao afroportunismo, à negação da existência das opressões e, trazendo para as zonas subalternas e seguindo suas razões subalternas, a produção do conhecimento, no que Maldonado-Torres (2019) propõe como resultado da postura como agentes questionadoras que mobilizam o giro decolonial.

Em *Leia autores negros* (2019, p. 61), Ribeiro convida-nos a refletir sobre o epistemicídio, retomando as discussões de Boaventura de Sousa Santos e de sua leitora, Sueli Carneiro, para enfatizar que ele é o responsável pelo apagamento sistemático das produções e saberes desses coletivos.

[...] destaca-se o epistemicídio como elo de ligação de tecnologias disciplinares e de anulação. O seu domínio é a razão, a produção dos saberes e dos sujeitos de conhecimento e os efeitos de poder a eles associados. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos aniquilamentos ou subordinação da razão. Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da auto-estima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural [...] (CARNEIRO, 2005, p. 324).

Em diálogo com as discussões de Abdias do Nascimento sobre o genocídio do negro, que se realiza pela anulação de toda sua produção de saber, da cultura às epistemologias, Carneiro (2005) discute acerca dessas anulações e como elas se realizam através das tecnologias opressoras. Nesse tensionamento, cabe destacar, ainda, que é através delas que negros e negras são inferiorizados e subordinados à razão

ocidentocêntrica, em virtude dos ideais preconizados e das binomias em disputas, embora já se saiba quem fica em desvantagem, tanto do ponto de vista físico, entendido como o corpo, quanto à subjetividade e a produção de conhecimento dessas margens, sendo todos esses universos confrontados e questionados pela Colonialidade/Modernidade.

O contra-discurso produzido pelas mulheres negras, cujas poéticas invadem os espaços formais e informais de educação de forma singular, atua em direção contrária ao epistemicídio, ao mesmo tempo que produz e coloca em evidência esse outro excluído e silenciado, através do exercício de alteridade que o texto literário possibilita aos seus leitores, tanto pelo protagonismo negro, quanto pela tematização positivada. Nesse contexto, Miranda (2019, p. 113) esclarece que esse deslocamento propõe um “[...] diálogo crítico não apenas com o seu contexto de produção, mas com a literatura brasileira enquanto sistema e com o nosso próprio momento contemporâneo”.

De outro lado, as personagens do *corpus* literário são pensadas para desconstruir os estereótipos e estigmas em torno do corpo negro e, também, para se romper com as representações dominadas pelo grupo hegemônico. São presentificadas meninas negras que iniciam as narrativas em processo de empoderamento e pertencimento étnico-racial, o que fomenta uma auto-identificação por parte dos leitores, principalmente, os negros, pois os brancos já se veem representados desde a gênese da literatura infantil, assertiva que não exclui seus lugares de leitores, mas potencializa os lugares que cada um ocupa nesse universo.

No que compete à instância dos enredos e seus sentidos, geralmente é uma sucessão de fatos de uma história que fortalece o espírito coletivo, revisita o passado para firmar o presente e se delinea como uma genealogia de extrema importância na luta antirracista, na costura entre passado e presente, na maternagem quilombola presente nesse fazer, pois se observa nessas histórias o movimento de gerações em torno da preservação de suas memórias, da necessidade da escrita e do reconhecimento de outras narrativas não-oficiais, conforme observamos na tematização de *Histórias da Preta*.

Adentrando em debates complexos e com desdobramentos diversos, via intersecções, desde os encontros de familiares na casa de Kizzi aos chamados da avó de Betina, na rua Minervina, questões são inseridas pelo projeto autoral negro-feminino objetivando a superação dos preconceitos e do reconhecimento da literatura infantil negro-brasileira contemporânea como acervo positivo para o trabalho com a formação identitária negra, atendendo às demandas de crianças negras que não se veem representadas em

narrativas cuja centralidade é branca, na direção da necessidade de contato e conscientização dos processos históricos para não mais reproduzi-los ou serem submetidas, contemporaneamente, conforme se observa em *Kuami*.

Portanto, refletimos sobre a importância de a autoria feminina negra encabeçar esse projeto literário e das demandas da sociedade por narrativas e temáticas negras, cujos enredos e protagonismos sejam pensados para positivá-lo(a), tirando-o(a) de uma posição desprivilegiada e negatizada, na direção do que Ribeiro (2020, p. 107) pensa como perceber-se criticamente, o que “[...] implica uma série de desafios para quem passa a vida sem questionar o sistema de opressão racial e sobre a capacidade desse sistema de passar despercebido, mesmo estando em todos os lugares [...]”.

4.3 O contradiscurso produzido a partir da abordagem interseccional na literatura infantil

A partir da acepção de ser a literatura um espaço de possibilidades e, segundo Toni Morrison, em *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura* (2019)¹²¹, um exercício de alteridade que a narrativa literária propõe, alinhada ao movimento de desromantizar a escravidão, o que tem se tornado cada vez mais difícil num mundo que prefere espelhos [mito de Narciso] e subserviência, a literatura negro-brasileira endossa a ação de trazer à tona suas dinâmicas e pluralidades, tornando-se uma potencial ferramenta no que diz respeito ao que pode ser contemplado pelo literário e como comunicá-lo, além das estratégias para se produzir literatura sem destinar ao ostracismo sua literariedade.

A interseccionalidade sem a radicalidade feminista negra decolonial “[...] apoia contradições históricas marcadas pelas diferenças e silenciamento de pontos de vistas”. (AKOTIRENE, 2019, p. 95). Na direção do que enfatiza a autora, tematizações, enredos, protagonismos e uma estética peculiar formam o universo interpelado pela autoria que, racializada e se utilizando da categoria interseccionalidade, faz da literatura um projeto de insubmissão ao poder dominante, tornando-se uma ferramenta epistemologicamente eficaz na luta antirracista e, de modo geral, contra-hegemônica.

Nesse contexto, refletindo sob a ótica interseccional, Morrison (2019, p. 24) afirma que “a raça tem sido um parâmetro de diferenciação constante, assim como a riqueza, a

¹²¹ MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. Trad. Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

classe e o gênero, todos relacionados ao poder e à necessidade de controle”. A partir dessa leitura, compreendendo a literatura como um campo de poder, no que Maldonado-Torres (2019) discute como agenciamento na constituição do agente questionador, entre o *poder*, o *saber* e o *ser*, o contradiscurso enquanto alternativo, político, identitário e, sobretudo, antirracista, propõe um dismantelo em sua organização estrutural e estruturante a fim de romper com o apagamento de diversas dimensões da vida desses grupos historicamente oprimidos e silenciados.

Pensar nas relações de poder, nesse cotejamento, é refutar os controles de representação que temos na sociedade e que são controlados pela Colonialidade/Modernidade na definição de quem é quem. É necessário romper com as lógicas opressoras que se utilizam dos marcadores étnicos, raciais, de classe e de gênero para normatizar as opressões sob a justificativa de que as hierarquias devem ser respeitadas para a ordem e manutenção dos detentores do poder. A interseccionalidade, nesse embate, pode ajudar a “enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas”. (AKOTIRENE, 2019, p. 97). Diante dessa discussão, a literatura enquanto arte e empreendida no comunicável, é uma potência no que diz respeito a desmitificar as versões oficiais, refutando as que representam o negro sempre em posição inaudível, estigmatizado e estereotipado e, quando mulheres, na posição de serviçais e destituídas de intelectualidade, destinadas somente à escravidão e aos afazeres domésticos.

Nesse bojo, considerando o ensaio *O narrador sensível* (2020, p. 04)¹²², Olga Tokarczuk discorre sobre a literatura mobilizar esse agente questionador e ser um espaço de luta contra os amálgamas da sociedade. Para a autora, “[...] Somente a literatura é capaz de nos aproximar com mais profundidade da vida do outro, entender suas razões, compartilhar suas emoções e vivenciar seu destino”, acrescentando que:

A vida é feita de eventos, mas somente quando somos capazes de interpretá-los, tentar entendê-los e dar um sentido, que eles serão transformados em experiências. Acontecimentos são fatos, mas a experiência é algo indiscutivelmente diferente. É a experiência, e não qualquer evento que compõe a matéria das nossas vidas. A experiência é um fato que foi interpretado e situado na memória. Também se refere a um certo fundamento que temos em nossas mentes, a uma estrutura profunda de significados sobre a qual podemos recriar nossas próprias vidas com um olhar atento e cuidadoso. (2020, p. 02)

¹²² Cf. <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/11658/114115370>. Acessado em: 05 out. 2022.

É importante reconhecer o exercício de empatia proposto pela literatura, segundo o que despreendemos da leitura da autora, bem como o experienciar alinhado com a especificidade de se relacionar com essas “*escre-vivências*”, o que contribui para a sua significação, num movimento que entendemos ser necessário para a humanização através da fruição literária. Dessa forma, experiências que atravessam os leitores e, nesse caso, as crianças, através da auto-representação e do auto-pertencimento, paralelamente ao estabelecimento de relações sociais, políticas e identitárias, mobilizam e definem visões e cosmovisões das quais autores e leitores passam a compartilhar entre si, via tríade leitor-obra-autor.

Os contradiscursos, nesse delineamento, são constituídos de versões excêntricas e afrocentradas das produções intelectuais e literárias negras, que passam a ter vez e voz no contexto político e intelectual. A partir desse movimento, iniciam os processos de (re)construção de suas identidades deturpadas, tanto do ponto de vista sociológico quanto cultural e literário, alterando, assim, as compreensões oriundas da colonização dos saberes no que compete à geopolítica do conhecimento ocidentocêntrica. Destarte, no âmbito da literatura infantil, especificamente na produção contemporânea, mulheres negras encabeçam um projeto literário que tem por objetivo a representação positivada da criança negra, na possibilidade do que pode a literatura, através da experiência com o texto literário, crianças possam se sentir representadas e passem a mobilizar inúmeras dimensões de si mesmas, na direção do auto-pertencimento étnico, via letramento literário racial, e possam também encabeçar movimentos em seus contextos, pois o exercício de uma luta antirracista não se encerra na leitura, mas mobiliza ações.

Quando crianças se veem deparadas com fragmentos que (re)controem positivamente protagonistas e, de forma concomitante, estimulam o exercício da auto-identificação com a personagem, a literatura materializa sua força subjetiva decolonial, tornando-se uma ferramenta poderosa e uma prática cotidiana na medida em que seus leitores mergulham nas narrativas, nas múltiplas práticas do letramento racial, tal como percebemos no episódio de Tayó: “[...] É uma menina de beleza rara. Encantadora, sua alegria contagia a todos que perto dela ficam. Seu rosto parece uma moldura de valor, que destaca belezas infinitas”. (OLIVEIRA, 2013, 08). Nesse intento, considerando esse fragmento, a literatura atua como arma de desconstrução de formas que foram secularmente utilizadas para a opressão, além de terem sido naturalizadas pela sociedade e

modernizadas, conforme as pressões dos grupos minoritários fossem se intensificando, tomando proporções políticas, visibilidade e ascensão social.

É importante destacar os traços fenotípicos de Tayó e suas qualidades, estrategicamente utilizadas e apresentadas pela autora logo na primeira página da narrativa, entendido como um confrontar-se consigo mesma a fim de pensar a literatura infantil como uma ferramenta pedagógica de extrema importância na construção desse imaginário, sobretudo como uma ação prática, política e literária da intelectualidade negra que pensa e produz suas poéticas entrecruzando experiências, memórias, história e outros campos de saberes. Nessa esteira, o mundo pensado pelas mulheres negras e projetado na literatura enquanto contradiscurso, perpassa pela tomada de consciência quando do poder que essa instância apresenta, alimentando o imaginário ao passo que instiga seus leitores, conforme discute Cuti (2010, p. 12).

A literatura contemporânea é tomada como um espaço que instiga seus leitores quando da diversidade de temas e autorias, graças à ampliação do mercado editorial e da incursão de grupos minoritários via movimentos sociais, além da legislação vigente (Lei nº 10.639/03 e 11.645/08). No que compete à instância da identificação com obra literária, via empatia, sensibilidade e auto-identificação, para Olga Tokarczuk,

É para isso que serve o sensível - porque a sensibilidade é a arte de personificar, compartilhar sentimentos e, assim, descobrir semelhanças. Criar narrativas significa dar vida às coisas constantemente, dando existência a todos os pequenos pedaços do mundo que são representados pelas experiências humanas, as situações que as pessoas sobrevivem e suas memórias. A sensibilidade personaliza tudo a que se relaciona, tornando possível dar voz a ela, dar espaço e tempo para que ela exista e seja expressa. (TOKARCZUK, 2020, p. 17)

As experiências humanas e suas representações movimentam o leitor pela auto-identificação e, conseqüentemente, para um possível despertar de sua sensibilidade. Para Conceição Evaristo (2007), o contradiscurso é resultado desses movimentos paralelamente à compreensão da existência e do apagamento de séculos de história negada e de silenciamento, pois no *dever* e no *ser* negro, se projetaram, se endossaram e se ressignificaram os estereótipos para que esses se mantivessem nas zonas subalternas, destituídos de tudo. O contradiscurso, nesse sentido, é uma forma de tirá-los desse aprisionamento, subvertendo as lógicas opressoras e trazendo à tona suas poéticas insurgentes, suas identidades, seus modos de ver e pensar o mundo, suas cosmovisões etc.

O papel das mulheres negras que assinam a autoria da literatura infantil contemporânea selecionada nesse *corpus*, atua na recuperação da imagem positivada do negro e de suas culturas, como observamos em *Kuami* quando da retomada história de *Zumbi e Dandara dos Palmares*, símbolos da resistência negra no Brasil; em *Os tesouros de Monifa*, no resgate da histórica africana para a manutenção do espírito afrodescendente, assim como em *Betina* quando do movimento de trançar ser significado como a costura da vida das mulheres negras de diferentes gerações de sua família, numa maternidade coletiva, específica do movimento feminista negro. Nesse intento, mulheres negras e periféricas, do ponto de vista da interseccionalidade como marcador físico e simbólico, são representadas e presentificadas nas narrativas como empoderadas e conscientes de seus lugares étnico-raciais de fala, paralelamente à representação, o que na tradição literária infantil se considera um grande avanço e delinea uma literatura contra-hegemônica.

Questões atinentes à afrodescendência, ao gênero e ao pertencimento à classe social excluída, são abordadas em *Histórias da Preta*, cujo enredo é intertextual e costurado por passagens históricas, ilustrando, assim, o imaginário dos leitores com informações importantes para a compreensão das formas modernas de racismo, como o recreativo e o colorismo; do ponto de vista das discussões sobre gênero, como em *Kuami* uma relação homoafetiva se constitui a ponto do leitor compreender que a existência do amor a justifica, no caso da mãe de Janaína, Naomi, e da comandante, Tia Helena. (SILVA, 2019, p. 17).

As reflexões resultantes da significação da obra literária infantil podem provocar no leitor a revisão de noções que subsidiam os processos de afirmação e consolidação de suas identidades ou da identidade do outro, ao passo que refutam noções totalitaristas que não se sustentam nas versões excêntricas de pensar e agir, como é o caso das discussões de gênero, nesse caso específico, da lesbofobia, considerando o contexto de Naomi e da comandante Tia Helena. Nessa direção, as discussões de gênero atravessam as narrativas e são positivadas, pois o projeto literário desse grupo de vozes aguerridas se debruça tanto na produção quanto na disseminação de narrativas antirracistas e antissexistas, conforme já mencionado no decorrer da discussão. Enfatizamos, ainda, a potencialidade dessa literatura em deslocar os leitores para um processo de compreensão dessas obras e de sua estética peculiar, bem como seus impactos de recepção na constituição sociocultural, o que permite a leitura literária prazerosa e engajada, além do compromisso com o conhecimento, considerando as especificidades da literatura infantil e seu viés pedagógico.

O contradiscurso é a incubação das vozes inaudíveis, rompendo com “[...] isto não é literatura, ou seja, prescrever a invisibilidade, o silêncio como punição ao atrevimento e insurgência”. (MIRANDA, 2019, p. 07). A partir do que pontua a autora, é importante ratificar que o contradiscurso literário é resultado da reivindicação de lugares de fala, de escutas, da necessidade de afrocentrar, na direção de desarticular os mecanismos que vão pensar e articular o *modus operandi* da *colonialidade do poder, do ser e do saber* sobre as vidas de negros e negras em situação de vulnerabilidade e interdição, pois já é sabido que na tradição literária essas representações sempre se mentiveram inalteradas para a manutenção do poder, ou seja, negros e negras sempre representados como os constituidores da desordem, da classe perigosa que precisa ser presa e criminalizada, dos promíscuos, e a literatura servia de espaço de reforço desses estereótipos junto ao imaginário coletivo.

Nesse contexto, segundo Florentina da Silva Souza, em *Lutando contra o silenciamento in Silêncios prescritos: estudos de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)*, afirma que

[...] a escritora de autoria negro-feminina vem gritando, resistindo, caminhando por estradas que levam à exploração das feições que as estruturas das relações sociais e étnico-raciais assumem no Brasil; os modos como o racismo e o sexismo se articulam para manter privilégios, para silenciar a história das pessoas negras no país. Para as escritoras, é impossível esquecer a escravidão e seus desdobramentos, mas, por outro lado, também se torna impossível não falar da agência, da intensidade da resistência, que conduz ao exercício, também intenso, de reconfigurar-se cotidianamente. (SOUZA, 2019, p. 07-08)

Observamos na literatura infantil contemporânea uma luta antirracista, na medida em que se produz e se empodera meninas negras que trazem para o centro da narrativa questões importantes para a (re)construção de suas identidades como, por exemplo, o corpo, as características fenotípicas e as culturas negras. A partir dessa potencialidade e considerando a especificidade dessas personagens rememorarem também seus traumas, ao passo que apresentam essas memórias trazem à tona toda uma herança histórica, bem como o legado de resistência e os modos contemporâneos de escravidão, tal como se observa em *Kuami*, *Histórias da Preta* e *Os tesouros de Monifa*. Nesse intento, paralelamente à abordagem trazida em *As férias fantásticas de Lili*, no tocante aos orixás e na curiosidade de Kizzy, de *Entremeio sem babado*, as dimensões do resgate das memórias se alinham às potencialidades da literatura infantil em (re)construir as histórias, propiciando a

formulação de sentidos que invertem o hegemônico instituído, estabelecendo, ainda, ferramentas e mecanismos, como a interseccionalidade, na proposição de um exercício crítico, fazendo da obra literária infantil um instrumento de contestação. O contradiscurso é essa própria realização contestatória.

O fazer literário negro como tematizador de vivências e experiências, pode ser entendido pelo *dever* das escrevivências que se desdobram do individual ao coletivo, objetivando a desestabilização das representações negativadas e, sobretudo, propondo novas formas de se perceber e perceber o outro no mundo, enquanto reposicionamento da representação negra, bem como do pertencimento étnico-racial e do empoderamento infantil que encontram subsídio em Antonio Candido, em *Direitos Humanos e Literatura (1989)*¹²³, quando discorre que a literatura não é uma experiência inofensiva, ela tem um caráter político, social e formador de opinião. Assim sendo, é partindo dessa esteira que percebemos a incursão dos projetos literários de mulheres negras enquanto possibilidades de humanização, sendo o contradiscurso uma ferramenta importante na recondução de dignidades.

Contradiscursos são produzidos, no universo da literatura infantil, para que cada vez mais crianças se reconheçam e se pertençam ao passo que reflitam o mundo constituído subjetivamente nas relações de poder a partir de uma tomada de consciência. Dessa forma, questões atinentes ao corpo, à estética, ao estado psíquico das personagens, à tematização étnico-racial, às questões de gênero, à cultura, às relações entre literatura e história fazem parte dessa consciência, entendendo a literatura como espaço político de reivindicação, de mudanças de perspectivas e epistemologicamente pensado/projetado para superar os amálgamas sociais.

A partir da tomada de consciência objetiva e do contradiscurso ser um reposicionamento de sujeitos historicamente excluídos, nesse caso, de pessoas negras, além de ser uma ferramenta cotidiana e pedagógica, é uma ação e uma prática intelectual e política engajada com a educação para as relações étnico-raciais, no estabelecimento dos lugares ocupados por cada um no modo de ver e viver o mundo ocidentocêntrico. A interseccionalidade, nesse contexto, propõe uma metodologia e uma análise entre as opressões; o texto literário infantil contemporâneo, engajado, contesta, e a autoria incute o modo de compreender o mundo a partir da realidade negra, ambas as ações propõem uma

¹²³ CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) *Direitos humanos E...* Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

via prática - a significação da obra literária sob inúmeras dimensões de compreensão da realidade vivida e ficcionalizada.

Ao refletirmos sobre a incursão de mulheres negras na literatura infantil nas últimas décadas, percebemos os avanços na tematização, na representação positivada de negros e negras, bem como do protagonismo que se constitui a partir da recolha do vivido, extraído das situações cotidianas de racismo, formas de problematizar as representações do cânone e, conseqüentemente, contribuir para o empoderamento desse grupo. Considerando, assim, o contradiscurso como resultado de uma sucessão de ações políticas e acadêmicas, não se encerrando no espaço literário, pois a relação entre a literatura e a autoria, por exemplo, só foi possível pela pressão dos movimentos sociais na reivindicação dos lugares de fala, paralelamente à aceção da abordagem crítica interseccional que problematiza e reflete as inúmeras dimensões da representação, na direção do que pensa Akotirene (2019, p. 97) enquanto a existência de intersecções mais dolorosas que outras.

No contingente de vozes pensadas pela intelectualidade negra na literatura infantil, Betina desarma os colegas quando sofre um episódio de racismo e preconceito na sala de aula; Kizzy, apesar de ser silenciada, percebe que a voz, a dúvida e o que pensa do mundo é que vai levá-la a outros universos. Em *Kuami*, os diálogos entre a negro-brasilidade e as culturas indígenas mostram a importância dos povos tradicionais na luta coletiva contra os colonizadores, assim como apresenta uma crítica às ferramentas modernas, como o agro-negócio. *Histórias da Preta* intersecta os universos afrodiáspóricos, centrando suas viagens em narrativas históricas de muito conhecimento; de outro lado, em *As férias fantásticas de Lili*, assim como em *Kuami* e em *Os tesouros de Monifa*, a presença da ancestralidade, das religiões de matrizes afro-brasileiras e de questões místicas tornam-se elementos importantes no fortalecimento da identidade negra e na ampliação do imaginário de crianças em processo de formação.

Portanto, os contradiscursos produzidos por mulheres negras, no âmbito da produção literária infantil contemporânea, a partir da abordagem interseccional, não se encerram em si mesmos, visto que ampliam as dimensões da obra literária e dialogam com questões que o próprio leitor leva para o texto literário, em diálogo com as problematizadas pelas autoras, buscando, assim, subsídio para compreendê-las ou refutá-las, quando pensamos nas opressões de raça, classe e gênero.

4.4 Duas décadas e o que mudou?

O contexto de produção e circulação da obra literária é intrinsicamente ligado à política do mercado editorial que, segundo Nelly Novaes Coelho, em *Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira* (2006, p. 53), é uma necessidade para que os autores(as) se sintam motivados(as) a criar. É importante mencionar, nesse cotejamento, que sem as políticas de educação que consideram o texto literário como essencial na escolarização das crianças, não haveria condições para essa produção adentrar no espaço escolar, o que desestruturaria todo um universo que o envolve, considerando as dimensões do literário e dos empreendimentos autorais nessa produção literária. Para essa autora:

[...] Os livros não poderiam estar nas mãos dos leitores, em potencial, se não houvesse uma indústria e um mercado editorial adequados; e, finalmente, os autores não se sentiriam tão estimulados a criar, a produzir, se não houvesse uma possibilidade imediata de serem editorados para serem lidos. (COELHO, 2006, p. 53)

Anterior à discussão da autora e ratificando-a a partir de em um diálogo com a produção literária negro-brasileira, podemos afirmar, essa literatura é uma realidade que hoje se inscreve na história do Brasil como um novo campo literário em construção e consolidação, tanto pelas tematizações, enredos e personagens, quanto pela criatividade que envolve todos esses elementos, acontecendo de forma paralela à insurgência das vozes autorais que pensam e projetam essa produção literária a partir de referenciais excêntricos e decoloniais, enquanto poéticas que desafiam a lógica homogênea.

Em 1985, a partir do início de mudanças resultantes dos movimentos sociais e de pautas oriundas desses momentos, surge a publicação de *Literatura infantil e ideologia*, pela autora Fúlvia Rosemberg, no qual apresenta uma pesquisa que condensa um acervo de obras que representam suas personagens a partir de uma ótica racistas. Nesse cotejamento, a pesquisadora não só elenca como discute esse acervo, demonstrando os problemas perpassados por décadas e que precisavam ser amplamente discutidos e combatidos. Gouveia, em *Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica* (2005, p. 84)¹²⁴, analisando as primeiras décadas do século XX, nota que o negro pouco era incluído nas narrativas, ou seja, ocasionalmente, aparecia na cena doméstica ou estava mudo, desprovido de uma caracterização que não fosse a racial, “[...] Ou então personagem

¹²⁴ Cf. <https://www.scielo.br/j/ep/a/hZmCNP5MtfGB3CDvRbM8nFF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

presente nos contos que relatavam o período escravocrata, como na obra: *Contos pátrios*, de Olavo Bilac e Coelho Neto, de 1906, em que os autores descrevem com ternura a figura submissa de Mãe Maria”. (GOUVEIA, 2005, p. 83-84). Seguindo a autora, a partir de um recorte de dezessete obras que datam de 1909 a 1935, somente a partir da década de 1920 que o negro passou a fazer parte da narrativa infantil, porém, de maneira estereotipada e estigmatizada.

Eliane Debus, em *A literatura como ato de (r)ex(s)istência: de aprendicimos antirracistas* (2022, p. 148)¹²⁵, discorre sobre suas pesquisas acerca da produção das últimas décadas, especificamente nos títulos que compõem o mercado editorial brasileiro, no que compete à temática africana e afro-brasileira e suas culturas, conforme observamos em Debus (2017). Para essa autora, além da disposição das obras, o foco vai se centrando na visibilidade da personagem negra, especificamente no lugar de protagonista, o que possibilita um diálogo direto com nosso delineamento. Nesse bojo, existem três categorias de livros que circulam no mercado editorial brasileiro:

[...] 1. literatura que tematiza a cultura africana e afrobrasileira; 2. literatura afro-brasileira; e 3. literaturas africanas” (DEBUS, 2017, p. 26). A primeira, de caráter mais amplo, congrega os títulos que tematizam a cultura africana e afro-brasileira, sem levar em conta a etnia do escritor, mas as linguagens verbais/visuais narrados. A segunda é aquela escrita por escritores/as afro-brasileiros/as, uma categoria complexa, como destaca Duarte (2008), pois a literatura afro-brasileira é “um conceito em construção”. A terceira diz respeito à produção de escritores de nacionalidade africana, que podem ser demarcadas pelos países de origem, no caso das literaturas africanas de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe), e “[...] essa categoria sugere outras subcategorias, como literatura vinculada à origem oral (lenda, fábulas, entre outras) e literatura contemporaneíssima (narrativas curtas em diálogo com a ilustração)” (DEBUS, 2017, p. 32), além dos gêneros poético e dramático. (DEBUS, 2022, p. 148-149)

O leque de possibilidades contemplado nos pontos que a autora elenca, a partir da demanda e da oferta de um campo em desenvolvimento, direciona-nos a pensar essas temáticas como presentes no cotidiano escolar, mesmo que de forma tímida e pouco articulada com as perspectivas oriundas do ensino de literatura. Contudo, é importante destacar, nesse tensionamento, que as produções negro-brasileiras foram se potencializar no final da década de 1970 em virtude da criação e organização da série *Cadernos Negros*,

¹²⁵ In. ARAÚJO, D. C.; PENHA, J. S. *LitERÊtura : reflexões teórico-metodológicas sobre literatura infantil com temática da cultura africana e afro-brasileira* [livro eletrônico]. Vitória, ES: Débora Cristina de Araujo: LitERÊtura, 2022. [livro eletrônico].

especificamente em 1978, tornando-se o principal espaço de veiculação e disseminação da produção autoral negra no Brasil, entre os gêneros contos e poemas. Organizada pelo coletivo *Quilombhoje*, nos mais de 40 anos de publicação, os Cadernos Negros não só publicaram as obras de escritores(as) negros(as), mas tornaram possível o acesso a essa produção como forma de veiculação da cultura, da intelectualidade e do modo de vida e resistências negro-brasileiras.

Nesse contexto, a partir de um lugar de fala próprio e de sua possibilidade, considerando seus espaços de incubação, como os *Cadernos Negros*, seguimos orientação teórica de Gayatri Spivak (2010), de que mulheres negras oriundas da intelectualidade feminista negra, fazem da literatura infantil um campo fértil para se articular ações em torno da negritude, do próprio feminismo negro e da interseccionalidade entre raça, classe e gênero, objetivando a superação das barreiras sociais e a garantia de sobrevivência das minorias, alinhadas às representações positivadas, pois deve se considerar que a produção literária para crianças e jovens, nestas últimas duas décadas, tem sido imensa, pois a Lei nº 10.639, sancionada em 2003, não só é considerada um marco na história e cultura africana e afro-brasileira, ao inserir, no âmbito da escola, o trabalho com esses temas, como mobiliza o mercado editorial para a ampliação de suas temáticas e, conseqüentemente, o lançamento de novos(as) escritores(as) oriundos(as) da comunidade negra. Nessa movimentação, para dar visibilidade às lutas históricas, à própria história em si na reescrita da trajetória nacional, movimentos sociais pensam a educação com um espaço propício de integração do negro, rompendo com as lógicas de opressão e poder, com as representações negativadas, ao passo que contribuem com as pautas identitárias desse grupo, concernente à positivação.

Sete anos após a promulgação da lei 10.639/03, Dagoberto Arena e Naiane Lopes, em *PNBE 2010: personagens negros como protagonistas* (2013)¹²⁶, identificam a ausência de personagens negras em livros adquiridos pelo Programa Nacional Biblioteca Escolar, demonstrando que no acervo analisado predomina o protagonismo branco. Para esses autores, a lacuna é resultado de processo histórico violento que ainda marca o presente, e “[...] a criança negra pouco encontra o Outro de sua etnia como herói na literatura infantil para poder construir a si mesma, para elaborar os contornos de sua própria existência.” (ARENA E LOPES, 2013, p. 1171).

¹²⁶ Cf. <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z93k8kw9xxHJDwsxzb6v8BD/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2022.

A produção contemporânea atua no adensamento da viabilização de um *corpus* que não só inova nos traços e formas, mas na proposição de uma literatura inquietante e questionadora “[...] que põe em causa as relações convencionais existentes entre a criança e o mundo em que ela vive, questionando também os valores sobre os quais nossa sociedade está assentada”. (COELHO, 2006, p. 52). Considerando, assim, a guinada que a literatura infantil possibilita, seguindo as discussões da autora, Bezerra e Negreiro (2020, p. 268) destacam a importância da legislação no reforço da inclusão social, enfatizando os esforços coletivos e as práticas que intensificaram o cenário para que a legislação fosse pensada e oficializada.

[...] os movimentos negros atuais, que surgiram em 1975, além de reivindicar a escola pública de qualidade, também almejavam que ela reconhecesse sua identidade e ensinasse a história e cultura dos negros africanos, a literatura africana de língua portuguesa. [...] lutavam para integrar o negro na cultura dominante. [...].

As demandas sociais se destinam a contar a história de africanos e afro-brasileiros como fio condutor para uma consciência racial, na contramão do epistemicídio. A partir desses primeiros movimentos, as últimas cinco décadas foram cruciais para se pensar numa educação para as relações étnico-raciais, principalmente por ser um período em que se gestava ações afirmativas que objetivavam visibilidade, positividade das identidades, tirando negros e negras da condição de escravizados, do ponto de vista da representação na literatura, apesar de que não se tenha avançado tanto nesse sentido, pois negros(as) continuavam a ilustrar, quando presentes, situações de inferioridade.

No que concerne ao campo da literatura negra e seus impactos, Toni Morrison enfatiza que:

[...] A literatura é especialmente e evidentemente reveladora ao expor/refletir sobre a definição de si, quer condene ou apoie o modo pelo qual ela é adquirida. Como uma pessoa se torna racista, ou sexista? Já que ninguém nasce racista, e tampouco existe qualquer predisposição fetal ao sexismo, aprende-se a Outremização não por meio do discurso ou da instrução, mas pelo exemplo. (MORRISON, 2019, p. 27)

Para essa autora, a literatura tem a capacidade de mobilizar o leitor a uma reflexão, ao mesmo tempo em que problematiza o discurso como definidor dos papéis que cada indivíduo passa a assumir dentro de uma cultura, ou seja, não se nasce racista ou sexista, torna-se, parafraseando Simone de Beauvoir. Ademais, é importante enfatizar que nas

décadas de 1980 e 1990 iniciavam os primeiros surgimentos, de forma tímida, de obras infantis que traziam a representação positivada de crianças negras, como em Rogério de Andrade, com a publicação de *Bichos da África*, em 1987; Geni Guimarães com *A cor da ternura*, publicado em 1989, ganhador dos prêmios Jabuti e Adolfo Aisen; Joel Rufino dos Santos, *Dudu Calunga* (1986) entre outros.

Com a implementação da Lei 10.639/03, o mercado editorial, pesquisadores, críticos e a própria comunidade acadêmica, já tendo percebido os primeiros sinais de movimentos nas décadas anteriores, projetaram ações para que se ampliasse o acervo de obras objetivando, assim, a ampliação dos repertórios culturais dos leitores e, conseqüentemente, o enfraquecimento de preconceitos, estereótipos e estigmas atrelados à negritude, reforçados pelo cânone literário infantil que era composto exclusivamente da reprodução dos clássicos europeus e do contingente de obras de Monteiro Lobato. Essa mudança de perspectiva, do ponto de vista dos estudos decoloniais, é resultado também de teorias e movimentos internos que ressoam em todos os âmbitos, como as pautas identitárias, por exemplo, pois entre elas, uma das importantes ações é o reconhecimento do legado histórico, dos movimentos de resistência e da cultura negra na África e no Brasil.

A aprovação da lei nº 10.639/03 auxilia na desconstrução do mito da democracia racial no Brasil, defendida por Gilberto Freyre. A Lei serve, principalmente, para provar que o Brasil não era uma democracia racial, pois levou 115 anos para introduzir no ensino o estudo da matriz cultural africana. A Lei é acima de tudo o resultado da luta do movimento social negro, e tem vários aspectos positivos. [...] ela mobiliza a sociedade a lançar um olhar sobre essa realidade, que por muito tempo ficou no ostracismo. (BEZERRA e NEGREIRO, 2020, p. 269).

A desobediência epistêmica inerente aos movimentos sociais negros é também reverenciada na mobilização da sociedade para a desconstrução do imaginário negativado, cujo corpo negro sempre é relacionado ao ruim, ao perverso, ao crime e ao sexo (erótico, promíscuo, sensual etc.). Reescrever essa história, do ponto de vista dos condenados da terra, conforme discute Fanon, é apresentar outras versões capazes de fomentar e mobilizar o leitor à construção de um sentimento de pertencimento histórico, étnico e racial, se reconhecendo, também, como parte desse todo. Dessa forma, afrocentrar as perspectivas, tanto históricas, quanto sociais e filosóficas, recai sobre o movimento de se refletir acerca

das produções de conhecimento que refundam as noções a que fomos historicamente direcionados a acreditar como únicas.

Nesse bojo, as epistemologias decoloniais que são resultados das razões subalternas propõe um exercício analítico e crítico das realidades, num movimento contrário ao proposto pela matriz ocidentocêntrica que anulou todas as demais formas de produzir e validar o conhecimento, atuando na direção do que Oswaldo Faustino pontua no pós-fácio de *O mundo no black power de Tayó*, ao mencionar que “[...] Tayó é uma princesinha que chega em forma de espelho para que outras princesinhas se mirem, se reconheçam e cresçam, cumprindo a única missão que nos foi dada, ao virmos viver neste planeta: a de sermos felizes”. (OLIVEIRA, 2013, p. 41).

Enegrecer os espaços, segundo Sueli Carneiro, mobilizar políticas de agenciamento, possibilitar a incursão de obras literárias protagonizadas por crianças negras, de forma positivada, paralelamente ao trabalho com a educação para as relações étnico-raciais, tanto na escola como fora dela, é burlar um sistema de opressão que intersecta seus *modus operandi*, ou seja, se utiliza de diversos mecanismos para oprimir as minorias étnicas e sexuais. Nesse cotejamento, muitas são as estratégias de enfrentamento e, no Brasil, uma delas é a lei 10.639/03, embora se tenha esperado mais impactos, no que compete à ampliação dos repertórios, dos títulos, dos projetos condensados à proposta e na proposição de uma política de representação mais efetiva junto às crianças e aos demais públicos.

O alargamento do mercado editorial para a inclusão/viabilização de editoras, que se projetam como mecanismos para suprir a demanda de um novo nicho que se apresenta e precisa ser suprido, se alinha às demandas dos movimentos sociais e agenciamentos individuais por espaços que, para além da produção, incutam e reforcem uma política editorial de visibilidade à identidade negra, tanto do ponto de vista autoral quanto no (re)direcionamento de suas publicações, ou seja, considerando seus leitores. A título de ilustração, citamos as editoras: Malê (fundada em 2015), a Nandyala Editora (fundada em 2006), Pallas Editora (fundada em 1975), Mazza Edições (1981), entre outras menores que passaram a integrar ou ganhar força no mercado editorial após a implementação da lei 10.639/03.

Em outro espaço, levantando a bandeira de combate ao racismo na escola, anterior à legislação vigente, poucas vezes se identificou na educação básica conteúdos voltados para o período de colonização e da escravatura que apresentassem as versões dos

oprimidos e escravizados, tanto do ponto de vista da história quanto da cultura. Nesse contexto, a tradição foi responsável pelo imaginário coletivo apresentar, ainda hoje, o negro como representação do feio, do preguiçoso, do perigoso etc., esses fenótipos não acometem somente as personagens literárias e históricas, mas a criança negra que se vê, de alguma forma, identificada com essas representações, principalmente pela cor da pele.

Na busca por preencher essa lacuna, Duarte (2014) produz um material importante para se conhecer a autoria e suas respectivas obras, alargando o universo via historiografia literária do século XVIII ao XXI (de Domingos Caldas Barbosa, perspassando por Maria Firmina, Machado de Assis e Cruz e Sousa aos contemporâneos Zinho Trindade, Cristiane Sobral e Ana Maria Gonçalves entre outros/as), incluindo nesse contingente as escritoras que compuseram nosso *corpus*: Sonia Rosa, Heloisa Pires Lima, Patrícia Santana, Nilma Lino Gomes, Cidinha da Silva, Kiusam de Oliveira e Lívia Natália.

O esforço coletivo por uma literatura negro-brasileira engajada e, partindo dos projetos literários em desenvolvimento por essas escritoras, atua na direção de uma educação literária antirracista, cujas narrativas possibilitarão às crianças o pertencimento, a identificação e a positivação de seus corpos e de suas histórias, entrecruzando-se com as histórias de seus antepassados e com as resistências que fizeram frente para que hoje estivéssemos aqui, pesquisando, catalogando, elaborando projetos e intervindo nas realidades racistas que se espalham de norte a sul do Brasil e das diásporas africanas. Portanto, muitas ações precisam ser viabilizadas para que de fato se efetive as políticas pensadas pela Lei 10.639/03, mas o primeiro passo já foi dado, resta-nos, conforme Conceição Evaristo menciona, aquilombar para superar os amálgamas sociais, nesse recorte, através do trabalho com a literatura negro-brasileira contemporânea, na acepção de ser um contingente narrativo epistemologicamente produtivo e mobilizador de crianças.

5 PARA NÃO FINALIZAR

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.

A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela

A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue
 e
 fome.

A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo, em *Poemas de recordação e outros movimentos*, (2008, p. 24-25)¹²⁷

A produção literária contemporânea contemplada ao longo desta pesquisa, motivada pela especificidade de ser resultado de um projeto literário encabeçado por mulheres negras e alinhada à especificidade do campo literário negro-brasileiro, faz-se

¹²⁷ EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

extremamente necessária para uma educação antirracista e antissexista, considerando o que preconizam os documentos legais de educação em diálogo com a Lei nº 10.639/03. Nesse contexto, ao tratarmos da literatura infantil, são fundamentais algumas diretrizes teóricas e, nesse recorte, a recorrência às epistemologias decoloniais para subsidiar uma discussão afro-latino-americana coerente com as produções literárias de mulheres negras, seguindo as orientações teóricas de Lélia Gonzalez, pois essas autoras não só pensam suas personagens para a positivação da identidade negra, como recolhem do mundo vivencial, cultural, antropológico e místico, palavras, situações e genealogias que contribuem para o auto-pertencimento e empoderamento de crianças em processo de formação identitária.

A partir da interseccionalidade enquanto abordagem e metodologia, as relações étnico-raciais, de gênero e de classe foram necessárias para pensar o objeto literário e suas influências e possibilidades no processo de humanização dos leitores, conforme discute Antonio Candido (2011). Assim, autoria, texto, contexto, enredo, trama e protagonistas possibilitam aos leitores uma tomada de consciência crítica, ao mesmo tempo em que se constituem enquanto sujeitos racializados, empoderados e afrocentrados, refutando toda e qualquer forma de opressão, considerando, para tanto, o exercício de alteridade e a guinada subjetiva proposta pelas epistemologias decoloniais.

A literatura infantil negro-brasileira, enquanto uma poética insubmissa, considera tanto os debates entre as relações que formam o texto literário, quanto o empreendimento estético da escrita feminina negra, paralelamente às intersecções que gerenciam as opressões, o que potencializou nossas perspectivas investigativas, pois, além de literatas, essas escritoras contribuem com suas intelectualidades no campo teórico e analítico, sinalizando as contradições epistemológicas e os caminhos que devem ser percorridos para que se supere os amálgamas sociais a partir do trabalho com a literatura, via letramento racial.

Assim, no intento de se compreender o reposicionamento de dignidades de negros(as) a partir do trabalho com a literatura infantil contemporânea, a emergência da abordagem interseccional e da positivação da representação negra é automaticamente relacionada com o contexto histórico de silenciamento e exclusão. Romper com esses processos de apagamento das existências subalternas, portanto, faz parte do projeto de insubmissão do qual integra essa produção literária, sendo um espaço propício para se trabalhar na direção de uma educação para as relações étnico-raciais, tanto do ponto de vista da abordagem quanto da representação e presentificação. Nesse bojo, demonstrar a desobediência à

matriz dominadora e hegemônica, via leitura literária, é subverter a lógica de dominação, ao passo que se possibilita a alteração das compreensões do mundo e de si mesmos a crianças que não se veem representadas na literatura infantil canônica, cujas personagens positivadas são, via de regra, brancas, ricas e viajam nas férias para a Disney, conforme se observa em *As férias fantásticas de Lili*.

No Brasil, ao mesmo tempo em que se pensava em políticas públicas de representação, as escritoras negras Sonia Rosa, Holoisa Pires Lima, Patrícia Santana, Nilma Lino Gomes, Cidinha da Silva, Kiusam de Oliveira e Lívia Natália projetavam, cada uma em seu tempo e em seu contexto, uma literatura que seria um tijolo a mais na luta antirracista e antissexista. Na emergência da tematização positivada dos universos étnico-raciais e femininos, essas autoras, do ponto de vista do gênero, bem como da autoria feminina negra e seus projetos literários, fizeram de sua literatura a possibilidade para o empoderamento, para a auto-conscientização e para o auto-pertencimento, desestabilizando a produção literária ocidentocêntrica como única, o que viabilizou o surgimento de um para-campo literário epistemologicamente projetado e produtivo.

Para se investigar, via perspectiva teórica decolonial, a autoria feminina negra e como essa representa suas personagens interseccionalizando raça, classe e gênero, recorreremos à categorias e aportes teóricos que dessem conta de análises coerentes com os projetos literários dessa autoria, pois partimos do encaminhamento de que “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade”, segundo o que discorre Carla Akotirene (2019), simultaneamente à especificidade de a literatura produzir sua própria metodologia de análise e de crítica, sendo necessário problematizar e refletir sobre o cânone e suas estratégias de manutenção dos critérios excludentes, aos movimentos sociais que projetaram a representação negra no âmbito político, acadêmico, literário e cultural, na tentativa de desestabilizar o racismo estrutural e estruturante.

Neste intento, *Os tesouros de Monifa* (2009), de Sonia Rosa; *Histórias da Preta* (2005), de Heloisa Pires Lima; *Entremeio sem babado* (2007), de Patrícia Santana; *Betina* (2009), de Nilma Lino Gomes; *Kuami* (2011), de Cidinha da Silva; *O mundo no black power de Tayó* (2013), de Kiusam de Oliveira e *As férias fantásticas de Lili* (2018), de Lívia Natália, percorrem o mundo do tangível e intangível, na ampliação do imaginário infantil, alimentando e positivando as histórias que foram esquecidas e, quando presentes, continuavam sendo distorcidas para a manutenção da narrativa do opressor, ou seja, dos vencedores. Nessa assertiva, as poéticas insubmissas de mulheres negras possibilitam a

positivação de seus corpos, de suas histórias e trajetórias, entrecruzando-se com as histórias de seus antepassados e com as resistências, no estabelecimento de ferramentas e mecanismos que propõem um novo olhar analítico e crítico, possibilitando que a obra literária infantil negro-brasileira seja um lugar de contestação das memórias, na possibilidade de se (re)construir outras.

A partir da possibilidade da literatura humanizar e ser formadora de opinião, contestando, refutando e refundando, segundo Candido (2006; 2011), a produção infantil pode ser utilizada para a desconstrução das representações negativadas, via processo de empoderamento e auto-pertencimento, uma vez que esta pesquisa buscou lançar luz sobre a produção literária contemporânea negro-brasileira, tomando como ponto fundamental a autoria de mulheres negras e como essas representam suas personagens sob a ótica da interseccionalidade, entendendo-a como peça essencial para a (re)construção, tematização e representação, contribuindo, dessa forma, para a superação do racismo, do sexismo, dos preconceitos sociais, da intolerância religiosa etc.

A análise proposta contrastada com as categorias e aportes teóricos, explicitou a forma como as protagonistas são representadas e os recursos mais presentes nas obras, como a presença da memória, a positivação dos estigmas e estereótipos, bem como das características físicas e simbólicas do corpo negro. Dessa forma, o olhar crítico e o fazer literário negro atuou como tematizador de outras vivências e experiências, tanto do ponto de vista da tematização quando das estratégias utilizadas pelas autoras nas representações e protagonismos, como em *Histórias da Preta* quando a autora retoma todo um percurso histórico e geopolítico do conhecimento afrocentrado. Nessa direção, memória, corpo, pensamento/imaginário, genealogia, religião, lugar de fala e questões atinentes ao insólito ficcional repousaram sobre o *corpus* literário que não se esgotou na presente análise.

No tensionamento da literatura propiciar um retorno a si mesmo(a), a partir da leitura literária e no que compete à literatura infantil negro-brasileira, tanto as teorias decoloniais quanto os projetos literários desse coletivo de escritoras negras, encabeçam diversas frentes e pautas identitárias, tornando-se poéticas capazes de mobilizar o leitor para a compreensão e significação de suas estéticas, o que impacta na constituição sociocultural, permitindo a leitura literária prazerosa, engajada e com compromisso de conhecimento.

A inclusão da literatura negro-brasileira de autoria feminina, no Brasil, mobiliza um cenário que vai da escola, no que compete a educação para a diversidade, à valorização

e respeito às vidas negras que se veem, muitas vezes, esvaziadas de tudo. Certamente, essas questões nucleares colocam em evidência outras áreas do conhecimento ocidentocentradas, sendo essa produção literária um caminho a mais na luta contra-hegemônica a partir da produção e disseminação de contradiscursos na obra literária infantil.

O *devir-resistência*, conforme propõe Rita Santiago (2020, p. 159), encontra fôlego nessas narrativas, por serem diversas e por apresentarem questões que dialogam com o imaginário infantil negro, ou seja, contribuindo com informações para a resolução de questões latentes vivenciadas por esses leitores, como a crise de identidade, por exemplo, ou a própria necessidade de entender a formação da sociedade, das culturas etc. Nesse bojo, o exercício *devir-resistência* proposto por esse grupo de mulheres negras que escreveram em tempos diferentes e, algumas, anteriores à promulgação da lei 10.639/03, colocam em evidência o trabalho com a literatura para uma educação antirracista, ao passo que provocam seus leitores para a valorização e o respeito às africanidades e afro-brasilidades, numa costura que só é possível através de uma trabalho engajado e decolonial.

A literatura infantil negro-brasileira contemporânea repousa na intensidade das relações entre África e Brasil, ao mesmo tempo em que representa no literário as vivências “[...] múltiplas de sujeitos autorais e a produção afro-identificada, o que certamente desloca as formas de entendimento do fazer literário”, segundo discorre Florentina Souza (2020, p. 248). Compreendendo essa especificidade e a guinada subjetiva que agentes questionadores têm criado para analisar as produções literárias, a literatura se torna, mais uma vez, um espaço propício para se representar e se discutir temáticas e protagonismos, especificamente nessa dialética, para o deslocamento do centro para a periferia e para as margens do que ficou silenciado por tanto tempo.

O poema *Vozes-Mulheres*, de Conceição Evaristo, epígrafe que inicia esta seção, corporifica o percurso das protagonistas do *corpus* literário, contrastado com as discussões teóricas que as antecederam e se costuraram no percurso de análise. Logo, são essas vozes infantis que questionam, problematizam, propõem soluções e, nesses encaminhamentos, possibilitam a alteração dos cenários, tornando-se porta-vozes de toda uma coletividade feminina negra. Nesse encaminhamento, as *vozes-mulheres* da literatura infantil negro-brasileira evocam memórias ancestrais, desde as tataravós, como Monifa, perpassando pela avó de Betina, chegando à mãe de Kizzi e à Naomi dos Palmares, de *Kuami*, à Lili, a

menina que viaja à África para conhecer e ter o que escrever em sua redação, ambos protagonismos clamam por uma reparação histórica (pelo passado escravizado), na esperança de se superar as opressões intersectadas sobre os corpos negros através de políticas, de saberes excêntricos e afrocentrados, onde se insere a literatura contemporânea. Assim, recolhendo todas essas vozes, meninas negras comunicam o tangível e o intangível de uma realidade dura, entre desvios, omissões, genocídios e, ao mesmo tempo, epistemicídios. É contra uma política de apagamento físico, de racismo, de sexismo, de lesbofobia e, sobretudo, por uma poética de transformação social através da humanização.

Neste percurso, foi necessário traçar uma avenida teórica que pudesse contemplar algumas questões norteadoras para a pesquisa, tais como a presença da memória em todas as narrativas, a retomada dos movimentos de resistência, de figuras históricas, a abordagem estética, sendo corpo e cabelo, os estereótipos mais recorrentes e reforçados positivamente nas narrativas em análise, além de questões intrínsecas ao infantil, como a dúvida, a afetividade, as aventuras, as relações familiares e os ciclos que se fecham com a partida dos familiares, paralelamente à tematização da ancestralidade como fio condutor entre as gerações.

Por fim, o cotejamento entre obra literária, autoria, sentidos, tramas, enredos e protagonismos não cessam as possibilidades que as narrativas infantis negro-brasileiras têm de serem significadas de diferentes formas pelos leitores, mas cabe destacar que, apesar dessas possibilidades, existem características que as atravessam: a questão da negritude, de gênero e o de ser criança, como observamos na personagem Kizzi, de *Entremeio sem babado*. São meninas que se encontram em situações de ruptura com as hierarquias opressoras, e a literatura enquanto espaço de embates, de reconstruir possibilidades e de representações, agora, positivadas, desmantela as lógicas que objetivam apagar suas existências. Nesse bojo, partimos da assertiva de ser o contradiscurso um agenciamento político-acadêmico decolonial, cujas escritoras integrantes do coletivo feminista negro, contribuem com suas discussões teóricas, analíticas e poéticas literárias para alterar a própria compreensão do literário e da literariedade, pensando-os, contemporaneamente, a partir da analítica da decolonialidade, seja na viabilização de parâmetros literários afrocentrados, seja pelas cosmovisões, perspectivas e modos de vida oriundos da África e de suas diásporas, como é o caso dos quilombos no Brasil.

Considerando que este processo analítico acerca da literatura infantil negro-brasileira contemporânea de autoria feminina negra não se esgota na presente crítica, vale

ressaltar que para além de dialogar com a produção dessa autoria, pretendeu-se também abrir um escopo de novas indagações e percepções sobre a literatura infantil sob a ótica decolonial, levando em consideração que cada leitura enseja novas percepções e interpretações. Nesse intento, esperamos que a pesquisa como instrumento de análise-crítica, aqui empreendida, não só abra um profícuo espaço de debate acerca da produção literária infantil contemporânea, mas também desperte a atenção para a autoria feminina negra nas últimas décadas, considerando o movimento de compreender e demonstrar essas poéticas, alinhadas à possibilidade de a literatura contribuir para a superação dos amálgamas sociais que acometem milhões de negros e negras em situação de vulnerabilidade social, psíquica e de interdição identitária.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda, Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: autobiografía y memorias traumáticas. In. _____. *Memoria y autobiografía: exploración en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Mirian. *BrasilAfro Autorrevelado: literatura brasileira contemporânea*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1989.

BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona. Online. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERND, Zilá. Da voz à letra: itinerários da literatura afro-brasileira. *Revista Via Atlântica*, n. 18, 2010.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. *O Ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. A escrita e os excluídos. In: BOSI, Alfredo *Literatura e Resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 118-135

BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2015.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639. Acesso em: 01 mar. 21.

BRASIL, *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, 10 mar. 08. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm; Acesso em: 14 jan. 20.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo" In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 151-172.

CADERMATORI, Lígia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

CAMPOS, Carmen Lúcia. *A bisa fala cada coisa e Meu Avô Africano*. São Paulo: Editora Panda Books, 2016.

CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. *As crianças contam as histórias: os horizontes dos leitores de diferentes classes sociais*. Teresina: EDUFPI, 2011.

CANDIDO, Antonio. Do Direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CANDIDO, Antonio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) *Direitos humanos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. Disponível em: <https://bibliasp.com.br/wp-content/uploads/2014/09/direitos-humanos-e-literatura-por-antonio-candido.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. Preconceito e Democracia. *Remate de male* (Online) Campinas: Unicamp, 1999. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3562>. Acesso em 04 de fev. 2020.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo, 1962.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA ET AL. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 79 – 106.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da Literatura Infantil/Juvenil*. São Paulo, Ática, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. *A Literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.

COELHO, Nelly. Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.

COELHO, Nelly. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

COLOMER, Teresa. *Introdução à Literatura Infantil e Juvenil Atual*. Trad. Laura Sandroni. 1. ed. São Paulo: 2017.

COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário*. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. Espistemologia Feminista Negra. In. BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p.139-170.

COMPAGNON, A. O autor. In: COMPAGNON, A. *O demônio da teoria - literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 47-96.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

CUTI, Luís Silva. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Sele Negro, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *Espaços e Gênero na Literatura Brasileira Contemporânea*. Porto Alegre (RS): Zouk, 2015.

DALCASTAGNÈ, Regina. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. *Revista Cult* (Online), 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/>. Acesso em 21/01/2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Belo Horizonte, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [1975].

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. Online. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 - 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a04v31n62.pdf>. Acesso em 09/06/2021.

DÓRIA, Antonio Sampaio. *O preconceito em foco: análise das obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultura*. São Paulo: Paulinas, 2008.

DUARTE, E. A. *Literatura Afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XX*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00051.pdf>. Acesso em 02 jan. 20.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. *Revista Tabula Rasa* [online]. 2008, n.9, pp.153-198. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S17944892008000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 14 mar. 2020.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EVARISTO, Conceição. Dos sorrisos, dos silêncios e das falas. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charliton (Org.). *Mulheres no Brasil – resistência, luta e conquista*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006 b. p. 111-122.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2010. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição (Org.). *Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana*. Frederico Westphalen: URI, 2011c. p. 131-146.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005.

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 69 a 108. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a04v56n1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção e autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSFUGUEL, Ramón. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. *Revista Sociedade e Cultura*, vol. 12, núm. 2, julho-diciembre, 2009, pp. 223-233.

FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Betina*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GOMES, Nilma Lino. *O menino coração de tambor*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GONZALEZ, Lélia. *Cultura, Etnicidade e trabalho*: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no XIII Encontro Nacional de Latin American Studies Association. Pittsburgh, Pensilvânia, 1979a.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GLISSANT, Edouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Trad. Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: UFJF, 2005. [1ª ed. orig. 1995].

GLISSANT, Édouard. *Le discours Antillais*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. *Literatura Infantil*: Múltiplas Linguagens. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Soc. estado*. vol.31 no.1 Brasília Jan./Apr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025. Acesso em: 12 jan. 2021.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HILL COLLINS, Patricia. *Epistemologias negras feministas*. Pensamento feminista negro. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

LAJOLO, Marisa; SCHWARCZ, Lilia. *Reinações de Monteiro Lobato*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. FERREIRA, Irene; LEITÃO, Bernardo; BORGES, Suzana Ferreira. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEHNEN, L. Apresentação: Narrativas fora do lugar. *Estudos De Literatura Brasileira Contemporânea*, (45-2015), 13-20. <https://doi.org/10.1590/2316-40184523>.

LEITE, Ana Mafalda. Perspectivas Teóricas e Críticas nas Literaturas Africanas e a Perspectiva Pós-Colonial. *Revista Diadorim*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4052/15480>. Acesso em 12 abr. 20.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIMA, Heloisa Pires. *Histórias da Preta*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005 [1998].

- LIMA, L. C. A concepção da história literária na Formação. In: _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 153-169.
- LOBO, L. A. A dimensão histórica do feminismo atual. In: RAMALHO, C. (Org) *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999b. p. 41-51.
- LOVE, Joseph L. *A construção do Terceiro Mundo*. Teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Trad. Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LUCINDA, Elisa. *A menina transparente*. Editora Galera, São Paulo, 2010.
- MAIA, Joseane. *Herança quilombola maranhense: história e estórias*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. São Paulo, Cultrix, 1976, p. 37.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- MENEZES, E. D. B. de. *Alencar e seu projeto literário de construção nacional*. Tensões Mundiais, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 176–195, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v9i16.530. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/530>. Acesso em: 20 mar. 21.
- MIGNOLO, Walter D. *Historias locales / diseños globales*. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Princeton University Press, 2000.
- MIGNOLO, Walter D. *A opção de-colonial: desprendimento e abertura*. Um manifesto e um caso. *Tabula Rasa* [online]. 2008, n.8, pp.243-282. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000100013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2021.
- MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da Modernidade*. Trad. Marco Oliveira. (Revista Online) RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- MIRANDA, F. R. *Silêncios prEscritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras – 1859-2006*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.
- MOREIRA, Kenia Hilda. *O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. São Paulo: UNESP, 2011.
- OLIVEIRA, F. B. de. *O Emílio de Rousseau: uma obra de Pedagogia? Filosofia e Educação*, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 7–33, 2012. DOI: 10.20396/rfe.v4i2.8635422. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635422>. Acesso em: 20 mar. 21.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. *Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil*. Interterritórios / Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL | V.6 N.10 [2020]. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/244895/34866>. Acesso em 22 fev. 21.

OLIVEIRA, Kiusam de. *Omo-Oba: Histórias de Princesas*. 1ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009,

OLIVEIRA, Kiusam de. *O mar que banha a ilha de Goré*. 1ª ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2014,

OLIVEIRA, Kiusam de. *Omo-Oba: Histórias de Príncipes*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

OLIVEIRA, Kiusam de. *O mundo no black power de Tayó*. São Paulo: Peirópolis, 2013.

OLIVEIRA, L. F. *Giramundo: Representações Culturais, Imaginário Social e Mitologia Brasileira a partir do Saci-Pererê*. Existência e Arte”- Revista Eletrônica do Grupo PET - Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei - Ano IV - Número IV – janeiro a dezembro de 2009. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/4_Edicao/luciano_flavio_de_oliveira_mitologia_final.pdf. Acesso em: 06 mar. 21.

PAULA, Pablo Miranda de. Do moderno ao mangue: contradiscurso à brasileira. *Mafuá*, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, n. 32, 2019.

PEREIRA, Amauri Mendes. *África: para abandonar estereótipos e distorções*. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

PETIT, Michèle. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. Trad. Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.

PINTO, Neusa Baptista. *Cabelo Ruim? A História de três meninas aprendendo a se aceitar*. 3ª ed. Mato Grosso: Editora Tanta Tinta, 2012.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Revista Estudos Avançados* 18 (50), 2004.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. 2005. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Setembro 2005.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidad del Poder y Clasificación Social*. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. *Jornal of world-systems research*. v.6, n.2, 2000, pp. 342-386.

REIS, Maria Firmina dos. *Cantos à beira-mar e Gupeva*. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença/Pró-Memória/INL, 1988.

REIS, Roberto. Canôn. In. JOBIM, José Luís (org). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. *ativismo feminista negro no brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34. e238917, 2021, pp 1-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSRPHzdDzVpBYMq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jul. 21.

ROSA, Sonia. *O menino Nito -: então o home também chora?* 4. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira: introdução de Michel Launey; [revisão da tradução Mônica Stahell]. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SÁ, Lúcia. *Literatura da floresta: textos amazônicos e cultura latino-americana*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SANTANA, Patrícia. *Minha mãe é negra sim*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SANTANA, Patrícia. *Entremeio sem babado*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

SANTANNA, Affonso Romano de. *O canibalismo amoroso: o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In. *A literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Célia Regina dos; WIELEWICK, Vera Helena Gomes. Literatura de Autoria de minorias étnicas e sexuais. In. BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2. ed. Maringá, 2005. p. 264-277.

SANTOS, M. C. *Intelectuais negras: Prosa negro-brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. Trad. Rosa Freire D'aguaiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

SCHERER-WARREN, Iser. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. (2006). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 21.

SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Cidinha da. *Kuami*. São Paulo: Pólen, 2019.

SOUZA, Livia Natália. Uma reflexão Sobre Os Discursos Menores Ou a Escrevivência Como Narrativa Subalterna. *Revista Crioula*, nº 21 (junho/2018): pág. 25-43.

SOUZA, Livia Natália de. *As férias fantásticas de Lili*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Trad. Cairo Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TUFANO, Douglas. *Estudos de Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

VASCONCELOS, S. M. (2011). *História de vida e genealogia: categoria narrativa específica em busca do Tempo Perdido*. *Linha D'Água*, 24(2), 137-152.

YUNES, Eliana. *Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados*. Curitiba: Aymará, 2009.

ZILBERMAN, Regina. Monteiro Lobato e suas fases. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 36. Brasília, julho-dezembro de 2010, p. 141-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/elbc/n36/2316-4018-elbc-36-141.pdf>. Acesso em 09 mar. 21.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003.